



IRINÉIA MARIA
FRANCO DOS SANTOS
(Org.)

IGREJA SUBVERSIVA?

*Agentes e movimentos católicos
na Ditadura Militar, Golpe e luta
de classes no Brasil*

 **Edufal**

IGREJA SUBVERSIVA?

*Agentes e movimentos católicos
na Ditadura Militar, Golpe e luta
de classes no Brasil*



FAPEAL
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE ALAGOAS

**Esta obra foi produzida com recursos
da FAPEAL - Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de Alagoas.**



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFAL

LHiER
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA
E ESTUDO DAS RELIGIÕES

IRINÉIA MARIA FRANCO DOS SANTOS (Org.)

IGREJA SUBVERSIVA?

*Agentes e movimentos católicos
na Ditadura Militar, Golpe e luta
de classes no Brasil*

 **Edufal**

MACEIÓ, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial

Eraldo de Souza Ferraz - *Presidente*

Fernanda Lins de Lima - *Secretária*

Alex Souza Oliveira

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Elias André da Silva

Fellipe Ernesto Barros

José Ivamilson Silva Barbalho

José Márcio de Moraes Oliveira

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

Mário Jorge Jucá

Muller Ribeiro Andrade

Rafael André de Barros

Tobias Maia de Albuquerque Mariz

Walter Matias Lima

Núcleo de Conteúdo Editorial

Coordenação

Fernanda Lins de Lima

Registros e catalogação

Roselito Oliveira dos Santos

Projeto gráfico e diagramação

Roger Ferraz

Revisão de Língua Portuguesa e normalização (ABNT)

Lídia Ramires

Conselho Científico

César Picón

Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)

Gian Carlo de Melo Silva

Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

José Ignacio Cruz Orozco

Universidade de Valência - Espanha

Juan Manuel Fernández Soria

Universidade de Valência - Espanha

Junot Cornélio Matos

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Nanci Helena Rebouças Franco

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Patricia Delgado Granados

Universidade de Servilha-Espanha

Paulo Manuel Teixeira Marinho

Universidade do Porto - Portugal

Wilfredo Garcia Felipe

Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Catálogo na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecária Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

I24 Igreja subversiva? Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe
luta de classes no Brasil / Irinéia Maria Franco dos Santos (Org.). —
Maceió : Edufal, 2024.
456 p. : 22 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5624-290-3 E-book

1. História do Brasil. 2. Ditadura militar. 3. Igreja católica I. Santos,
Irinéia Maria Franco dos, org.

CDU: 94(81)

Direitos desta edição reservados à Edufal -

Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n

Campus A. C. Simões

Centro de Interesse Comunitário - CIC

Cidade Universitária, Maceió/AL

CEP: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br

contato@edufal.com.br

(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFAL)

Coordenação

Irinéia Maria Franco dos Santos

Vice-Coordenação

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Comissão Editorial (PPGH/UFAL)

Ana Cláudia Aymoré Martins

Anderson Diego da Silva Almeida

Elias Ferreira Veras

Marcelo Góes Tavares

Corpo Docente

Ana Cláudia Aymoré

Ana Paula Silva Santana

Anderson da Silva Almeida

Anderson Diego da Silva Almeida

Andréa Giordanna Araújo da Silva

Antônio Alves Bezerra

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Aruã Silva de Lima

Danilo Luiz Marques

Elias Ferreira Veras

Flávia Maria de Carvalho

Gian Carlo de Melo Silva

Irinéia Maria Franco dos Santos

Jailton de Souza Lira

Lídia Baumgarten

Luana Teixeira

Marcelo Góes Tavares

Michelle Reis de Macedo

Pedro Abelardo de Santana

Pedro Lima Vasconcellos

Raquel de Fátima Parmegiani

Willian Soares Lucindo

Técnica Administrativa

Luciana Alves Pimentel

*Às famílias dos mortos e desaparecidos políticos
que ainda hoje lutam por justiça, memória e reparação.*

Para Paula Palamartchuk, com saudades.

*Me chamarão subversivo.
E lhes direi: eu o sou.
Por meu Povo em luta, vivo.
Com meu Povo em marcha, vou.
Tenho fé de guerrilheiro
e amor de revolução.
E entre Evangelho e canção
sofro e digo o que quero.
Pedro Casaldáliga,
Colhendo arroz em Santa Terezinha*

SUMÁRIO

- II** **Longe dos anjos, quase demônios: Irinéia Santos e uma historiografia subversiva!**
Prefácio por Anderson da Silva Almeida
- 19** **Apresentação**
por Irinéia Maria Franco dos Santos
- 30** **Uma aproximação às perspectivas ideológicas e políticas do clero brasileiro, nas décadas de 1960 a 1980**
Ythalo do Amaral Medeiros Lisboa
- 58** **Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta entre a democracia e a Ditadura**
Mathews Nunes Mathias
Paulo César Gomes
- 92** **“Se a TFP fosse subversiva, nazi-fascista, perturbadora da ordem...”: o integrismo católico na mira do SNI (1975)**
Gizele Zanotto
- 123** **A superação da catequese: Igreja, missões e indigenismo católico no Brasil**
Diego Omar da Silveira

- 174** **Uma Igreja em transformação: a Arquidiocese de Maceió no pré-Golpe Militar (1954-1964)**
Sérgio Ricardo Coutinho
- 209** **O Movimento de Educação de Base e o Golpe Civil-Militar de 1964: a experiência dos Sindicatos rurais em Alagoas**
Wellington da Silva Medeiros
- 256** **“Padres agitadores em Alagoas”: o inquérito policial-militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969)**
Irinéia Maria Franco dos Santos
- 322** **“Deus também se fez classe”: clero e operários na paróquia São José de Fernão Velho (Maceió-AL, 1947-1975)**
Irinéia Maria Franco dos Santos
- 371** **Humberto Cavalcanti: um sacerdote católico investigado pelo SNI na implantação da Ditadura Civil-Militar (Alagoas, 1964-1979)**
Séfora Junqueira dos Santos
- 423** **Ser freira em Alagoas durante a Ditadura Civil-Militar: o caso das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua (1966-1980)**
Derllânio Telecio da Silva
- 455** **Sobre os autores**



LONGE DOS ANJOS, QUASE
DEMÔNIOS: IRINÉIA SANTOS
E UMA HISTORIOGRAFIA
SUBVERSIVA!

Prefácio por Anderson da Silva Almeida



O Golpe de 1964 faz 60 anos. Em meu pequeno acervo de fontes sobre a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) guardo um exemplar da *Revista Manchete* cuja imagem de capa traz o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia da posse, em trajes civis, recebendo a faixa presidencial (Revista Manchete, 1964, capa). Na reportagem especial, sob o título “Brasília: a posse de Castelo Branco”, tem-se uma sequência de fotojornalismo, com imagens em diversos tamanhos que chamam a atenção até das pessoas mais distraídas, haja vista que o formato da antiga revista era no padrão ampliado, numa espécie de folha A3 atualmente. O destaque para as fotografias era a principal característica da *Manchete* que compensava, com as cenas registradas, a falta de profundidade analítica dos textos na maioria das reportagens.

Nas páginas internas, há registros das autoridades que foram prestigiar a posse. Além dos políticos, militares e embaixadores – entre eles o dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, e o da antiga União Soviética, Andrei Fomin –, aparecem em destaque, o sorridente monsenhor Armando Lombardi, referenciado na legenda como Núncio Apostólico, que “cumprimentou o presidente em nome de Sua Santidade, o Papa” e, na página seguinte, Dom José Newton, arcebispo de Brasília, que fora apresentar suas congratulações ao empossado (Revista Manchete, 1964, p. 12-13). É óbvio que a revista, como *aparatto* privado de hegemonia (Gramsci, 2007) e um produto comercial, tinha como objetivo enfatizar para seus leitores a cerimônia que celebrava a vitória do que chamou de “revolução” e passar a ideia de legalidade e de legitimidade do Golpe, com as presenças de governadores, embaixadores e autoridades eclesiásticas naquele ato, ocorrido em 15 de abril de 1964.

Curiosamente, na mesma edição, a *Manchete* se deslocou para o Nordeste, apresentando outras comemorações, outros personagens, outros Brasis. Refiro-me à reportagem de Fernando Cascudo sobre a chegada de Dom Hélder Câmara no Aeroporto de Recife, saudado por



cerca de 20 mil pessoas, “entre elas, o General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, e o Almirante Dias Fernandes, comandante da base naval de Recife” (Revista Manchete, 1964, p. 35), para assumir o posto de arcebispo de Recife e Olinda. No texto de Cascudo, afirma-se que oito emissoras de rádio e duas de TV foram cobrir o evento e retransmitiram o discurso de Dom Hélder que, entre outras coisas, disse que estava “disposto a conviver com criaturas tidas como indignas e pecadoras, como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, reformistas ou anti-reformistas, pois a ninguém deve excluir do diálogo fraterno” (Revista Manchete, 1964, p. 35, grafia do original).

Pois bem. A meu ver, é isso que a experiente, competente, consagrada, inquieta e afetuosa historiadora Irinéia Maria Franco dos Santos apresenta nessa coletânea: historiadores, historiadoras e suas criaturas, dignas e pecadoras, envolventes e perigosas, das esquerdas e das direitas, num “diálogo fraterno”, como desejaria Dom Hélder. Percebam que não se fala “ou” isso, “ou” aquilo, mas sim a ambivalência que traz as duas possibilidades em um só corpo, em uma só organizadora, em uma só obra. O “e” mencionado por Dom Hélder nas duas primeiras adjetivações – [e] que aqui tomo emprestado –, indica muito bem que temos aqui uma obra historiográfica aberta, arredia a proselitismos, atenta a “vozes dissonantes” (Zanotto, 2019) de um “mundo católico” que se revela múltiplo em sua suposta unidade. Que não confundamos dissonância com desafinação. Em música, a dissonância prepara os ouvidos para o que vem depois, de maneira que o efeito seguinte seja agradável aos ouvintes: a consonância.

O que as leitoras e leitores têm em mãos e/ou na tela é mais que uma obra sobre apoios, adesões, espionagens, resistências, perseguições, sofrimentos e redensões que não dizem respeito, apenas, a uma instituição religiosa durante a ditadura vivida como tempos som-



brios, para alguns, e dourados, para outros. Há dias cinzentos que trazem complexidade analítica, questionam paradigmas e mexem com as certezas daqueles e daquelas que veem o mundo religioso separado do político, que apartam a mente do corpo e a carne do espírito. Seria um equívoco se nas novas pesquisas sobre a ditadura e a Igreja Católica tivéssemos trabalhos alheios às tensões e disputas que marcam a sociedade e enxergassem apenas, de forma binária, apoiadores e resistentes, vítimas e algozes, torturadores e torturados. O que temos a seguir são acordes de vários sons, numa harmonia policromática, com variações de timbres, ritmos e andamentos.

Sem abandonar a perspectiva que predomina no título – a da luta de classes – Irinéia subverte o próprio paradigma porque é historiadora de ofício e vive atenta às renovações impulsionadas pela dialética do materialismo histórico, a movimentar, sem dogmas, sem verdades absolutas, a questionar as certezas inquestionáveis, reconhecendo vazios e zonas intocáveis por aquele arcabouço teórico-metodológico. Nesse sentido - o da subversão -, destacamos, nessa coletânea, as pesquisas sobre trajetórias, a redução do campo de observação e de escala, o diálogo entre as dimensões da história cultural, da história política, da história social, e das religiões, como também temáticas como ditadura, democracia, direitos humanos, lutas operárias, lutas camponesas, anticomunismo, conservadorismo, direitas, esquerdas... e o respeito às escolhas conceituais sobre o que seria a “natureza” e/ou o “caráter” do golpe e da ditadura.

Tudo isso contribui para que tenhamos, como resultado, textos inovadores alicerçados em metodologias sofisticadas que envolvem desde a pesquisa tradicional em acervos documentais de fontes diretas e indiretas; a pesquisa em periódicos (jornais, revistas), como também um diálogo com a metodologia da antropologia das instituições, por exemplo.



Aparecem nessa obra jovens e experientes pesquisadoras e pesquisadores, sob a batuta de Irinéia Santos, que rege as vozes dissonantes, na formação de um coro que vai muito além do canto gregoriano monótono, repetitivo, contemplativo e disciplinador. A maestrina vem, já alguns anos, libertando da clausura os documentos praticamente desconhecidos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) e realiza cruzamentos sistemáticos para não cometer o pecado de ser dominada pela fonte. Não é à toa que a própria organizadora aparece na coletânea com dois textos de sua autoria. Quem conhece Irinéia no cotidiano sabe muito bem de sua capacidade de trabalho e de sua busca pela afinação perfeita em tudo que faz, sem a necessidade - ainda bem - de cometer castrações¹ epistemológicas daquelas e daqueles que a cercam.

Sobre outro aspecto, o da amplitude, temos investigadoras e investigadores não apenas de Alagoas, mas também que atuam em outras regiões do País enfrentando temáticas ricas pela diversidade, pelas perspectivas historiográficas distintas e pelas inúmeras fontes mobilizadas. Se não há limitação geográfica e de perspectiva, renova-se a historiografia não apenas sobre a Igreja Católica no Brasil republicano, mas, sobretudo, a historiografia sobre o pré-Golpe; sobre a tomada do poder nos primeiros quinze dias de abril; e sobre o início efetivo da ditadura com a posse de Castelo Branco (Fico, 2014).

Não é à toa que o vocabulário vai se diversificando capítulo a capítulo, texto a texto, entre signos, significados e significantes que

¹ Faço aqui uma referência aos *Castrati*, meninos religiosos que eram castrados para melhorar a performance vocal em alguns países da Europa, principalmente na Itália, a partir do século XVI, cuja prática se espalhou para outros continentes. Ver: ANDERS, Sérgio. O legado *castrati*: um breve estudo sobre a castração de garotos na Itália e sua contribuição para a história da música. In: *Opus*, v. 28, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20504/opus2022.28.02>. Acesso em: 29 jun. 2024.

incorporam paisagens sonoras arrebatadoras. Vejamos, como exemplo, algumas expressões que aparecem ao longo das partituras: “Política e ação social” (Ythalo Lisboa); “Golpe e melancolia/Ostracismo e consentimento” (Paulo César Gomes e Mathews Matias); “Anticomunismo e Nazi-fascismo” (Gizele Zanotto); “Catequese, missão e indigenismo/ Missa da Terra Sem Males/ Pai Nosso dos Mártires” (Diogo Silveira); “Responsabilidade em face da História/ Movimento por um Mundo Melhor” (Sérgio Coutinho); “O tabuleiro político/ Dez mandamentos das Ligas Camponesas...” (Wellington Medeiros); “Padres agitadores/ Católicos e Comunistas” (Irinéia Santos); “Um sacerdote investigado/ Excardinação e incardinação” (Séfora Junqueira); e “Freiras holandesas/ Ataque a uma cooperativa agrícola/ Incitação à luta armada (Derllânio Telício).

Mas antes de chegar até as expressões citadas, percebam que a pergunta que dá título ao livro, “Igreja subversiva”? é uma boa provocação para seguirmos na leitura de uma obra que já nos prende pela enigmática imagem de capa, cuja presença de Dom Adelmo Machado na recepção a Castelo Branco em Alagoas, em 1966, reforça o conjunto de imagens de dois anos antes que citei no parágrafo inicial. Não é coincidência que as fotografias tenham sido “descobertas” no acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e que a digitalização e publicização dos milhares de documentos, tem possibilitado uma verdadeira revolução nos estudos historiográficos para além dos grandes centros econômicos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília, não apenas sobre o período da ditadura, mas também das demais temporalidades. E por que destaco Dom Adelmo Machado para concluir esse prelúdio?

Sem dúvida, a aparição desse personagem que apoiou o golpe e, ao mesmo tempo intercedeu na defesa de “padres subversivos”, levam-nos a não cairmos na armadilha binária, como também a co-



nheceremos personagens que certamente não teriam destaque na *Revista Manchete*, a exemplo dos padres Luiz Santos, Antonio Henrique Pereira Neto, Manoel Henrique e Salomão Almeida de Barros Lima e as freiras holandesas, Irmãs Clementina Wouters, Odiliana Smits, Patrícia Berkhout, Redempta e Johannes.

Pelos argumentos expostos acima, é inquestionável o perfil subversivo da coletânea organizada por Irinéia Santos, que nos apresenta cantoras, cantores, textos e algumas personagens que passam longe dos anjos. Já outros, poderíamos dizer que são ...quase demônios. Um exagero meu, evidentemente, para chamar sua atenção. Não acreditem em tudo que escrevi aqui. Eu posso estar mentindo. Talvez o demônio seja eu, que a partir de agora também sou integrante desse canto coral. Antes que você descubra meu disfarce vamos à conclusão dessa *overture*.

Vejamos bem. Passados 60 anos do golpe de 1964, já estava mais que na hora de reconhecermos uma historiografia nacional que parte de outros Brasis para além daqueles apresentados nas manchetes das grandes revistas. Que as 20 mil pessoas, as oito emissoras de rádio e as duas emissoras de TV que foram recepcionar Dom Hélder Câmara no Aeroporto de Recife em 1964 fiquem bem atentas. A manchete agora é outra: “Irinéia Santos e uma historiografia subversiva”. Confiram!

Itabaiana, Sergipe

Maceió, Alagoas

29 de junho de 2024. Dia de São Pedro!

REFERÊNCIAS

ANDERS, Sérgio. O legado *castrati*: um breve estudo sobre a castração de garotos na Itália e sua contribuição para a história da música. **Opus**, v. 28, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20504/opus2022.28.02>. Disponível em: <file:///C:/Users/Anderson/Downloads/855-4316-2-PB.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CASCUDO, Fernando. D. Hélder em Recife. In: **Revista Manchete**, 25 abr. 1964, p. 35.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

REVISTA Manchete. Rio de Janeiro: Bloch Editores. n. 627. 25 de abril de 1964.

ZANOTTO, Gizele. Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964-1985) in GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. **Igrejas e ditaduras no mundo lusófono**. Lisboa: ICS, 2019.



APRESENTAÇÃO

por Irinéia Maria Franco dos Santos



Em 2020, em meados de março quando a pandemia de Covid-19 havia sido declarada no Brasil, recebi uma mensagem do professor e amigo Sérgio Coutinho perguntando se eu tinha notícias de uma assistente social de nome Maria Lúcia², presa pelos militares em Alagoas, acusada de subversão e com vínculos com a Arquidiocese de Maceió. Comentou que encontrou um dossiê sobre ela e informações sobre a Arquidiocese no *site* do Arquivo Nacional, no fundo do SNI (Serviço Nacional de Informações). Fui verificar a documentação indicada e para minha surpresa havia outras menções à Arquidiocese de Maceió, a sacerdotes, religiosos/as, bispos e leigos/as em diferentes dossiês e, comunicações elaboradas e transmitidas entre as agências de vigilância do Recife e de Maceió para a Central, no Rio de Janeiro. Essa documentação, inédita para nós que, até então, nos debruçávamos nas fontes do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), gerou grande interesse entre os estudantes e pesquisadores do Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER-Ufal) e ficamos profundamente gratos ao professor Sérgio por nos alertar sobre ela.

De tal modo que um pré-projeto foi elaborado, ainda em 2020, com a participação inicial da então bacharelanda em História, Séfora Junqueira. Como as atividades de ensino e pesquisa estavam sendo realizadas somente no formato remoto, nos anos seguintes, coletamos os documentos do SNI e selecionamos uma bibliografia especializada.

Em 2022, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) abriu um edital de fomento para pesquisas na área de

2 Maria Lúcia de Souza era assistente social. No seu prontuário do SNI, informe nº 343 de 22 de abril de 1983, da Agência Recife para a Agência Central, encontram-se informações que acompanham sua trajetória entre 1967-1981. “Em 1968 foi acusada de atividades subversivas no interior do estado de ALAGOAS. Em 1969 foi condenada pela 7ª CJM à pena de 03 anos e 09 meses de detenção, por infração à LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. Encontrava-se foragida.” Disponível em Sistema de Informação do Arquivo Nacional: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_83004599_d0001de0002

Humanidades e fomos contemplados com recursos para a produção de uma obra coletânea, a partir do projeto “*Agentes e movimentos católicos alagoanos nos arquivos do Serviço Nacional de Informação (1964-1979)*”³. Após a retomada presencial das atividades, fizemos uma chamada mais ampla para participação de discentes da graduação, da pós-graduação e de egressos do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-Ufal). A equipe contou ainda com a participação importantíssima de docentes que contribuíram em nossas reuniões de estudo da bibliografia especializada, debatendo a historiografia sobre o Golpe Militar e a Ditadura (Civil-Militar ou Empresarial-Militar)⁴ de 1964; também sobre a historiografia da Igreja Católica, no Brasil e em Alagoas. Participaram de nossas reuniões os professores Sérgio Coutinho, Anderson da Silva Almeida e Fernando de Medeiros Mesquita, momento muito rico de trocas e para a formação discente. Posteriormente, contribuíram com o projeto, encaminhando capítulos para a composição final da obra, a professora Gizele Zanotto, os professores Diego Omar da Silveira, Wellington Medeiros, Paulo César Gomes e Matheus Nunes Mathias.

Esse esforço de debate e produção científica coletiva foi concretizado no livro que agora apresentamos ao público, intitulado “*Igreja subversiva*”? *Agentes e movimentos católicos na Ditadura Militar, Golpe e luta de classes no Brasil*. Os textos trazidos foram organizados em uma perspectiva histórico-crítica, que observa os processos históricos mais gerais em relação às experiências particulares e locais (individuais e

³ Edital Fapeal n° 02/2022 – Auxílio à Pesquisa Humanidades – n° do processo: APQ2022031000006.

⁴ Optamos por deixar, no título da obra, a nomeação “tradicional” do período histórico como Ditadura Militar, enquanto os capítulos seguem as abordagens eleitas por suas autoras e autores, a partir das historiografias que reivindicam os termos Civil-Militar ou Empresarial-Militar.



coletivas), em diferentes regiões do Brasil. Observadas em seu conjunto, as análises e narrativas expressam um debate coeso e especializado sobre a historiografia das relações entre a Igreja Católica Romana e a Ditadura Militar, mas também as discussões dos contextos político, econômico, social e cultural do país, na segunda metade do século XX. Especialmente, atualiza a historiografia sobre a Igreja Católica em Alagoas, ao identificar sujeitos, trazer novas informações e esboçar hipóteses sobre acontecimentos “esquecidos” e/ou “silenciados” na memória social e na produção acadêmica. Metodologicamente, as abordagens trabalhadas pelas autoras e autores são diversas e se alinham às tendências da história cultural, história política, história social e história das religiões.

Nesse sentido, abrimos a coletânea com o capítulo do historiador em formação *Ythalo Amaral*, em um ensaio de aproximação às perspectivas ideológicas e políticas do clero brasileiro, nas décadas de 1960 a 1980. A proposta do autor busca trazer elementos para reflexão sobre como as diferentes tendências políticas do Clero reverberaram em suas atuações sociais. São observadas tanto as mudanças históricas internas à instituição religiosa católica, quanto aquelas do contexto político, social e econômico.

Em seguida, os historiadores *Paulo César Gomes e Matheus Nunes Mathias* analisam a trajetória do cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, com uma proposição exemplar para a historiografia das relações entre Igreja Católica e Ditadura, ao criticarem a dicotomia progressistas *versus* conservadores e tratarem das “zonas cinzentas”, ocupadas, segundo eles, “por vários membros do clero católico ao longo da Ditadura”. Este instigante capítulo dialoga de modo particular com o texto posterior produzido pela professora *Gizele Zanotto*, importante especialista nos estudos sobre a TFP (Tradição, Família e Propriedade) no Brasil. No capítulo, Zanotto analisa uma rica do-



cumentação do SNI a respeito deste movimento integrista católico e como os discursos produzidos pelos analistas militares aproximavam-se ideologicamente dos valores defendidos pela TFP.

A observação histórica das diferentes tendências religiosas e políticas presentes na Igreja Católica, se desdobram no capítulo do professor *Diego Omar da Silveira*, que traz uma análise fundamental sobre a atuação da Igreja junto aos povos originários, explicitando as relações entre missões e indigenismo, articulando os embates, disputas e novas perspectivas que foram se firmando entre os religiosos e religiosas do CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e as lutas do movimento indígena. Os interesses de exploração econômica na Amazônia foram e continuam sendo centrais para a compreensão do extermínio dos povos indígenas e das lutas de resistência travadas no passado e no presente. Além disso, o texto contribui para dar visibilidade ao protagonismo indígena e sua memória.

Já o capítulo do professor *Sérgio Ricardo Coutinho* contextualiza e propõe uma narrativa sobre o processo histórico da Igreja particular de Alagoas, na década imediatamente anterior ao Golpe militar de 1964, a partir da leitura crítica do Livro de tomo 15 da Arquidiocese. Este texto é estratégico na obra, por sintetizar aspectos das mudanças religiosas, especialmente sobre a recepção do Concílio Vaticano II e as políticas pastorais propostas por Dom Adelmo Machado. Ao mesmo tempo prepara os/as leitores/as para os capítulos seguintes, que formam um subconjunto na coletânea, focado na experiência alagoana.

Antes de apresentá-los, faz-se necessários alguns comentários pontuais. Os resultados obtidos com a pesquisa possibilitaram o conhecimento de parte da história político-religiosa de Alagoas, ainda

desconhecida ou pouco conhecida, sem uma produção historiográfica⁵ sistemática sobre ela, contando apenas com alguns registros advindos do *Projeto Memórias Reveladas* (articulado pelo Arquivo Nacional e o Arquivo Público de Alagoas - APA), que foi uma das atividades fomentadas pela Comissão da Verdade, criada em 2011 e instaurada em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff. Sujeitos/as que durante a Ditadura Militar, especialmente, militantes políticos e dos movimentos sociais, trabalhadores/as, religiosos/as, estudantes, advogados, jornalistas etc, que foram perseguidos ou processados durante o regime autoritário, tiveram suas memórias coletadas em entrevistas, em eventos públicos organizados pela Comissão Estadual da Verdade em Alagoas. Aqui, é importante mencionar a participação do padre Manoel Henrique de Melo Santana, falecido em 2022, como um dos depoentes e participantes ativos na articulação dessa Comissão.

No entanto, para além dessas informações – ainda não disponíveis ao público em geral –, e, contando com os registros da antiga DEOPSE-AL (Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica) presentes no APA, e de outros poucos documentos no arquivo da Arquidiocese de Maceió, praticamente não havia informações mais detalhadas sobre a participação e presença de religiosos católicos, entre eles sacerdotes, durante a resistência à Ditadura ou, até mesmo, a colaboração e a adesão de alguns outros. Foi, como mencionado, somente

⁵ A historiografia especificamente sobre o golpe militar em Alagoas e o período da Ditadura, ou seja, focada na História política, tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, contando com uma produção importante de professores/as e pesquisadores/as da Ufal e da Uneal. Muitas dissertações e teses de doutorado foram defendidas. Para acompanhar a discussão ver: da Costa, R. J. (2017). Por uma História do Golpe Civil e Militar em Alagoas. *Revista Crítica Histórica*, 5 (10). <https://doi.org/10.28998/rchvl5n10.2014.0003> Em 2024, na efeméride dos 60 anos do Golpe Militar, os professores Anderson da Silva Almeida (Ufal) e Marcelo Tavares Góes (Uneal) organizaram uma coletânea, em dois volumes, intitulada *Pacto de Silêncio. O Golpe de 1964, a Ditadura e a transição em Alagoas*, Volume 1: Poder, Resistências e Metamorfoses, Volume 2: Cultura, Narrativas e Trajetórias, publicada pela EdUNEAL.



com o acesso à documentação do Sistema Nacional de Informações (SNI), que pudemos conhecer como se deu a vigilância dos agentes do SNI ao clero católico em Alagoas.

Os resultados trazidos à tona, a partir da leitura crítica dessas fontes em articulação com outras, ajudam a caracterizar como se dava o processo de vigilância e perseguição; como os militares estavam presentes nas reuniões públicas da Igreja, mas também em atividades restritas, o que configurava as práticas de espionagem. Os relatórios da espionagem trazem narrativas densas, classificações e avaliações da atuação e do perfil político e ideológico de padres, bispos, missionários estrangeiros e religiosas, que atuavam no Estado. Geralmente, com percepções atravessadas de anticomunismo e incorretas sobre as motivações ideológicas desses/as sujeitos/as. No entanto, tais relatórios são ricos de detalhes que ajudam a entender como se davam as relações de tensão entre a Igreja e o Regime Militar, especialmente, a relação entre os arcebispos e os militares, de aproximações e distanciamentos em diferentes momentos, entre as décadas de 1960 e 1980.

Não havia uma historiografia sistematizada a respeito dos padres que foram indiciados pela Ditadura Militar, especialmente, o Padre Luiz de Oliveira Santos, processado no AI-1, junto com dezenas de outros alagoanos, funcionários públicos e políticos, e inocentado somente em 1969. Também a vigilância sobre os sacerdotes Salomão de Almeida Barros Lima, Humberto Cavalcanti, Teófanos Barros e Hildebrando Veríssimo era desconhecida e esclarece o perfil do clero perseguido: foram aqueles padres que atuaram diretamente com as questões sociais e agrárias nos sindicatos rurais, nos sindicatos urbanos e que faziam a formação de lideranças a partir das perspectivas da doutrina social da Igreja e das inovações advindas com o Concílio Vaticano II, fomentadas pelo Regional Nordeste II, do qual faz parte a Arquidiocese de Maceió. Os textos apresentados não esgotam a docu-

mentação disponível ou as possibilidades de formulação de problemas históricos. Muito continua em aberto.

Dito isso, o capítulo do professor *Wellington da Silva Medeiros* historiciza a atuação do Movimento de Educação de Base em Alagoas e como este foi impactado pelo Golpe Civil-Militar de 1964, aprofundando informações sobre a atuação do MEB junto aos sindicatos rurais, espaço estratégico para as ações sociais da Igreja, fortemente visado e combatido pela burguesia usineira e pelos militares.

Os capítulos produzidos por *Irinéia Franco* estabelecem alguns elementos de problematização para futuras pesquisas; primeiro, ao estudar o inquérito policial-militar contra o Pe. Luiz de Oliveira Santos, articulando a documentação do SNI com aquela do ACMM. O caso do Padre Luiz foi identificado pelo professor Fernando Medeiros como exemplar para afirmar a atuação de uma “esquerda católica” em Alagoas. Mesmo sem traçar uma trajetória que esgote a experiência do Padre Luiz, a autora observa, na documentação, as circunstâncias específicas das atividades exercidas pelo sacerdote que foram ao encontro do perfil visado pelos militares e por aqueles contrários às mudanças pastorais da Igreja. No segundo texto, por outro lado, ao narrar as relações entre o Clero e os operários, nas experiências religiosas da paróquia São José de Fernão Velho, de fins dos anos 1940 até a década de 1970, a historiadora destaca as contradições internas e externas à instituição religiosa e as lutas de classe presentes no contexto, em um bairro que recebeu muita atenção de católicos e comunistas, pela forte organização das trabalhadoras e trabalhadores da Fábrica Carmen.

Na mesma linha, mas com uma abordagem da micro-história, a pesquisadora *Séfora Junqueira*, traça um perfil do padre Humberto Cavalcanti, a partir da documentação produzida pelo SNI sobre este sacerdote e outras do ACMM. Os capítulos de Irinéia e Séfora, ao abordarem as trajetórias de Humberto, Salomão, Luiz e outros, se cruzam

nas narrativas trazidas e ajudam a confirmar a hipótese de um perfil de vigilância e das ações pastorais e sociais católicas que mais foram reprimidas pela Ditadura em Alagoas.

Fecha a coletânea, o mestrand *Derllânio Telecio* com texto sobre a atuação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua, no sertão de Alagoas, entre as décadas de 1960 e 1980. É importantíssimo destacar a atuação das mulheres na Igreja, tanto nas lutas contra o autoritarismo, mas nas ações cotidianas de combate à miséria e às desigualdades de gênero, além daquelas que asseguraram e asseguram as atividades pastorais e religiosas dentro do catolicismo, uma vez que as mulheres ainda são subalternizadas na estrutura eclesiástica.

A produção aqui apresentada contribui, pois, fortemente para o aprimoramento da História do Brasil República, especialmente neste ano de 2024, com a comemoração dos 60 anos do Golpe de 1964. É necessário avançarmos em análises do tempo presente brasileiro, especialmente quando enfrentamos ameaças fascistas e antidemocráticas. É necessário que o Estado brasileiro possibilite a crítica, a justiça e a reparação, a partir do entendimento das memórias e dos fatos traumáticos do período da Ditadura Militar. A função social da disciplina de História e da Universidade pública é esta: produzir conhecimento que seja referência para o debate público qualificado, e contribuir para a construção da sociedade justa e democrática que almejamos.

O título da obra “*Igreja subversiva*”⁶, trazido como uma pergunta, convida as leitoras e leitores a buscarem uma resposta para além do “sim” ou “não”; ou de um “depende”. Segundo Ishaq, Franco

6 Vários documentos do SNI utilizam a expressão “subversão praticada por membros da Igreja Católica”, entre eles ver: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80003560_dooooideoooo6 Informação nº 307/19/AC/74, origem PGR nº 017356, anexo cópia do Relatório Secreto do Procurador Geral da Justiça (4 volumes), difundida para todas as agências no país.



e Sousa (2012, p. 279)⁷, “o Manual de Segurança e Informações produzido pelos órgãos de informação do Governo Militar, em 1971, definiu subversão como: “a forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime”. As “ações subversivas”, segundo o mesmo Manual, “possuíam caráter predominantemente psicológico, buscando conquistar as populações para um movimento político-revolucionário pela destruição das bases fundamentais da comunidade que integram”. Outro documento, segundo os autores, definia o termo como “o emprego planejado de propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter apoio da população para um movimento revolucionário” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 279). A finalidade dessas ações seria a “conquista do poder”. Fazem ainda referência a um outro documento do Ministério do Exército, de 1972, sobre como os militares deveriam agir diante do “inimigo”: “Se o subversivo esboçar reação atirem e atirem para matar. Lembrem-se de que nesta guerra suja não existem maneiras corretas ou erradas de vencer. Existem, somente, vitórias ou mortes” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 281).

Essa concepção é, propositalmente, elástica e brutal o suficiente para ser empregada a diferentes situações, organizações e pessoas e, assim foi feito, durante a Ditadura no Brasil. Podemos afirmar que ainda hoje se perpetua na violência praticada pelo Estado contra as populações pretas periféricas, povos originários e camponeses sem terra. Os/as leitores/as poderão conferir nos capítulos do livro como tal termo fora empregado a respeito dos agentes e movimentos católicos e à luta de classes. “Sim”, “não” ou “depende” não serão respostas satisfatórias. A complexidade das relações e sua variação no tempo e no

7 Na obra: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. A escrita da repressão e da subversão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.



espaço nos esclarecem que a realidade tem muitas nuances que nem sempre são perceptíveis pelos/as sujeitos/as. A “consciência possível” dos católicos e católicas durante o Regime Militar, e da sociedade brasileira, de modo geral, não é unívoca. No entanto, linhas de tendência em disputa pela hegemonia ideológica podem ser observadas, mesmo que entre os discursos e as práticas elas variem.

O termo *subversão*, portanto, fazia parte de um vocabulário do sistema de informações voltado para classificar e identificar os/as tantos/as “inimigos/as” do regime, para fins de combate e extermínio. Se, certos agentes e movimentos da instituição católica foram vistos, por vezes, como subversivos (ou “agitadores da luta de classes”), durante a reabertura política e ao longo dos anos 1980 e 1990, quando as memórias do período ditatorial passaram a ser articuladas e uma historiografia produzida, a pecha de *subversiva/o* – bem ao gosto da dialética – foi reivindicada por alguns setores católicos como um símbolo de valor positivo das lutas e resistências contra o horror da tortura, da violência e da morte causadas pelos militares e seus aliados civis. Inspirados pela vida, luta e poesia de Pedro Casaldáliga (1928-2020)⁸, uma *Igreja subversiva*, nesse caso, poderia soar como um distintivo a ser usado com orgulho, ou um chamamento ainda hoje pertinente para a conversão à causa dos pobres e da classe trabalhadora.

Maceió, 2 de junho de 2024

Por memória, justiça e reparação, Ditadura nunca mais!

⁸ Cf. <https://fperecasaldaliga.org/pt-br/pedro-casaldaliga-a-obra/>



UMA APROXIMAÇÃO ÀS
PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS
E POLÍTICAS DO CLERO
BRASILEIRO, NAS DÉCADAS
DE 1960 A 1980

Ythalo do Amaral Medeiros Lisboa

*“Meus heróis
Morreram de overdose
Meus inimigos
Estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver”
(Cazuza-Ideologia)*

O presente capítulo buscará, de forma ensaística, apresentar alguns elementos a respeito das ações sociais e do pensamento político das lideranças eclesiais católicas brasileiras e alagoanas, em um recorte temporal que vai de 1964, ano do Golpe e da instauração da Ditadura Brasileira, até a década de 1980, no contexto da redemocratização. Buscamos compreender as tendências ideológicas do clero brasileiro e como tais pensamentos reverberaram em suas atuações no meio social. Traçaremos os antecedentes históricos que construíram a ideologia eclesial, imersa no ambiente capitalista no contexto da guerra fria. Bem como, indicaremos as condições de vida do campesinato brasileiro para descobrirmos como a Igreja, através da luta político-sindical, organizou e influenciou a vida desta parcela da população. Da mesma forma discorreremos sobre o pensamento político da Ditadura Empresarial-Militar e o motivo de lançarem tanta desconfiança contra as ações do clero.

IDEOLOGIA, ESTADO E RELIGIÃO

Karl Marx e Friedrich Engels, em parte de suas obras, mais especificamente em *“A Ideologia Alemã”* (1998, p. 7-55) constataam a “ideologia” como um aparato de dominação da burguesia sobre o proletariado, uma “falsa noção da realidade”. Em divergência da conceituação atual, presente no senso popular, de um conjunto de ideias defendido por um grupo político. Marx e Engels não classificavam suas concepções



como “ideológicas” (1998, p. 21-23), pois entendiam que serviriam para libertar o proletário da “ilusão criada pela burguesia”.

Assim, para eles, a ideologia dita “Liberal” serviria de sustentação para o Estado burguês, alienando o trabalhador, fazendo-o crer que a dominação econômica seria natural, que as condições extremas como a fome e a miséria seriam equivalentes às tempestades e às secas, ou seja, fenômenos “naturais”. Com base no senso comum, as ideologias preservariam ideias aristocráticas como o “direito divino de governar” ou, meritocráticas, como “a fortuna de um capitalista detentor dos meios de produção foi adquirida por mérito próprio e não pelo trabalho de terceiros”. Deste modo, o regime de governo burguês se utilizaria de tal discurso e do emprego legal da violência do Estado, organizado pela classe dominante, para fazer valer as normas ideológicas que a guiam, mantendo o proletariado oprimido e controlado.

Lênin em “*O Estado e a revolução*” conceitua o “Estado” burguês, de forma didática. “[...] O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. [...]” (Lenin, 2021, p. 21). Partindo deste pressuposto, entende-se que o Estado brasileiro representaria os interesses da burguesia nacional. Agrava ainda, ao incluirmos a perspectiva de Lênin sobre o “Imperialismo” e, assim, temos a subserviência das classes dominantes brasileiras à burguesia internacional, neste caso europeia e norte americana.

O surgimento do Estado, caracterizado por Engels, em “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” e citado à exaustão por Lenin, seria fruto do desenvolvimento de uma sociedade, até o ponto em que existisse a necessidade de uma classe oprimir e controlar as demais para o seu proveito próprio. No Brasil, a existência do Estado foi imposta pelo colonizador, com o esclarecido propósito de controlar as populações aqui existentes (Baniwa, 2021) e aqui trazidas escravizadas (Santos, 2022), e explorá-las para o benefício da metrópole. Com o



desenvolvimento do capitalismo, segundo Caio Prado Júnior (2018), a economia nacional adaptou-se para servi-lo em sua cadeia produtiva, desfavorecendo o desenvolvimento nacional. Sem rompimento com as classes dominantes, nem na independência e nem mesmo na abolição, o modelo econômico foi preservado até o decisivo momento do aparecimento das perspectivas nacionalistas e desenvolvimentistas, no alvorecer da República e que despontaram no Golpe de 1930 e no Vargasismo (Schwarcz; Starling, 2018, p. 318-386).

A República de 1946 a 1964 representou em seu “apagar de luzes” a maior ameaça a esta burguesia nacional subserviente (Schwarcz; Starling, 2018, p. 386-437). Ela foi derrubada por um Golpe Empresarial Militar, ao qual René Dreifuss (1987) caracterizou como um “golpe de classe”, para preservar o poder e a fortuna dos dirigentes do Estado, usando o seu aparato de violência que por conseguinte é o braço de manutenção deste mesmo Estado.

Benedict Anderson, no primeiro capítulo de sua obra “*Comunidades Imaginadas*” (2008, p. 35-84), ressalta que a partir do fim da Idade Média na Europa e, especialmente, da Revolução Francesa, a religião no ocidente, de modo geral, vem perdendo terreno para o nacionalismo e para as concepções laicas e mesmo ateístas de mundo. Se antes o indivíduo necessitava da religião para conviver com seu constante sofrimento e para ter uma promessa de redenção, agora estas expectativas seriam supridas com a esperança de progresso de sua pátria, e nas promessas nacionalistas de predestinação de seu povo.

Para a classe trabalhadora, este processo de mudança histórica se constituiu em mais do mesmo; se antes a religião serviria para legitimar a dominação dos oprimidos pelos opressores⁹, agora quem

⁹ Um bom exemplo deste discurso eram as pregações do padre Antônio Vieira, onde o escravizado no momento de sua morte, quando chegasse ao paraíso, teria sua situação invertida e ele mesmo se tornaria o senhor. Ver “XIV Senmão. Série Maria Rosa Mística.”

seria responsável por tal processo seria o Estado. Porém, na materialidade das relações humanas houve uma confluência de discursos. Na prática a religião que dependia do Estado se apoiou nele e legitimou as ações da burguesia, ela marchou com seu discurso ideológico para preservar-se nas esferas de poder e, assim, preservar a manutenção do *status quo*. O Estado Burguês, por outro lado, dependendo da influência econômica e social que as instituições religiosas como a Igreja Católica dispunham na sociedade, se alinhou e, muitas vezes como no caso do Brasil, se confundiu com ele, mesmo antes do surgimento do nacionalismo e das revoluções burguesas¹⁰.

Tal processo já se tornava endêmico. Fora instituído, de forma não oficial, um sistema de trocas mútuas, o governo ajudava a Igreja a preservar suas economias e instituições, em troca de legitimidade que esta construiria com seus fiéis, através do senso comum, alinhando seus interesses e seus discursos para a preservação do sistema capitalista. E, por conseguinte, reforçando uma ideologia liberal e pelas normas religiosas, conservadora. Em níveis regionais ou municipais, a religião pode definir o apoio a determinados candidatos de grupos da burguesia, em detrimento de outros. Um exemplo contemporâneo de tal processo, pode ser o apoio quase irrestrito de Igrejas e seguimentos evangélicos e católicos brasileiros a candidaturas de extrema Direita, que apoiam não apenas suas propostas sociais que, pelo senso comum atraem tantos fiéis, mas projetos de isenção de impostos e auxílio financeiro a suas ONGs (Amado; Capelli, 2022).

Deste modo e, de formas bastante perspicazes, a religião cristã pode sobreviver ao laicismo e ao ateísmo trazidos pelo iluminismo. Mostraria, assim, uma grande capacidade de adaptação de seu discurso, com o advento do republicanismo “laico” no Brasil, após o golpe

10 Refiro-me à Francesa e à Americana.



que deu ignição à República (Alves, 1979, p. 32-36). A Igreja Católica, maior instituição religiosa da época, no país, soube manter sua posição, seus fiéis nas igrejas, crescer, e ainda se adaptar ao novo mundo social e político, que o século XX trazia para a América Latina e para o restante do planeta. Para debater tais questões, antes devemos compreender as condições de vida do povo brasileiro, a História da Igreja no Brasil em tempos republicanos e suas ações na sociedade e, por fim, observar como se deu a articulação entre pensamento, ação e relação com os estados que, à época, estavam sujeitos a uma ditadura militar e burguesa.

CONDIÇÕES DE VIDA GERAIS DO CAMPO E PROLETARIADO BRASILEIRO E ALAGOANO

Como já referido, com a manutenção do sistema econômico agroexportador, sem um rompimento definitivo com a elite colonial e escravista, a burguesia nacional relegou ao Brasil e, especialmente ao Nordeste, um cenário de profunda desigualdade e concentração de terras e riquezas. Após a promulgação da Lei de Terras (1850) os conflitos agrários se intensificaram no interior e a abolição da escravidão (1888) não foi capaz de, sozinha, dar equidade econômica à população da nação (Santos, 2022). As relações de servidão, em grande parte, foram preservadas pelo sistema de “moradas”^{II}, presente no Nordeste (Mello, 1990).

Muitos ex-escravizados no interior acabaram por continuar nas propriedades de seus patrões, outros foram empurrados para mi-

II As moradas se caracterizaram por um sistema de quase “servidão”, onde os trabalhadores rurais do pós-abolição trabalhavam nas terras de grandes proprietários em troca não de salários, mas da possibilidade de usufruir de uma parte da terra para habitar ou morar e para plantar sua alimentação. Mais informações em Melo (1990).

nifúndios improdutivos que eram, constantemente, assediados pelos grandes latifundiários locais. Os povos originários perdiam cada vez mais territórios e tinham suas culturas deturpadas pela imposição do Estado brasileiro que continuava um processo de colonização de seu próprio povo. Nas grandes cidades, as classes trabalhadoras se amontoavam nos morros, periferias e favelas, indígenas, negros e também imigrantes e brancos empobrecidos.

O cenário vivido no Brasil era de miséria: a fome e as doenças eram endêmicas, e mesmo os governos nacionalistas e desenvolvimentistas, de Vargas¹² a Juscelino Kubitschek, não foram capazes de reverter a situação. João Goulart tentou implementar as chamadas Reformas de Base – que contavam com uma tímida reforma agrária – no entanto, foi removido do poder pelo Golpe Empresarial Militar de 1964. Segundo Dreifuss (1987), a burguesia, sentindo-se ameaçada, agiu para preservar seu poder, mesmo que sob um regime autoritário¹³. O resultado de tal processo histórico foi a preservação das péssimas condições de vida da população.

Os relatórios anuais produzidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁴, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB)¹⁵, dão-nos um resumo da situação geral do campesina-

12 Aqui refiro-me ao período do governo democrático de Vargas (1951-1954) durante a quarta república brasileira.

13 O autor debate o apoio da elite orgânica nacional ao Golpe de 1964, como uma ação para defender seus interesses. Logo um “golpe de classe”.

14 “MEB é uma instituição de formação e assessoramento que prioriza a educação popular, com ações voltadas para a garantia e defesa dos direitos, da qualidade de vida e o desenvolvimento humano de populações em áreas de vulnerabilidade social. [...]” Disponível em: <https://www.meb.org.br/historia/>.

15 “A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, na qual exercem conjuntamente algumas funções pastorais em favor dos fiéis (cf. cân. 381, § 2). [...]” Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb/>.



to brasileiro na década de 1970, logo após o chamado “milagre econômico”. Somadas às conclusões subjetivas, relacionadas ao avanço da fé das populações interioranas e ribeirinhas, bem como da preservação das relações familiares e comunais (ACMM, 1978, p. 9-10), o MEB faz apontamentos das condições de educação, de vida e de cidadania dessas populações.

Há pouquíssimas agências de serviços sociais e a população nem sequer têm noção da necessidade de tais serviços. Há um certo fatalismo que justifica e explica os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos e eliminando, de início, qualquer possibilidade de enfrentá-los.

Não há muitas lideranças, nem infraestrutura para formação de líderes. [...]

Não há grande interesse pela profissionalização. As pessoas se preocupam mais com a sua própria subsistência. E como os níveis de vida são muito baixos, contentam-se com muito pouco. [...]

A recreação é escassa e limita-se ao círculo familiar e a algumas festas tradicionais, onde a população, principalmente adulta, consome muita bebida alcoólica e perde suas pequenas economias. (p. 10)

São comunidades, em sua grande maioria, primitivas, de baixo nível técnico, pertencentes à cultura indígena, afro-brasileira, ou melhor, afro-indígena, ou a chamada ‘cultura cabocla’ conjugada a uma economia quase de autoconsumo, de processos extremamente rudimentares, de instrumental reduzido e de baixo rendimento. (p. 9)

O analfabetismo era endêmico na nação, sindicatos¹⁶ e ONGs, fossem religiosas ou laicas, bem como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se ocupavam em alfabetizar a população, através de cursos de formação. Nas cidades a situação pouco se alterava, apesar da presença mais constante de sindicatos, como veremos mais adiante (ACMM, 2000).

A desnutrição era outro problema grave, sendo comum avistar crianças comendo terra para suprir a carência de alimentação básica (Galeano, 2021).

Tal realidade catastrófica fora construída com a própria História do Brasil, sendo sustentada pela ideologia da burguesia, que colocava nas costas do povo explorado a responsabilidade pela sua condição.

Em parte desta população, um componente de união destacava-se, a religiosidade, em especial o cristianismo católico. Seja ela espalhada à força entre os escravizados, imposta aos indígenas pelos jesuítas nos aldeamentos (Alves, 1979, p. 17-22), ou mesmo inerente a eles como era no caso dos imigrantes brancos, e descendentes de portugueses pobres. A Igreja Católica desempenhava papel decisivo no dia a dia da sociedade brasileira contemporânea. Suas ações, no sentido da manutenção do *status quo* ou, no sentido de ajudar e orientar o povo, com base na caridade cristã, ou mesmo em teologias libertárias, que serão mais amplamente debatidas, demonstram a influência do componente religioso na população: as pessoas, para suportarem o sofrimento de suas vidas, se apoiavam no religioso.

Em Alagoas, a situação não era de todo diferente, em alguns aspectos até pior que no restante da nação. As exportações do pequeno

16 Relatórios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Branquinha referentes a esta época apontam o analfabetismo como o problema mais grave dentre todos os outros e que permaneceu assim, até os anos 2000. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Caixa 101 – Pasta 10.



estado eram quase todas de bens agrícolas, em especial os derivados da cana-de-açúcar. A política era dominada desde os tempos coloniais por pequenas oligarquias de senhores de engenho (Mello, 1990, p. 31-33), que – em grande maioria, durante a primeira metade do século XX, tornaram-se usineiros – agropecuaristas e elites econômicas urbanas. Uma grande faixa de terras que vai do Litoral do estado até o Sertão é ocupada por plantações de cana, com uma população de 800.000 de pessoas. Entre as décadas de 1960 e 1980, a grande maioria das quais era empregada no corte da cana (Mello, 1990).

A lealdade política dessas elites variava conforme o poder nacional vigente (Apratto, 2018). Durante a estada da Família Real Portuguesa, no Brasil, entre 1808 e 1821, a grande maioria dessas famílias ficou do lado da Coroa durante a Revolução Republicana de 1817, em Pernambuco, sendo beneficiados com a emancipação política após sua vitória. Durante todo o Período Imperial, à exceção de raras ocasiões, houve monarquistas que se utilizavam da política imperial para se rezejam no poder; e, após o golpe que inaugurou o Período Republicano, essas mesmas oligarquias tornaram-se antimonarquistas, defensores do “republicanismo”. De 1964 a 1979, segundo Paulo Décio de Arruda Mello,

ficou estabelecido uma espécie de pacto quase explícito entre o poder central – cada vez mais forte e centralizador – e as forças políticas de base agrária do nordeste, as quais coube emprestar legitimidade aos regimes militares. (1990, p. 52)

Os processos e desenvolvimentos políticos, deste longo período, são muito mais complexos do que poderemos discorrer neste texto; mas, é importante ter em mente que a elite econômica se confunde com a elite política alagoana, a qual, por sua vez, tende a apoiar as



forças políticas dominantes, em troca de benefícios do governo em detrimento dos interesses das camadas mais pobres da população. Estas, muitas vezes sob o auspício da Igreja, eram cooptadas a aceitarem de bom grado sua situação. O Estado assim, fruto do “antagonismo de classes”, flutuava entre disputas de várias alas da burguesia, enquanto o povo era brutalizado.

Predominou em terras alagoanas, por muito tempo, o chamado *sistema de morada*, uma herança da escravidão, que perpassou os velhos engenhos dos banguês e sobreviveu nas usinas. Os trabalhadores rurais eram alocados com suas famílias de forma voluntária e instalados nas imediações das usinas de cana, lá recebiam moradia, terras e equipamentos para o ofício. Em troca, os trabalhadores deviam se dedicar ao corte da cana durante os meses em que ela florescia, sem receberem nem um centavo pela venda de sua força de trabalho (Mello, 1990, p. 18-27).

Os proprietários controlavam a oferta de trabalho e a política a nível local. Logo, era as eles que pertenciam o monopólio da violência estatal; eram efetivamente os donos do Estado. Portanto, se quaisquer abusos fossem cometidos contra os trabalhadores, estes não teriam a quem reportá-los, a não ser aos patrões de onde a violência partia (Mello, 1990, p. 35-42).

Muitos trabalhadores também não recebiam equipamentos adequados para cultivar suas pequenas plantações, tendo que alugá-los dos proprietários, bem como, adquiriam alimentos e outros bens de consumo nos mercados e armazéns dos mesmos, criando um sistema de endividamento acumulativo (Mello, 1990, p. 26-27). Porém, assim como nos tempos da escravidão, concessões eram realizadas de ambos os lados. Muitos trabalhadores tentavam, de todas as formas, agradar os seus senhores, e sua proximidade com os usineiros faziam-nos criarem laços familiares. Os filhos de ambos os lados se relacio-



navam, as esposas dos trabalhadores, muitas vezes, trabalhavam nas casas dos usineiros, e cabiam aos senhores a alfabetização, o atendimento médico, os casamentos, batismos, crismas, e comunhões dos trabalhadores e suas famílias (Mello, 1990, p. 27-30). A posição social do senhor de engenho fora herdada pelo usineiro. Em resumo, quanto mais o trabalhador se aproximava do senhor mais este o ajudava com suas famílias, fazendo-lhes doações e lhes pagando gratificações. Este sistema dava legitimidade aos abusos dos usineiros e calava qualquer voz dissidente e revoltosa, tornando, praticamente impossível, o nascimento de qualquer resistência a estas práticas. Esta mesma tática será usada, posteriormente, pelos proprietários no alvorecer das lutas de classe e políticas no estado na década de 1960 (Mello, 1990, p. 102-139), entrando, assim, em conflito ou em consonância com a da Igreja no território.

Os sindicatos e o movimento camponês que, nos anos 1960, agitaram o interior do Brasil e Alagoas, demoraram a se adaptar no estado. O modelo de sindicalização comunista e urbano, herdado da Europa pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), não se encaixava a uma situação tão personalizada como a existente em Alagoas (Mello, 1990, p. 67-69; 88-101; 104-106). Segundo Mello (1990), a situação mudou, apenas, com uma reestruturação das usinas, no final da década de 1960 e início da década de 1970, auxiliadas pelo governo estadual e federal que reestruturaram a produção canavieira, fazendo as usinas cortarem gastos e maximizar a produção. Bem como fornecendo empréstimos a juros baixíssimos, realocando e reintegrando usinas, tornando o sistema de moradas obsoleto e criando um grande êxodo rural em direção às cidades interioranas e à capital Maceió (Mello, 1990, p. 48-67). Assim, criou-se um ambiente mais propício para o surgimento de sindicatos, e em especial de sindicatos urbanos, o que tornou, no entanto, a exploração do trabalho ainda pior. Estas ações



isolaram o governo do trabalhador e o jogaram no colo dos usineiros, permitindo-os criarem organizações protecionistas e grandes “conglomerados”, a exemplo do Instituto do Açúcar e do Alcool, e a Associação dos Plantadores de Cana. Tal influência e proteção do Estado brasileiro aumentavam a autonomia e a impunidade dos senhores das usinas, e a sua relação com os trabalhadores rurais.

Seguindo a interpretação de Mello (1990), durante a vigência do Estado Novo (1937-1945) e dos governos subsequentes, os trabalhadores foram enclausurados em sindicatos aparelhados pelo Estado e sob a chefia de seus patrões. Obviamente, havia organizações de trabalhadores legítimas, principalmente após a constituição de 1945; porém, tal prática enfraqueceu a força de organização sindical no país.

Nas zonas urbanas do interior, a emigração causava inúmeros problemas. Nascidas como extensões dos engenhos, cidades como Murici, Coruripe ou mesmo a cidade industrial de Fernão Velho, enfrentavam problemas com falta de moradias e habitações insalubres, criando uma situação propícia para que as usinas cobrassem aluguéis abusivos dos trabalhadores (Mello, 1990, p. 56-60). Tal situação levou ao surgimento de favelas e a falta de serviços como saúde, segurança, esgoto e educação. A mão de obra local continuou ligada à “produção canavieira”, com a maior parte dos trabalhadores mantendo-se cortadores de cana; e, nos períodos de “crescimento da cana”, vendiam sua força de trabalho à construção civil, trabalhos domésticos, e quaisquer outros serviços.

Alguns moradores, aqueles mais próximos dos senhores, tornaram-se os chamados “empreiteiros” que passaram a morar nas cidades e convocar trabalhadores para o corte da cana (Mello, 1990, p. 58-60). Estes eram mais bem remunerados e viviam em condições mais favoráveis nas cidades. Com muitos trabalhadores rurais desenvolvendo laços afetivos e até mesmo familiares com eles, substituindo, assim,



o papel do senhor no falido sistema das moradas. Era interessante aos trabalhadores se aproximarem dos empreiteiros para, assim, garantirem uma vaga no corte de cana. Lá trabalhavam durante todo o dia sob o sol forte, sem proteções ou equipamentos adequados, sendo pagos não por suas horas de trabalho, mas sim pela quantidade de cana por eles cortada, medida que muitas vezes era imprecisa. A fuligem das queimadas das noites anteriores cobriam suas peles, e os trabalhadores eram contaminados pelos agrotóxicos e atacados por insetos (Mello, 1990, p. 60-61).

É evidente que tal cenário é referente à produção da cana-de-açúcar e as usinas Alagoas, ignorando outras culturas campestres como o algodão e mesmo a pecuária. Há diferenças e semelhanças com a realidade dos trabalhadores urbanos da indústria, que trabalhavam nas fábricas de Maceió, Fernão Velho e na Salgema no Pontal da Barra. Porém, é importante ter em mente que, no período de 1960 a 1980, a produção canavieira representava a maior parte do produto interno bruto do Estado cerca de 60% (Mello, 1990, p. 13-14). A grande parte das famílias do interior de Alagoas, eram empregadas direta ou indiretamente pelo mundo da cana-de-açúcar, sobressaindo-se sobre as demais produções.

Mesmo assim, não podemos ignorar a importância do setor têxtil do estado. Surgido ainda antes da colonização efetiva de Alagoas, utilizado pelos indígenas do estado, o algodão começou a ser plantado em larga escala¹⁷, durante o século XIX no contexto internacional da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América, que fez o preço subir e os lucros dispararam. A produção era destinada ao Reino Unido para alimentar a sua máquina industrial. A fundação da fábrica

¹⁷ Já o algodão era cultivado inclusive pelas populações indígenas pré-coloniais, antes mesmo do território ser conhecido como Alagoas.

União Mercantil em Fernão Velho garantiu uma tímida industrialização da *commodity*. A estes trabalhadores industriais, as ideologias revolucionárias tiveram o primeiro contato em Alagoas. A introdução dos trabalhadores de Fernão Velho ao socialismo foi essencial para a ascensão das lutas sindicais no Estado.

Neste contexto de profundas contradições e de desesperança generalizada, sindicatos rurais e urbanos (alguns com viés marxista) começaram a ser organizados pelo estado, mobilizados pelo movimento ruralista dos anos 1960. Após o impacto do Golpe de 1964, a Igreja Católica em Alagoas que, por motivos que ainda serão apresentados, abandonou sua apatia à situação, e mesmo que ainda alinhada à política tradicional, fundou sindicatos e passou a apoiar, orientar, e instruir, as classes populares (Mello, 1990, p. 140-185). Para entendermos este contexto se faz necessária uma breve síntese sobre a história da Igreja no Brasil e das mudanças enfrentadas pelo “mundo”, na segunda metade do século XX.

A IGREJA ALAGOANA, POLÍTICA E AÇÃO SOCIAL

Antes mesmo do Concílio Vaticano II, já havia uma certa atuação social do clero e uma profunda noção da realidade da população alagoana (Medeiros, 2018, p. 24-33). Deste movimento veio a criação de organizações como a Ação Católica Alagoana, ou mesmo nacionalmente, o Serviço de Assistência Rural no Rio Grande do Norte¹⁸, o Movimento de Educação de Base ou a Central Sindical Cristã.

No estado os sindicatos rurais e urbanos começaram a surgir nos anos 1940 a 1960, mobilizados em grande parte pelo PCB e fa-

18 SAR: Serviço de Assistência Rural, 25 ANOS, Síntese Histórica, Revisão-73, Plano De Trabalho-74. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Caixa 109.



zendo parte de um movimento ruralista maior, nacional, que estava em consonância com as Reformas de Base lançadas pelo governo do presidente João Goulart. Mesmo a mobilização sindical sendo débil em muitos aspectos, acendeu o alerta das elites agrárias e da Igreja (Mello, 1990, p. 88-139). O partido governista, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tinha origens no getulismo e mesclava o trabalhismo, o nacionalismo, e o desenvolvimentismo. Apesar de, à época, ser considerado uma “agremiação de esquerda”, o partido tinha quadros dos mais diversos; o conservadorismo e o tradicionalismo influenciados pela própria Igreja dominavam a política e o imaginário da população, fazendo muitos quadros do PTB se identificarem com a direita economicamente nacionalista, chegando muito perto do integralismo e mesmo do fascismo clássico. A exemplo do trabalhista alagoano Ari Pitombo (Santos, 2015). Essa dicotomia, dentro da política institucional, facilitava quadros católicos conservadores, tradicionalistas, e mesmos fundamentalistas se juntarem ao partido. Fato que não se limitava ao clero, com muitos militares e burgueses também fazendo parte do trabalhismo. Bem como, lideranças radicais da esquerda tais como Leonel de Moura Brizola (Ferreira, 2003).

A formação de sindicatos ligados ao estado, como fora concebido pela legislação sindical brasileira, criava uma espécie de corporativismo democrático. Isto alinhado às políticas de desenvolvimentismo, e fortalecimento da burguesia industrial local, podem ter atraído intelectuais católicos do início do século. Mesmo com outra grande parte do clero sendo avessa à política trabalhista, alguns se apegavam a política social do trabalhismo que se inspirava na caridade cristã, como expresso por Alberto Pasqualini (2024).

Dom Adelmo Machado, bispo coadjutor de Maceió, na década de 1960, organizara diversas “semanas ruralistas” em diferentes pontos do estado. Nelas, os trabalhadores eram orientados a como melhor con-



duzirem seus trabalhos, eram apresentados a novas máquinas e equipamentos; participavam de cursos que davam instruções sobre higiene e sobre o cultivo, tudo cercado por palestras e oficinas, com missas, procissões e pregações (ACMM, 1956). Mesmo com os religiosos ouvindo os relatos de abusos por parte dos trabalhadores, e lhes oferecendo assistência jurídica e médica nos sindicatos católicos, nem uma forma de ruptura com as elites locais, causadoras daquelas desigualdades pelo sistema das moradas, ou mesmo pelo seu fim, era proposta. Pelo contrário, mais de uma vez em entrevistas, Dom Adelmo demonstrou ser “contra a reforma agrária proposta por Jango”, por considerá-la radical demais, preferindo aquela proposta pelos elementos da direita reacionária, e cunhada pelo complexo Ipes-Ibad, que consistia na colonização de zonas despovoadas e de mata fechada, ainda existentes no estado.

A igreja que é pela propriedade particular e proclama que um dos esteios mais sólidos do uso da liberdade é a propriedade, sempre esteve, através dos séculos, a criar ambiente, a dar o fermento cristão à ideia da fixação do homem rural à terra que trabalha, pela posse de direitos que lhe garantem o bem estar e o uso da liberdade.

Há pretensões descabidas, absurdas, como há temores sem razão.

Equacionar a reforma agrária, no Brasil, em divisão geral de terras que já estão sob domínio legal de proprietários legítimos é ignorar o Brasil de imensas terras devolutas. Tomar esse princípio de divisão como norma geral, seria um absurdo uma desgraça social.¹⁹

19 Jornal das Alagoas: Dom Adelmo Machado ao DA: *É Urgente Que se Pense no Homem do Campo Nordestino em Geral Ignorante e Doente. Esse pobre homem que vive sob o peso de quatro séculos de trabalho rotineiro.* 1956. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM).

Durante a polarização política, dos anos 1950 a 1960, nos bispados de Dom Ranulpho Farias e Dom Adelmo Machado, a Igreja alagoana dinamizou as suas mobilizações assistencialistas pelo estado. Entre as organizações fundadas podemos citar como melhor exemplo o SORAL Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas, os Círculos Operários e a Rádio Palmares. A Ação Católica já se mobilizava pela capital e pelos interiores, enquanto o Movimento de Educação de Base alfabetizava os trabalhadores. Neste primeiro momento, houvera uma escassez de religiosos instruídos para liderar os órgãos assistencialistas da Igreja, para ajudar a compor os quadros, membros de ordens religiosas e religiosos de fora de Alagoas foram chamados. Dessa forma, visões mais reformistas e mesmo radicais começaram a ressoar pela base católica, que começava a sentir o efeito dos trabalhos da Igreja (Medeiros, 2018, p. 24-40) (Medeiros, 2007, p. 61-103).

O sucessor de Dom Adelmo, Dom Miguel Fenelon Câmara que atuou entre 1976 até 1984, criou pastorais sociais e expandiu as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que começaram a surgir no bispado de seu antecessor²⁰. E, diferentemente da Ação Católica, sua atuação ocorria “de baixo para cima”, com a liderança sendo compartilhada entre religiosos e leigos. Nelas, além de cursos de formação de líderes, alfabetização, e estudos de temas religiosos e sociais, seus membros faziam reivindicações e pressões na elite local por moradia, direitos e melhores condições de vida (Medeiros, 2018, p. 33-63; 116-150). A criação destas comunidades tornou-se meta da CNBB com o Vaticano II, e as conferências episcopais latino-americanas (Godoy; Aquino Junior, 2017). Dom Adelmo Machado e Dom Miguel Fenelon segui-

20 CÂMARA, Miguel Fenelon. **Arquidiocese de Maceió: Dez anos na Igreja de Maceió, 1974-1984.** Maceió, 1984. Livreto produzido pela Arquidiocese que apresenta as ações do arcebispado de Dom Miguel Fenelon Câmara. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), caixa 11.



ram as orientações centrais e apesar de, oficialmente, manterem-se antissocialistas e orientarem os quadros da Igreja ao anticomunismo, permitiram que lideranças mais revolucionárias surgissem nas CEBs (Medeiros, 2018, p. 40-52).

É importante ter em mente que a Igreja Católica é uma organização de proporções imensas, atuando em todo o globo e falando em nome de milhões de fiéis; seria normal deduzir que dentro da organização surgissem vozes opositoras e muito mais progressistas do que o centro do clero. Tal situação se reproduziu no Brasil, haja vista as contradições sociais e políticas que a nação enfrentava.

Sobre os sindicatos alagoanos eles poderiam se dividir em três tipos: (1) Havia-aqueles com lideranças e ações mais revolucionárias, reivindicando melhores condições para a população e chegando mesmo a organizarem greves contra os senhores de usinas ou, contra os serviços públicos estaduais; (2) Havia os sindicatos controlados pelos próprios senhores ou por oligarcas de projeção local e mesmo nacional, estes contavam com atuação muito limitada, as vezes utilizados para instigar lutas de usineiro contra usineiro; considerando as condições sociais deteriorantes do período, estes sindicatos ofereciam diversos tratamentos médicos, odontológicos, alfabetização, para a população local e, como pertenciam aos usineiros, a população atribuía estes favores à pessoa do próprio dono de usina; assim, o sistema de favores permanecia em funcionamento; e (3) Já os sindicatos sob controle direto ou ligados à Igreja Católica costumavam atuar como um sindicato normal, forneciam assistência médica e odontológica, ofereciam serviços jurídicos, possuíam cursos de formação de lideranças e de alfabetização, bem como grupos de leitura da bíblia e de textos políticos; além de neles serem comumente realizadas rezas, cantorias, e pregações religiosas, eram primordialmente assistencialistas, como os dos senhores, fornecendo a justiça social negada pelo Estado. Porém,



todas estas ações cercadas por um profundo sentimento anticomunista, pautado pela moral e bons costumes, além de valores cristãos, conservadorismo, misturados com uma lógica de justiça do trabalho mas, que se limitava a fazer greves na conjuntura da Ditadura Militar (Mello, 1990, p. 102-140).

A arquidiocese maceioense e as demais dioceses existentes em Alagoas, já na época da Ditadura, além de receberem financiamento e ajuda da Igreja alemã para manter seus sindicatos, costumavam também obter financiamento do SDP o “*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*” ou Partido Social-Democrata da Alemanha (a época Alemanha Ocidental ou República Federal da Alemanha) através da fundação Konrad Adenauer²¹. Como sociais-democratas, interessava aos alemães financiar organizações de caridade pelo mundo, para além de espalharem sua ideologia, realizarem aquilo que os sociais-democratas fazem de melhor, alienar a classe trabalhadora da luta revolucionária comunista, que foi uma das principais diretrizes e objetivos do partido durante a “Guerra Fria”. Logo, era do interesse do SPD financiar a Igreja alagoana, atuavam em nome de seus interesses e de seu projeto político.

A partir de 1964, ano do Golpe e da instauração da Ditadura Civil-Militar brasileira, as ações sociais da Igreja continuavam a todo vapor. Em Alagoas, os sindicatos que eram mais combativos e, efetivamente, qualquer organização de oposição, e de esquerda, ficaram “acéfalos”, sem comando, pois suas lideranças foram perseguidas ou

²¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Caixa 109. GROFF, José. **O QUE É A CLAT?**. Frente Nacional dos Trabalhadores (FNA). 1985. Apresenta uma denúncia da CLAT como sendo financiada pelo governo alemão. Nos registros financeiros do período de Dom Fenelon Câmara, ele requisitava a Fundação Konrad Adenauer e para a *Misereor* fundos para a aquisição de material para a Rádio Palmares e para a aquisição de uma kombi. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Caixa 101.



estavam fugindo da repressão do regime. A vanguarda destas organizações foi, então, ocupada por indivíduos ligados às oligarquias locais. Posteriormente, estes sindicatos e parte da oligarquia que não se arrependeram de seu apoio, se agruparam na imensa plataforma política do Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que dava suporte à Ditadura. Estas lideranças abandonaram o poder apenas após a abolição do regime militar e a reestruturação da democracia, 20 anos após o Golpe. Seus mandatos foram marcados por regimes de inação, que continuaram a oferecer serviços sociais assistencialistas em troca dos favores políticos; e alienação da classe trabalhadora, sem que fizessem nada para reivindicar melhores condições aos trabalhadores ou derrubar a ordem vigente.

Neste contexto, os católicos foram os únicos sindicatos que sobreviveram relativamente intactos ao Golpe, em parte porque o apoiaram, em parte pelas convicções tradicionalistas e católicas que estes defendiam, e que estavam em concordância com a ideologia conservadora dos militares; ou, talvez pela visão que a sociedade brasileira tinha para com a Igreja Católica. O fato é que estes sindicatos e organizações eram os únicos que ainda tinham alguma força política e certa segurança para levantar voz contra as condições ruins de vida do povo alagoano (Mello, 1990, p. 140-185).

Não seria estranho os militares perseguirem esta que se tornou a única força a contestar o poder das oligarquias aliadas a eles. Afinal de contas, a manutenção de uma ditadura desboca em um alto grau de paranoia o que se particularizou no Brasil pelo grande complexo de espionagem, criado por Golbery do Couto e Silva (Fico, 2001, p. 33-81).

Os sindicatos católicos se tornaram mais ativos com a abertura do regime e passaram a contestar e a organizar greves, bem como a receber em seus quadros, partidários mais assíduos, vindos da oposição e construídos dentro deles próprios. Os poucos indivíduos que contesta-

vam o regime cívico-militar se organizaram em torno das instituições eclesiais para fazer sua resistência ao Regime (Mello, 1990, p. 140-185). Em âmbito nacional, grandes figuras do clero católico passaram a se opor à Ditadura e a levantar a bandeira dos direitos humanos, como Dom Hélder Câmara e Dom Evaristo Arns.

Deste modo, a Igreja alagoana, tomou para si a luta trabalhista bem como a promoção dos direitos humanos. Durante a década de 1970, sindicatos, pastorais, comunidades eclesiais de base (CEBs), passaram a surgir pelo Estado. A luta persistiu e sobreviveu aos anos mais turvos da Ditadura, mantendo o horizonte da democracia, e mesmo da revolução do proletariado no coração de parte do povo alagoano.

Na década de 1980, já envoltos pelos ventos da redemocratização, as organizações sociais católicas passaram a instruir seus membros sobre a democracia, as eleições, os candidatos, e as opiniões da Igreja sobre o pleito²². Reabriu-se o caminho do anticomunismo e do conservadorismo tradicionalista católico, ação repudiada por novas organizações de esquerda e a Central Única dos Trabalhadores (CUT)²³. Apesar de muitas organizações permanecerem com membros e discursos mais radicais, como as próprias CEBs, que entravam em divergência com as determinações da Arquidiocese que, agora, estava sob nova liderança, após o fim do bispado de Dom Felelon (Medeiros, 2018, p. 70-112).

O Concílio Vaticano II, começava a ser “superado” na década de 1980, com correntes menos reformistas assumindo postos mais efetivos no papado de João Paulo II, e com estes pensamentos se consoli-

²² No período da redemocratização uma grande quantidade de livretos começaram a ser publicados por entidades católicas para orientar o povo para as eleições.

²³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Caixa 109. GROFF, José. **O QUE É A CLAT?**. Frente Nacional dos Trabalhadores (FNA). 1985. Tanto a CUT como a FNA reiteraram neste livrete as posições conservadoras em organizações sociais católicas.



dando nas Américas, após a conferência de Santo Domingo, uma nova era de “ultramontanismo” se aproximava. O fim da União Soviética e a derrocada do socialismo real contribuíram para uma desmobilização significativa das teologias libertárias, assim como na década de 1960, o mundo e a Igreja mudavam, essas ações afetavam a vida de milhões de religiosos pela América Latina e uma nova forma de se pensar a vida religiosa começava (Godoy; Aquino Junior, 2017, p. 13-19) (Santos, 2006, p. 5-12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, apesar de contar com uma grande facção que estava em consonância, apoiava, ou estava apática, ao Regime Civil-Militar, a Igreja foi capaz, através de sua liberdade de ação mesmo vigiada, de agremiar forças opositoras de dentro e de fora em seus organismos mais radicais. Ou, mesmo em suas organizações conciliadoras, contribuindo para dar continuidade à luta trabalhista e reivindicar melhores condições, em meio a um contexto de pobreza extrema, e profundo retrocesso dos poucos direitos que o povo pobre do Brasil foi capaz de conquistar nos meandros da República de 1945 a 1964. Contribuiu também para o surgimento na redemocratização de novas forças trabalhistas, que dariam continuidade à luta.

Ainda assim, a Igreja brasileira e alagoana andou no fio da navalha e contribuiu para a manutenção do *status quo* do capitalismo. Poderiam, sim, fazer alguma oposição à Ditadura mas, sua mentalidade anticomunista era demasiadamente reducionista, e impedia os trabalhadores de se enxergarem como agentes de mudança profunda da realidade. Desta maneira, mesmo com o fim do regime, as condições sociais na nação pouco mudariam e em certa medida se agravaram, sendo parcialmente aliviadas apenas no século XXI.

Muitas contradições podem ser enxergadas nos discursos e ações ideológicas da Igreja, como também das forças armadas. Classificar indivíduos como “linha dura”, “moderados”, ou “conservadores e progressistas”, não é suficiente para se compreender o horizonte de perspectivas referentes às convicções individuais e, por conseguinte institucionais, pois as personalidades são complexas e muitas vezes contraditórias. Neste sentido, leva-se em conta que as maiores representações realizadas pelo regime foram dentro do meio militar, e que até mesmo na política econômica havia conflitos com Castelo Branco e seus apoiadores sendo mais favoráveis a um programa liberal, que realizasse privatizações e se voltasse ao estado mínimo, e ao entreguismo, discordando de Costa e Silva e este de presidentes como Geisel que retornou ao desenvolvimentismo, no contexto do milagre econômico (Napolitano, 2014). Fica difícil definir *um* pensamento ideológico dentro das Forças Armadas, mesmo concordando em seu anticomunismo e na ideia de limpeza do Estado e da nação dos elementos subjetivos.

Assim sendo, mesmo a Igreja Católica que, em certa medida, era aliada do regime, estava sujeita à desconfiança. E, não ajudava quando organizavam ações de contestação como greves, e os teólogos da libertação ajudavam e atuavam para acabar com a pobreza e a “ditadura assassina”, ou, quando possuíam em suas centrais, alguma literatura marxista (Santos, 2006).

Não seria estranho, nem surpreendente, certos religiosos estarem sob vigilância do regime, assim como inúmeros funcionários públicos e cidadãos, que sofreram prisão ou assassinatos brutais; indivíduos que, muitas vezes, sequer eram revolucionários. Eles apenas se levantaram contra a autoridade vigente, a exemplo do Padre Henrique Pereira Neto, e o Padre João Bosco Penido Burnier, ou, os clérigos torturados na caçada a Carlos Marighella.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AMADO, Guilherme; CAPPELLI, Paulo. Pastores evangélicos que hoje apoiam Bolsonaro apoiavam Lula com fervor. **Metrópoles**. 12/10/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/pastores-evangelicos-que-hoje-apoiam-bolsonaro-apoiavam-lula-com-fervor>. Acesso em: 05 out. 2023.

AMADO, Guilherme. Paulo Cappelli: Pastores evangélicos que hoje apoiam Bolsonaro apoiavam Lula com fervor. *Metrópoles*. 12/10/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/pastores-evangelicos-que-hoje-apoiam-bolsonaro-apoiavam-lula-com-fervor>

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APRATTO, Douglas. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos/ Eduneal, 2018.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ (ACMM). Jornal das Alagoas. Maceió: ACMM, 1956.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ (ACMM). Caixa 26. Diversos. Maceió: ACMM, 1940-1950.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ (ACMM). Caixa 75. Subsídios da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Maceió: ACMM, 1985.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ (ACMM). Caixa 101. Fundo MEB – Movimento de Educação de Base. Maceió: ACMM,.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ (ACMM). Caixa 109. Fundo MEB – Biblioteca. Maceió: ACMM, 1978.

BANIWA, Braulina. **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita no campo da memória. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas**: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós – Graduação em História, Recife, 2013.

DA questão social à luz da doutrina cristã. Vaticano: Biblioteca do Vaticano, 1961.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Edufal, 2023.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. **1957-1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. in: **O Brasil Republicano**. Org: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Volumes 3 e 4. Org: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os Subterrâneos da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 29-60, 2004.

GALEANO, Eduardo H., 1940-2015. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2021.

GODOY, Manoel; AQUINO JUNIOR, Francisco de (org.). **50 anos: revisitando os textos, retomando o caminho**. São Paulo: Paulinas, 2017.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IDEOLOGIA. [Compositor e intérprete]: Cazuza. Rio de Janeiro: Philips, 1988. Disco vinil, faixa 1.

LENIN. Vladimir Ilitch. 1870-1924- **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. / Lenin: [tradução revista por Aristides Lobo] – 3.ed.-São Paulo: Expressão Popular.**

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II - Em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. / Karl Marx, Friedrich Engels – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edefal, 2007.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Uma confluência pela “libertação”**: as comunidades eclesiais de base na arquidiocese de Maceió. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2018.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Alagoas: Sindicatos rurais e dominação**. Itaguaí: 1990.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano – São Paulo: Contexto, 2014.

PAPA JOÃO XXIII. Carta Encíclica Papal *Mater et magistra*. Vaticano: 1961.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Coleção Brasil - Debates. Org. Rui Barbosa de Souza. 3.ed. Porto Alegre: Rigel, 2024.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **40 anos de Teologia da Libertação**: 1960-2000. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Fontes Históricas para o Governo Eclesiástico**: Dom Ranulpho Farias e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1939-1955). Anais do Simpósio: 2º Simpósio Nordeste da ABHR, 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes Dos. **Racismo brasileiro**: uma História da formação do País. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia** / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling – 2. ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



DOM CARLOS CARMELO
DE VASCONCELLOS MOTTA
ENTRE A DEMOCRACIA
E A DITADURA

Mathews Nunes Mathia
Paulo César Gomes



Nas duas últimas décadas, diferentes pesquisas demonstraram que a atuação política da Igreja Católica nos anos em que o Brasil esteve sob ditadura não se deu de maneira homogênea (Gomes; 2014; Mathias, 2023; Serbin, 2001; Sousa, 2011). Não houve uma adesão unânime de toda a hierarquia católica às propostas de mudança do Concílio Vaticano II, nem às críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao regime militar. No entanto, a ênfase nas oposições entre a Igreja e a Ditadura permanece como uma tendência na historiografia e, muitas vezes, tende a ofuscar a complexidade das relações entre os bispos e os militares. Ainda hoje é comum encontrar teses e dissertações sobre a Igreja na Ditadura, que privilegiam as narrativas heroicas dos homens e mulheres da Igreja que resistiram ao regime. Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, por exemplo, são alguns dos personagens mais estudados. Os bispos das regiões Norte e Nordeste também são os mais lembrados por terem se engajado nas críticas à desigualdade social e ao plano de desenvolvimento econômico dos militares, bem como na defesa dos direitos dos povos indígenas, da democracia e dos direitos humanos, com grande ênfase ao tema da tortura.

Em contrapartida, nos últimos anos, o interesse pelos bispos anticomunistas, como Dom Geraldo Sigaud e Dom Antônio de Castro Meyer, cresceu e rendeu pesquisas e reflexões importantes sobre a força do pensamento conservador entre parte do episcopado (Caldeira, 2011; Mérida, 2016). Porém, para compreender melhor a atuação da Igreja durante a Ditadura, é preciso ir além das análises sobre os bispos ditos progressistas e conservadores. Não são poucos os membros do episcopado brasileiro que foram nem contra, nem a favor do regime – muito pelo contrário. Ao longo de todo o período ditatorial, muitos tiveram idas e vindas em suas relações com os militares; outros preferiram não se pronunciar sobre o regime ou foram indiferentes a ele. Tais comportamentos escapam ao binômio *progressista x conservador* e



merecem estudos mais aprofundados, com vistas à melhor compreensão das zonas cinzentas²⁴, ocupadas por vários membros do clero católico ao longo da Ditadura.

Para refletir sobre o perfil de um prelado que ultrapassa a clássica oposição entre bispos conservadores x bispos progressistas, vamos nos debruçar sobre a trajetória de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (1890-1982), um dos cardeais mais importantes da Igreja Católica durante o século XX – embora relativamente esquecido nas análises sobre a atuação do episcopado católico, sobretudo, em contextos autoritários. Dom Motta nasceu em Bom Jesus do Amparo, no município de Caeté (MG), em julho de 1890, e faleceu em Aparecida, em setembro de 1982. Seus mais de 90 anos de vida cobrem boa parte do século passado. Considerado um clérigo de perfil moderado e conciliador, com “bom humor e espírito de decisão” (Jornal do Brasil, 1978, p. 14), Dom Motta passou a maior parte de sua vida servindo à instituição a qual se sentiu vocacionado aos 24 anos: a Igreja Católica. As memórias da resistência o pintam como “o cardeal que era amigo de JK e de Jango”; “aquele que não autorizou a Marcha da Família com Deus em São Paulo” ou mesmo “aquele que foi transferido de São Paulo para Aparecida por não ter apoiado o golpe” (Silva, 2014). Porém, sua trajetória eclesial segue linhas muito mais complexas do que esses episódios e desafia os limites rígidos que separam as atuações de bispos ditos conservadores e progressistas durante a Ditadura. Neste capítulo, acompanhamos a atuação de Dom Motta desde a sua no-

24 Inspirado em Primo Levi, conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Pierre Laborie (2010) sugeriu a análise de zonas cinzentas nas quais a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. No Brasil, tal perspectiva auxiliou as reflexões de historiadoras, como Denise Rolleberg (2010), Samantha Viz Quadrat (2010) e Janaina Martins Cordeiro (2015) em pesquisas sobre as complexas relações entre a Ditadura Civil-Militar e a sociedade brasileira.

meação para a arquidiocese de São Paulo, em 1944, até a sua passagem por Aparecida nos anos da Ditadura, passando pelo contexto delicado do Golpe de 1964.

ANTICOMUNISMO E NACIONALISMO

Dom Motta foi designado para a arquidiocese de São Paulo em 1944, após a morte de Dom José Gaspar d'Afonseca e Silva em um trágico acidente aéreo. Na capital paulista, poucos fiéis conheciam aquele bispo magro e de alta estatura, que vinha de uma diocese pouco relevante do Nordeste do país²⁵. Porém, sua fama o precedia entre católicos tradicionalistas, como Plínio Corrêa de Oliveira, responsável pela publicação do jornal católico *O Legionário* e futuro fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Muitos padres e leigos temiam que Dom Motta se afastasse das iniciativas de Dom José Gaspar em prol da Ação Católica Brasileira (ACB), pois não viam com bons olhos o apoio que o ex-arcebispo de São Luís havia dado aos círculos operários, que, embora não fossem comunistas, estariam eivados de esquerdismo e progressismo.

Além disso, o receio dos tradicionalistas se estendia à liturgia. Naquele momento, a Igreja vivia um intenso debate sobre a tradição e a disciplina defendidas pelo regime tridentino, do qual Plínio era entusiasta. Antes do Concílio Vaticano II, a missa católica era rezada em latim e totalmente administrada pelo padre, de costas para os fiéis. Bispos e padres europeus, influenciados pela leitura das obras do teó-

25 Dom Motta foi arcebispo de São Luís entre 1936 e 1944. Sua passagem pelo Maranhão foi marcada pelo fortalecimento da educação e da imprensa católica, como forma de implementar as diretrizes da Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha como objetivo “re-cristianizar” a sociedade e as instituições republicanas. Sobre a atuação de dom Motta na arquidiocese de São Luís, ver Mathias (2023).

logo francês Jacques Maritain, começaram a “democratizar a liturgia”, publicando missais em vernáculo e introduzindo diálogos (ainda em latim) entre o padre e os fiéis (Teixeira, 1988, p. 211-213). No Brasil, o chamado Movimento Litúrgico, que desejava reformar as celebrações católicas, recebeu o apoio de Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte²⁶, de quem Dom Motta era muito próximo. Tal proximidade despertava desconfianças entre os conservadores paulistas, que consideravam imutáveis a missa e a disciplina.

O temor sobre as intenções de Dom Motta aumentou ainda mais após a publicação da sua Carta Pastoral de Saudação, em 1944, na qual o bispo criticava as divisões na Igreja paulista, causadas pelo excesso de tradicionalismo do grupo leigo liderado por Plínio. Além disso, o novo arcebispo de São Paulo não deixou de agradecer a Getúlio Vargas, que mobilizou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para que Dom Motta chegasse à sua nova sede episcopal em segurança. Para Dom Motta, os católicos brasileiros não poderiam deixar de proclamar, com sincera gratidão, as obras beneméritas do governo Vargas, como a legislação operária, modelar e cristã (O Legionário, 1944, p. 1). A menção ao ditador desagradou a Plínio, histórico opositor de Vargas (Alencar Jr., 2014).

Apesar das divergências, Dom Motta e Plínio compartilhavam da mesma inquietude: o comunismo. Por isso, o primeiro grande ato do novo arcebispo de São Paulo se deu diante da imagem de Nossa Senhora Aparecida, consagrando a cidade e os seus habitantes ao Imaculado Coração de Maria. A consagração era uma forma de afastar os males do comunismo, pois naquele momento, com o fim do Estado

26 Dom Antônio dos Santos Cabral foi o primeiro arcebispo de Belo Horizonte e o responsável pela construção do Seminário Coração Eucarístico de Jesus, que posteriormente deu origem a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e à renomada escola de negócios Fundação Dom Cabral, que recebeu esse nome em homenagem ao bispo.



Novo, especulava-se sobre a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujos militantes, anteriormente perseguidos pela polícia política de Vargas, haviam sido beneficiados pela anistia concedida em abril de 1945. Os rumores atormentaram Dom Motta, que “decidiu organizar uma noite de vigília e preces para alertar, sobretudo o operariado, contra o movimento comunista” (Brustoloni, 1998, p. 356). Por isso, pediu que a imagem de Nossa Senhora Aparecida deixasse a Basílica no interior de São Paulo e fosse levada até a capital, para afastar o *perigo vermelho*.

Na vigília que ficou conhecida como a “Noite de Nossa Senhora” e passou à posteridade como uma das maiores manifestações católicas da Praça da Sé, Dom Motta recomendou que os padres mantivessem distância dos partidos políticos e leu com os fiéis e o interventor Fernando Costa o seguinte juramento:

Ó meu Deus! Na Vossa presença e diante da Imagem da Virgem Aparecida, neste momento solene, juro fidelidade à minha fé até a morte. Juro defender a minha Igreja contra os assaltos dos seus inimigos, sejam eles quais forem. Prometo obediência aos Bispos, ministros da Igreja e responsáveis pelas almas diante de Deus. E porque Vos amo e à minha Igreja, repudio, detesto, abomino a doutrina comunista, por ser contrária à minha fé católica. Nunca darei meu nome a seitas condenadas pela minha Igreja. Deposito este juramento e esta promessa nas mãos sagradas da Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil, a quem amo e consagro o meu coração (O Legionário, 1945, p. 1).

Dessa forma, Dom Motta renovava o anticomunismo que havia norteadado as suas ações na arquidiocese de São Luís e, mantinha-se fiel aos anátemas pronunciados pelo Papa Pio XI sobre o “perigo

vermelho” na encíclica *Divinis Redemptoris* (1937)²⁷. Nesse sentido, a posição do novo arcebispo é bastante representativa da reação defensiva adotada por parte da hierarquia católica, em relação ao contexto de “abertura de horizontes e uma redemocratização que começava a ser vivida, antes mesmo de extintos os instrumentos legais que sustentavam a Ditadura, como a Constituição de 1937 e o Tribunal de Segurança Nacional” (Rodeghero, 2006, p. 188). Ao mesmo tempo, o cardeal Motta cerrava fileiras contra a “infiltração comunista” na Igreja, afastando qualquer hipótese de que seria um bispo condescendente com as propostas mais progressistas da Ação Católica paulista.

No ano seguinte, Dom Motta foi elevado a cardeal pelo papa Pio XII, tendo sido o primeiro arcebispo de São Paulo a receber o título. O fato inédito foi motivo de festa para a maior parte dos católicos paulistas, que lotou as ruas da capital para receber Dom Motta, após a sua viagem à Roma, onde foi investido com o chapéu e o anel cardinais. A chegada do novo cardeal a São Paulo foi apoteótica. O governo do Estado se associou a manifestações de modo eloquente, decretando feriado escolar e meio expediente nas repartições públicas, a fim de que todos prestigiassem o grande acontecimento que era ter o primeiro cardeal de São Paulo (O Estado de S. Paulo, 1946, p. 6). Os festejos também contaram com honras militares e se uniram aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que desfilaram em triunfo na

27 Esta encíclica foi o mais forte pronunciamento anticomunista do papado. Publicada no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o documento serviu como denúncia das “atrocidades comunistas” perpetradas contra as instituições católicas durante o conflito e como uma espécie de convocatória aos católicos e organizações estatais no combate a um inimigo “intrinsecamente mau”. Rodrigo Patto Sá Motta, ao analisar o impacto do documento nos meios católicos, nota que “o aspecto mais importante da encíclica não é tanto o conteúdo dos argumentos apresentados, mas a ênfase que dá à importância de se adotar uma postura menos preventiva e mais reativa em relação ao comunismo” (Motta, 2020, p. 46-48).



Avenida São João. Enquanto isso, Getúlio Vargas, deposto, retirava-se para São Borja.

A derrubada do regime ditatorial de Vargas liberalizou o sistema político e erodiu os privilégios que a Igreja Católica detinha sob o corporativismo. Ao mesmo tempo, os católicos vivenciaram o período com um misto de mal-estar e expectativa de mudança. A ACB, com o impulso do padre Hélder Câmara, procurou aumentar o envolvimento dos católicos leigos na sociedade, por meio de subdivisões baseadas em nível educacional e ocupacional. Os dois grupos mais destacados foram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), da qual se originaria a Ação Popular (AP), importante organização que, posteriormente, participaria da ofensiva revolucionária contra a Ditadura Civil-Militar. Assim, a ACB passou de uma orientação cultural, moral e religiosa para o enfoque na militância política e social.

Em São Paulo, parte do episcopado se aproximou dos trabalhadores e dos estudantes, obtendo contato com as questões políticas em que esses grupos estavam envolvidos. Alguns setores da Igreja começaram a questionar o próprio conservadorismo político e acabaram trazendo à tona a preocupação com a justiça social. Essa ideia, todavia, não foi absorvida da mesma maneira por todo o clero. De acordo com Scott Mainwaring (1989, p. 56-57), nesse período, a Igreja se dividiu em três grupos: o primeiro enfatizava a estratégia da neocristandade, pleiteava a permanência dos privilégios eclesiásticos junto ao Estado e acreditava ser necessário reforçar a presença eclesiástica na sociedade. O segundo via com ressalvas o envolvimento da Igreja em questões sociais, mas defendia a importância da realização de algumas mudanças para que a instituição pudesse cumprir sua missão no mundo moderno. Por último, havia os que se manifestavam pelo trabalho em prol da mudança social que beneficiasse os pobres. Dom Motta estava



mais próximo do segundo grupo e, por essa razão, buscou diminuir a influência do primeiro com o fechamento do jornal *O Legionário*, de Plínio Corrêa de Oliveira, em 1947 (Zanotto, 2003, p. 43). Por outro lado, o cardeal se manteve fiel a concepção de família tradicional e resistente a qualquer debate sobre o divórcio, criando a Confederação das Famílias Cristãs, em 1948, para que leigos lutassem contra o que acreditava ser a “degradação moral das famílias”.

Nos anos 1950, Dom Motta se envolveu mais ativamente no processo de reestruturação organizacional da Igreja Católica, que inspirou a criação da CNBB, a primeira conferência de bispos da América Latina. Na esteira das atividades da ACB, a instituição ganhou os traços de seu primeiro secretário-geral, Dom Hélder, logo na sua fundação, em 1952. Afinal, apenas alguns meses antes da criação da CNBB, Dom Hélder havia se tornado bispo auxiliar do cardeal Dom Jaime Câmara, no Rio de Janeiro, e já colocava em prática o método ver-julgar-agir, inspirado na experiência do padre belga Joseph Cardijn com o operariado europeu (Serbin, 2008, p. 160). Ao assumir a Secretaria Geral da CNBB, Dom Hélder deixou, definitivamente, o seu passado integralista para trás (Condini, 2008) e assumiu o projeto de uma Igreja popular.

A importância de Dom Hélder para a fundação da CNBB é inegável. Tanto que há quem diga que o fundador da entidade foi o próprio Dom Hélder. Porém, é difícil considerar que ele conseguiria impor sozinho os seus interesses aos outros bispos sem a necessidade de algum consenso em torno de suas propostas. Nesse sentido, não se pode esquecer que o primeiro presidente da CNBB foi justamente Dom Motta e a sua escolha para o cargo não foi fortuita. O cardeal de São Paulo possuía bom trânsito entre os bispos das mais variadas tendências, era bem-quisto na Santa Sé e tinha contatos com vários políticos. Em entrevista a Fábio Lanza (2001, p. 155), Dom Benedicto



Ilhoa Vieira, que foi ordenado por Dom Motta, destaca que o cardeal “era um homem que tinha um senso de visão política, como ainda hoje não encontrei no clero, no Brasil”. Dom Benedito associa a impressão acurada “das coisas políticas” por Dom Motta a “sua descendência e a sua origem mineira”, que lhe davam a possibilidade de “visualizar uma perspectiva muito séria e objetiva dos acontecimentos políticos do Brasil” (Idem). Portanto, embora o secretário-geral se responsabilizasse por toda a área executiva da entidade – o que fez com que muitas vezes os ocupantes desses cargos tivessem mais projeção que o presidente (Alves, 1979, p. 67) –, isso não quer dizer que o dirigente da instituição exercesse um papel figurativo. Pelo contrário, nos anos 1950, a moderação de Dom Motta serviu muitas vezes para que as propostas mais progressistas, traçadas por Dom Hélder, se tornassem palatáveis para o restante do clero e dos atores políticos.

Vale lembrar que não havia entre a maioria dos bispos que integravam a CNBB mais que a intenção de modernizar a Igreja, como forma de ampliar e consolidar a esfera de influência do catolicismo. Aliás, esse era o maior desejo de Dom Motta naquele momento. Talvez, por isso, a CNBB tenha alcançado rapidamente um lugar central na Igreja Católica brasileira, vindo a ocupar o papel de porta-voz da hierarquia, já que “preenchia um papel não polêmico e satisfazia a uma necessidade organizacional geralmente reconhecida pelos bispos” (Alves, 1979, p. 65-66). O episcopado, certamente, tinha a necessidade de uma organização que respondesse com mais agilidade aos desafios daquele contexto. Os bispos precisavam, sobretudo, de um meio que possibilitasse sua aproximação com a população de maneira geral, principalmente as classes populares. A CNBB respondeu bem a essas demandas, a partir da atuação de Dom Hélder junto aos movimentos populares e dos diálogos estabelecidos por Dom Motta com políticos como Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 1950.

Além disso, não se deve subestimar o papel que o comunismo exerceu na guinada da Igreja em favor dos mais pobres. A rigor, o grande medo dos bispos era perder para os comunistas a sua já tradicional influência política, pois sua avaliação era de que os trabalhadores urbanos já tinham sido desencaminhados, e a questão era não extraviar, também, o operariado rural (Camargo, 2007, p. 15). Após o surgimento das Ligas Camponesas, em 1954, a saída encontrada pela CNBB foi promover uma maior integração econômica no Brasil, em especial nas áreas mais pobres do Nordeste, tendo como base a evangelização dos trabalhadores nordestinos, contando, para isso, com a ajuda da Igreja, através do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

Ao mesmo tempo, a defesa do nacionalismo econômico se tornou uma das principais bandeiras da CNBB, nos anos 1950, em consonância com o debate político mais amplo que se travava na sociedade e nos meios políticos e intelectuais brasileiros. Não sem razão, nos poucos textos biográficos produzidos sobre a trajetória de Dom Motta, o patriotismo é um dos elementos mais destacados. De fato, o cardeal não escondia o seu “diploma de brasilidade” e o “êxtase do seu sentimento nacionalista”, após ter visitado a Amazônia quatro vezes (Vidigal, 1970, p. 15). Em conferência intitulada “De São Paulo à Amazônia”, proferida em 1951, no Paço Municipal de Santos, Dom Motta emulou os discursos de Vargas, no sentido de promover a ocupação do Vale Amazônico e construir ferrovias que conjugassem o “nosso maior parque industrial, comercial e financeiro, que é o paulista, ao nosso maior parque de matérias-primas, que é o amazônico” (Idem).

Com seu velho amigo Juscelino Kubitschek no poder²⁸, Dom Motta abraçou o nacionalismo econômico como caminho para o pro-

28 Dom Motta conheceu JK no início dos anos 1920, em Diamantina (MG), quando o futuro presidente ainda era terceiranista de Medicina e atuava nos hospitais mineiros em meio ao surto de “gripe espanhola”. Desde então, os dois mantiveram uma forte relação de amizade.



gresso social e depositou, junto aos bispos da CNBB, a sua fé na utopia dos *anos dourados*. O entusiasmo do episcopado com o projeto desenvolvimentista de JK ficou bastante evidente na participação de Dom Motta na primeira missa celebrada em Brasília, em 1957. Depois de batizar a primeira criança nascida na capital, o menino Brasília Franklin – do qual Juscelino e Sarah Kubitschek foram padrinhos –, Dom Motta salientou a importância da construção de Brasília, que seria “o acontecimento máximo depois do Ipiranga” e “o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional” (Kubitschek, 2000, p. 89). E, concluiu assim sua oração: “Na Bíblia se lê como Deus plantou, no meio do paraíso terreal, a miraculosa Árvore da Vida. Brasília é a árvore da vida nacional, providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria” (Idem). Assim, Dom Motta reconhecia Brasília como o símbolo máximo do “limiar de uma nova era” e se unia às expectativas positivas e ao clima de exacerbação das esperanças em torno dos destinos do Brasil, que marcaram o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 (Fico, 1997, p. 76-77).

Em troca dos votos de confiança e otimismo de Dom Motta e Dom Hélder – também presente na primeira missa celebrada em Brasília –, Juscelino Kubitschek, em encontros com representantes da CNBB, promoveu a pronta liberação de verbas para o Nordeste e, ao mesmo tempo, criou, em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob a presidência do economista Celso Furtado. Esse entendimento, estreito de interesses entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, se mostrou favorável e oportuno para as partes. Afinal, o Estado garantia bênçãos políticas e a Igreja passava a contar com o financiamento público para efetuar suas atividades de assistência e propagação de sua doutrina, bloqueando, assim, a expansão das esquerdas (Camargo, 2007, p. 15). Porém, ao longo dos anos



1960, os interesses de parte do episcopado entrariam em rota de colisão com um outro pilar da sociedade brasileira: as Forças Armadas.

GOLPE E MELANCOLIA

Nos anos 1960, o Vaticano II foi acolhido com entusiasmo por Dom Motta, que embora tenha tido uma tímida participação no concílio (Beozzo, 2005), colheu os seus frutos na arquidiocese de São Paulo – muito impactada pelo avanço da esquerda católica entre 1959 e 1964. O cardeal saudou o livro *Os cristãos e a revolução social*, de Paulo de Tarso, deputado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e ministro da Educação do governo João Goulart, e incentivou a publicação do jornal *Brasil, Urgente*, do frei Carlos Josaphat²⁹. Ambas as publicações defendiam as reformas de base, criticavam o liberalismo econômico e conclamavam os cristãos a lutarem por justiça social.

Questionado por parte do clero conservador se o apoio às publicações de esquerda não seria uma forma de endossar o comunismo, Dom Motta respondeu: “Não devemos ter receios de ser qualificados de comunistas. Afinal, Jesus Cristo não foi chamado de endemoninhado? O discípulo não pode pretender ser maior que o mestre” (*Brasil, Urgente*, 1963, p. 1). Em meados de 1963, Dom Motta não se furtou a afirmar que o Brasil estava com “febre” – uma febre que prenunciava uma doença grave. Em audiência com os diretores do jornal *Brasil, Urgente*, o Cardeal comparou o país daquele momento com a França pré-revolucionária. Na sua opinião, o que levou o país à revolução não foi apenas a pregação dos filósofos revolucionários, “mas o estado de injustiça, miséria, desigualdade e privilégios da França de então” (*Brasil, Urgente*, 1963, p. 1). O Cardeal acreditava que as reformas de

²⁹ Sobre o jornal *Brasil, Urgente*, ver Silva (2008).

base eram os remédios necessários para que o Brasil não vivesse um processo revolucionário violento. Dom Motta também criticou o liberalismo e afirmou que os detratores da *Pacem in Terris* eram “pessoas mais católicas que o papa”.

Embora não destoasse muito da posição oficial da CNBB, a postura do cardeal de São Paulo soou como a de um autêntico bispo progressista e lhe rendeu críticas severas, por parte da imprensa mais conservadora. Em março de 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a publicar um editorial em que aconselhava os fiéis paulistas a não seguirem as determinações pastorais do cardeal Motta (*O Estado de S. Paulo*, 1964, p. 28). Posteriormente, as palavras do arcebispo foram lidas como um ato de resistência pela memória construída pela Igreja Católica nos anos 1970. De fato, a posição assumida por Dom Motta, entre 1963 e 1964, sinaliza uma mudança de atitude em relação ao avanço da esquerda católica na arquidiocese de São Paulo. Se nos anos 1940, o arcebispo fez questão de neutralizar qualquer iniciativa mais radical da Ação Católica paulista; em 1964, o cardeal demonstrou estar mais aberto aos debates que ocorriam entre os católicos a respeito da situação do país.

Tal mudança se explica, sem dúvida, pelo contexto de advento do Concílio Vaticano II e, principalmente, pela influência da publicação da encíclica *Pacem in Terris*, do papa João XXIII, que tratava da necessidade e da possibilidade do diálogo da Igreja com os não cristãos. Dom Motta admirava João XXIII e passou a seguir suas orientações, segundo as quais “a pessoa não deve ser confundida com o erro e nunca perde a sua dignidade de pessoa humana” (Silva, 2018, p. 24). Assim, o cardeal encontrou uma forma de apostar no diálogo com figuras mais à esquerda, de dentro e de fora da Igreja, sem concordar integralmente com elas. No entanto, não se deve esquecer que, a despeito das decla-



rações favoráveis à atuação de parte da esquerda católica em São Paulo, Dom Motta nunca abandonou a sua verve anticomunista.

Apesar de seu anticomunismo inabalável, Dom Motta assumiu uma postura legalista diante das ameaças de golpe que passaram a rondar a República nos primeiros meses de 1964. Era próximo de João Goulart, desde os tempos em que o presidente havia sido vice de JK, e não desejava um rompimento institucional como determinados setores da Igreja sustentavam. Vale lembrar que, naquele momento, boa parte do episcopado passava a temer a desordem social e a adotar posições claramente conservadoras, abandonando o apoio às políticas reformistas de Jango (Krischke, 2012). Porém, o cardeal de São Paulo não aprovou as iniciativas de entidades leigas, que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e se recusou a abençoar os milhares de fiéis que, em 19 de março de 1964, tomaram as ruas do centro de São Paulo para defender o rosário, os valores da família e pedir a saída de João Goulart (Presot, 2004).

Quando Jango fez um discurso inflamado na Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no qual “denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocava a crise que o país vivia” (Ferreira, 2019, p. 435), Dom Motta e Dom Hélder pediram uma audiência com o presidente. No encontro, revelado pelo jornalista Marcos de Castro (1984, p. 57), os bispos se mostraram apreensivos com as repercussões do discurso de Jango. Temiam que o presidente estivesse “em plena ilusão, marchando para uma revolução da qual pensava que sairia vitorioso”. Àquela altura, as tropas de Mourão Filho já estavam em marcha para o Rio de Janeiro, mas a audiência serviu ao menos como um alerta sobre o precário dispositivo militar, com o qual Jango ainda acreditava contar.

Logo após o Golpe, o semanário *O São Paulo*, ligado à arquidiocese de São Paulo, trazia um pronunciamento protocolar de Dom Motta a respeito dos “acontecimentos que não podem deixar de angustiar a alma de todo brasileiro”. Em nome da arquidiocese, o cardeal conclamava os fiéis a pedirem a intercessão de Nossa Senhora Aparecida para que se firmasse “na Pátria conturbada um clima de verdade, justiça, caridade e liberdade, evitando toda e qualquer violência que venha derramar sangue dos irmãos” (*O São Paulo*, 1964a, p. 1). Na edição de 12 de abril de 1964, o jornal já anunciava a nova ordem: “os chefes do movimento revolucionário que teve como escudo o combate ao comunismo estão efetuando várias prisões de brasileiros e estrangeiros acusados de se acharem a serviço dessa ideologia materialista e anticristã” (*O São Paulo*, 1964b, p. 1). Nenhuma palavra de Dom Motta a respeito das prisões. De acordo com Dom Benedicto Ulhoa Vieira, o cardeal teve uma posição muito cautelosa a respeito da *revolução* e, diante das ameaças de golpe, costumava dizer: “Deus nos livre das revoluções; sabemos como elas começam, mas nunca sabemos como elas acabam” (Lanza, 2001, p. 158). Mas, essa frase nunca chegou a ser pronunciada em público. Se Dom Motta tinha suas reservas em relação à derrubada do poder constitucional, preferiu silenciar sobre elas e esperar-para-ver, como aliás fizeram a maioria dos bispos, inclusive Dom Hélder Câmara (Serbin, 2001, p. 104).

Um mês após a queda de João Goulart, a arquidiocese de São Paulo informou que Dom Motta seria transferido para a diocese de Aparecida. A notícia provocou uma série de especulações, na imprensa, sobre pressões políticas que o cardeal teria sofrido após o Golpe. Por meio de nota, a Nunciatura Apostólica negou qualquer motivação política e afirmou que, uma semana antes da *revolução*, Dom Motta havia solicitado ao papa Paulo VI para que o exonerasse do governo da arquidiocese de São Paulo e o transferisse para Aparecida, em vista de



sua idade avançada (74 anos) e de seu estado de saúde. De fato, a ida de Dom Motta para Aparecida era quase natural, pois possuía laços históricos com a Basílica da padroeira e já atuava como Administrador Apostólico do Santuário, desde 1958, com plenos poderes de bispo residencial de Aparecida.

A rigor, Dom Motta sempre manifestou especial interesse em promover o culto à Nossa Senhora de Aparecida. Como arcebispo de São Paulo, em janeiro de 1946, escolheu pessoalmente o local para a construção da nova Basílica. Participou do lançamento da pedra fundamental dos alicerces do novo templo em setembro do mesmo ano, ocasião em que o Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, trouxe um punhado de terra do Santuário de Fátima para depositar no cofre da pedra angular. Sob a orientação pessoal do cardeal Motta, em 1955, teve início a construção da nova Basílica, com o apoio de JK, que fez questão de doar a torre do Santuário – uma construção de 16 andares e 109 metros de altura.

Porém, a nota da Nunciatura não foi suficiente para cessar os rumores. A imprensa continuava especulando as causas da transferência repentina, mas Dom Motta não foi a público para dar maiores explicações. Em silêncio, deixou a arquidiocese da maior cidade do país, a qual havia governado por vinte anos, e rumou para Aparecida. A despedida melancólica foi lida pelo clero paulista como uma aposentadoria. Afinal, como afirmou um dos padres que acompanhava o cardeal, Aparecida parecia “quase nada” diante da grandeza de São Paulo (Jornal do Brasil, 1964, p. 12). Nas palavras de José Oscar Beozzo (2005, p. 245), Aparecida era uma arquidiocese “insignificante”. No entanto, a grandeza da devoção à padroeira do Brasil e as obras do Santuário, como o “maior templo mariano do mundo”, fariam com que os anos de Dom Motta em Aparecida passassem longe da irrelevância.

OSTRACISMO E CONSENTIMENTO

Quando o cardeal Motta tomou posse na arquidiocese de Aparecida, encontrou os redentoristas – responsáveis pela administração da Basílica – em clima de festa pela vitória da *revolução*. Antes mesmo do Golpe, os padres redentoristas de Aparecida já “alertavam os romeiros contra o comunismo a que o governo de João Goulart estava levando” e rezavam “para que toda a baderna chegasse ao fim” (Alvarez, 2017, p. 210). Após o célebre comício da Central, ocorrido no dia 13 de março de 1964, um dos padres que escrevia nas *Ânuas de Aparecida* – espécie de diário dos principais acontecimentos do Santuário e do Brasil –, elaboradas pelos redentoristas, sintetizou o comício ao qual se “ajuntou a fina flor da canalha esquerdista do Brasil”: “demagogia, ataques à Constituição, ameaças!” (Idem). Dois dias antes do Golpe, os padres de Aparecida receberam o então presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli, que foi saudado com o apoio do vigário do Santuário, padre Pedro Fré, que celebrava a missa solene no dia 29 de março de 1964, domingo de Páscoa. Mazzilli pediu aos fiéis que rogassem à Aparecida que protegesse o Brasil e, no dia seguinte, os padres profetizaram nos seus diários: “a revolução vem aí!” (Idem).

Portanto, houve apoio explícito do Santuário Nacional ao Golpe de 1964 (Mathias, 2023). De todo modo, ao assumir a arquidiocese de Aparecida, Dom Motta resolveu guardar silêncio sobre o assunto. O cardeal não gostou da repercussão de sua transferência para Aparecida. Acreditava que a imprensa queria criar um clima de animosidade entre ele e os militares, com os quais nunca havia tido problemas. Por isso, fez um juramento: não receber jornalistas nem fotógrafos. Depois de tomar posse em Aparecida, Dom Motta mal saía de sua casa, um pequeno sobrado na rua principal da cidade, onde vivia com seu sobrinho, o monsenhor José Alves Motta Filho. Na porta do Palácio

Paulino, nome oficial de sua residência, um aviso escrito à mão: “Sua Eminência o Cardeal Arcebispo não pode ser intermediário de pedidos de favor ou emprego junto ao governo. Favor não insistir”. Os que ignoravam o aviso, e se aventuravam a apertar a campainha, eram atendidos por um porteiro que já sabia a resposta de cor: “o cardeal não concede entrevistas” (Revista Realidade, 1970, p. 138).

Para esclarecer aos militares que estava disposto a não oferecer resistência ao novo regime, Dom Motta endossou um convite dos padres redentoristas ao presidente Castello Branco, para participar de uma missa em ação de graças pela “vitória da democracia” e da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Aparecida (Alvarez, 2017, p. 213). Em 1965, quando o Santuário de Aparecida já se preparava para celebrar os 250 anos do encontro da imagem da santa no Rio Paraíba do Sul, o Conselho Administrativo do Santuário, presidido por Dom Motta, recebeu um pedido do presidente Castello Branco, para que a imagem de Aparecida saísse da Basílica em procissão por todo o Brasil:

O Povo Mineiro, interpretando o desejo do Povo Brasileiro, vem, pela comissão abaixo relacionada, respeitosamente pedir a Vossa Eminência Reverendíssima e ao D. D. Conselho Administrativo da Basílica de Nossa Senhora Aparecida que se dignem conceder licença para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, seja levada em triunfante peregrinação às Capitais de todos os Estados do Brasil, sendo em Brasília aclamada Generalíssima das Gloriosas Forças Armadas Brasileiras (Alvarez, 2017, p. 235)

Dom Motta reunido com o arcebispo coadjutor de Aparecida, Dom Antônio Macedo, e o arcebispo de Belo Horizonte, Dom João da Costa Resende – apoiador de primeira hora do Golpe e um dos signatários do pedido de Castello Branco – considerou a proposta de saída



da imagem de Aparecida do Santuário uma boa ideia, apesar dos protestos de comerciantes e devotos que dependiam da presença da santa na cidade. Curiosamente, o cardeal que, em 1964, havia se recusado a abençoar as marchas da família que reivindicaram a intervenção militar; em 1965, concedeu licença para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida fosse levada, em “triumfante peregrinação”, às capitais de todos os estados do Brasil a pedido dos militares.

Dom Motta e o clero do Santuário acreditavam que a visita da imagem de Aparecida às cidades do Brasil poderia unir ainda mais o povo católico brasileiro, tornar a padroeira mais conhecida, angariar fundos para a construção da nova Basílica e, conseqüentemente, fazer com que o comunismo perdesse bastante terreno (Mathias, 2023, p. 72). Ao todo, sete peregrinações como essa foram feitas, entre 1965 e 1966, antes dos festejos do Jubileu de 1967. Levada pelo arcebispo coadjutor de Aparecida, Dom Antônio Ferreira de Macedo, sempre com o apoio financeiro do Tesouro Nacional, a imagem de Aparecida percorreu todo o Brasil, passando por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Pará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba.

Em 1967, quando o Ano Jubilar foi proclamado, a Igreja Católica e o próprio Santuário de Aparecida passavam por um momento de revisão e crise, com os ventos de mudança e renovação que vinham do Conselho Vaticano II (Brustoloni, 1998, p. 362). A Ditadura no Brasil ia mal. O governo Castello Branco havia decepcionado determinados segmentos que apoiaram o Golpe de 1964 e terminava, em 1967, em meio ao descrédito e a insatisfações. A crise econômica não havia sido debelada, a intervenção *salvadora* não tinha alcançado seus objetivos principais e, no início de 1967, todos já voltavam suas atenções para o novo ditador.



Em março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência prometendo diálogo, respeito aos valores democráticos, ordem jurídica estável e reformas (Aarão Reis, 2014, p. 66). No seu discurso de posse, o novo presidente afirmou ter o homem como meta de seu governo e tentou ecoar as premissas da encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI. Vale lembrar que, antes mesmo de sua posse, Costa e Silva chegou a se encontrar com o pontífice no Vaticano. Além do voto de confiança e estima de Paulo VI, o marechal também recebeu a notícia de que o papa enviaria uma Rosa de Ouro³⁰ ao Santuário de Aparecida, em comemoração pelos 250 anos da padroeira do Brasil. Embora o governo esperasse que o próprio Paulo VI viesse ao Brasil para a festa, a entrega da Rosa de Ouro ficou a cargo do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Amleto Cicognani, que desembarcou no Brasil, em agosto de 1967, para celebrar o Jubileu no Santuário.

Fiéis do Brasil inteiro viajaram até Aparecida para participar da cerimônia que contou com a presença de mais de trinta mil devotos. Costa e Silva e vários ministros militares também compareceram à celebração e foram ovacionados pelos romeiros e pelo clero de Aparecida (Correio da Manhã, 1967, p. 1). Na cerimônia, o cardeal Cicognani, em nome de Paulo VI, expressou sua esperança no governo Costa e Silva e previu um futuro magnífico para o Brasil. Em suas palavras, a Rosa de Ouro entregue ao Santuário representava o fortalecimento da “liberdade” e da “religião”, as “duas colunas da nação brasileira” e “fontes de energia a que o Brasil devia o seu progresso, a sua prosperidade e o seu bem-estar” (Jornal do Maranhão, 1967, p. 1).

30 A Rosa de Ouro tem um significado religioso muito importante para a Igreja Católica por refletir a majestade de Cristo a quem os profetas do Antigo Testamento se referiam como “a flor do campo e o lírio dos vales”. Segundo o Papa Leão XIII, quando incensada, a Rosa exala o odor doce de Cristo que deve ser difundido extensamente por seus seguidores fiéis e os espinhos e o matiz vermelho relembram a sua paixão (Brustoloni, 1998, p. 364-365).



Dom Motta, por sua vez, fez um paralelo entre a Rosa de Ouro, de 1967, com a primeira Rosa recebida pela princesa Isabel, em 1888. Para o cardeal, assim como a Rosa de Ouro representou “o galardão da libertação dos escravos no final do século XIX”, o presente de Paulo VI, em 1967, brilhava como um “pendão de esperança para o Brasil que tinha tantos desafios pela frente e um líder para enfrentá-los”, tendo o homem como meta de seu governo (O Estado de S. Paulo, 1967, p. 13). Assim, Dom Motta e os milhares de fiéis que participaram da comemoração dos 250 anos de Aparecida também expressaram sua fé em um Brasil grande, próspero e livre que, naquele momento, tinha a Ditadura como seu principal artífice e estava sintetizada na figura do marechal Costa e Silva (Mathias, 2023, p. 136).

A relação do Santuário de Aparecida e de Dom Motta com a Ditadura, não se encerrou com a celebração do Jubileu e com o governo Costa e Silva. Nos anos 1970, os laços que uniram o Santuário e o regime, desde o Golpe Civil-Militar de 1964, foram abençoados pelos anos do “milagre”. A cidade de Aparecida se tornou um grande canteiro de obras. A construção da imensa Basílica que hoje abriga a imagem da padroeira coincidiu com os esforços da Ditadura na construção do “Brasil Grande”. O sonho do Brasil do futuro, inaugurado oficialmente pelo governo Médici, empolgou os padres redentoristas: “por que não fazer a maior igreja do mundo aqui?”, perguntou o ministro dos Transportes, Mário Andreazza (*Manchete*, 1969, p. 122). Ainda em 1969, o ministro afirmava que era dever do governo colaborar para que o povo brasileiro tivesse mais conforto e segurança na cidade, que já havia se tornado “o maior centro do catolicismo no Brasil” (Idem). A rodovia Presidente Dutra ganhou mais uma via, para facilitar a chegada de mais romeiros ao Santuário e a construção da nova Basílica foi acelerada, sob o comando do padre Noé Sotillo, que afirmou ter sido muito criticado, na época, pela esquerda clerical, por ter feito acordos



com a Ditadura, embora só estivesse pensando no benefício dosromeiros (Oliveira, 2001, p. 133).

As iniciativas do ministro Andreazza foram saudadas com grande entusiasmo por Dom Motta. Ele dizia acreditar que o governo estava realizando a “verdadeira integração nacional” com suas obras. As iniciativas dos militares lembraram os *anos dourados* de seu amigo JK na presidência. Desde os anos 1950, o cardeal acreditava que “o governo que não fizesse quase nada e abrisse estradas teria feito quase tudo, mas o governo que fizesse tudo e não abrisse estradas, não teria feito quase nada” (Manchete, 1969, p. 122). Nesse sentido, o Santuário de Aparecida consolidou-se como uma das maiores tendas do “milagre” brasileiro. A Ditadura investiu recursos federais na construção da chamada Passarela da Fé, que liga a antiga Basílica à nova e as obras em Aparecida ganharam *status* de interesse público. A desapropriação de terras particulares, para a construção da passarela, foi possível por meio de decretos do governo federal e do consenso construído entre a Ditadura e o Clero de Aparecida (Mathias, 2023).

Porém, isso não quer dizer que o Santuário tenha escapado do recrudescimento do regime, após o Ato Institucional nº 5. Em 1969, o padre Paulo Vítor Coelho de Almeida leu a Declaração Universal dos Direitos Humanos em um programa da Rádio Aparecida, como um protesto contra o AI-5. Em resposta à afronta do padre, os militares suspenderam a transmissão da rádio por 24 horas (Brustoloni, 2008, p. 102). Em setembro de 1970, após a detenção do bispo Aloisio Lorscheider na sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), no Rio de Janeiro, Dom Motta se uniu aos outros quatro cardeais brasileiros (Dom Agnelo Rossi, Dom Vicente Scherer, Dom Jaime Câmara e Dom Eugenio Sales) para se dirigir ao presidente Médici reclamando do ocorrido, através de uma carta particular (Serbin, 2001, p. 193).

No entanto, em Aparecida, podemos dizer que Dom Motta e o Santuário Nacional viveram o período da Ditadura “muito mais sob o clima *leve* dos *anos de ouro* que sob a atmosfera *pesada* dos *anos de chumbo*” (Cordeiro, 2015, p. 344). Tanto que, em 1972, Aparecida abençoou as festas do Sesquicentenário da Independência do Brasil. A “grande euforia desenvolvimentista, as expectativas de ascensão social e o entusiasmado sentimento de construção do futuro, do Brasil potência” (Cordeiro, 2015, p. 24), também empolgou milhares de devotos e militares que participaram dos festejos patrióticos do Sesquicentenário sob as bênçãos da padroeira. É bem verdade que as comemorações da independência, em 1972, expuseram os conflitos entre o episcopado e os militares em torno do patriotismo (Serbin, 2001), mas a animosidade não se estendeu à Aparecida que foi amplamente mobilizada como um símbolo nacional por romeiros, clérigos e militares. Nas palavras do próprio Dom Motta ao general Antônio Jorge Corrêa, presidente da Comissão Executiva Central (CEC), que coordenou as comemorações do Sesquicentenário, estava “tudo bem”, nas relações entre a Igreja e o Estado (O Estado de S. Paulo, 1972, p. 50). Portanto, no remanso de Aparecida, Dom Motta não manteve distância do poder e continuou usando sua influência para louvar a integração nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1978, Dom Motta resolveu romper seu silêncio obsequioso que remontava a 1964. Tinha um bom motivo para receber o jornalista Borges Neto, do *Jornal do Brasil*, em sua casa: a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil. O cardeal havia acabado de enviar um manifesto aos senadores e deputados, qualificando a emenda constitucional como uma “vergonha para o Brasil”. Ainda inflamado, disse ao jornalista que “o divórcio foi decretado contra o direito da Igreja” (Jornal do



Brasil, 1978, p. 14). Neste ponto, o cardeal não se diferenciava muito dos outros bispos – Dom Arns entre eles –, que se mostravam “muito decepcionados com os rumos que o Estado ia tomando, o que parecia ser mais uma das faces ateias da ditadura” (Gomes, 2014, p. 69).

Porém, ao longo da entrevista, Dom Motta também fazia um balanço dos seus 60 anos de sacerdócio e marcava sua posição contrária à participação do clero na política. Em um momento em que cada vez mais, bispos, padres e freiras se mobilizavam em linhas de defesa da democracia e dos direitos humanos, Dom Motta fazia questão de enfatizar que a “função do padre é, antes de mais nada, espiritual, religiosa” (Jornal do Brasil, 1978, p. 14). O cardeal defendia que, em vez de tratar diretamente dos casos de violação dos direitos humanos e dos presos políticos, o clero deveria intervir em nível pessoal (“falar com o governo, com os amigos”), evitando atitudes públicas. Como exemplo, ele próprio teria falado com o “amigo” Adhemar de Barros, sobre “um advogado muito conhecido, amigo dos operários, católico de comunhão diária e que tinha sido preso” no imediato pós-Golpe em São Paulo (Idem). Depois de telefonar para Adhemar, o advogado foi solto imediatamente – e o cardeal, certamente, acredita ter recebido seu quinhão no Céu pelo ato de caridade.

Entre as saudades que sentia de JK – “o homem mais simples do mundo” e tinha “prazer em estar confundido com o povo” (Jornal do Brasil, 1978, p. 14) – e os elogios à construção de Brasília, Dom Motta também brigava com o passado. Ao ser questionado sobre João Goulart, afirmou ser ele “um homem pessoalmente bom”, mas sem “o preparo necessário para a política”. Negou também que tenha visitado Jango, junto a Dom Hélder, no Palácio das Laranjeiras, pouco antes do Golpe de 1964: “é mentira, é mentira!”. Em 1978, não queria reanimar velhos fantasmas (“nunca mais vi Jango”), mesmo falando, continuava a adotar o silêncio como forma de presença no mundo.



A rigor, a distância da política que pregava nos anos 1970, na verdade, nunca fez parte da sua própria trajetória. Desde cedo, Dom Motta procurou estar perto do poder. Chegou a ser vereador de sua cidade antes de se tornar padre e utilizou a influência da sua família tradicional para se aproximar de políticos e autoridades, dispostas a contar com o apoio da Igreja (Mathias, 2023). Como bispo, sempre se valeu da sua proximidade com o Estado para fazer vigorar os interesses eclesiais, sobretudo, durante suas passagens pela arquidiocese de São Luís e de São Paulo. Nesse sentido, sua preocupação nunca se resumiu aos assuntos políticos do país. Em nenhum momento, Dom Motta abdicou de pensar as questões religiosas, esforçando-se, ao contrário, para “derivar suas posições sociais de princípios evangélicos” (Morais, 1982, p. 31). O cardeal se percebia como parte de uma unidade com os seus confrades, onde as divisões rígidas entre progressistas e conservadores não se sustentam.

Além disso, notamos que a trajetória de Dom Motta pode ser representativa de padrões de itinerários de frações importantes do alto clero, que experimentaram os desafios da Igreja na Primeira República, o apogeu do modelo de neocristandade na Era Vargas e o estabelecimento de novas relações com o Estado, nos anos 1950. Formado com o objetivo de “recristianizar a sociedade”, Dom Motta e outros bispos da sua geração, nunca abandonaram a ambição de manter sua influência sobre a sociedade e os assuntos temporais. Quando eles se abriram às mudanças na Igreja a partir dos anos 1950, estabeleceram limites para a modernização institucional. Ao defender o nacionalismo econômico em voga, representavam, no limite, a estratégia reformista da “terceira via”, que rejeitava o extremismo de esquerda, mas também criticava o capitalismo (Bernal, 1989).

Nesse sentido, parece bastante simplista resumir a história de Dom Motta à sua posição em 1964, quando ele se recusou a abençoar



as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e não assinou a nota da CNBB em apoio ao Golpe. Afinal, suas decisões naquele momento também foram atravessadas por laços pessoais – sua proximidade com Jango – e institucionais – era mais próximo de Dom Hélder, que não apoiava iniciativas golpistas. No entanto, no discurso produzido pela memória da Igreja e endossada por alguns pesquisadores, para saudar a postura de Dom Motta, em 1964, é preciso diminuir a importância de seu anticomunismo histórico, por exemplo. Parece mais fácil colar o selo “progressista” no cardeal do que entender que a Igreja Católica não produzia um único discurso sobre o comunismo no Brasil dos anos 1960 (Löwy, 2007).

Mais que isso, para celebrar a posição de Dom Motta em 1964, a memória oficial da Igreja silencia sobre sua passagem por Aparecida. Lá, como podemos ver, o cardeal não manteve distância dos militares. Pelo contrário, enquanto administrou o Santuário Nacional, buscou fazer alianças com o regime, a fim de angariar investimentos públicos para a construção da nova Basílica e garantir o bem-estar dos romeiros na cidade de Aparecida. Dom Motta também louvou a “integração nacional”, levada a cabo pelos militares e recebeu Costa e Silva no Santuário com toda a pompa e circunstância em 1967. Diante disso, em que termos podemos falar em progressismo?

Assim, a melhor reflexão de conjunto para entendermos as ambivalências na trajetória de Dom Motta encontra-se nos trabalhos de Pierre Laborie, ao considerar que a ideia de resistência francesa esteve por anos marcada por mitologias e heroísmos, entusiasmos cômicos e teorizações estéreis (Laborie, 1997). Inspirado em Primo Levi (1990), conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Laborie sugeriu que a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. É o que o autor definiu como um modo de *pensar-*



-duplo, capaz de abrigar escolhas opostas. A maioria dos franceses vivia nesta *zona cinzenta*, território onde as convicções eram frágeis, ambíguas e incertas. Conforme Laborie (2010, p. 39), os franceses, em sua maioria, “não foram primeiramente vichistas depois resistentes, péta-inistas, depois gaullistas, mas puderam ser, simultaneamente, durante um tempo mais ou menos longo, e de acordo com os casos, um pouco dos dois ao mesmo tempo”.

Guardadas as devidas proporções, a interpretação de Laborie para o caso francês é interessante para pensarmos as relações de Dom Motta – e por que não de boa parte do episcopado brasileiro – com a política ao longo do século XX. Nos anos 1930, o cardeal esteve engajado na manutenção da influência da Igreja sobre a sociedade, sendo abertamente anticomunista e antiodivorcista. Ainda não era, longe disso, o arcebispo que adotaria uma posição permissiva, com os avanços dos princípios do Vaticano II na arquidiocese de São Paulo e à frente da CNBB. Em 1964, Dom Motta esteve menos comprometido com uma postura dita progressista do que indeciso, entre a acomodação e a colaboração, com o novo regime. Na *zona cinzenta*, portanto. O que disse-ram sobre sua posição diante do Golpe tem mais a ver com a trajetória da Igreja ao longo da década de 1970 do que com as ações do cardeal durante a maior parte de sua vida; tem mais a ver com a memória do que com a história.

Afinal, parafraseando Joseph Comblin (1983) ao falar sobre a trajetória de Dom Hélder, escrever a biografia de Dom Motta é também fazer a história da Igreja no Brasil desde a Primeira República, a história da Igreja Latino-Americana, desde 1955, e a história da Igreja Católica, desde o Vaticano II. Nesse sentido, analisar a atuação político-religiosa do cardeal nos permite perceber com clareza que, apesar da história da Igreja brasileira e a história do país, no período ditatorial, estarem interligadas em certos aspectos, ambas possuem lógicas



distintas e autônomas. Isso significa afirmar, por exemplo, que os posicionamentos críticos das autoridades católicas ditas “progressistas” à violência exacerbada do regime militar, bem como ao aumento da desigualdade social naquele contexto, não foram mera reação aos rumos políticos que os novos governantes impunham ao país. Como se buscou demonstrar neste texto, a aproximação da Igreja Católica com relação à sociedade e seus problemas, em uma dinâmica mais ampla de modernização eclesiástica, fazia parte de um processo predominantemente institucional e que antecedeu o Golpe de 1964.

Dom Motta faleceu em setembro de 1982, exatamente quando a sociedade começava a viver um momento importante da longa transição democrática e o episcopado se estabelecia como um dos maiores baluartes da luta pelos direitos humanos. Em seu enterro, compareceram cerca de seis mil pessoas. O “cardeal mais velho do mundo” morreu aos 92 anos, ovacionado por fiéis e autoridades que celebraram sua vida pública em “elevado conceito”. Coube a Franco Montoro lembrar a antiga máxima de Dom Motta que acompanha a atuação da Igreja até os dias de hoje: “abaixo da religião vem a política” (O Estado de S. Paulo, 1982, p. 14).

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ALENCAR JR., Moacir Pereira. **Plínio Corrêa de Oliveira:** pensamento católico e ação política na Era Vargas (1930-1945). 2014. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II:** 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BERNAL, Sérgio. **CNBB:** da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres. São Paulo: Loyola, 1989.
- BRASIL, URGENTE. São Paulo. abr. 1963, p. 1.
- BRUSTOLONI, Júlio. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida:** a imagem, o santuário e as romarias. Aparecida: Editora Santuário, 1998.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição:** o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Curitiba: CRV, 2011.
- CAMARGO, Wander Amaral. **A Igreja Católica e a CUT.** *Varia Scientia*, v. 5, n. 9, p. 11-33, 2007.
- CASTRO, Marcos de. **64:** conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.
- COMBLIN, Joseph, PINHEIRO, José, PUTRICK, Maria Bernarda. **Dom Helder:** pastor e profeta. São Paulo: Paulinas, 1983.
- CONDINI, Martinho. **Dom Hélder Câmara:** um modelo de esperança. São Paulo: Paulus, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 16 ago. 1967, p. 1.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). 8ª ed. Coleção Brasil Republicano, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 403-468.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 26 abr. 1964, p. 12.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 14.

JORNAL DO MARANHÃO. São Luís, 20 ago. 1967, p. 1.

KRISCHKE, Paulo. **A CNBB e o golpe militar de 1964**. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2012.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Porque construí Brasília**. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, n. 37, p. 15-27, 1997.

LANZA, Fábio. **O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2001.



LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **Revolução e Democracia (1964...)**. Coleção As Esquerdas no Brasil, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 303-320.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANCHETE. Rio de Janeiro, 2 ago. 1969, p. 122.

MATHIAS, Mathews Nunes. **Nossa Senhora da ditadura**: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972). 2023. Orientador: Janaina Martins Cordeiro, 2023. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. **O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos**: Resistência e Cisma. Orientador: José Adriano Filho. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida, Vitória, ES, 2016.

MORAIS, João Francisco de. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 16 ago. 1967, p. 13.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 21 set. 1982, p. 14.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 22 mar. 1964, p. 28.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 27 mar. 1946, p. 6.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 3 set. 1972, p. 50.

O LEGIONÁRIO. São Paulo, 19 nov. 1944, p. 1.

O LEGIONÁRIO. São Paulo, 22 jul. 1945, p. 1.

O SÃO PAULO. São Paulo, 12 abr. 1964b, p. 1.

O SÃO PAULO. São Paulo, 5 abr. 1964a, p. 1.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Basílica de Aparecida**: Um templo para a cidade mãe. São Paulo: Olho d'água, 2001.

PRESOT, Aline. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64**. Orientador: Carlos Fico. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

REVISTA REALIDADE. São Paulo, jan. 1970, p. 138.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. **Métis**, v. 5, n. 10, p. 179-202, 2006.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Wellington Teodoro da. *Brasil, Urgente*: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963 – 1964). Orientador: Marcelo Ayres Camurça, 2008. 344f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2008.

SILVA, Wellington Teodoro da. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. **Interações**, v. 9, n. 15, 2014, p. 62-80.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e golpe de 1964**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. *Passagens*, v. 3, n. 2, p. 203-216, 2011.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEB's no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.



VIDIGAL, Pedro Maciel. **O Cardeal de Vasconcellos Motta**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!!* A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira. Orientador: Artur César Isaia 2003. 159f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.



“SE A TFP FOSSE SUBVERSIVA, NAZI-FASCISTA, PERTURBADORA DA ORDEM...”¹: O INTEGRISMO CATÓLICO NA MIRA DO SNI (1975)

Gizele Zanotto

¹ “Se a TFP fosse subversiva, nazi-fascista, perturbara da ordem pública, se ela separasse contra a ordem nacional, filhos dos pais, o que dizer de um bispo que mantém o mais contínuo contato com esta sociedade?” Excerto de correspondência de Dom Antônio de Castro Mayer a Plínio Corrêa de Oliveira, publicado na imprensa em junho de 1975, no contexto do denominado “estrondo publicitário” contra a TFP, na linguagem da entidade. MAYER *apud* JORNAL do Brasil. Bispo faz defesa da TFP. *Jornal do Brasil*. 05 Jun 1975, s/p. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política – Pasta 1251 – Tradição, Família e Propriedade.

O “mundo católico” é caracterizado pela sua diversidade de grupos, ordens, movimentos, propostas teológicas e autocompreensões, formas e práticas devocionais. Há séculos, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), em sua atuação mundial, mantém-se como um universo múltiplo, capaz de agregar a multiplicidade na tão quista unidade. Para além do espectro institucional em si, há ainda que se observar as ações declaradamente católicas de leigos que, propalando a defesa da fé *verdadeira*, mobilizam propostas teológico-políticas e culturais para além do campo institucional.

Nosso foco recairá sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)³¹, entidade civil que se propõe a defender os valores da civilização cristã, do catolicismo tradicional, a partir da tríade que a nomeia. A TFP, fundada em 26 de julho de 1960, na cidade de São Paulo/SP, respondendo ao Estado – eis que institucionalizada como associação civil, de caráter confessional –, é aqui entendida a partir da classificação de “movimento católico”, indicando que se trata de uma entidade declaradamente católica, mas que não integra a estrutura institucional ou segue os representantes da ICAR em sua atuação (Richard, 1982, p. 11). Essa concepção evidencia a vinculação doutrinária dos membros da TFP ao catolicismo sem deixar de contemplar a natureza jurídica independente da instituição eclesial.

No Período Ditatorial da segunda metade do século XX, no Brasil, apesar do apoio inicial da hierarquia católica, via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não houve unanimidade entre clero e leigos. O processo de alteração da postura da ICAR, via representantes oficiais (ortodoxia), vislumbrados especialmente na CNBB, não foi tranquilo ou unívoco. A declaração conjunta, assinada por 26

31 Para uma visão panorâmica sobre a entidade no Brasil e sua expansão mundial, ver Zanotto (2012, 2020).

bispos e divulgada em 02 de junho de 1964, fora dedicada aos “graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional”. Essa posição institucional foi alterada progressivamente, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional No. 5 (AI-5), que suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, intervenção federal, suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado, cassação de mandatos eletivos, recesso do Congresso Nacional e recesso das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências (Planalto, 13 Dez. 1968). O AI-5 constituiu o acirramento do poder ditatorial e deu amparo a outros atos que institucionalizaram a repressão, o que atingirá inúmeros religiosos e leigos; situação que aprofundou as críticas ao regime e que estabeleceu a contrariedade de parte expressiva da ICAR ao governo militar. Houve defensores religiosos da Ditadura Brasileira e mesmo aos métodos de repressão e “caça” aos comunistas, esquerdistas e ditos terroristas, mas esse grupo foi minoritário³². Em 2014, a CNBB aprovou uma nova declaração, intitulada *Por tempos novos com*

32 Ver, por exemplo, os estudos de Azevedo (2001) e Castro (1985). A criação da Comissão Bipartite, entre representantes do Estado e Igreja, em 1970, também evidencia que, afora dissonâncias e mesmo declarações públicas de uma ou outra parte com críticas, houve tentativas de aproximação e legitimação, por parte do Estado, e, por outro lado, de amenização de conflitos e repressão, por parte da ICAR. Rodrigues (2006, p. 166) aponta que “Para a Ditadura Militar, os canais diplomáticos eram bastante proveitosos: através deles, ela obtinha, senão o apoio, pelo menos a diminuição do impacto dos conflitos com a Igreja Católica. Mas os canais da diplomacia não eram eficazes a ponto de conseguir o consentimento de toda a Igreja brasileira. Não obstante o esforço do Vaticano de colocar núncios no Brasil que tivessem um discurso mais moderado em relação à Ditadura, muitos bispos e padres não os escutavam e continuavam a atacar o regime”. Ver: Gomes (2014), Rodrigues (2006) e Serbin (2001).

liberdade e democracia, admitindo o apoio de setores da Igreja ao Golpe de 1964. Segundo o documento:

Se é verdade que, no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo, também é verdade que a Igreja não se omitiu diante da repressão tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos (*apud* Uol Notícias, 02 Abr. 2014).

Quanto à TFP, nem sempre alinhada à perspectiva da CNBB e mesmo do Vaticano, o apoio à Ditadura e ao pretense combate ao comunismo e subversão foi contínuo, embora não unívoco. Em geral, houve endosso ao governo militar, mas, em alguns casos, também houve críticas à diplomacia, “arrefecimento” da repressão aos inimigos da civilização cristã, aproximações com países socialistas, e outras medidas de redistribuição de renda. Neste capítulo, vamos destacar a atuação integrista³³ da TFP no Brasil, especificamente evidenciando o investimento de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao entendimento mais completo da entidade, ante denúncias de de-

33 O integrismo defende o catolicismo integral, impregnando toda a vida da nação, recusando a separação entre profano e sagrado, laico e confessional (Fouilloux, 2001, p. 11). Essa proposta de defesa cristã foi forjada na crise do catolicismo, entre fins do século XIX e início do XX, prostrando-se em defesa da autoridade do texto papal (determinados papas, conservadores) e da Bíblia, zelo militante, contrariedade à modernidade e suas consequências, restauração da Igreja hierárquica, exercício do poder político para fins religiosos (Pierucci, 1999, p. 189). Internamente ao campo católico, o integrismo propugna e atua no sentido de defender a “verdadeira fé”, sua leitura de catolicismo e realidade – e na defesa de uma “depuração” dos que seriam representantes do “erro/mal” também dentro da ICAR. No caso tepepista, o erro é identificado sobretudo na teologia e ação dita progressista, na atualização dogmática e litúrgica, na defesa dos pobres e oprimidos, na análise crítica da doutrina cristã.

sordem pública, treinamentos paramilitares, procedimentos de arregimentação e formação similares ao nazifascismo, alienação de iniciados de suas famílias, fonte e investimento dos recursos. A base da análise se dará com arquivos do SNI, de âmbitos nacional ou estadual, produzidos em 1975 – cotejados eventualmente com dados de outros anos –, tempo em que as mídias se voltaram ao esquadrinhamento e à divulgação da TFP, em função de uma campanha ruidosa antidivorcista, denúncias de genitores de membros, depoimentos de egressos quanto aos “reais” fins e objetivos da entidade.

“A TFP ENFRENTA O ANTI-COMUNISMO EM CONTÍNUA ASCENSÃO”³⁴

A associação civil Tradição, Família e Propriedade (TFP), após sua formalização em 1960 e consolidação da liderança de Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), dedicou grande parte de seus esforços contra as propostas de reforma agrária em discussão no país (1960 a 1964), contra o projeto de lei de implementação do divórcio (1966), denunciando o que concluem ser uma infiltração comunista nos meios católicos (1968 e 1969), contra o IDOC-C e grupos proféticos (1969). Criticando membros da hierarquia, propostas teológicas, litúrgicas e modos de ação da ICAR, a TFP seguiu firme em suas denúncias, contando com o aval dos bispos de Campos de Goytacazes/RJ, Dom Antônio de Castro Mayer (1904-1991) e de Jacarezinho/PR, Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999), além de membros do episcopado de outros países, padres e leigos do Brasil e exterior. Nesse contexto da

34 Subtítulo de obra síntese da atuação das TFPs brasileira e do exterior, ao referir-se aos anos 1970 (Sociedade, [1989], p. 94).



primeira década de atuação, a entidade lançou-se ao público portando estandartes rubros (1965), caracterizando as mobilizações em ruas pelas capas vermelhas dos cooperadores, seus mastros com estandartes e os megafones utilizados para divulgar palavras de ordem, lemas e outras informações. Além das campanhas em si, há que lembrar o investimento dos tefepistas na consolidação da instituição e ampliação de seus recursos e com o aliciamento de sócios, cooperadores, correspondentes e esclarecedores, ou seja, os membros de fato e seus aportes humanos, financeiros e de divulgação pelo país. Organizada em seções e subseções, a TFP foi paulatinamente abrindo sedes nas capitais de vários estados da Federação e subseções nessas ou em outros municípios, criando uma verdadeira rede de apoio, sustentação e difusão.

Quando iniciou a década de 1970, a TFP já tinha ampla atuação nacional, reforçada pelo auxílio das estruturas criadas pelas capitais e interior, e com “capilaridade” suficiente para ousar com outra iniciativa prática, denominada de *caravanas de sócios e cooperadores* que, em períodos de férias escolares, embrenhavam-se pelo interior do país para divulgar publicações, campanhas, coletar assinantes para a revista *Catolicismo*³⁵ e novos sócios, cooperadores ou simpatizantes. Na primeira década de atuação, a TFP também chamou a atenção de prelados e leigos que se aproximaram e a legitimaram, bem como os que a repudiaram pelas posições integristas, acusatórias e persecutórias de um catolicismo mais vinculado ao social, aos pobres e oprimidos, marcante na Igreja brasileira desde o segundo quartel do século XX,

35 O mensário *Catolicismo* foi fundado em 1951, na Diocese de Campos/RJ, sob a autorização do bispo Dom Antônio de Castro Mayer, partícipe dos grupos pré-TFP e que se manteve ativo na defesa e participação na entidade até início da década de 1980. Após o afastamento de Dom Mayer, em relação à Plínio C. de Oliveira e à TFP, a revista foi definitivamente assumida pela entidade como seu órgão oficial e permanece sendo publicada ainda hoje (<https://catolicismo.com.br/>).



sobretudo. Se, por um lado, a posição da TFP parecia mais fortificada, estável, sólida, de outro, observamos efeitos críticos e/ou destruturadores que passaram a também ganhar a cena pública.

Essa exposição pública sobre a TFP inicia ainda em maio de 1970, quando o semanário *Veja* publicou a reportagem “Cavaleiros da Tradição”, matéria que traz informações sobre atividades, campanhas, estrutura, números e outros dados da instituição, dando destaque ao grupo que, na opinião de muitos, seria anacrônico e medievalista; já para outros, um baluarte do anticomunismo no Brasil (*Veja*, 20 Maio 1970). No mesmo contexto, em outubro daquele ano, Dom Sigaud declara publicamente seu rompimento com a TFP, justificando sua posição pelas divergências e mudanças de postura em relação ao que defendera anteriormente, notadamente sobre a reforma agrária (*Cruz*, 14 Out. 1970). Embora os temas das reportagens de *Veja* e as declarações de Dom Sigaud tenham tido repercussões na imprensa nacional, a TFP seguiu suas atuações e “esclarecimentos” à opinião pública, especificamente sobre as eleições chilenas, que levaram Salvador Allende ao Palácio do Governo, e rebate às críticas de Dom Eugênio Sales, que alertava os fiéis contra as atividades da entidade – posição rebatida ruidosamente pela TFP em publicações e carta.

A TFP também levou a cabo suas tradicionais atividades, como cursos de formação, conferências e palestras, atendimento a famílias carentes quanto a cuidados médicos, arrecadação para o Natal dos Pobres, visitas a enfermos, serviços de difusão e imprensa, programas radiofônicos, distribuição de boletins, excursões a “lugares exóticos”, cursos de defesa pessoal, teatro amador, projeções de filmes e audiovisuais, coro São Pio X e vigílias. Além disso, lançou mão das caravanas, as quais eram realizadas por jovens – internamente denominados de apóstolos itinerantes – que viajavam país a fora em pequenos grupos, em kombis, vendendo matérias e assinaturas de revistas,

coletando firmas para eventuais abaixo-assinados, visitando escolas e outros locais de agrupamento da juventude, para lá realizarem palestras e fazer convites aos jovens para integrar a TFP. Também atuavam, claro, nas ruas e nos conflitos com transeuntes, opositores ou críticos de sua posição católica conservadora. Essa prática das caravanas ainda se mantém, agora pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), que substituiu a TFP após rupturas derivadas da morte do líder e dos conflitos pelo poder na entidade. O IPCO realiza essas atividades seguindo o modelo anterior, mas não mais com estandartes rubros, os quais foram substituídos por estandartes dourados.

O ano de 1971 foi um ano de investimento do início da produção e divulgação da série *Diálogos Sociais*, material didático voltado ao esclarecimento da população acerca de temas concernentes à propriedade privada e sua função social e à herança. A coleção foi produzida originalmente pela TFP argentina, fundada em 1967, e na década de 1970 passou a ser distribuída também no Brasil, onde teve várias edições. Os opúsculos tiveram como títulos: *Diálogos Sociais n. 1 - A propriedade a privada é um roubo? A propriedade privada: direito sagrado ou privilégio odioso?*; *Diálogos Sociais n. 2 - Devemos trabalhar só para o Estado? A propriedade privada: como pode servir ao bem comum? qual a sua função social?*; e *Diálogos Sociais n. 3 - É anti-social economizar para os filhos? Propriedade privada e classes sociais: servidoras ou inimigas da família.*³⁶ Esse também foi o ano em que a CNBB, por meio de seu Secretariado Geral, se pronunciou publicamente acerca da TFP, em vista dos questionamentos e das posições divergentes de prelados quanto à instituição civil. Em maio, foi publicizada a *Declaração do Secretariado*

36 O material está disponível para download em <https://www.pliniocorreadeoliveira.info/dialogos-sociais-n-1-a-propriedade-a-privada-e-um-roubo-a-propriedade-privada-direito-sagrado-ou-privilegio-odioso> Acesso em: 27 jan. 2024.

Geral à Imprensa, documento também publicado no *Comunicado Mensal* da CNBB. Entre as declarações, o item “A)” versa sobre a TFP. No documento, o autor expressa “respeito as intenções pessoais e íntimas dos dirigentes, membros e simpatizantes da TFP. É óbvio que também reconheço valores (sic) positivos em algumas de suas atitudes e iniciativas” (Secretariado, 1971, p. 32).

Entretanto, o documento enfatiza a necessidade de que a entidade “reexamine sua razão de ser, seus objetivos, seus métodos de ações e os princípios iluminatórios do seu programa” (Secretariado, 1971, p. 32). Por fim, aponta-se que a TFP deveria realizar uma autocrítica ante à contestação pública de documentos aprovados pela CNBB, que poderiam, nessa interpretação, “ser um fator de lamentável desunião e uma escola deformadora da realidade” (Secretariado, 1971, p. 33). O documento finda asseverando que as críticas devem ser fator de ajuda e união para purificar a inegável boa vontade dos tefepistas.

O ano seguinte, 1972, foi de atividade tefepista voltada à atuação político-social e também cultural. No primeiro aspecto, houve a produção de um *Memorial* da chamada Comissão Médica da TFP, discutindo a perniciosidade das práticas abortivas como o Dispositivo Intrauterino (DIU) (Lorenzon, 26 Maio 1975). O documento foi enviado a vários ministros do Estado, membros do episcopado e outras autoridades, reforçando a posição contrária a qualquer tentativa de liberalização do aborto no país. Ainda foi realizado estudo, também enviado a ministros e autoridades, evidenciando prejuízos do *Anteprojeto do Código Civil* quanto às instituições da família e da propriedade privada. Já no âmbito cultural e católico, a TFP voltou-se de modo crítico contra aos Cursilhos de Cristandade, movimento surgido na Espanha na década de 1940 e iniciado no Brasil em 1962 (Gomes, 2009). Na *Carta Pastoral* produzida por Dom Mayer e amplamente difundida pela TFP questionava-se o “movimento [que] se apresen-



tava como capa de operar conversões espetaculares e inesperadas”, infiltrado de posições se não comunistas, “pelo menos não comunistas” (Sociedade, [1989], p. 103).

Com novas críticas à atuação hierárquica e religiosa de membros da ICAR, em 1973, a comissão da CNBB pretende debater a TFP, mas seus membros acabam não se pronunciando sobre a questão, na declaração final de sua Assembleia³⁷. Nesse ano, em razão da visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima ao Brasil, capitaneada pela TFP em seu percurso no país, deu-se ênfase à mensagem fatimista – defendendo-se que um dos seus segredos versaria sobre a implantação do comunismo na Rússia, que pretensamente “espalharia seus erros pelo mundo” – e à divulgação da obra *As aparições e a Mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia*, de Antonio Borelli Machado, publicação que já contava com inúmeras edições.

Em março de 1974, a TFP enviou mensagem ao cardeal polonês Mindszenty louvando sua recusa de “se dobrar ao comunismo”, situação que o teria destituído do cargo de Arcebispo de Esztergom e Primaz da Hungria e o levado ao exílio. Pouco depois, também em razão do olhar tefepista à situação polonesa em artigos, obras e outras manifestações, Plínio Corrêa de Oliveira foi homenageado pelo governo polonês no exílio, sediado, então, na capital britânica, pela incorporação do país ao bloco socialista capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no pós-Segunda Guerra Mundial. A Comenda da Grã-Cruz da Ordem da Polônia Restituída, criada em 1921, como a mais alta gratificação para civis, foi-lhe atribuída pelo presidente da República Polonesa no Exílio, Stanislaw Ostrowski, “por seus méritos na luta contra o comunismo e pela causa católica no mundo inteiro” (Bartyzel, 2005, p. 283).

³⁷ Para mais informações, ver Zanotto (2019).

Ainda em 1974, a sede paulista da entidade promoveu importante ato de inauguração de seu auditório, ocasião em que reuniu apoiadores do país e exterior, evidenciando suas relações com autoridades de vários setores. Entre os participantes do ato, encontram-se autoridades como o General Humberto de Souza Melo; o Governador Laudo Natel; um representante do prefeito de São Paulo; o Vice-Presidente da Alesp, Deputado Januário Mantelli; o Desembargador Gentil do Carmo Pinto, presidente do Tribunal de Justiça de SP; o Ministro Ítalo Galli, presidente do Tribunal de Alçada Criminal; Walter Godinho, presidente do Tribunal de Justiça Militar de SP; Ministro Homero Diniz Gonçalves; Deputada Dulce Salles Cunha Braga; e o Embaixador Arruda Botelho. Além de representantes das TFPs de outros países da América Latina (à época, a TFP tinha entidades coirmãs ou parceiras na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela) e representantes da Tchecoslováquia, China, Croácia, Espanha, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Polônia, Romênia, Ucrânia, Vietnã do Sul e Mônaco (Lorenzon, 26 Maio 1975; Schirmer, 26 Maio 1975).

Esse conjunto de ações – afora as divulgações pagas da entidade, comentários na imprensa que tiveram alguma repercussão pontual – não criou polêmicas de médio ou longo prazo. A situação, porém, era diversa em 1975. Esse ano iniciou com a manifestação de pesar pela instauração de governos comunistas no Vietnã (com o fim da Guerra do Vietnã e a derrota do Vietnã do Sul, apoiado pelos Estados Unidos da América - EUA) e no Camboja (dominada pelo Khmer Vermelho) e com a divulgação da *Carta Pastoral pelo Casamento Indissolúvel*, assinada por Dom Mayer. Nesse mesmo período, visitas a hospitais e enfermos, cursos de defesa pessoal, palestras e conferências, formações e outras atividades ordinárias seguiam seu transcurso.

A mobilização nacional contra a nova proposta de instituição do divórcio no Brasil levou tefepistas a atuarem difusa e frequente-



mente pelo país, gerando reações que, ao contrário do que ocorrera em outros tempos, gerou amplas consequências. Nesse cenário, além de relatos de perturbações à ordem pública, questionamentos sobre a autorização dos tefepistas para ações de rua ante à impossibilidade de outros protestos terem concessão, e de conflitos com transeuntes, houve questionamentos mais profundos que tocaram – segundo relato do advogado sul-rio-grandense Werner Becker, em entrevista à *O Fluminense*, nos dias 18 e 19 de maio de 1975 – em possíveis três crimes: atividade política para além dos partidos (proibido pela lei eleitoral); contrariedade e questionamentos públicos a chefes de Estado do país e de outras nações com quem o Brasil tinha relações diplomáticas; e, finalmente, defesa do regime monárquico (Guazzelli, 2018).

Em meio a esse processo de discussão pública, foi instaurada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Alergs) uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Embora o tema da TFP estivesse em pauta na Alergs desde meados de maio daquele ano, essa CPI foi instituída somente na sessão de 5 de junho de 1975.

A exposição do tema da TFP, na Assembleia, trouxe ao cenário político e legislativo questionamentos relacionados à entidade, difundindo-se para outros recantos do país, onde líderes e representantes, tanto da Arena quanto do MDB, manifestavam-se com preocupação pela falta de informações sobre os procedimentos da TFP, que, além das questões já apontadas por Werner, também foi acusada de aliciamento e alienação parental, procedimentos nazifascistas, extremismo de direita, fanatização de jovens, medievalismo e formação paramilitar. Em razão da mobilização pública, foram solicitadas aos órgãos de informação e ao Ministro da Justiça informações sobre a associação civil que tocassem em temas como origem, finalidade, estrutura, métodos, atividades e fontes de recursos da entidade, o que gerou a mobilização de agentes do SNI, que, cumprindo despachos, voltaram-se

à avaliação, ao acompanhamento e a registros sobre a TFP (Amaral, 17 Maio 1975; Fagundes, 11 Jun. 1975).

Todavia, mesmo ante tantos questionamentos públicos, a TFP seguiu também as suas denúncias e críticas a prelados, as quais resultaram em documentos públicos, difundidos por matérias pagas pela imprensa de todo país, como *A TFP em legítima defesa: ante uma agressão polêmica e apaixonada, proposta de sereno diálogo* (Maio 1975). Na segunda metade do ano, após reunião do Episcopado paulista em Itaiçi, foi publicado o documento *Não oprimas teu irmão* (Out. 1975), registro esse que se junta a uma série de manifestações públicas, individuais ou coletivas de prelados que, paulatinamente aumentavam a veemência e as críticas à opressão, à violência, à violação dos direitos humanos e às arbitrariedades praticadas pelo governo militar³⁸. Em *Não oprimas teu irmão*, lê-se:

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo, nós, os bispos da Igreja deste estado de São Paulo, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e, diante, sobretudo dos graves acontecimentos que vêm estarecendo e inquietando a população de São Paulo. Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas,

³⁸ Na década de 1970, foram divulgados os documentos: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, publicado pelo bispo de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, em 10 de outubro de 1971; *Testemunho de Paz*. Declaração conjunta do episcopado paulista. Brodósqui (SP), 8 de junho de 1972; *Ouvi os clamores do meu povo*. Documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973; *Marginalização de um Povo*. Declaração dos bispos do Regional Centro-Oeste. Goiânia, em 6 de maio de 1973; *Y-Juca-Pirama. O Índio, Aquele que Deve Morrer*. Documento publicado por bispos e missionários da Amazônia, em 25 de dezembro de 1973. Sobre o tema, ver: Reis e Soares, 2018 e Reis e Rothen, 2015.

acompanhadas até de mortes; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive, das autoridades (...) manifestamos nosso desejo de colocarmo-nos sempre ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país (*apud* Kopanyshyn, 2015, p. 11; Reis; Soares, 2018, p. 280)

A TFP rapidamente rebateu a manifestação, publicando na imprensa o texto intitulado *Não se iluda, Eminência* (Nov. 1975), “deplorando” a *Declaração de Itaiçi*, como ficou conhecida. A mensagem, assinada pelo presidente Corrêa de Oliveira, afirmava:

A Hierarquia Eclesiástica, na própria medida em que se omite no combate à subversão comunista, vai se isolando no contexto nacional. E nos parece impensável que alguém lhe diga que a subversão é profunda e inalteravelmente impopular entre nós, e que a Hierarquia paulista tanto menos venerada e querida vai ficando, quanto mais bafeja a subversão (*apud* Sociedade, [1989], p. 119)³⁹.

39 Essa mensagem segue a linha discursiva da TFP de que a infiltração comunista está dentro da Igreja e de que, ao invés de defender o bem, a moral, a tradição, os próprios membros da hierarquia aderiram ao erro e ao mal. Tais críticas já eram ponto comum nas mídias nacional e estrangeira, todavia, agora internamente na entidade, em suas sedes e de forma hermética, estava consolidada a contrariedade aos membros da Igreja, não mais tida como portadora da verdade. A instituição teria deixado a “fumaça de Satanás” invadir o templo, considerado como mera *estrutura*, e seus membros não mais representariam a *verdade* da fé. A perfeição, a *verdadeira Igreja*, seria representada pelos *arautos dos últimos tempos*, os tefepistas fiéis, liderados pelo profeta e maior de todos os santos, Plínio Corrêa de Oliveira. Esse, capitaneando sua *família de almas* tefepista, é que garantiria aos puros o acesso vindouro ao Reino de Maria, à salvação. Ver mais sobre a doutrina interna da TFP em Zanotto (2009; 2022).

Atuando de forma policialesca e denunciatória, membros da TFP reforçam a realidade de que também os católicos deveriam ser – e o eram – acompanhados⁴⁰. Não à toa, registros mostram o acompanhamento de católicos durante a Ditadura, realidade apontada por Silveira, ao afirmar “O impacto direto da repressão sobre o clero e o laicato foi imediato e mais ou menos permanente, de modo que a censura atingia diretamente uma parte do episcopado, enquanto teólogos foram forçados ao exílio e inúmeras lideranças leigas foram presas, torturadas e, algumas, assassinadas”. Depreende-se de suas análises um amplo esforço dos aparatos de informação e repressão, com foco na atuação católica. O autor conclui: “Das organizações de base à cúpula, dos setores populares à intelligentsia, os homens da Igreja eram vigiados” (Silveira, 2014, p. 45). Nesse cenário público, atuavam os agentes do SNI na avaliação da TFP, foco deste capítulo e que passamos a discutir.

“PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO AMEAÇA A INCÔMODA TFP”⁴¹

A TFP foi alvo de acompanhamentos de agentes do Sistema Nacional de Investigações (SNI) em várias ocasiões, ora pelas campanhas e repercussões na imprensa, ora por pedidos específicos de averiguação de alguma autoridade. Em nossas pesquisas, observando os relatórios e as juntadas de documentos relativos à entidade – dos Departamen-

⁴⁰ Ver também o Relatório temático das Violações de Direitos Humanos nas Igrejas Cristãs, produzido pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014).

⁴¹ Título de reportagem publicada no *Jornal de Minas*, de 15 de junho de 1975. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política – Pasta 1251 – Tradição, Família e Propriedade.

tos de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo (Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP), Minas Gerais (online), Paraná (Arquivo Público do Paraná) e Arquivo Nacional (online) –, evidencia-se esse “olhar vigilante”, ao mesmo tempo em que se acessam inúmeros recortes de jornais, materiais da TFP, fotografias, relatórios, e seus devidos encaminhamentos (arquiva-se, informa-se outros setores, solicitam-se providências ou informações, etc.). Nosso foco aqui será o acompanhamento da TFP pelo SNI no ano de 1975, uma vez que houve amplas repercussões das suas campanhas pelo país e a instauração de debates nos plenários de assembleias legislativas, Câmara e Senado Federal. Essa situação, como dito, gerou demandas de investigação ao Ministério da Justiça (MJ), que mantinha sob sua alçada a Divisão de Segurança e Informações (DSI), estrutura complementada com braços como Agência Central (AC), agências regionais e locais, Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas em cada Ministério civil, além de Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público e autarquia federal. Para Gomes (2014, p. 105-106), a DSI:

Não é composta por um acúmulo desordenado de papéis. Apesar de prevalecer, a seu respeito, uma leitura que folcloriza a comunidade de informações, sua atuação foi metódica e sistemática. Os documentos – fruto do trabalho de profissionais especializados – tinha caráter sigiloso e são, em sua maioria, relatórios sintéticos e analíticos, sem autoria definida, que visavam informar sobre a situação dos opositores do regime militar.

Para o autor, a atuação dos agentes e analistas era guiada por elementos basilares como a crença em sua superioridade moral, um arraigado anticomunismo e o discurso contrário à corrupção. Afora as

orientações gerais ao trabalho dos integrantes do SNI, as interpretações derivavam das subjetividades (Gomes, 2014, p. 106). A atividade era de coleta de informações e produção de conclusões, as quais deveriam ser produzidas de modo que “justificassem a perseguição aos adversários” (Gomes, 2014, p. 106). Nas informações, o foco voltava-se aos considerados *subversivos* e a desviantes nas questões morais ou comportamentais. No que refere à interpretação, se instaura uma tendência em alinhá-los a questões políticas e movimentos de esquerda. Nessa linha, afirma Quinalha (2020, p. 1735; 1737):

política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto global de repressão que pode ser designado como “utopia autoritária” (...) É verdade que o sentimento anticomunista foi intensamente mobilizado para caracterizar a subversão moral como um artifício ardiloso do movimento comunista internacional para minar as instituições ocidentais. De acordo com essa ótica, atentar contra a moral e os bons costumes seria menos um fim em si mesmo e mais uma tática insidiosa, no bojo de uma “guerra psicológica adversa” para promover uma revolução anticapitalista por meio do enfraquecimento dos pilares da nossa sociedade: a religião cristã e a família.

A lógica era de suspeição, inculpação, vinculação aos perigos ao governo, ordem e moralidade. Assim, visava-se, ao mesmo tempo, esquadriñar e acompanhar possíveis inimigos, também produzir informações e imputar responsabilidades.

Visando dar retorno sobre as origens da TFP, objetivos, inimigos, recursos, atuação e ideologia, no registro MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75, de caráter confidencial, vemos o investimento dos agentes na busca e na sistematização de informações



sobre a associação. Em 10 de junho de 1975, foi produzido relatório e parecer que trazem dados sobre a fundação, tida como de utilidade pública pelo Decreto Estadual n. 45.132/1965, do estado de São Paulo. Há um arrazoado do estatuto, indicando seus objetivos e seu caráter filantrópico, além das práticas de esclarecimento do público promovidas por publicações. Afora a tentativa de imparcialidade, o produtor do relatório evidencia empatia com as ações da entidade e lista as campanhas realizadas entre os anos 1960 e 1970, contra a reforma agrária, contra o divórcio, contra a infiltração comunista no clero, contra atuação de agentes e organismos internacionais na Igreja, alertando sobre a eleição de Salvador Allende, no Chile. Para o agente, afora o caráter anticomunista, a entidade não age como outras entidades com a mesma bandeira, uma vez que dotada de caráter exclusivista e com formas de atuação “considerada por muitos como espalhafatosa e até mesmo antipática e agressiva” (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). Na mesma linha, se conclui, em favor da TFP:

Vários incidentes, em diferentes ocasiões, têm-se verificado envolvendo militantes da TFP. Da mesma forma que se pode atribuir à agressividade com que alguns de seus membros abordam as pessoas nas vias públicas, a origem desses incidentes, há que considerar que os membros da Sociedade, em várias oportunidades, têm sofrido provocações, ora de pessoas que antipatizam com a TFP, por motivos puramente doutrinários, ora por elementos que dela discordam, por razões ideológicas (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

Os recursos que mantêm a entidade derivam de contribuições dos membros e colaboradores, da venda de publicações e de doações. Sobre isso, a entidade publica declaração de utilidade pública informando a possibilidade de as doações realizadas em São Paulo serem deduzidas do Imposto de Renda, o que potencializou a ampliação das doações. Dentre os apoiadores, destacam-se Adolpho Lindenberg⁴², Caio Vidigal Xavier da Silveira, Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, Celso da Costa Carvalho Vidigal, Fábio Vidigal Xavier da Silveira e Plínio Vidigal Xavier da Silveira⁴³ – empresários da Construtora Adolpho Lindenberg Ltda e do Grupo Mercantil (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

O documento segue narrando que, a partir do Rio Grande do Sul, foi iniciada uma campanha de âmbito nacional, que adentrou as Assembleias Legislativas de Porto Alegre, Fortaleza e Recife e que engajou tanto políticos do MDB quanto da Arena, “uns aproveitando a oportunidade para aparecer e outros visando atingi-la, por ser uma entidade anticomunista”. Dezesete acusações foram relacionadas à TFP, e, sobre isso, o redator pondera que “a TFP responde com argumentação bastante consistente a cada uma delas” (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). Delas, três elementos teriam destaque para o agente do SNI, quais sejam: de que se trata de uma organização nazifascista, monarquista e paramilitar.

42 Proprietário da Construtora Adolpho Lindenberg Ltda de São Paulo, primo de Plínio Corrêa de Oliveira. Lindenberg é bastante ativo nas ações da TFP e, mais recentemente, junto ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

43 A título de exemplificação, na relação de contribuições à TFP paulista de 1973, que totalizaram Cr\$ 1.165.984,56, os recursos aportados pelos sócios elencados são da seguinte monta: Adolpho Lindenberg (Cr\$ 296.179,91), Caio Vidigal Xavier da Silveira (Cr\$ 12.956,00), Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira (Cr\$ 3.600,00), Celso da Costa Carvalho Vidigal (sem contribuição), Fábio Vidigal Xavier da Silveira (sem contribuição) e Plínio Vidigal Xavier da Silveira (Cr\$ 203.260,21), totalizando 44,25% do montante total de arrecadações (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

Ele destaca, nesse sentido, que “com essas características a sociedade seria enquadrada como grupo subversivo” (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). Marcando sua posição de defesa da TFP, o autor do relatório registra:

Quanto à ideologia nazi-fascista não há registros, até a presente data, da atuação doutrinária ou prática que leve à essa conclusão; quanto à propaganda da monarquia também não há registros nem qualquer item do seu estatuto que possibilite aventar essa hipótese; quanto à organização paramilitar, a própria sociedade reconhece que promove cursos de defesa pessoal, seus membros portam armas legais, acompanhadas do respectivo porte de armas e incentiva à prática do paraquedismo, como esporte (...) Em Dez (sic) desse ano, o DOPS/SP constatou que, em ITAQUERA/SP, cerca de 40 militantes praticavam treinamento antiguerilha, sendo apreendidos, na ocasião, revólveres, 1 carabina para tiro ao alvo e munição (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

A perspectiva do relator é de cotejo entre os Estatutos Sociais e outras evidências para rebater as acusações. Interessante observar que as acusações não se direcionam a identificar a TFP com a ideologia nazifascista, mas sim com as técnicas de aliciamento, fanatização e exclusivismo dos membros que foi prática comum nos movimentos nazifascistas. Essa leitura *direcionada* do agente aponta que sua subjetividade se alinha ao anticomunismo e ao moralismo que imprimiram nas práticas do SNI diretrizes, mas também direcionamentos, como fica evidente no trecho apresentado. Quanto à defesa da monarquia, por óbvio, os Estatutos Sociais não a apresentariam, pois isso iria contra o regime republicano instituído no país, cuja propaganda monarquista era proibi-



da. Afora o discurso tefepista e seu alinhamento aos documentos papais de que as diversas formas de governo são legítimas se visarem ao bem comum, mas que a forma monárquica teria ampla preferência, é fato incontestado que a defesa de valores monárquicos era comum na entidade, como modelo ideal. Desde os anos 1970, pelo menos, há depoimentos de egressos que apontam para práticas e crenças internas que se alinham ao rechaço a toda a Igreja Católica e não somente aos religiosos visados em campanhas públicas. Tais críticas partiam, inclusive, dos religiosos que a defendiam, como Dom Mayer e Dom Sigaud e eram voltadas aos poderes constituídos em países, estados e municípios que considerados progressistas, esquerdistas ou comunistas; à defesa da monarquia; à leitura idiossincrática do catolicismo; à misoginia; à alienação parental; à restrição de contatos com o mundo *extramuros*; a campanhas e à venda de materiais. Todavia, esses registros públicos, mesmo quando anexados, não constam nos textos de pareceres e relatórios da inteligência.

Quanto à ampla divulgação de que a TFP constituía-se em entidade paramilitar, com campos de treinamento antiguerilha, de tiro ao alvo, e com cursos de defesa pessoal realizados em todas as sedes, há depoimentos que indicam propriedades que são sedes de tais práticas, onde, aos finais de semana, grupos de jovens realizavam treinamentos em zonas rurais de Minas Gerais (Guedes *et al.*, 12 Jul. 1975, p. 36 / Arquivo Público Mineiro – Dafe 390/PM2/74), São Paulo (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75) e Rio Grande do Sul (Arquivo Nacional - Documentos do SNI Inf. 119/16/APA/73), o que nos leva a crer que há mais estados em que tal prática era realizada⁴⁴. Há inúmeros registros da prática de karatê,

⁴⁴ A longevidade dos treinamentos é comprovada com reportagem da revista Manchete, de 1982, com fotos de alvos aos quais os treinamentos eram direcionados. O alvo, naquela ocasião, segundo as fotos e segundo o título da reportagem – “TFP: agora o alvo é o papa” – era o pontífice João Paulo II (LIMA, 27 Fev. 1982).

judô, exercícios de rastejo, tiro ao alvo, lutas medievais nos encontros e treinamentos da TFP. Do mesmo modo, a menção ao porte de armas era comum em sedes de capitais, pelo menos, sempre à luz de se estar pronto para ataques de adversários e para exercer o direito de legítima defesa.

Nessa linha, um episódio foi marcante e serviu de justificativa para a ampliação de práticas paramilitares: o ataque à bomba na sede situada na rua Martim Francisco, 665, bairro de Santa Cecília, em São Paulo, em 20 de junho de 1969. O evento foi tornado paradigmático e o local transformado num oratório à Nossa Senhora da Conceição Vítima dos Terroristas – a imagem teria sido danificada com a bomba –, que passou a receber vigílias noturnas diárias por tefepistas e eventuais devotos (Catolicismo, Jun. 1989, p. 14-15). Como paradigma, a explosão foi muito utilizada como exemplo do perigo que os tefepistas correriam ante os “terroristas” e serviu para justificar inúmeras práticas, sobretudo as vinculadas à defesa pessoal e ao armamento de membros.

Nessa linha, em 1974, a TFP conseguiu autorização para o funcionamento de segurança própria. Tal autorização tinha validade anual, o que levou ao pedido de renovação para o ano seguinte, gerando um processo que tramitou na DSI paulista. O pedido foi rejeitado, apesar da crítica de um dos agentes ao parecer da procuradora Marília B. Machado, a qual se posiciona contrária à demanda, que teria jurisprudência específica para instituições de crédito, industriais e comerciais. O posicionamento da procuradora, para esse agente, – seria resultado de essa ser “inocente útil” ou infiltrada, e, sobre isso, ele assevera: “A cassação do registro de segurança própria coloca a sociedade TFP ao desamparo dos atentados e agressões de que vem sendo vítima (...), desautoriza-a junto à opinião pública e menospreza seu trabalho corajoso e coerente de anticomunismo” (Arquivo Nacional - MJ/DSI - Documentos do SNI Inf. 639/75/DSI/MJ). Na avaliação do Delegado

Gil Antonio Ferreira, autor do parecer deliberativo, uma autorização dessa linha iria contra a lei e o pedido poderia colocar em risco à própria segurança interna: “eis que inúmeros pequenos exércitos seriam criados com real insegurança para o Estado” (Arquivo Nacional - MJ/DSI - Documentos do SNI Inf. 639/75/DSI/MJ).

Retomando o processo de investigação quanto às atividades da TFP, o agente segue seu parecer encaminhando-se à defesa irrestrita da entidade, entendendo que a campanha em voga faria parte de um projeto maior, inclusive afirmando que a TFP teria pouco espaço para sua defesa pela imprensa, que dedicaria, todavia, muito espaço às críticas. A TFP teria de defender-se com matérias pagas, o que evidenciaria esse amplo esforço para fragilizá-la. Afirma o relator:

É consenso geral dos órgãos de informações que a TFP está sendo utilizada como ponto de partida, para uma campanha mais ampla e de maior profundidade, cujo objetivo final e decisivo é atingir os demais movimentos e entidades anticomunistas. A desmoralização e a eliminação da TFP facilitaria alcançar esse objetivo. (...) Há que registrar, outrossim, que, afora a possível desmoralização da TFP, a ser obtida pela orquestração propagandista, o pretendido cancelamento da sua condição de utilidade pública poderá retirar-lhe as condições de sobrevivência. Os defensores dessa medida, por outro lado, não demonstram a mesma preocupação com o Instituto BRASIL-URSS⁴⁵, por exemplo, também considerado de utilidade pública (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

45 Para Shah, o Instituto Cultural Brasil-URSS (ICBURSS) foi criado por cidadãos brasileiros com apoio direto ou indireto do governo socialista. Suas sedes eram locais para ensino e apresentação da língua russa. O primeiro ICBURSS foi criado no Rio de Janeiro, em 1953, e na década de 1980 somavam-se 14 sedes no país (Shah, 2020, p. 737).

Por fim, o agente pró-TFP “julga ser oportuna” uma ação na área política, pelo MJ e pela bancada da Arena, para tentar barrar essa campanha. Do mesmo modo, sugere uma investigação sigilosa pelo DSI/MJ que levante fontes de recursos, e defende que a entidade publique os balancetes e atividades anualmente, conforme exige a lei (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). No mesmo processo, há outro documento, do Gabinete do Ministro – Assessoria Especial, que traz dados numéricos sobre a associação civil e que reforçam a visão positiva sobre a entidade:

A TFP, ainda que agindo sobre a multidão, não é uma organização para congregar multidões. Por isso, sócios e militantes comam cerca de mil pessoas, apenas.

Os sócios se agrupam em secções e subsecções; os militantes, em núcleos, espalhados por cerca de quarenta municípios, por todos (sic) o país.

Os colaboradores (correspondentes ou esclarecedores) são aproximadamente 980, distribuídos em 420 cidades. 75% desses elementos são jovens, de ambos os sexos e pertencentes a todas as classes sociais.

Sócios e militantes devem professar integralmente a Fé Católica, observar os Mandamentos, frequentar com assiduidade os Sacramentos. É-lhes incutida a devoção à Virgem Maria e deles se exige obediência irrestrita aos papas. Devem ainda possuir acurada formação doutrinária, isenta de todo “progressismo”, e esmerada formação moral. Sócios e militantes se dedicam à sociedade em regime de tempo integral, quando possível (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

Esse olhar laudatório é o tom geral dos cerca de dez processos da primeira metade da década de 1970 que analisamos a partir do acesso ao acervo do Arquivo Nacional, mas que também aparecem em peças do DSI de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Afora as juntadas de anexos revelarem visões críticas, expostas sobretudo na imprensa, para o caso da TFP, os agentes tendem a evidenciar o anticomunismo, o catolicismo, as relações com membros da cúpula militar, empresarial e civil em atividades da entidade e reforçam seu caráter ordeiro e antirrevolucionário.

Conflitos com representantes da Igreja, críticas ao Papa, presidentes e representantes de outros países com os quais o Brasil tem relações diplomáticas foram alvos de indagações ao SNI, todavia, não renderam reprimendas (ao menos não encontramos registros dessa natureza nos documentos que consultamos até o momento). A ICAR, representada no país pela CNBB, discutiu o caso TFP em variadas ocasiões e, sagazmente, pronunciou-se poucas vezes ante o público, acautelando fiéis sobre essa entidade que se autodefine católica, mas que não é parte da estrutura institucional e que faz de qualquer manifestação – favorável ou contrária – estopim de laudação ou aguçamento de polêmicas em sua propaganda⁴⁶.

“SE A TFP FOSSE...”

Neste capítulo, analisamos a atuação político-cultural tefepista no Brasil e a ampla repercussão negativa de suas atividades que levou a entidade à pauta de deputados de vários estados, gerando uma campanha pública que se voltou a divulgar relatos de egressos, familiares

⁴⁶ Ver Zanotto (2019).

de colaboradores, vizinhos, opositores, políticos e religiosos sobre seu conhecimento da TFP. Entre as repercussões, novas solicitações de investigação foram encaminhadas ao Ministério da Justiça, que, via SNI, produziu dossiês sobre atividades, finalidades, recursos, atuação e outros dados da TFP, autoidentificada como entidade civil anticomunista de maior repercussão no país.

Ante denúncias de nazifascismo, monarquismo, alienação parental, entidade paramilitar e perturbação da ordem, a TFP tornou-se alvo de investigações por agentes dedicados a recolher informações e produzir conclusões. Nesse intento, salta aos olhos a recorrência da adesão ao discurso tefepista pelos agentes do SNI, que, mesmo buscando alguma objetividade nos registros, acabam por ser parciais pelo seu alinhamento à política anticomunista e à sua superioridade moral, como ressalta Gomes (2014, p. 106), e acabam produzindo conclusões positivas acerca da associação. Essa simpatia apriorística se consolida, tanto a partir do foco anticomunista da TFP, quanto a partir da constante “denúncia” de religiosos progressistas, esquerdistas e comunistas; da crítica a países socialistas e ateístas; da defesa da família monogâmica; da tradição católica; da proximidade com elites civis, militares e empresariais; e, claro, da defesa do combate à subversão e ao terrorismo, mesmo fazendo uso da força.

Nessa linha apriorística de defesa das atividades da TFP, os agentes do SNI acabam por reforçar a lógica de que “se a TFP fosse” subversiva, terrorista, ilegal, sua atuação no país seria restringida ou mesmo finalizada. “Se a TFP fosse” perturbadora da ordem, alinhada a doutrinas estrangeiras que prejudicassem o país, ela seria um problema. Mas, para a maior parte dos agentes que produziu informações e conclusões sobre a associação, a TFP não é subversiva, não prejudica a ordem e a moralidade, não é nazifascista e não defende a monarquia, portanto, ela deve seguir ativa e mesmo ser apoiada pelo governo militar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gomes do. 48ª. Sessão Legislativa da 8ª. Legislatura (16 Maio 1975). **Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados**. Ano XXX, n. 45, Brasília, p. 2844, 17 Maio 1975.

ANTOINE, Charles. **O integrismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça**. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Arquivos da Polícia Política** – DOPS MG - Pasta 1251 – Tradição, Família e Propriedade. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid+1251>. Acesso em: 28 ago. 2016.

AZEVEDO, Dermi. **Igreja e Estado no Brasil**: Colaboração de agentes religiosos com a repressão política do regime de 1964. Orientador: Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro, 2001. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARTYZEL, Jacek. A “experiência polonesa” no pensamento religioso-social de Plínio Corrêa de Oliveira. *In.*: ASSOCIAÇÃO DOS FUNDADORES DA TFP. **Plínio Corrêa de Oliveira, dez anos depois...** São Paulo: s/e, 2005. p. 259-289.

BRASIL. Relatório: textos temáticos / Violações de Direitos Humanos nas Igrejas Cristãs. v. 2. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p. 156-200.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. *In.*: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Edições Loyola. 1985. p. 68-103.

CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CATOLICISMO. No local do atentado surge um oratório. **Catolicismo**, n. 462, p. 14-15, jun. 1989.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. XIII Assembléia Geral da CNBB – São Paulo – 06 a 15 de fevereiro de 1973 / V. 6. Votação sobre as atividades da TFP. **Comunicado Mensal da CNBB**. No. 245, p. 129-134 / 162-163.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Tradição, Família, Propriedade. In: **Pronunciamentos da CNBB 84 - Coletânea – 85**. n.º 35. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 35.

CONSELHO Nacional da TFP. Reverente e filial mensagem a Sua Santidade o Papa Paulo VI. 10 de julho de 1968. **Plínio Corrêa de Oliveira**. Disponível em: http://www.pliniocorreadeoliveira.info/1968_212-214_CAT_Reverente_e_filial_mensagem.htm. Acesso em 04 de março de 2017.

CRUZ, José Alberico Souza. **Se fôr assim, sou reacionário**. Entrevista: D. Geraldo de Proença Sigaud. *Veja*, n. 110, p. 03-05, 14 Out. 1970.

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1., n. 1, p. 51-61, jan./jun.2007.

FAGUNDES, Aldo. 57ª. Sessão Legislativa da 8ª. Legislatura (10 Jun. 1975). *Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados*. Ano XXX, n. 59, Brasília, p. 3918, 11 Jun. 1975.

FOUILLOUX, Étienne. Integrisimo católico e direitos humanos. In.: ACAT. **Fundamentalismos, integrismos: Uma ameaça aos direitos humanos**. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 11-30.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. **Entre o direito e a política**: a trajetória de advogados e a causa dos direitos humanos (Rio Grande do Sul/1964-1982). Orientador: Carla Simone Rodeghero, 2018. 386f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GUEDES, Fernando; SANCHES, Valdir; GOULART, Teresa; GEMAEL, Rosirene. TFP: As escolas da violência. **Manchete**, Rio de Janeiro, Ed. 1212, p. 34-38, 12 Jul. 1975.

KASPARY, Alceu. A sacralização do golpe civil-militar de 1964 em Santa Catarina. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). **O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil**. Chapecó: Argos, 2014. p. 189-215.

KOPANYSHYN, Emanuelle. Exército Brasileiro e Igreja Católica: institucionalidade, anticomunismo e conflitos. **Anais [...], Seminário** Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unesp, Marília, 1, 2015.

LIMA, Vinicius. TFP: agora o alvo é o Papa. **Manchete**, Rio de Janeiro, Ed. 1558, p. 47-49, 27 Fev. 1982.

LORENZON, Algir. 56ª Sessão, 21 Maio 1975. **Diário da Assembléia – Estado do Rio Grande do Sul**, Ano XXXIII, n. 3.778, p. 341-347, 26 maio 1975.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Minha vida pública**: compilação de relatos autobiográficos de Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Artpress, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: USP, 1999.

PLANALTO. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 fev. 2017.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

REIS, Egberto Pereira dos; ROTHEN, José Carlos. O regime militar, os direitos humanos e a Igreja (1972-1986). **História e Cultura**, v. 4, n. 3, p. 27-49, dez. 2015.

REIS, Egberto Pereira dos; SOARES, Jorge dos Santos Gomes. A Editora Vozes, a Igreja e o Regime Militar no Brasil. *In.*: CAMPONES, Kelly Cristina (Org). **Teoria e prática da ciência política**. Ponta Grossa: Atena Ed., 2018. p. 269-287.

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. **Entre a cruz e a espada**: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977). Orientador: Carlos Fico, 2006. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SCHIRMER, Cézar. 56ª Sessão, 21 Maio 1975. **Diário da Assembléia – Estado do Rio Grande do Sul**, ano XXXIII, n. 3.778, p. 344, 26 maio 1975.

SECRETARIADO GERAL DA CNBB. A respeito da TFP. **Comunicado Mensal da CNBB**, n. 224, p. 31-33, maio 1971.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHAH, Cristina Figueira. O papel dos institutos culturais Brasil-URSS na expansão cultural soviética no Brasil. **Revista X**, v. 15, n. 6, p. 735-753, 2020.

SILVEIRA, Diego Omar da. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. *In.*: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* **À sombra das ditaduras**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 39-50.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta**: Homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Editora Brasil de Amanhã, [1989].

UOL NOTÍCIAS. **Em declaração, CNBB admite que “setores da Igreja” apoiaram o golpe de 64.** 2014.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/02/em-declaracao-cnbb-admite-que-setores-da-igreja-apoiaram-golpe-de-64.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

VEJA. Cavaleiros da Tradição. **Veja**, n. 89, p. 30-37, 20 maio 1970.

ZANOTTO, Gizele. Ortodoxias, Heterodoxias: Os tênues limites da religiosidade católica na TFP. *In.*: Artur César Isaia. (Org.). **Crencas, sacralidades e religiosidades**: Entre o consentido e o marginal. Florianópolis/SC: Insular, 2009. p. 103-122.

ZANOTTO, Gizele. Tradição. **Família e Propriedade (TFP)**: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995). Passo Fundo: Méritos, 2022.

ZANOTTO, Gizele. Um olhar panorâmico sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (1960-1995). *In.*: ZANOTTO, Gizele; COWAN, Benjamin Arthur (Org.). **O pensamento de Plínio Correa de Oliveira e a atuação transnacional da TFP**. Passo Fundo/RS: Acervus, 2020. p. 19-30.

ZANOTTO, Gizele. Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964--1985). *In.*: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia (org.). **Igrejas e ditaduras no mundo lusófono**. Lisboa/Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2019. p. 87-119.



A SUPERACÃO DA CATEQUESE: IGREJA, MISSÕES E INDIGENISMO CATÓLICO NO BRASIL

Diego Omar da Silveira



As transformações religiosas dos anos 1960 e seus impactos políticos e sociais no Brasil têm sido amplamente estudadas. Sob as mais diversas abordagens, gerações de pesquisadores têm revelado, nas minúcias, quadros regionais e locais nem sempre convergentes aos posicionamentos da Igreja nacional, bem como distintos processos de adesão e dissenção de certos setores do catolicismo à Ditadura. Este texto aborda uma relação às vezes mencionada, mas ainda pouco destrinchada na historiografia, entre as missões e o indigenismo. Busco, para tanto, apontar para elementos de longo prazo, que se inscrevem na tradição cristã de converter, catequisar e supostamente civilizar. Mas, também, para como essas ideias e práticas, até então hegemônicas, começam a ser paulatinamente questionadas e, depois, substituídas, ao longo da segunda metade do século XX. Por fim, indico como transformaram a pastoral e impulsionaram na hierarquia novos posicionamentos sobre a realidade social dessas populações (indígenas) até então invisibilizadas. Uma história que passa pela Ditadura e deságua no presente, inclusive nas políticas de memória que sustentam os órgãos e entidades de indigenismo religioso existentes ainda hoje, que continuam a lutar por outros futuros possíveis.

AS MISSÕES DA IGREJAS E OS POVOS INDÍGENAS

Como destaca Paula Montero (1996, p. 80), “a história das missões é vasta, regionalmente diferenciada em função das culturas indígenas e das ordens religiosas que dela se ocuparam, e bastante bem documentada”. Entre cartas e relatórios, programas e memórias, os próprios missionários, e diferentes órgãos da Igreja, produziram uma vasta literatura que foi se misturando, muitas vezes, com as estratégias da instituição para atrair vocações e animar os missionários, angariar fundos



e promover uma imagem positiva desses “intrépidos guerreiros da fé” frente à sociedade civil (Gasbarro, 2006). Daí, que a maioria das abordagens “peca, no mais das vezes, pela ingenuidade, pelo triunfalismo ou pelo excessivo romantismo” (Montero, 1996, p. 81) e preserva das críticas seculares os fundamentos da missão tradicional, incorporada no próprio imaginário como parte indispensável da identidade nacional (Hoornaert, 2008)

Assim, não raro, jesuítas e franciscanos foram considerados, para os séculos XVI e XVII, defensores dos índios contra a sanha de riqueza dos colonos, ciosos por escravizar “os negros da terra”. E, suas interações com o projeto expansionista português, mesmo sendo peça fundamental do avanço e fixação das fronteiras, puderam ser lidas como formas de “resistência”, reiterando para as reduções o “mito de um ‘cristianismo feliz’” (Montero, 1996, p. 81). Ademais, na autorrepresentação da Igreja, as reduções – principalmente no Paraguai e na Amazônia – foram tidas como relativamente independentes dos interesses temporais dos impérios, nos quais o trabalho livre se instalou, acompanhado de uma dura recriminação teológica à servidão indígena e no qual os sucessivos esforços de conversão se deram, sempre que possível, preservando a língua e vários traços culturais dos nativos, em um grande esforço bem-sucedido de tradução (Idem) que fez florescer uma sociedade digna de nota por sua avançada organização social (Quevedo, 1993); em alguns casos equiparada ao modelo das repúblicas ou mesmo de comunidades comunistas primitivas (Lugon, 1977).

Mutatis mutandis, argumentos muito parecidos foram usados também para legitimar a ação dos missionários de várias outras ordens a partir de então. Nessa versão, ela (a missão) não é dada pelos homens, mas pela “ação salvífica do Pai”. Logo, não provém “nem das determinações da Santa Sé nem do ‘carisma’ dos fundadores de congregações religiosas, nem nas constituições dessas mesmas congrega-

ções (...) ela vem pelo Espírito e ultrapassa qualquer projeto humano” (Hoornaert, 2008, p. 104). Por isso, os seus agentes podem ser vistos como “proclamadores da justiça de Deus” que, em sucessivas levas, duelam com a dura realidade dos projetos humanos e, mais ainda, dos projetos do Estado. Para Hugo Fragozo (1992), as instruções que interrogavam o governo temporal dos missionários sobre os índios assinalavam, pois, o fim de uma época para Mercedários, Carmelitas e Capuchinhos, esses últimos incorporados, ao longo do século XIX, ao novo modelo implantado pelo Segundo Reinado, com o *Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* (1845)⁴⁷, que lhes reservava a tarefa da “catequese e civilização dos índios”, a quem deviam pregar a Religião de Jesus Cristo e as vantagens da vida social” (Beozzo, 1983, p. 170). Conforme Henrique (2018), nesse novo cenário, tratava-se mais do que nunca de associar a presença dos religiosos ao interesse de colonização, de tal modo que os aldeamentos estivessem alinhados à ocupação militar do território e que “a caridade cristã”, que implicava em retirar os índios da floresta, onde eram considerados inúteis para a sociedade e para sim mesmos”, desse como fruto “transformá-los em cristãos partícipes da comunhão civil e religiosa (...), o que implicava a utilização desses povos como mão de obra” (Henrique, 2018, p. 79).

Nessa mesma perspectiva, se inserem os Salesianos, que “chegaram ao Brasil em 1883, com o beneplácito do imperador dom Pedro II” (Montero, 2012, p. 87). Sob o impulso da europeização do catolicismo brasileiro promovida pela *Propaganda Fide*, “os filhos de Dom Bosco” vêm “atravessando a imensidade dos mares, em longa viagem, para evangelizar e civilizar os nossos índios” que, em seus muitos escritos, surgem como “tribos selvagens” perdidas nas florestas e “de tal modo

47 O documento na íntegra está transcrito em Beozzo (1983, p. 169-178).

indomáveis e ferozes que não se deixam sequer contar”⁴⁸ ou, ainda como “filhos deserdados da família brasileira, [que] gemem ainda na mais completa abjeção e barbárie” e a quem urge levantar das “profundezas das suas misérias” para a “dignidade de homens e cristãos, incorporados ao resto na nação” (Azzi, 1983a, p. 335). Os esforços da Ordem de Dom Bosco são fartamente documentados e amplamente divulgados, inclusive para assinar o sucesso de seus empreendimentos⁴⁹.

Eles se orgulham de sua ação educadora junto aos Bororo, na Colônia dos Tachos, no Mato Grosso, onde afirmam ter conseguido suprimir “alguns costumes indígenas: [como] o infanticídio do recém-nascido, a falta de higiene, a ociosidade, o *bacururu*, entre outros”, pregando sem cessar “os princípios sãos e civilizadores do cristianismo ocidental”, inculcados através do ensino regular da moral cristã, de lições cívicas e da introdução do trabalho remunerado (Castilho, 2000, p. 60). De forma semelhante, registram a “paciência” necessária para “vencer e modificar” os costumes enraizados nos povos, junto aos quais atuam na Prelazia Apostólica do Rio Negro (Salesianos, 1936)⁵⁰. Os mesmos argumentos embalam, o Monsenhor Pedro Massa, que situa como desafios principais da missão, fixar os índios, alfabetizá-los e oferecer-lhes ensino agrícola e trabalho remunerado. Ao lado de cuidados “higiênicos e terapêuticos” e lições propriamente religiosas. Esse seria o único caminho para tirar os índios da “morbidez total” em que se encontravam – um quadro narrado como de abandono, “indolência e aspecto de profunda decadência orgânica que dão a impressão exata de um aniquilamento lento e progressivo da vida humana” (Massa, 1933, p. 44).

48 Do *Bollettino Salesiano*, 1983 *apud* Azzi, 1983, p. 332.

49 Ver Costa (2009).

50 O texto menciona, entre outras, as seguintes etnias: Tucanos, Piratapuios, Arapacos, Tarianos, Deçanos, Uananos, Caparanas e Macus.

Logo, as igrejas e capelas, escolas e conventos, hospitais e asilos, junto das demais obras sociais por eles implantadas na região são celebradas com júbilo por diferentes autoridades, no cinquentenário da presença salesiana na Amazônia. Um trecho retomado da obra de Arthur César Ferreira Reis (1942) chega a compará-los aos “cavaleiros de uma cruzada de grande tomo e de tantos perigos como os empreendimentos da idade média contra os infiéis do Oriente” (*apud* Salesianos, 1965, p. 112). Eles estariam a serviço do progresso, dando aos nativos o direito de participar “do banquete da nossa Civilização”. Nas palavras do padre Alcionílio Bruzzi: “ao tendencioso *slogan* ‘o índio tem o direito de ser índio’, opomos como homens, como cristãos e como brasileiros o nosso brado: ‘o índio tem direito de ser civilizado!’” (Silva, 1979, p. 50).

Do que se pode deduzir que os fundamentos da missão tradicional foram, assim, preservados desde os primeiros séculos de colonização, até pelo menos os anos do Concílio. Com pequenas adaptações, a forma do aldeamento/das reduções foi uma constante não apenas na organização espacial, mas como estratégia de impor no tempo/espaço as referências europeias, que tinham no horizonte a *Civitas Dei*, mas também a finalidade de tornar os indígenas vassalos, por meio da “alfabetização em português, [e do] desenvolvimento de atividades produtivas e comerciais” (Montero, 2012, p. 116). Aos grupos nômades era preciso sedentarizá-los e aos que já praticavam a agricultura, cabia dar uma formatação produtiva mais comercial, do tipo das pequenas colônias agrícolas. Mesmo que não estivessem submetidos a trabalhos forçados ou a nenhum tipo de servidão, os indígenas acabavam, frequentemente, se transformando em operários e ajudantes da missão e, conseqüentemente, dos padres.

Os agrupamentos indígenas originais eram quase sempre desmobilizados, dando lugar a um novo centro, com prédios que têm

como referência a cultura europeia, onde as principais atividades se realizam e para onde todos convergem (Montero, 2012, p. 175). Mesmo quando alguns formatos e técnicas construtivas tradicionais permanecem nas aldeias do entorno, as “alterações materiais e simbólicas” tendem a impactar nas práticas. Um movimento facilmente observado nos rituais.

Nesse quadro, os sentidos também passam a ser disputados, as festas e celebrações vão sendo derrocadas e, às vezes, proibidas. Frequentemente, os missionários descrevem as cosmologias e as práticas delas decorrentes (inclusive as pajelaças) como ridículas e, no limite, demoníacas⁵¹; e elas passam a ocupar o lugar das superstições – já que, na maioria dos casos, não se reconhece nos indígenas nenhuma espiritualidade. Por longo tempo, o objetivo permaneceu sendo, portanto, substituí-las pelas “missas e sacramentos” como forma de internalizar as noções de pecado e, com ela, os valores e dogmas da “verdadeira religião” (Kern, 1982, p. 104). Mudanças nas vestes e em outros hábitos cotidianos também fazem parte desse roteiro. Quando o domínio da língua não se torna pleno, intérpretes são escolhidos entre os nativos para operar os paralelismos necessários à pregação da mensagem bíblica, em um tipo de tradução cultural que garanta a eficácia e a durabilidade do contato⁵².

Embora com a República – a separação oficial entre Igreja e Estado – e a proeminência do pensamento positivista, nas primeiras décadas do novecentos, tenham brotado muitas críticas a esses modelos, ele sobreviveu com certo prestígio até meados do século XX, através do apoio da classe política e do apelo reiterado da elite eclesiástica por “benemerência pública”, ou seja, verbas dos governos (provinciais

⁵¹ Cf. Salesianos (1936).

⁵² Ver Almeida (2004).



e central) para o revigoramento dos internatos e de suas frentes de trabalho. Prezia (2003), em seu esforço analítico, classificou esse período, que vai até 1965, como “tradicionalista”, uma vez que ele continuava marcado pelo descompasso dos programas de modernização do campo e das áreas de fronteira propostos desde Getúlio Vargas e pela insistência da Igreja em atuar como principal agente da “integração” dos nativos, nesse novo país que estava sendo projetado. Por caminhos bastante tortuosos e não muito fáceis de mapear, surgiram por essa época os primeiros diagnósticos internos do fracasso da missão tradicional. Em contraste com a propaganda e com as celebrações do seu caráter “civilizatório”, parte do clero e depois também dos leigos começa a se dar conta e a traduzir em dados – com a ajuda dos etnólogos – o tamanho dos problemas que elas tinham levado consigo aos povos indígenas (Prezia, 2003, p. 29).

Essa mensuração se tornou possível na medida em que o tema passou a ser paulatinamente mais aventado nos meios eclesiais. Dois bons indicadores são o *XXXVI Congresso Eucarístico Internacional*, realizado em 1955, no Rio de Janeiro, e o *2º Congresso Nacional dos Religiosos do Brasil* (1956), onde foram abordadas questões mais específicas como “a preparação do missionário, a contribuição da etnologia e sociologia para o desenvolvimento religioso da missão, a integração do indígena na civilização cristã e a colaboração entre várias missões” (*apud* Prezia, 2003, p. 31). Questionando antigos consensos, surgiam, nessas ocasiões, narrativas sobre milhares de mortos, contaminados por gripe, sarampo e outras doenças em áreas de missão, o que quase levou algumas etnias ao desaparecimento em certas regiões, como no caso dos Tupari ou dos Kayapó. Acrescia-se, a isso, o problema do etnocídio, uma vez que estabelecido o contato, muitos indígenas passavam a compor através de relações interétnicas uma parcela da população sertaneja – que transitava entre a aldeia e o arraial – perdendo suas



identidades, conforme Darcy Ribeiro apontou na ação dos dominicanos em Conceição do Araguaia (*apud* Prezia, 2003).

Outro documento importante, nesse sentido, é um relatório elaborado pelo padre Antonio Iasi Jr., que apontava problemas de todo o tipo nas muitas prelações por ele visitadas. Eles iam desde o isolamento, com cada missão sobrevivendo “como uma ilha” (Iasi Junior, 1970-1971, p. 8) até práticas anacrônicas implementadas por uma parcela do clero estrangeiro que ainda reproduzia costumes dos seus lugares de origem. Mas, passavam também pela leniência com que vários superiores olhavam para as populações, sem sequer reconhecer nelas os traços indígenas – “já misturados com os caboclos” (p. 7) – e pela catástrofe causada quando a missão abria o caminho do sertão para “a extração da borracha e outros produtos, inclusive, *infelizmente*, o garimpo que *será causa de desavenças e desastres morais*” (Iasi Junior, 1970-1971, p. 3; grifos no original). Conforme seus apontamentos, “as missões estiveram mais a serviço dos exploradores que dos índios, e, hoje, continuam a se ocupar quase que somente daqueles, deixando as ovelhas negras do rebanho de Cristo – os índios – no mais completo abandono”. Pela mesma época, um encontro realizado com a presença de missionários e antropólogos em Assunção anotou no documento final a convivência histórica da Igreja com práticas colonialistas e racistas, com a alienação de terras indígenas e com “práticas paternalistas e até cominatórias, que dão origem à exploração, à dependência e ao medo indígena” (Suess, 1980, p. 27)⁵³.

O diagnóstico externo desse mesmo fracasso era bastante mais estridente. O documento elaborado por 15 antropólogos durante o *Simpósio sobre a Fricção Interétnica na América do Sul* (1971), realizado em Barbados, no Caribe, apontava as responsabilidades do Estado, das

⁵³ “Documento de Assunção (07 a 10 de março de 1972)”.



Missões Religiosas e da própria Antropologia pelo estado em que os indígenas se encontravam no continente – “sujeitos a uma relação colonial de domínio que teve sua origem por ocasião da conquista e que não se rompeu no seio das sociedades nacionais”⁵⁴. À Igreja era atribuída, então, uma mentalidade etnocêntrica, que encobria sob “um manto religioso a exploração econômica e humana das populações aborígenes”. Nesse mesmo escopo estavam ainda outros “pecados”, como:

1. Seu caráter essencialmente discriminatório originado em uma relação hostil com as culturas indígenas, que classifica como pagãs ou heréticas.
2. Sua natureza vicarial, que conduz à coisificação do indígena e sua submissão em troca de futuras compensações sobrenaturais.
3. Seu caráter espúrio, em virtude do fato de os missionários buscarem nesta atividade uma realização pessoal, seja esta de ordem material ou de ordem espiritual.
4. O fato de que as missões converteram-se em uma grande empresa de recolonização e dominação, em convivência com os interesses imperialistas dominantes (p. 22).

Como reação, o documento sugeria “acabar com toda atividade missionária” e, em caso disso ser inviável, submetê-la, pelo menos, a alguns pré-requisitos, que passavam, entre outros, por deixar de lado o seu “caráter alienante” para assumir uma “posição de verdadeiro respeito às culturas indígenas”, não tratar nem os indígenas nem as suas terras e seus trabalhos como propriedades dos religiosos, “extinguir o estilo faraônico das missões”, deixar de lado o modelo dos orfanatos e colégios – responsáveis por “práticas seculares de ruptura da família

54 “Declaração do Simpósio sobre a Fricção Interétnica na América do Sul (Barbados, 25 a 30 de janeiro de 1971)”.

indígena” através do apartamento das crianças e de seus pais – e suspender os aldeamentos, como forma de reverter o “aumento de morbidade, da mortalidade e da decomposição familiar das comunidades indígenas” (p. 23-24) (Suess, 1980, p. 19).

Um ponto de maior equilíbrio está nos relatos das experiências surgidas da junção ou sobreposição entre a recepção do Vaticano II (motivada por um clima de renovação) e a inserção de novas ordens religiosas e de leigos em áreas de expansão da fronteira agrícola. Do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso, as experiências de jovens jesuítas e de congregados marianos, dispostos a investigar a situação pouco conhecida dos indígenas naquele território, põe em evidência o estado de miséria em que se encontravam os Kaingang – dando origem inclusive à CPI que levou à extinção do SPI (Prezia, 2003). A despeito de todo o trabalho feito junto aos Rikbaktsa, as críticas ao modelo do internato acabaram por levar também ao fim as atividades do internato de Uitiariti, na Prelazia de Diamantino⁵⁵. E quase simultaneamente, a experiência das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld colocava em destaque um novo projeto de inserção que, segundo Prezia, teria um “impacto revolucionário” sobre a missão. Elas haviam chegado à aldeia dos Tapirapé em 1952, onde encontraram um grupo com apenas 47 pessoas, prestes a ser extinto. E, seguindo a intuição de seu fundador, “que vivera entre os tuaregues no deserto do Saara” (Prezia, 2003, p. 41-42), ali permaneceram com o propósito de viver com e como os índios, em um modelo de missão “totalmente inserida, que tinha como propósito “escutar, compreender, amar e testemunhar, através da vida”, sem estabelecer relações hierárquicas com os nativos nem buscar dis-

⁵⁵ Um relato bastante vibrante, inclusive das contradições, desse processo pode ser encontrado no texto redigido por Egdio Schwade e intitulado “Carta aos companheiros e companheiras da OPAN”. (Busatto *et al.*, 2021. pp. 39-54). Para mais detalhes sobre a importância de Uitiariti naquele momento, ver Pacini, 2019.

suadi-los de sua cultura. Anos mais tarde, elas próprias tiveram que defender os Tapirapé do assédio e da violência de fazendeiros⁵⁶.

Como se pode notar nesse percurso, do ponto de vista intelectual, mas também material, passa a existir uma nova atmosfera, mais favorável a dar um novo tratamento à questão, o que também desagua em uma reinterpretação, tanto do trabalho missionário recente, quanto em sua própria historicidade. Paula Montero (1996), observa que esse mesmo contexto corresponde a uma crise das cadeiras tradicionais de missiologia nas universidades europeias – muitas delas começavam a ser fechadas – exatamente quando surgiam, de outra parte, ideias mais claras e experiências mais vivas de “missão encarnada”. O Documento de Assunção retomava a bíblia para legitimar essa nova postura – “fazer-nos judeus com os judeus, sem lei com os sem lei’ (A Bíblia [...], 1Cor 9, 20-21, p. 2159), e portanto, indígenas com os indígenas” – e acrescentava que, em situações marcadas pela exclusão e pela violência, essa consciência podia levar a “ter que dar testemunho silencioso de Cristo”⁵⁷ (Suess, 1980, p. 27), em favor da libertação dos mais pobres e injustiçados. Da teoria para a ação, as experiências ampliavam também a visibilidades dessas novas pautas na Igreja brasileira, deslocando os sentidos pastorais da ação entre indígenas, tomados, aliás, como já estava proposto em Barbados, cada vez mais “protagonistas dos seus próprios destinos”⁵⁸ (Suess, 1980, p. 25). Nos anos que se seguiram, novas perspectivas de trabalho foram trazidas à cena pública e, respondendo a essa demanda, novas entidades e espaços de discussão foram criados.

⁵⁶ Ver a matéria publicada no jornal *Estado de São Paulo* e reproduzida, na íntegra, em Preziza, 2003, p. 331-332, sob o título “Antropólogos se solidarizam com as Irmãzinhas de Jesus”.

⁵⁷ “Documento de Assunção (07 a 10 de março de 1972)”.

⁵⁸ “Declaração do Simpósio sobre a Fricção Interétnica na América do Sul (Barbados, 25 a 30 de janeiro de 1971)”.

A PASTORAL INDIGENISTA

O desenho de uma pastoral indigenista pode ser lido como um ensaio para o desembarque católico da missão tradicional e o primeiro passo para organizar a crítica ao passado e os projetos do presente futuro (Rufino, 2002). A expressão só aparece com mais intensidade no *Comunicado Mensal* da CNBB, no final dos anos 1960⁵⁹ quando as consultas aos prelados ou os convites para encontros e capacitações se tornam recorrentes. Na realidade, eles estão ligados à criação do Secretariado Nacional de Atividades Missionária (SNAM), que deveria organizar dados e fóruns de discussão frente à demanda crescente por informações e orientações.

Assim, em meados de 1968, foi realizado, em São Paulo, o Primeiro Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas⁶⁰, em cujo relatório estava posta a necessidade de uma missão “aculturada” – um “testemunho pessoal da vida cristã, sendo mister tornar-se como membro da própria tribo, valendo-se dos recursos da cultura índia a ser evangelizada”⁶¹. Segundo Prezias (2003, p. 48), um dos resultados desse evento foi “uma carta redigida por dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, e endereçada ao presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, solicitando que um missionário fi-

59 A CNBB havia sido criada em 1952.

60 Em minha consulta ao Arquivo da CNBB, encontrei o documento final desse encontro em uma brochura que contém um índice indicando seis partes relativamente independentes, mas que parecem ter nascido ou então subsidiado os debates. São elas: – Definição de “índio”; – Conclusões do Encontro de São Paulo; – Prolegômenos de uma Política Missionária; – As Irmãzinhas de Foucauld; – Situação atual dos Índios da Missão de Conceição do Araguaia; – Por que o índio tem de morrer?

61 Conclusões do Encontro de São Paulo. Arquivo da CNBB.



zesse parte do conselho diretor da FUNAI” – o que, de fato, acabou acontecendo por um curto período⁶².

No ano seguinte, respondendo à realização do 1º Simpósio Indigenista entre Funai e Missões Religiosas, é publicado um balanço provisório da “situação dos índios” nas várias regiões do país. Os dados haviam sido enviados pelos religiosos após uma consulta oficial e traziam descrições mais ou menos detalhadas de várias circunscrições eclesiásticas. Ao final, registravam-se algumas preocupações – “sinais vermelhos” – como as dificuldades em contatar os povos isolados, o trato difícil com as várias línguas, as longas distâncias a serem percorridas, a falta de preparo e equipamentos e a crescente realidade de esbulho das terras indígenas; sobretudo, em trechos onde estavam sendo construídas estradas⁶³.

No Segundo Encontro, os assuntos permaneceram basicamente os mesmos e os debates foram marcados pela preocupação com uma perspectiva assimilacionista dos bispos – “de preparar os indígenas para uma integração harmoniosa na sociedade nacional” conforme a política oficial do Governo – e pela assessoria dos renomados etnólogos, Egon Schaden e Herbert Baldus. “O jornal conservador *Estado de São Paulo* noticiava o evento como ‘um sincero encontro entre a fé e a ciência a serviço do índio’” (Prezia, 2003, p. 50), o que condizia, por sua vez, com a perspectiva do Instituto *Anthropos*, dos Missionários do Verbo Divino (também chamados de Verbitas, SVD) – que abrigou a reunião. Sob inspiração do congênere alemão, essa instituição nasceu no início da década de 1960, embalada na ideia de prestar apoio cien-

62 O indicado foi o Padre Antonio Iasi Jr. Sua colaboração se encerrou com a demissão de José Queiroz Campos e a nomeação do general Bandeira de Melo para a presidência da Funai.

63 “Os nossos índios”. In: *Comunicado Mensal*. Brasília: CNBB, n. 203-204, ago.-set. de 1969, p. 65.



tífico às ações da Igreja e de abrigar os principais debates sobre atendimento pastoral, mas também de saúde e educação aos povos indígenas, em consonância com o que vai estar previsto, alguns anos mais tarde, no Estatuto do Índio⁶⁴. Na medida em que as ações se politizam e crescem as discordâncias internas, o *Anthropos* perde o protagonismo. Mas, foi nele que ocorreu também o Terceiro Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas, no qual foi deliberada a criação do CIMI⁶⁵.

Antes, porém, encontros regionais e internacionais se intensificam⁶⁶. Os primeiros vão no sentido de aprofundar o diagnóstico e as soluções em áreas específicas, com destaque para a Amazônia, aos poucos pensada e referida como Pan-Amazônia. Os segundos vão na direção de trocar experiências e estabelecer parâmetros de atuação comum para a América Latina – pelo menos nesse período em convergência com o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) –, onde a presença indígena em um quadro de relações interétnicas passava a ser lida, na perspectiva do Instituto Interamericano de Indigenismo (III), como um “problema constante”. É esse o sentimento manifestado pelas lideranças e agentes de pastoral que participaram dos encontros de Melgar (Colômbia, 1968), San Antonio de los Altos

64 Para uma análise da trajetória do Instituto *Anthropos* ver Pissolato; Souza, 2008. Sobre a concordância com as políticas de Estado e com os modelos desenhados no Estatuto do Índio, de 1973, ver os textos de José Vicente César, 1975.

65 O mesmo padre José Vicente César narra esse processo em um artigo bilíngue publicado no *Caderno Germano Brasileiros*, em 1978. No texto ele considera os rumos do CIMI equivocados, por que inspirados nos “métodos da mais diabólica dialética marxista” (p. 259). Ver César (1978).

66 Prezias (2003) mapeia dezenas de encontros e compila a íntegra de vários documentos que deles resultam. Ver a tabela disponível entre as páginas 335 e 337 e o Anexo A, com Documentos de Pastoral Indigenista (1971), a partir da p. 97.

(Venezuela, 1969), Xipotec (México, 1970) e Iquitos (Peru, 1971)⁶⁷. De algum modo, todos afirmam a riqueza da cultura amazônica e propunham que a diversidade não fosse mais pensada como obstáculo, mas como potencialidade pelas suas respectivas nações. Nas palavras de um bispo peruano, caminhava-se no duplo sentido do “conhecimento do homem amazônico na dimensão dos seus próprios valores, aceitando-o sem destruir e nem mutilar sua cultura” e da “comprovação de nossos erros pastorais e uma tomada de atitudes audaciosas que sejam modos novos de nossa ação pastoral missionária” (*apud* Prezia, 2003, p. 56).

Esse movimento pressupunha uma tentativa de reelaboração do mal-estar proveniente de um passado incômodo – lido cava vez mais como “um espectro, repositório de equívocos, soberba e insensibilidade às virtudes espirituais indígenas” (Rufino, 2022, p. 125). Por outro lado, surgia também como amadurecimento ou como uma redescoberta de possibilidades há muito abandonadas pela Igreja, como a de suscitar o crescimento do clero autóctone, com suas próprias perspectivas, acerca do que significava o cristianismo⁶⁸. O deslocamento da produção missionária de um lugar abstrato (marcado pela racionalidade ocidental) para o chão da aldeia, reforçava ainda a expectativa lançada por Medellín, de uma organização eclesial vinda “das bases” e assumia, com bons olhos, a fermentação de expe-

67 A lista completa está em Prezia, 2003, p. 335-337.

68 Esse é um tema complexo e ainda pouco estudado, o que resulta na falta de dados precisos sobre o clero indígena, não apenas no Brasil, mas em diferentes lugares do mundo. O assunto é apenas tangencialmente referido por Keneth Serbin (2008), que destaca a baixíssima presença de padres indígenas – sem que nunca algum fosse alçado ao episcopado. Uma estrutura racista trazida para o debate apenas muito recentemente e que afetou ainda mais os afrodescendentes. Segundo o mesmo autor, “a Igreja ainda não assumiu a causa dos negros como se empenhou para ajudar os índios” (p. 209). Para uma abordagem mais ampla, ver Bruls (1976) e Hobsbawn (2014).

riências pastorais, que brotavam nas periferias. Ademais, os indígenas pareciam ajustar-se perfeitamente às categorias de marginalizados e excluídos, então em voga (Ortolan, 1997). E, sua condição pedia ações de “promoção humana” e “desenvolvimento integral”, muito afinadas ao imaginário e ao vocabulário que emergiam nos documentos oficiais do episcopado da época.

Dois pontos altos desse processo são os já referidos surgimentos da Operação Anchieta (OPAN), em 1969, e do Conselho Indigenista Missionário, em 1972. De modo um tanto intuitivo, os jovens indigenistas da OPAN começavam a subverter um repertório consagrado de práticas missionárias, pois já não mais se tratavam de agentes institucionais treinados para catequisar, mas de leigos engajados em um “trabalho voluntário”, construído “lado a lado com alguns povos indígenas”, com “ênfase na convivência despojada, como forma de valorizar o modo de ser próprio do povo” e de encaminhar para “superação de uma postura paternalista das missões que tolhiam a iniciativa dos índios” (Schroeder, 2009, p. 20). Conforme consta no *Boletim Macaxeira* (órgão impresso da OPAN), as linhas de ação previstas em um dos primeiros cursos de formação orientavam para “um engajamento total na comunidade”, com a qual cada um deve “procurar crescer” através “de um testemunho de vida, de uma encarnação na realidade local, de uma atitude de disponibilidade e diálogo, como quem vai mais para aprender do que para ensinar” (Schroeder, 2009, p. 21). Possuíam, portanto, “uma razoável flexibilidade e estavam baseadas em uma proposta de estreita e despojada convivência no dia a dia, não se tornando o *voluntário* um profissional, mas um companheiro de lutas” (OPAN, 1987, p. 87-88). Ou como consta em outro documento:

o opanista ‘vai à população marginalizada como um companheiro de trabalho e não como chefe e orientador... Não



vai para resolver os problemas, mas ajudar as pessoas a tomarem consciência de sua realidade e acharem saída e soluções para seus problemas e alienações. Vai aprender a riqueza humana e valores que existem naquela gente'. E adiante (...): 'terá [por isso] junto do índio uma atitude de respeito profundo pela sua cultura (costumes, crenças, arte, organização social), incentivando-o a cultivá-la'⁶⁹.

Por mais que esses parâmetros comecem a ser revistos após os primeiros anos de atuação – passando a incorporar a formatação de projetos, o estreitamento de laços com as Igrejas locais e cursos de formação para os recrutados – alguns princípios permaneceram característicos da OPAN, como a busca por alianças “não só no interior da Igreja, mas com pessoas e entidades solidárias à causa indígena” (OPAN, 1987, p. 88) e o cuidado de manter baixíssima intervenção nos modos de vida dos povos (cf. Basini, 2007), mesmo quando desenvolvendo ações orientadas para a saúde e a educação, sustentabilidade e território. De algum modo, as referências ao método ver, julgar e agir, da Ação Católica (cf. Brighenti, 2022), as ferramentas fornecidas pela pedagogia de Paulo Freire e o desejo de avaliar permanentemente, e no coletivo, as atividades propostas e seus resultados (*práxis*) também orientaram as várias gerações que se seguiram⁷⁰.

Já o CIMI, por sua vez, surgiu a partir de formas mais sistematizadas desse debate. A multiplicação das experiências, a riqueza de elaborações pastorais e, também, a inserção de militantes católicos em áreas de conflito, levavam a uma preocupação crescente da hierarquia com a “coesão e unidade” da Igreja nesse terreno (Prezia, 2003, p. 60).

69 Dal Poz, João. “De voluntários a indigenistas”. In: Busatto *et al.*, 2021, p. 18. Grifos no original.

70 Ver também a retrospectiva construída por Rebollar, Lola Campos; Leite, Arlindo; Píñeiro, Thelia. “Por uma formação indigenista”. In: Busatto *et al.*, (2021, p. 65-84).



Ocorre, porém, que continuavam existindo dissensões internas sobre o tema e um órgão oficial poderia aumentar tanto os ruídos intraeclesiais, quanto os estranhamentos com a Funai e os militares – que já vinham ocorrendo há alguns anos. Por isso, a entidade surgiu como órgão oficioso da CNBB, “com o fim de ser o centro coordenador das atividades dos missionários que labutam entre os índios no território nacional”. Segundo Paulo Suess (1989), os objetivos declarados eram:

- promover a pastoral missionária; – dar assistência jurídica aos missionários; – promover sua formação teológica e antropológica; – criar o espírito missionário na população brasileira; – cuidar de certos aspectos financeiros das Prelazias no campo indígena; – promover, neste mesmo campo, seu relacionamento com a CNBB, com órgãos governamentais, mormente com a Fundação Nacional do Índio, e dos missionários entre si (p. 18).

Como solução apaziguadora, garantiu-se a formação de uma diretoria bastante heterogênea, que conduziu as primeiras reuniões e passou a editar o *Boletim do CIMI* – uma publicação mensal voltada, inicialmente, para “informar as atividades do Conselho Indigenista Missionário e ser um elo de união entre este e os missionários”, recebendo de todos os lugares e pessoas as comunicações que os diferentes agentes envolvidos na pastoral indigenista achassem pertinentes⁷¹.

Feitos alguns rearranjos internos, o CIMI tornou-se em pouco anos, mesmo antes de sua primeira assembleia geral, em 1975, um dos principais expoentes do catolicismo progressista brasileiro, atraindo hostilidades não apenas dos religiosos conservadores, mas também de

71 Boletim do CIMI. Campo Grande: CIMI, n. 01, set. de 1972. p. 01. Esse número também registra a composição da primeira diretoria, linhas de ação e relatos das primeiras reuniões.

setores ligados à Ditadura. As ações e os documentos divulgados traziam esse órgão para o centro do debate sobre o indigenismo brasileiro, e, na medida em que o trabalho foi se regionalizando, acabou por transpor as referências a um “índio” genérico (Ribeiro, 1996) para dar lugar a diagnósticos – bastante mais precisos e sombrios – do estado real de diversos povos e etnias contatados. Esse estilo já está na Carta Pastoral escrita por Dom Pedro Casaldáliga, em 1971⁷², e se desdobra, na sequência, em relatórios muito detalhados e etnografias de relativo fôlego escritas pelos indigenistas do CIMI⁷³.

Os documentos que resultam das primeiras assembleias gerais do CIMI também dão conta de sua caminhada interna, na década de 1970. As linhas de ação foram se delimitando melhor – encampando várias demandas trazidas do campo – e do mesmo modo os diálogos com o episcopado e a sociedade haviam se aprofundado. No que diz respeito aos aspectos mais religiosos, vale destacar o surgimento de uma mentalidade ecumênica, acalentada por uma pastoral global, que propunha buscar “união e coordenação de todos os esforços por uma ação global libertadora”⁷⁴. Por outro lado, naquilo que toca as práticas, a luta pela terra, pelo direito à cultura e pela autodeterminação⁷⁵ pas-

72 Casaldáliga, Pedro. *Carta Pastoral: Uma Igreja da Amazônia e conflito com o latifúndio e a marginalização social*, 1971 (documento datilografado). Arquivo da CNBB.

73 Ainda não há trabalhos que compilem e discutam, comparativamente, essas etnografias. Mas um trabalho nesse sentido certamente poderia contrapor o modelo das etnografias salesianas, descrito por Montero (2012) e um trabalho bastante mais politizado, como indica Schroeder, 1995.

74 “I Assembleia Geral: Documento Final. Goiânia, 24 a 27 de junho de 1975”. In: Prezias (2003, p. 230).

75 As linhas de ação que constam no documento da I Assembleia são: – Terra; – Cultura; – Autodeterminação; – Encarnação; – Conscientização; e – Pastoral Global. Mas a questão da terra passa a ocupar um espaço cada vez maior. Cf. Suess (1989), os encaminhamentos, em 1975, são para “apoiar, decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra”. Já em 1977, o documento



sam a dar uma nova tônica ao órgão, que deixa de ser um anexo, para estar oficialmente ligado à CNBB.

O apoio dos bispos vai ser importante, em especial na medida em que protege os agentes, em vários níveis, das investidas dos órgãos de repressão. Mesmo suscetíveis à prisões e outras arbitrariedades, pelo longo histórico de colaboração entre a Igreja e o Estado, a hierarquia tendia a ser preservada⁷⁶. Ademais, suas posições tinham caráter representativo e eram socialmente muito apreciadas, tendiam a ser respeitadas pelo clero e por grande parte do laicato e sinalizavam rumos cada vez mais dissonantes com os antigos compromissos institucionais católicos com as elites agrárias e a classe média urbana, como bem destacou Thomas Bruneau (1974) em suas pesquisas. Com a Ditadura progressivamente mais escancarada, o mote, tantas vezes repetido, do “Ide, evangelizai!”⁷⁷, ganha um caráter político mais explícito: “Ide, denunciái!”⁷⁸ (Suess, 1985, p. 156).

final “trata da terra sob o prisma da autodeterminação quando promete apoiar com todos os meios ao nosso alcance, os povos indígenas que estão lutando pela demarcação, recuperação e garantia de suas terras. Defender também o direito que têm os índios de serem ouvidos nas demarcações, fazendo valer os seus critérios no traçado de limites”. Os participantes desta Segunda Assembleia Geral do CIMI acham seu dever ‘mobilizar a opinião pública no sentido de cobrar o prazo de cinco anos dado pelo Estatuto do Índio (art. 65), em 1973, para a demarcação de todas as terras indígenas’”. As articulações em torno desse tema têm tamanha repercussão que desaguardam, em 1975, na criação da Pastoral da Terra; mesmo ano em que se realiza o primeiro encontro Intereclesial, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), demonstrando certo alinhamento dos vários grupos do Cristianismo da Libertação. Dom Pedro Casaldáliga destaca que a criação da CPT projetou esse tema para os Planos Pastorais de Conjunto e levou à edição do documento Igreja e Problemas da Terra (1980) e à formatação da Campanha da Fraternidade de 1986, com o tema *Terra de Deus, Terra de Irmãos*. Para uma leitura mais detalhada, ver os textos e documentos reunidos em CPT (1997) e Poletto e Canuto (2002).

⁷⁶ Ver Gomes (2014).

⁷⁷ Trata-se na realidade de um trecho do Evangelho de Marcos, 16,15, fartamente retomado nos ambientes missionários e que corresponde ao que a Igreja vê como o mandato de Jesus para evangelizar a todas as criaturas, nos mais diferentes lugares.

⁷⁸ Esse lema aparece em uma crônica de Paulo Suess, publicada no *Porantim*.

VOZES DO EPISCOPADO CATÓLICO E AS CAMPANHAS DA IGREJA

A tomada de posição em defesa dos povos indígenas pela cúpula da Igreja nacional foi certamente mais lenta do que o movimento das bases, mas foi indispensável. Segundo Serbin (2001, p. 132), na medida em que ocorreu, foi capaz de ampliar sobremaneira os horizontes da “Igreja Popular” ou “Igrejas dos Pobres” – mais alinhada à Teologia da Libertação – e de delimitar, no alto escalão, um conjunto mais ou menos coeso de bispos em defesa da democracia e contra às arbitrariedades e violações de direitos humanos na Ditadura. O CIMI acabou por aglutinar vários desses prelados, que não raro eram também os que estavam nas regiões mais afetadas pelos projetos de desenvolvimento levados adiante pelos governos militares. Assim, de acordo com Scott Mainwaring (2004, p. 106), “a mais notável transformação de uma Igreja regional entre 1964 e 1973 ocorreu na Amazônia”, onde bispos antes “razoavelmente tradicionais” e voltados “para a celebração dos sacramentos, a expansão da instituição e o fornecimento de serviços (escolas, postos de saúde, hospitais) em uma região carente” reavaliaram de modo drástico seu trabalho pastoral. A rápida expansão da agroindústria e o assédio e a expulsão de camponeses e indígenas de suas terras impunham respostas.

Dos encontros e articulações, que passaram a incluir também o episcopado, começaram a brotar denúncias que, uma vez saídas da hierarquia da Igreja, chegavam à opinião pública com maior celeridade. Em finais de 1970, “três sacerdotes e dom Estêvão Cardoso, bispo de uma região especialmente violenta no sul do Pará, emitiram um documento denunciando a política do governo, a violência privada empregada pelos empresários, as terríveis condições de vida dos cam-

poneses”, além de “práticas que endividavam os trabalhadores com os empreiteiros locais” (p. 108). Dias depois, o Regional Norte II divulgou um novo texto, aprofundando as denúncias, com críticas ainda mais severas às concepções desenvolvimentistas que deixavam de lado as “populações pobres dos nossos campos e matas (...) nosso sertão” (idem). Em 1972, o chamado *Documento de Santarém*, nascido em uma reunião de prelados realizada nessa cidade da divisa do Amazonas com o Pará, reforçava que as linhas prioritárias de ação na Amazônia deviam se centrar no “combate a antigas e novas opressões”, em transpor “estruturas inadequadas, importadas ou opressivas”, em criticar o “desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem”, em denunciar a “violação de direitos básicos, como a posse da terra” e da “injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos” e em admoestar a sociedade civil sobre a “divulgação publicitária que, às vezes, altera o enfoque da situação real”⁷⁹ (CNBB, 2014, p. 13-14).

As mesmas questões voltam a aparecer, seguidas vezes, também entre os bispos do Centro-Oeste. Em 1971, eles denunciavam prisões, torturas e ameaças de vários tipos aos camponeses. Um desses escritos resumia: “o terror cresce” (Mainwaring, 2004, p. 109). Também mencionavam “a invasão e gradativo esbulho das terras dos índios (...), o que os leva à morte” (Idem)⁸⁰. O mesmo tom que vai ser empregado, de forma ainda mais assertiva e contundente, no *Y-Juca Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Trata-se, como seus autores o descrevem,

79 “Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia. IV Encontro de Pastoral da Amazônia. Santarém, 24 a 30 de maio de 1972”. O volume também reúne uma sequência de outros textos em que os diagnósticos e propostas reforçam ou aprofundam as linhas descritas acima.

80 Scott Mainwaring retira trechos de diferentes documentos, todos eles publicados pelo SEDOC, um Serviço de Documentação, mantido pela CNBB e que publicava periodicamente Boletins com esse material. Como não consultei os documentos, optei aqui por referenciar o autor e não os originais.

de um “documento de urgência”, assinado por seis bispos e seis missionários, redigido e impresso na surdina, para fugir da repressão e que gerou grandes controvérsias⁸¹ (CIMI, 2012). O texto, dividido em quatro partes e dois adendos, apresentava, nas primeiras, as muitas denúncias de violências contra indígenas, compondo um quadro dramático para muitas etnias, que corriam risco de serem exterminadas com o apoio da Funai. Na famosa “divisão do bolo” resultante do milagre brasileiro, a parcela que caberia ao índio era a morte. E acrescenta: “sertanistas, funcionários [do governo] e missionários que atraem novos grupos de índios, sentem-se angustiados pela consciência de que seu trabalho foi apenas atrasar (ou acelerar?) em alguns anos a extinção”. Na parte final, a constatação de que à Igreja caberia abrir caminhos de esperança, “mesmo que todos os fatos incitem ao desânimo ou ao desespero”, anunciando que “aquele que deveria morrer, é [na realidade] aquele que deve viver”⁸².

Pela época da publicação desse documento, a “questão indígena” ainda dividia opiniões. Prezia (2003) menciona, por exemplo, um manifesto assinado por 32 dos 41 prelados da Amazônia, “defendendo a política do general Médici para a região” no início dos anos 1970

81 Parte da celeuma causada pelo documento está registrada em Prezia (2003, p. 61-64). Em 2012, na comemoração dos 40 anos, o CIMI publicou um volume que reunia, além do texto original, também algumas memórias da elaboração desse documento. Nele, valem destaque as memórias de dom Tomás Balduino e de Egydio Schwade, além da publicação em novo formato do documento na íntegra.

82 *Y-Juca Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Documento de Urgência de Bispos e Missionários. S/l: s/ed., 1974. Segundo os autores, não houve editora católica que quisesse publicar o documento, com medo da censura, de confiscos e perseguições. Por isso, ele foi impresso em uma pequena gráfica de Goiânia e distribuído através de uma rede de agentes de pastoral e das viagens de Egydio Schwade pelo interior do Brasil. A lista de lugares dos quais o ex-jesuíta se recorda não deixa de ser intrigante, pela quantidade de cidades e pelas vastas distâncias percorridas. Ver CIMI (2012). Traduzido para vários outros idiomas, o documento não teve novas edições no Brasil ao longo dos 40 anos que transcorreram entre sua publicação e a edição comemorativa do CIMI (2012).

e certa resistência dos salesianos e dos franciscanos em renunciar à colaboração histórica entre as missões e o Estado. Mais para o final da década, porém, essa leitura havia amadurecido e as posições da hierarquia frente ao Estado pareciam melhor definidas, o que potencializava intervenções mais claramente politizadas⁸³. As declarações que resultam do Primeiro Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indigenista falam abertamente de canalizar esforços para a linha da “missão encarnacionista-libertadora”, cujas opções são “pelas minorias étnicas, pela encarnação no mundo indígena com sua cultura, estruturas e valores” e “pela comunidade cristã autóctone e pelas formas ministeriais que lhes sejam próprias” (Prezia, 2003, p. 64). E, a “prioridade imediata” registrada no documento era de “apoiar decidida e eficazmente os direitos que têm os grupos indígenas a assegurar ou recuperar a propriedade de seus territórios, de forma que possam viver e crescer, física e culturalmente, conservando seu equilíbrio ecológico⁸⁴ (Suess, 1980, p. 69-70).

O mesmo tom é assumido nas intervenções das lideranças do CIMI junto às assembleias da CNBB e, ao mesmo tempo, junto à sociedade civil⁸⁵. Com o início do processo de distensão e depois de redemocratização, os prelados ligados ao CIMI e às demais pastorais sociais podiam se sentir mais à vontade para falar a novas audiências, muito embora permanecessem as pressões locais, às vezes convertidas

83 Uma coletânea que ajuda a compreender como essas questões foram aparecendo em documentos oficiais da Igreja ao longo dos anos 1970 é um boletim especial da *Extra: realidade brasileira* (3). Os documentos da CNBB – Igreja e Governo. São Paulo: Ed. Símbolo, fev. de 1977. 84p.

84 “Documento final do Primeiro Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indigenista. Manaus, 20 a 25 de junho de 1977.

85 Duas outras compilações bastante interessantes dessas manifestações públicas, mas, dessa vez, na década de 1980, são CIMI (1986) e Krautler (1991).

em ameaças e violências de vários tipos⁸⁶. De fato, figuras como as de Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomas Balduino e do Dom Erwin Krautler⁸⁷ haviam sido fundamentais para denunciar o jogo espúrio entre os órgãos do governo e os interesses do capital. Também haviam assumido linguagens políticas muito próprias – a da profecia e do martírio⁸⁸ – para significar suas denúncias a respeito das expulsões de padres e de agentes pastorais da região e sucessivos atentados e mortes de clérigos e lideranças indígenas, o que implicou em muitos problemas com a polícia e com os latifundiários⁸⁹.

86 Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomas Balduino e do Dom Erwin Krautler têm um longo histórico de ameaças que ultrapassam e muito o período da Ditadura. Esses episódios e suas reiteradas denúncias ocupam lugar em suas biografias e em textos nos quais eles mesmos expõem esses momentos de maior tensão em suas trajetórias pessoais. Ver, por exemplo, Krautler (2014).

87 Obviamente que, nem a trajetória do CIMI, nem a luta pela causa indígena se resume a esses nomes. Mas, eles podem ser tomados como os mais significativos e sobre os quais houve inclusive maior interesse biográfico, como se pode ver em Casaldáliga (2007); Tavares (2020); Poletto (2012); Canuto et al. (2014) e Suess (2009).

88 Essa transformação está inscrita nessa espécie de giro religioso que ocorre do “Ide, anunciai” ao “Ide, denunciai”. Demarca um ingresso na versão profética, mais próxima do Evangelho de João e do Apocalipse, atualizando, de forma mais remota, o estilo dos profetas, como Isaías e Amós. O martírio, por sua vez, dialoga com a tradição dos padres da igreja, nos primeiros séculos do Cristianismo, anteriores ao imperador Constantino. O uso dessas linguagens serve para criar para o indigenismo religioso uma narrativa heroica, que não é, claro, translúcida e livre de intenções ideológicas; nem está baseada apenas em acontecimentos históricos. Ao contrário, ele atualiza narrativas, tradições e mitologias políticas dentro do amplo repertório da Igreja Romana, respondendo aos desafios de uma nova conjuntura histórica.

89 Esses bispos – e o Clero a eles ligado – costumavam aparecer nos relatórios dos Serviço Nacional de Inteligência (SNI), associados às agitações no campo e em áreas de fronteira. Segundo Paulo César Gomes (2014) para os investigadores, “os camponeses e os índios, sempre considerados ineptos, estariam sendo incitados a questionar a ordem estabelecida e estimulados à insubordinação”. Já as lideranças católicas estariam se aproveitando de “temas bíblicos” para encorajar revoltas, o que podia ser demonstrado através de recortes de jornais locais e das muitas aparições públicas desses bispos ao lado de lideranças sindicais ou de membros de organizações de esquerda – o que reforçava a imagem de “adversários do regime”.

Próximo da virada para os anos 1980, essas vozes resguardavam uma espécie de autoridade moral, capaz de conduzir a novos tempos da República, já que haviam chegado, como poucas, à imprensa e se projetavam inclusive internacionalmente, para denunciar as violações dos direitos humanos e sociais que continuavam a ocorrer. Thomaz Lisboa, então vice-presidente do CIMI, participou do Segundo Simpósio sobre Fricção Interétnica (Barbados II) e vários dos seus membros estiveram ligados à construção das denúncias apresentadas no IV Tribunal Russel (1980), quando estavam em pauta os casos de etnocídio e genocídio dos povos Aruak, Yanomami, Nambiquara e Waimiri-Atroari. Mesmo sem poder legal de impor sanções ao Estado ou de punir os envolvidos, o Tribunal funcionava como um “apelo à consciência e à razão da humanidade” para os crimes secularmente praticados contra os indígenas e como veículo para sensibilizar a sociedade sobre “a difundida, porém falsa, imagem do índio, sempre impregnada de racismo e hostilidade” e, para chamar a atenção para a “violenta perseguição de que os índios seguem sendo vítimas e para as múltiplas violações de seus direitos”⁹⁰. Nas palavras de Schwade (1992), a mobilização e a tomada de consciência acerca das violências cometida no caso dos Waimiri suscitaram uma guinada na própria “consciência da Igreja” (p. 358).

Nesse período – situado entre as discussões sobre o Decreto de Emancipação do Índio (1978) e a Constituinte – o CIMI vai, inclusive, alterando suas linguagens, como forma de ampliar sua interlocução

⁹⁰ *Informe del Cuarto Tribunal Russell sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de las Américas*. Conclusiones. Rotterdam, 1980 (datilografado). p. 47. Arquivo da Casa da Cultura do Urubuí.

⁹⁰ São exemplos, o trabalho de Daniel Cabixi (1984) e as compilação organizadas por José Ribamar Bessa Freire e Márcio Souza (1981) e por Elizabeth Aracy Rondon Amarante e Verônica Nizzoli (1981). Esta última tem o prefácio assinado pelo destacado teólogo e antropólogo jesuíta Bartolomeu Meliá.



com a sociedade civil. Para Ortolan (1997), o vocabulário político desse indigenismo engajado passa a assumir, por um lado, novas categorias provenientes do contato mais estreito com as lideranças do movimento pan-indígena, e, por outro, associa sua luta à das novas organizações que vinham surgindo, como a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) e a Comissão Pró-Índio (CPI), entre outras. De modo geral, parece haver também uma preocupação crescente em manejar a sua “autoridade indigenista”, para formar uma opinião pública mais favorável aos povos indígenas, trazendo novos elementos para o debate e rompendo com as leituras excessivamente simplificadoras, com a de que existiria “muita terra pra pouco índio” (Oliveira, 2004), de que eles seriam nossos antepassados distantes ou exemplares exóticos que vivem nas selvas (Oliveira, 2016) ou, ainda, aquelas atreladas aos estigmas da indolência e da indisciplina no trabalho (Baniwa, 2018). Conforme observou Marcio Santilli (2000) em seu estudo sobre “como os brasileiros veem os índios”, uma visão majoritariamente favorável aos povos indígenas foi se constituindo apenas muito lentamente, com o amadurecimento da democracia. Nas décadas seguintes, ela consolidou em uma parcela da população a confiança em políticas compensatórias e expectativas igualmente positivas sobre as interações dos mais diferentes grupos/etnias com a construção de um país mais plural.

Àquela altura, porém – estamos falando de meados dos anos 1980 –, esse caminho ainda estava apenas começando a ser trilhado. A organização de materiais diversos em que as vozes indígenas fossem contempladas mobilizou parte bastante importante dos esforços editoriais, que deram origem a uma leva de publicações realizadas por editoras católicas ou parceiras, nas quais os índios efetivamente “falavam” e nas quais as transcrições não anulavam os traços orais da linguagem, como que ampliando para novos setores o lugar de fala das

lideranças⁹¹. Nessa polifonia entravam também vozes do povo, canalizadas pelas autoridades eclesásticas em um conjunto de estratégias bastante interessantes, que misturavam os índios aos demais “pobres”, em uma espécie de “grito” trazido para dentro da Igreja, às vezes mesmo para o altar da igreja, através de cânticos e orações que reclamavam nova vida à ortodoxia⁹².

A “Missa da Terra Sem Males” pode ser tomada como paradigmática, embora não seja a única expressão desse processo, que ao longo do tempo aglutinou diferentes manifestações artísticas, com destaque para a poesia e a música, mas também com várias experimentações visuais⁹³. Das tradicionais cartas pastorais – uma modalidade de escrita longamente cultivada – os prelados haviam se convertido, em meio às lutas por suas novas causas, em cronistas, poetas e compositores⁹⁴.

91 São exemplos, o trabalho de Daniel Cabixi (1984) e as compilação organizadas por José Ribamar Bessa Freire e Márcio Souza (1981) e por Elizabeth Aracy Rondon Amarante e Verônica Nizzoli (1981). Esta última tem o prefácio assinado pelo destacado teólogo e antropólogo jesuíta Bartolomeu Meliá.

92 Vários deles estão reunidos em um livro de cânticos publicado pelo CIMI (2015) por ocasião da XV Assembleia Geral do CIMI, realizada em Goiânia, no ano de 2015. Vale notar como temas das lutas populares foram sendo incorporados à liturgia, em diferentes momentos da missa e da animação das celebrações.

93 Entre os artistas plásticos ligados à Teologia da Libertação merece destaque o escultor, pintor e arquiteto argentino, Adolfo Pérez Ezquivel, cujos painéis tornaram-se icônicos, vários deles ocupando lugar de destaque em agências católicas europeias, como a *Misereor* e *Adveniat*. No Brasil, os trabalhos da religiosa salesiana, Adélia de Carvalho, e do frade franciscano, Domingos Sávio – ambos atuantes em Pernambuco – marcaram toda uma geração. Frei Mingo, como era chamado, chegou a criar o Movimento de Artistas da Caminhada (MARCA), que propunha colocar a arte a serviço de várias organizações populares e ONGs comprometidas com a transformação da sociedade brasileira (CEHILA-Br, 1995; Carneiro, 2014).

94 Dom Helder Câmara já havia se aventurado por esses gêneros. Mas, foi certamente com os prelados mais ligados à Teologia da Libertação que essa vertente ganha expressividade. O relato de Erwin Krautler, em *Sangue nas Pedras* (1979) é impactante. Depois, Pedro Casaldáliga publica crônicas e poesias, às vezes misturados, em livros nos quais a aridez da vida real, narrada pelo prelado, é contornada pelo tom poético que se acrescenta à experiência. É assim que o bispo narra suas andanças pelo Xingu, em *Creio na justiça e na*

“Canto sacrificial”, diria Casaldáliga, feito para saudar os mártires deixados pela destruição das missões guaranis, mas que em tempo passou a celebrar também mártires os contemporâneos, “porque os mortos eram muitos mais. Devia-se também celebrar pela morte dos milhares de índios, sacrificados pelos impérios cristãos” e depois pelo Estado e pela agenda capitalista⁹⁵. Um olhar pretérito de “memória penitencial” e uma mirada futurista, de “compromisso final”; ou nas palavras do bispo de Xingu: “Memória, Remorso, Compromisso”⁹⁶.

esperança (1978) e que traça, alguns anos mais tarde, um panorama das lutas populares na América Latina, em *Nicarágua: combate e profecia* (1986) e *Salmos Latino-Americanos* (1987), que reúne poemas seus e de outros religiosos engajados. Além dos bispos, também alguns clérigos, missionários e teólogos do CIMI seguem na mesma esteira, como Paulo Suess. *Do grito à canção: poemas de resistência* (1983).

95 A *Missa da Terra sem Males* foi composta no final da década de 1970 por dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, um tocantinense, ex-presos político e tornado poeta na prisão, de onde enviava os versos escondidos em canetas para interlocutores que passaram a publicá-los em vários países da Europa. Foi musicada pelo argentino Martin Coplas e celebrada pela primeira vez em 22 de abril de 1979, na Catedral de São Paulo, com a presença de quase quarenta bispos. Sobre as acusações de que a missa desvirtuava os cânones, dom Pedro se defendeu: ela “respeita o esquema litúrgico. Não é um oratório apenas. Menos ainda, em ‘show’. É um texto musical e recitado, que ambienta e traduz indigenisticamente a Celebração Eucarística real” (Casaldáliga; Tierra, 1980). Anos mais tarde, da mesma parceria surgiu a *Missa dos Quilombos*, gravada por Milton Nascimento, e o livro *Ameríndia: morte e vida* (2000). A edição de Tempo e Presença da *Missa* (1980), além de trazer as partituras originais, foi ilustrada com fotos de Claudia Andujar.

96 Casaldáliga; Tierra, 1980, p. 17. O “Ofertório” é especialmente carregado de significados: “Erguemos em nossas mãos/ a memória dos séculos,/ reunimos na carne do pão/ a história do Tempo/ de Libertação./ Aqui vos entregamos,/ a vida banha de chuva,/ o milho plantado na terra,/ o amor em pão repartido./ Aqui vos entregamos/ a esperança da Terra-sem-males,/ a caça-alimento na boca de todos,/ o culto da dança de todas as noite./ Aqui vos entregamos/ a paz da abundância/ a liberdade dos Homens,/ a vida de Homens iguais./ Na herança do milho,/ na massa do pão,/ a Páscoa do Cristo/ e a nossa união./ Na sorte do vinho,/ na luta e na morte,/ a Páscoa do Cristo/ e a Libertação./ Erguemos em nossas mãos/ a memória dos séculos,/ recolhemos no sangue do vinho/ a história de um tempo/ de escravidão./ Em nossas mãos vos entregamos/ a cinza das aldeias saqueadas,/ o sangue das cidades destruídas,/ a vencida legião dos oprimidos./ Em nossas mãos vos entregamos/ os seios exaustos das minas,/ a água profanada dos rios,/ as madeiras-em-cruz deste mártirio. Em nossas mãos vos entregamos/ as veias abertas da América, / a pedra calada dos templos, / o pranto da memória índia” (p. 55-57).

No *Pai Nosso dos Mártires*⁹⁷, nas muitas cartilhas que convidavam a uma leitura operária, lavradora e sem-terra da Bíblia e nos livretos dos encontros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do próprio CIMI, essas imagens foram se refazendo, fornecendo novos vínculos entre fé e política, ou, mais pragmaticamente entre as lutas que estavam sendo travadas e as crenças do povo. Em um texto publicado no livro *Utopia cativa* (1986), o frade carmelita holandês, Carlos Mesters, ressuscitava, por exemplo, os elos entre terra e catequese no Antigo Testamento, para justificar o espaço que essa questão – econômica e social – havia ganhado no pensamento e na ação da Igreja. “A procura da terra, a sua posse e demarcação foram fundamentais para a caminhada do povo hebreu para Cristo. E o são, igualmente, hoje em dia, para a caminhada dos índios” (Mesters, 1986, p. 44). O mesmo acento das romarias da terra, que punham em marcha os “pequenos” e “deserdados do reino”, de pés descalços, em marcha, na busca de um lugar para bem-viver (Barros; Peregrino, 1996)⁹⁸.

97 “Pai nosso, dos pobres marginalizados/ Pai nosso, dos mártires, dos torturados/ Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida/ Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida/ Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão/ Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão/ O, o, o, o, o, o, o, o/ Queremos fazer tua vontade, és o verdadeiro Deus libertador/ Não vamos seguir as doutrinas corrompidas pelo poder opressor/ Pedimos-te o pão da vida, o pão da segurança, o pão das multidões/ O pão que traz humanidade, que constrói a gente em vez de canhões/ O, o, o, o, o, o, o, o/ Perdoa-nos quando por medo ficamos calados diante da morte/ Perdoa e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte/ Protege-nos da crueldade, do esquadrão da morte, dos prevaletidos/ Pai nosso revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos/ Pai nosso, revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos/ O, o, o, o, o, o, o, o, o”. A composição é do missionário verbita Cireneu Kuhn.

98 Em um dos cartazes, da Romaria da Terra de 1990, Cristo é representado com rosto indígena, preso na cruz, entre cravos e os arames farpados de uma cerca, com varas de cana-de-açúcar compondo o fundo, em forma de auréola (Barros; Peregrino, 1996, p. 22).

Mais didaticamente, a Igreja também colocou em circulação subsídios⁹⁹ e outros materiais variados em apoio a esse movimento de conscientização das massas católicas. Em volume, talvez o exemplo mais bem-sucedido seja o das *Semanas do Índio* (depois chamadas de *Semana dos Povos Indígenas*), realizadas desde 1982. Elas consistiam em uma tentativa de suplantiar a celebração episódica e folclórica do “índio” nos espaços educacionais e nos ambientes paroquiais de catequese, derivada da incorporação do Dia do Índio no calendário escolar brasileiro¹⁰⁰. Para tanto, a cada ano era escolhido um tema (e, às vezes, também um lema)¹⁰¹ e eram distribuídos cadernos ou panfletos de atividades, com textos de subsídio, propostas de atividades disciplinares e transdisciplinares para o “primeiro” e o “segundo graus” e sugestões de liturgia e animação para grupos de jovens ou outros movimentos religiosos/paroquiais¹⁰². Mais do que celebrar um dia, como efeméride

99 A CNBB e o CIMI chegaram a publicar uma série de pequenos cadernos, com cerca de 50 páginas cada, intitulados *Subsídios didáticos sobre a questão indígena*. Alguns deles, disponíveis no arquivo do CIMI Norte I, em Manaus, estão divididos em duas partes: “Somos assim” dedicada às mitologias e cosmologias de várias etnias e “Estamos assim”, voltada para um diagnóstico da realidade de povos e/ou aldeias espalhados pelo Brasil. Ao final, sempre há indicação de bibliografia para o aprofundamento das pesquisas, bem como a indicação de entidades de defesa dos direitos indígenas.

100 O Decreto presidencial que criou o “Dia do Índio” é de 1943 e foi assinado, portanto, por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Tratava-se, então, de uma recomendação do Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em Pátzcuaro, no México (1940), como forma de colocar em evidência tanto a história dos povos quanto as necessárias e urgentes políticas indigenistas que começavam a ser revisitadas pelos Estados nacionais. Para mais detalhes sobre a comemoração e seus significados no Brasil. Ver Silva (2022).

101 Na primeira Semana, de 1982, o tema era: “Paz e Terra para os Povos Indígenas” e o lema: “O índio, aquele que deve viver”.

102 No acervo digital e físico da FUNAI há uma série bastante ampla de cadernos da Semana do Índio, com diferentes materiais publicados inclusive por regionais do CIMI em alguns anos. Eles permitem mapear o elenco de temas e indicação dos materiais disponíveis, que vai mudando conforme o ano. Note-se que os anos mais próximos da Constituinte há um crescimento significativo do número de publicações, o que reflete tanto uma organização mais sólida do movimento indígena quanto um interesse crescente de dialogar com a sociedade nacional sobre os direitos indígenas em discussão no Congresso.

ou até mesmo de modo caricatural (como se costumava fazer no ensino infantil), tratava-se agora de suscitar uma reflexão sobre a situação dos indígenas frente à sociedade brasileira e latino-americana, por meio de atividades que se adequavam às idades e grupos de crianças e jovens.

Assim, esse material recorria a tabelas, gráficos e imagens de vários tipos – mapas, fotografias, charges e ilustrações – para demonstrar a diversidade e vitalidade desses povos em diferentes regiões do país, mas também as situações de miséria e extinção nas quais muitos se encontravam – mazelas que “os próprios brancos impuseram a esses povos que chamamos de irmãos” (CIMI, 1982, p. 54).

Na mesma perspectiva, mas com abrangência e capilaridade bem maiores, foi realizada, em 2002, uma Campanha da Fraternidade¹⁰³ que tinha como foco os povos indígenas. Ela correspondia, de certa forma, a um ponto de chegada, uma vez que a dificuldade de gerar consensos, em especial entre as elites que sempre mantiveram vínculos mais ou menos estreitos com as Igrejas locais, tinha impedido que o tema fosse tratado antes com essa abrangência. Em 1986, por exemplo, quando a discussão da Campanha da Fraternidade gravitou em torno dos problemas da “Terra”¹⁰⁴, as terras indígenas – e os interesses e con-

103 A Campanha da Fraternidade consiste em uma grande mobilização realizada pela Igreja brasileira, todos os anos, na quaresma. Surgiu no início dos anos 1960 por iniciativa da *Cáritas* no Brasil, com o objetivo de agregar à penitência – característica desse período do calendário católico – certo nível de reflexão sobre temas importantes para a sociedade, além da coleta de doativos aos mais necessitados. Desde 1965, a Campanha passou a estar vinculada diretamente ao Secretariado Nacional da CNBB e, a partir dos anos 1970, se notabilizou por trazer à tona temas de grande relevância social. Um histórico da CF e dos temas está disponível em CNBB. *Por uma terra sem males*. Campanha da Fraternidade de 2002 (manual). Brasília: CNBB, 2002. Consulta realizada no Arquivo do Centro Pastoral Vergueiro.

104 O tema, em 1986, era Terra e Fraternidade e o lema: *Terra de Deus, Terra de Irmãos*. Muito afeito às lutas da CPT, a discussão mobilizava, nesse caso, um forte apelo das bases, dialogando de perto com vários movimentos do campo, da luta por reforma agrária. Havia nas abordagens um caráter ecumênico, que também perpassava várias articulações populares. Assim, um caderno de *Estudos Bíblicos* do CEI já vinculava em 1977 as demandas atuais

flitos agregados¹⁰⁵ – apareceram com destaque na discussão, mas, ainda assim, em meio a várias outras questões. O que também aconteceu em anos anteriores, em temas como a fome, a violência, a educação e a saúde¹⁰⁶. Todos tangenciavam, de alguma forma, a “questão indígena”, sem que, no entanto, ela assumisse centralidade na discussão – permanecendo um assunto para especialistas, militantes ou para os clérigos e leigos das prelaças, onde havia, de fato, populações indígenas¹⁰⁷.

Foi necessário passar pelas “comemorações” dos 500 anos e pelos debates sobre preservação ambiental e defesa da Amazônia (tão fortes nos anos 1990) para que os indígenas fossem, enfim, trazidos

pelo direito à terra aquelas experiências bíblicas de êxodo e exploração do povo, em busca da terra prometida, tratada em nosso contexto (para os povos indígenas como a terra sem males). Leitura que também se repete em muitas publicações do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), que ainda hoje fomenta uma leitura popular das escrituras. Cf. CEI. Centro de Estudos Bíblicos. *Estudos Bíblicos*. Suplemento, 19. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1977. Consulta realizada no Arquivo do Centro Pastoral Vergueiro. Ver também as publicações disponíveis em <https://cebi.org.br/>.

105 CNBB. “Terra em áreas indígenas”. In: *Terra de Deus, Terra de Irmãos*. Campanha da Fraternidade de 1986. Brasília: CNBB, 1986. pp. 06-11 [livreto]. Consulta realizada no Arquivo do Centro Pastoral Vergueiro. Embora em poucas páginas o material esboça uma leitura ampla da questão, subsidiada em dados, mas também no que descreve como “uma corajosa revisão da prática missionária da Igreja”, o que pressupõe um “trabalho baseado na defesa das terras indígenas, no respeito às suas culturas, no apoio à sua autodeterminação como povos, na conscientização da sociedade civil sobre o assunto, na inculturação e no compromisso dos missionários” (1986, p. 6-7).

106 Temas da CF nos anos de 1985, 83, 82 e 1981, respectivamente. (CNBB, 2002, p. 22-23).

107 O próprio CIMI vinculava como seus membros, de acordo com o Estatuto: “– todos os bispos e prelados católicos do Brasil em cujas dioceses ou prelaças haja comunidades indígenas (atualmente são cerca de 70 bispos e prelados); – os superiores locais e regionais dos missionários que trabalham nas comunidades indígenas; – aqueles que trabalham de modo estável, ativa e diretamente, na pastoral indigenista (atualmente 270, na maioria leigos); – e membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), responsável pela linha missionária da CNBB” *apud* CNBB; CIMI. *A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil*. CNBB; CIMI: Brasília, 1987. p. 14-15 [caderno com 52 p.]. Consulta realizada no Arquivo do Centro Pastoral Vergueiro.

para o centro do debate. Dez anos depois da ECO 92¹⁰⁸ e da Conferência Episcopal realizada em Santo Domingo, o tema assumido pela CNBB para a já tradicional mobilização quaresmal foi *Por uma Terra Sem Males* e o lema correspondente: *Fraternidade e Povos Indígenas*. O texto-base e os materiais produzidos nessa proposta são bastante maduros¹⁰⁹. Mobilizam, por um lado, dados estatísticos (dos Censos demográficos e de levantamentos produzidos pelas Igrejas) e refletem as imbricações – já não tão novas – entre os organismos religiosos e as lutas organizadas pelos próprios indígenas. Critica-se, abertamente, a ideia de “descobrimento”, fala-se nos erros da colonização e da visão assimilacionista dela derivada – para a qual “a catequese e escolarização tiveram papel fundamental” e, aponta-se para as parcerias possíveis em uma Igreja mais “solidária e inculturada”, pronta para “ouvir e aprender”, disposta a “avaliar e reorientar a sua ação” (CNBB, 2022, p. 62-63). Um livro paradidático coevo que pode ser tomado como apoio, baseia-se, inclusive, na noção de dívida histórica, popularizada mais tarde em função das ações afirmativas e dos trabalhos da CNV¹¹⁰.

Há neles, portanto, certo otimismo com relação ao futuro, uma vez que o país havia atravessado um processo difícil de transição democrática, nos quais os direitos indígenas estiveram, mais uma vez, na berlinda. As parcerias pareciam mais sólidas, tanto na cúpula quanto nas bases, mas o ímpeto mais político da luta, pelo menos nos am-

108 Como ficou conhecida a *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Para uma leitura mais detalhada e contextual desse evento, ver Botelho (2012).

109 O CIMI estava, a essa altura, às vésperas de completar seus 30 anos. Uma análise bastante bem documentada dessa trajetória está em Prezia, 2003.

110 Cruz, Therezinha M. L. *A Terra Sem Males de todos nós*. Campanha da Fraternidade de 2022. Livro do Professor. São Paulo: FTD, 2001. O livro traz muitos relatos de indígenas, em narrativas que denunciam o roubo de suas terras, a violência histórica empregada contra os que não cederam aos interesses dos brancos e os preconceitos que continuam a sofrer da sociedade nacional. Consulta realizada no Arquivo do Centro Pastoral Vergueiro.

bientes internos da Igreja parecia, em contraposição, arrefecido. Nas comemorações dos 50 anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, havia por parte da instituição muitos esforços de acomodação aos novos tempos; de júbilo pelo caminho percorrido, mas com vários incômodos com relação ao novo centralismo impingido por Roma¹¹¹. Nas palavras de Suess (1988, p. 18), tempos de exercer o “potencial convocatório” que as Igrejas “devem a esses povos, como serviço”; mas também tempos de “aliança” para garantir o que já foi conquistado.

De fato, a impressão que se tinha, então, era de que os momentos mais difíceis – como os da Ditadura – já estavam superados. Mas, o próprio processo de redemocratização fornecia algumas chaves para se entender criticamente o peso de um passado que continuava a se manifestar sobre as instituições – sendo a Igreja apenas uma delas (CIMI, 1986). Além disso, a fúria dos grupos mais conservadores, despertada nos debates sobre os decretos de “emancipação do índio”, em finais da década de 1970, foi reavivada nos anos da Constituinte e nas décadas seguintes, quando o CIMI foi identificado como um dos principais obstáculos aos interesses de investidores sulistas na mineração, na extração de madeira e na agricultura e pecuária extensiva em terras indígenas. Em ambos os momentos, a grande mídia atuou como veículo dos interesses hegemônicos, questionando a pertinência e os reais motivos da interferência religiosa em temas de “interesse nacional” – já que também entravam, no bolo, as obras dos governos na Amazônia e a defesa das fronteiras¹¹². O jornal *Estado de São Paulo*, conhecido por

111 Duas excelentes análises desse processo de “restauração” estão em Beozzo (1990) e Della Cava (1992). O primeiro está inserido, aliás, em um número especial das *Comunicações do ISER*, intitulada “Estação de Seca na Igreja”.

112 Alguns dos principais documentos da Igreja desse período, bem como sua repercussão na imprensa, em especial sobre os povos indígenas e a Amazônia estão reunidos na coletânea *Extra: realidade brasileira* (3). Os documentos da CNBB – Igreja e Governo. São Paulo: Ed. Símbolo, fev. de 1977.

suas posições conservadoras, teve protagonismo nesse processo. Lançou, em 1987, uma larga campanha que trouxe, por sucessivos dias, matérias de capa com manchetes como “Nem só de índios vive o Cimi” ou “Cimi propõe a divisão do Brasil”¹¹³.

As acusações – que se diziam embasadas em provas documentais que nunca apareceram – eram de que o órgão indigenista católico “atuava subordinado a um Conselho Mundial de Igrejas Cristãs”, que, por sua vez, coordenava uma conspiração internacional que objetivava impor ao Brasil um tal ‘conceito de soberania restrita’ sobre as terras indígenas para, assim, lançar as bases para a internacionalização da Amazônia” (CNBB, 1987 p. 7) e que visava, no limite, “restringir a participação brasileira no mercado de minérios”. Nada foi provado, mas os conteúdos produzidos pelo *Estadão* foram veiculados na imprensa de todo o país e causaram enorme celeuma, em especial entre o episcopado e os setores políticos incumbidos de elaborar a nova carta constitucional. Uma CPI chegou a ser instalada, ao mesmo tempo em que os deputados iniciaram manobras para minar os dispositivos pré-constitucionais que vedavam a mineração e tentavam evitar o esbulho de terras indígenas, como formas de assegurar a “sobrevivência física, étnica e cultural de vários povos” (Idem, p. 9). Estratégias muito parecidas já tinham sido utilizadas em outros países da América Latina, valendo-se, inclusive do mesmo repertório, aos poucos consolidado e ainda hoje mobilizado nos círculos de extrema-direita¹¹⁴.

113 CNBB; CIMI. *A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil*. CNBB; CIMI: Brasília, 1987. p. 7 [caderno com 52 p.]. Consulta realizada no Arquivo do Centro Pastoral Vergueiro.

114 Na época, um dossiê produzido pela CNBB e CIMI em sua defesa, detalhava como o jornal venezuelano *El Universo*, de Caracas, valeu-se do mesmo expediente para atacar o bispo de Puerto Ayacucho, entre os anos de 1983 e 1984. Mais contemporaneamente, várias publicações do Movimento de Solidariedade Ibero-Americana (MSIA) manejam os mesmos conceitos e formulam, basicamente, as mesmas denúncias, estendidas agora também às organizações como o ISA, *Greenpeace* e *World Wide Fund for Nature* (WWF).

Alguns anos antes, por exemplo, no fluxo das denúncias, grupos reacionários, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (mais conhecida como TFP), também deram luz às suas próprias campanhas contra o que denominavam de “tribalismo indígena” ou “ideal comuno-missionário para o Brasil do século XXI”. Na visão de Plínio Correa de Oliveira (1979) e de seus asseclas, o conceito religioso de missão estava sendo desvirtuado por uma percepção mundana, engendrada por um “neocomunismo primitivista”, que tinha na vanguarda bispos e missionários – “demolidores utopistas” da civilização cristã.

Esse movimento incriminava os heróis da pátria – como José de Anchieta e os bandeirantes – e criava divisões entre os indígenas e a sociedade nacional, além de pôr em colapso as ideias já cristalizadas de moral, sexualidade, família, e, claro, propriedade, tomando “nossos pobres irmãos silvícolas como modelos para a nossa sociedade” (p. 48). Pior ainda, daria ao branco, colonizador, o “lugar de ladrão” de “terra de índio” (p. 108), criando agitação nas regiões de fronteira agrícola, como forma de motivar uma reforma agrária radical.

Essas mesmas ideias voltaram à tona nas últimas décadas. Internamente, para contestar a aposta do papa Francisco nos projetos de “ecologia integral” – levado a cabo na encíclica *Laudato si* (2015) – e de diálogo com os povos da Amazônia¹¹⁵; mas, também repercutindo,

115 O argentino Jorge Mario Bergoglio é o sucessor de dois pontífices conservadores – Karol Wojtyła (João Paulo II) e Joseph Ratzinger (Bento XVI) e, para grande parte dos analistas, tem buscado recuperar uma dimensão mais aberta e plural do catolicismo, em diálogo com a contemporaneidade. Sob sua liderança foi criada a Rede Eclesial Pan-Amazônica (RE-PAM) e organizado o Sínodo da Amazônia (2019), do qual resultou, além do documento final, a Exortação Apostólica *Querida Amazônia* (2020). O destaque dado pelo Vaticano à questão ambiental tem impactado a Igreja nacional, o que pode ser observado nos temas das Campanhas da Fraternidade dos últimos anos, a saber: 2011 – Tema: Fraternidade e a Vida no Planeta; Lema: A criação geme em dores de parto; 2016 – Tema: Casa Comum, Nossa Responsabilidade; Lema: Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça

externamente, nas ligações de parte significativa do agronegócio brasileiro com partidos e políticos fascistas, em franca artilharia contra a democracia. Essa ambivalência entre argumentos religiosos e políticos está presente nas publicações de um grupo liderado por Lorenzo Carrasco, para o qual a Igreja insiste em fazer eco às “teses infundadas do movimento ambientalista internacional contra a sociedade urbana e industrial” (Carrasco; Palacios; Lino, 2011, p. 11), mais uma vez na contramão do capitalismo e da possibilidade de estender a todos os “níveis de vida desfrutados pelas sociedades desenvolvidas” (p. 10). Para eles, a doutrina cristã condena a idolatria da natureza e se choca, portanto, com o “radicalismo verde”, não havendo motivos para a teologia se preocupar com as “mudanças climáticas” ou com o “aquecimento global” – ambos tratados como falácias.

Carrasco chegou a ser ouvido na nova CPI do CIMI, capitaneada em 2015 – desta vez no Estado do Mato Grosso do Sul – pela bancada ruralista que, naquele momento, havia se tornado uma das bases mais sólidas do que viria a ser o governo Bolsonaro. Na ocasião, reforçou o que tem expressado em seus escritos: que a política indigenista vitima os próprios indígenas, impedindo-os de se incorporarem ao convívio nacional e à política econômica brasileira (*i.e. de serem produtivos*), *que ela cria divisões étnico-raciais inconciliáveis e que vai de encontro à soberania nacional, uma vez que estaria ligada a interesses neocolonialistas ambientais, dos quais as ONGs seriam as maiores representantes* (Carrasco, 2016)¹¹⁶. Em termos mais religiosos, acusa o CIMI e seus

qual riacho que não seca; 2017 – Tema: Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida – Lema: Cultivar e guardar a criação. Para mais detalhes, ver Francisco (2015; 2020); Sínodo da Amazônia (2019a; 2019b) e Suess (2021).

116 A CPI foi instalada na Assembleia Legislativa do MS para investigar as suspeitas de atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em “atos de incitação e financiamento de invasão de propriedades particulares por indígenas” naquele estado. Mediante a falta

agentes de traição ao Cristianismo e apostasia – substituindo a missão por militância (Carrasco, 2016) e o Evangelho pelo relativismo cultural – tópicos bastante repisados, tanto por novos missionários evangélicos, que avançam até mesmo sobre a Funai (Rufino, 2023) e que apontam a heterodoxia nos desdobramentos teológicos e pastorais do indigenismo religioso¹¹⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda pouco utilizada, tanto nos estudos da Religião como no campo da História ou da Antropologia, a categoria indigenismo religioso me serviu, aqui, como guia para pensar um conjunto de experiências importantes para a Igreja Católica no Brasil ao longo das últimas décadas, em especial na revisão dos empreendimentos missionários e no contato com os povos indígenas. Ela sugere a própria superação de linguagens e culturas políticas anteriores, nas quais a ideia de catequese e de civilização ocupavam maior centralidade, sem que a defesa das culturas e dos direitos dos povos nativos estivesse no horizonte. Também permite compreender os muitos diálogos e choques que decorreram, desde então, entre esses religiosos e o indigenismo oficial (do Estado),

de provas e respondendo a uma Ação Civil Pública impetrada pelo CIMI na Defensoria Pública da União (DPU), no final de 2015, quando as investigações ainda estavam em curso, a CPI foi anulada e o relatório foi arquivado, tanto por parte do Ministério Público Estadual (MPE) do Mato Grosso do Sul como do Ministério Público Federal (MPF). Esta decisão – pela anulação – foi confirmada em fevereiro de 2023 pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). O relatório está acessível em <https://link.dev/JmHCQ>. Acesso em 10 de julho de 2023.

117 Vide, especialmente, as polêmicas em torno da, já mencionada, nomeação de Ricardo Lopes Dias para a Coordenação de Índios Isolados da Funai durante o Governo Bolsonaro, em cuja gestão teria sido lançado um curso de especialização em Antropologia com a presença de custos e configurações controversas.



também com a antropologia profissional e outras agências indigenistas laicas, presentes na sociedade civil. Para além dos embates nos anos de Ditadura, esse indigenismo continua vivo e ativo, fazendo do passado, memória, e projetando no futuro um compromisso renovado de geração em geração. Um legado que se renova na caminhada (Silveira, 2023; 2024).

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

ALMEIDA, Ronaldo. Traduções do fundamentalismo evangélico. *In.*: WRIGHT, Robin (org.). **Transformando os deuses**: Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 33-54.

ARQUIVO DA CASA DA CULTURA DO URUBUÍ. **Informe del Cuarto Tribunal Russell sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de las Américas**. Conclusiones. Rotterdam, 1980 (datilografado).

ARQUIVO DO CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. CEI. Centro de Estudos Bíblicos. Estudos Bíblicos. Suplemento, 19. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1977. Disponível em <https://cebi.org.br/>. Acesso em: 20/02/2022.

AZZI, Riolando. *A implantação da Obra Salesiana*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.

BANIWA, Gersem Luciano. Direitos indígenas e políticas indigenistas na era petista. *In.*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de *et al.* **A Antropologia e a esfera pública no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA; LACED, 2018. p. 121-142.

BARROS, Marcelo; PEREGRINO, Artur. **A festa dos pequenos**: Romarias da Terra no Brasil. São Paulo: Paulus: CPT, 1996.

BASINI, José. Cabeza de motor. Ensayos sobre mecano-canibalismo. *In.*: GUIGOU, L. Nicolas (org.). **Trayectos Antropológicos**. Montevideo: Nordan Comunidad, 2007. p. 25-32.

BEOZZO, José Oscar. Índícios de uma reação conservadora: do Concílio Vaticano II à eleição de João Paulo I.

Comunicações do ISER, ano 09, n. 39, p. 05-16, 1990

BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos das Missões:** política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

BOTELHO, Cássia Regina Ossipe Martins (org.).

Preservação ambiental, um discurso de todos da ECO 92 à Rio+20. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRIGHENTI, Agenor. **O método Ver-Julgar-Agir:** Da Ação Católica à Teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes, 2022.

BRULS, J. A atividade missionária de 1850 ao Vaticano II.

In.: AUBERT, Roger *et al.* (dir.). **Nova História da Igreja:**

A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno.

Petrópolis: Vozes, 1976. p. 177-228.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo Loyola, 1974.

BUSATTO, Ivar *et al.* (org.). **Novas reflexões indigenistas.**

Cuiabá: OPAN, 2021.

CABIXI, Daniel. **A Questão Indígena.** [S. l.]: Centro de Documentação Terra e Índio (CDTI), 1984.

CANUTO, Antônio *et al.* (org.). **Dom Tomás é terra e dignidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARNEIRO, Domingos Sávio Menezes. **Ensaio de uma utopia:** a arte de Domingos Sávio [catálogo]. Olinda: Ponto Produções, 2014.

CARRASCO, Lorenzo. **CIMI. Conselho Indigenista Missionário:** filho da mentira. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2016.

CARRASCO, Lorenzo; PALACIOS, Sílvia; LINO, Geraldo Luís. **Os desvios da Campanha da Fraternidade de 2011.** A idolatria da natureza promove a pobreza, a fome e o malthusianismo. Rio de Janeiro: Capax Dei; MSIA, 2011.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Creio na justiça e na esperança.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Nicarágua: combate e profecia.** Petrópolis: Vozes, 1986.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Quando os dias fazem pensar.** Memória, ideário, compromisso. São Paulo: Paulinas, 2007.

CASALDÁLIGA, Pedro; TIERRA, Pedro. **Ameríndia: morte e vida.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CASALDÁLIGA, Pedro; TIERRA, Pedro. **Missa da Terra Sem Males.** Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980.

CASTILHO, Maria Augusta. **Os índios Bororo e o Salesianos na Missão dos Tachos.** Campo Grande: UCDB, 2000.

CEHILA-Br. Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina – Núcleo Brasil. **Exposição 500 anos de conquista, resistência e evangelização da América Latina e do Caribe** [catálogo]. São Paulo: Paulinas, 1995.

CÉSAR, José Vicente. “A Igreja e o Índio no Brasil”. In: **Caderno Germano Brasileiros: Revista Bimestral de Cultura, Economia e Política.** Juiz de Fora: Anthropos, ano XVII, n. 4, jun.-ago. de 1978, p. 250-259. Acervo da CNBB.

CÉSAR, José Vicente. **Catequese e conversão dos índios no Brasil.** Brasília: Anthropos do Brasil, 1975.

CIMI. **Caderno da Semana do Índio de 1982: Paz e Terra para os Povos Indígenas.** Texto Integral. Brasília: CNBB: CIMI, 1982.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **O CIMI canta sua história.** Brasília: CIMI, 2015.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Os Povos Indígenas e a Nova República.** Documentos do Conselho Indigenista Missionário – Órgão anexo da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1986.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Povos indígenas**: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio. Brasília: CIMI, 2012.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Desafio Missionário**. Documentos da Igreja na Amazônia (coletânea). Brasília: CNBB, 2014.

CNBB. **Igreja e Governo**. São Paulo: Ed. Símbolo, fev. de 1977.

CNBB. **Terra de Deus, Terra de Irmãos**. Campanha da Fraternidade de 1986. Brasília: CNBB, 1986.

CNBB; CIMI. **A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil**. CNBB; CIMI: Brasília, 1987.

COPLAS e fotos de Claudia Amdujar. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980.

COSTA, Mauro Gomes da (org.). **A ação dos Salesianos de Dom Bosco na Amazônia**. São Paulo: Ed. Salesiana, 2009.

CPI. CIMI. Disponível em <https://link.dev/JmHCQ>. Acesso em 10 de julho de 2023.

CRUZ, Therezinha M. L. **A Terra Sem Males de todos nós**. Campanha da Fraternidade de 2022. Livro do Professor. São Paulo: FTD, 2001.

DELLA CAVA, Ralph. “Política do Vaticano 1878-1990: uma visão geral”. In:

EXTRA: realidade brasileira (3). Os documentos da CNBB – Igreja e Governo. São Paulo: Ed. Símbolo, fev. de 1977.

FRAGOSO, Hugo. “A era missionária (1686-1759)”. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. pp. 139-209.

FRANCISCO. Papa Francisco. **Carta Encíclica Laudato Si**. 2015. Disponível em <https://linq.com/uLNTs>. Acesso em 16 de abril de 2022.

FRANCISCO. Papa Francisco. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia**. 2020. Disponível em <https://ury1.com/XFjGY>. Acesso em 10 de abril de 2022.

GASBARRO, Nicola. “Missões: a civilização cristã em ação”. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006. pp. 67- 109.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital, 1848-1875**. 21ª ed. Trad. de Luciano Costa Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOORNAERT, Eduardo. “A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial”. In: HOORNAERT, Eduardo (*et al.*). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira época: Período Colonial**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Pp. 19-152.

IASI JR., Antonio. Relatório da visita às Prelazias da Amazônia (01/10/1970 a 01/02/1971). Acervo da Casa da Cultura do Urubuí.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: mercado Aberto, 1982.

KRAUTLER, Erwin. “E vai compreender a nossa luta pela justiça”. In: LACERDA, Paula (org.). **Mobilização social na Amazônia: a ‘luta’ por justiça e por educação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014. pp. 37-50.

KRAUTLER, Erwin. **Sangue nas Pedras**. São Paulo: Paulinas, 1979.

KRAUTLER, Erwin. **Testemunha de resistência e esperança**. Discursos de Itaici em defesa dos povos indígenas. Brasília: CIMI, 1991.

LUGON, Clóvis. A República “comunista” cristã dos Guaranis (1610-1768). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MASSA, Pedro. **Pelo Rio Mar**: Missões Salesianas no Amazonas. Rio de Janeiro: Estabel. de Artes Graphics C. Mendes Junior, 1933.

MESTERS, Carlos. “Considerações sobre a catequese dos povos indígenas – uma leitura bíblica”. In: SUESS, Paulo; MESTERS, Carlos. **Utopia cativa**: catequese indigenista e libertação indígena. Petrópolis: Vozes, 1986. pp. 09-49.

MONTERO, Paula (coord.). **Entre o mito e a história**. O V Centenário do descobrimento da América. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTERO, Paula. **Selvagens, civilizados, autênticos**: a produção das diferenças nas Etnografias Salesianas (1920-1970). São Paulo: Edusp, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e a atualização do preconceito”. In: GRUIPONI, Luiz D. Benzi; SILVA, Aracy Lopes (org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC: MARI: UNES-CO, 2004. p. 61-86.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e a atualização do preconceito”. In: GRUIPONI, Luiz D. Benzi; SILVA, Aracy Lopes (org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC: MARI: UNES-CO, 2004. p. 61-86.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2016.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Tribalismo Indígena, ideal comuno-missionário para o Brasil no século XXI**. São Paulo: Ed. Vera Cruz, 1979.

OPAN. Operação Anchieta. **Ação indigenista como ação política**. Cuiabá: OPAN, 1987.

PACINI, Aloir. **Um artífice da paz entre os Rikbaktsa**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2019.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si**. 2015. Disponível em: <https://ltnq.com/uLNTs>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia**. 2020. Disponível em: <https://ury1.com/XFjGY>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PISSOLATO, Elizabeth; SOUZA, Ronaldo Antonio de. “Missão e ciência: os verbitas e o anthropos no Brasil”. In: **CES Revista**. Juiz de Fora: CES, v. 22, 2008. p. 103-122.

POLETO, Ivo (org.). **Solidário mestre da vida**. Celebrando os 90 anos de dom Tomás Balduino. São Paulo: Paulinas, 2012.

PREZIA, Benedito (org.). **Caminhando na luta e na esperança**. Retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI (textos e documentos). São Paulo: Loyola: CIMI; Caritas Brasileira, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUFINO, Marcos Pereira. “Raiva, medo e o pequeno número: o indigenismo bolsonarista a partir de Arjun Appadurai”. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v. 66, 2023. p. 01-26.

RUFINO, Marcos Pereira. **Ide, portanto, mas em silêncio:** faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo. Orientador: Paula Monteiro. 2002. 334f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SALESIANOS. **De Tupã a Cristo.** Jubileu de Ouro das Missões Salesianas do Amazonas (1915-1965). S/local: S/ed., 1965.

SALESIANOS. **Usos e costumes dos selvícolas da Amazônia:** episódios missionários. Nictheroy: Escola Profissionais Salesianas, 1936.

SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo:** unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola, 1992. pp. 231-258.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios.** São Paulo: SENAC, 2000.

SCHROEDER, Ivo. **Indigenismo e Política Indígena entre os Parintintin.** Orientador: Darci Secchi. 1995. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Pública) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 1995.

SCHROEDER, Ivo. **OPAN:** 40 anos de parceria com os Povos Indígenas. Cuiabá: OPAN, 2009.

SCHWADE, Egydio. “Waimiri-Atroari: a história contemporânea de um povo na Amazônia”. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992. p. 366-392.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra:** bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Trad. de Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social:** uma história da Igreja Católica no Brasil. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Alcionílio Bruzzi Alves da. **As Tribos do Uaupés e a Civilização Brasileira**: o índio tem o direito de ser civilizado? Belém: S/ed., 1979.

SILVA, Giovani José da. “O octogenário ‘Dia Do Índio’: histórias e culturas indígenas em escolas brasileiras antes e depois da Lei nº 11.645/ 2008”. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados: UFGD, v. 16, n. 31, 2022. pp. 82-101.

SILVEIRA, Diego Omar da. **Nada será como antes**: legados do indigenismo religioso no Brasil. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

SILVEIRA, Diego Omar da. “O indigenismo religioso e a igreja na Amazônia: imbricações históricas e atuais”. In: SILVA FILHO, Eduardo Gomes da; FERNANDES, Fernando Roque; LIMA, Daniel Barros (org.). **O paradoxo da Amazônia**: da colonização à decolonialidade (séculos XVI a XXI). Curitiba: CRV, 2023. p. 150-170.

SÍNODO para a Amazônia. **Documento Final do Sínodo para a Amazônica**. 2019. Disponível em <https://ury1.com/UDcnx>. Acesso em 18 de abril de 2022.

SÍNODO para a Amazônia. **Instrumentum Laboris do Sínodo Amazônico**. 2019. Disponível em <https://urx1.com/ZHNN9>. Acesso em 18 de abril de 2022.

SUESS, Paulo (org.). **Em defesa dos Povos Indígenas**: documentos e legislação. São Paulo: Loyola, 1980.

SUESS, Paulo (org.). **Servo de Cristo Jesus**. Memórias de Luta e Esperança (Dom Erwin Krautler). São Paulo: Paulinas, 2009.

SUESS, Paulo. **Dicionário da Querida Amazônia**: em busca da “harmonia pluriforme”, 40 palavras-chave da exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*, do Papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2021.



SUESS, Paulo. **A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989.** Petrópolis: Vozes, 1989. (Coleção Teologia Orgânica, 21).

SUESS, Paulo. **Cálice e cuia.** Crônicas de Pastoral e Política Indigenista. Petrópolis: Vozes, 1985.

SUESS, Paulo. Do grito à canção: poemas de resistência. São Paulo: Paulinas, 1983.

TAVARES, Ana Helena. **Um bispo contra todas as cercas.** A vida e as causas de Pedro Casaldáliga. Petrópolis Vozes, 2020.

Y-JUCA PIRAMA. **O índio:** aquele que deve morrer. Documento de Urgência de Bispos e Missionários. S/l: s/ ed., 1974.



UMA IGREJA EM
TRANSFORMAÇÃO:
A ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ NO
PRÉ-GOLPE MILITAR (1954-1964)

Sérgio Ricardo Coutinho

INTRODUÇÃO

Os “Livros de Tombo” são fontes documentais de extrema importância para a compreensão da história da Igreja Católica, fornecendo informações valiosas sobre a vida das comunidades paroquiais, os sacramentos administrados e as relações de poder dentro da hierarquia eclesiástica.

O Código de Direito Canônico de 1917 recomendava aos bispos que cada paróquia mantivesse registros precisos e atualizados, conhecidos como “Livros de Tombo”. Estes registros deveriam conter informações detalhadas sobre os sacramentos administrados na paróquia, incluindo datas, nomes dos fiéis, padrinhos e testemunhas, além de outras observações relevantes. Era responsabilidade dos párocos zelar pela integridade e precisão desses registros, garantindo sua conservação e acesso adequados.

Os “Livros de Tombo” eram mantidos pelas paróquias e dioceses como parte de sua documentação oficial, registrando informações detalhadas sobre o cotidiano da vida religiosa local. No entanto, além de servirem como registros sacramentais, esses livros também desempenhavam um papel importante na fiscalização e controle das práticas e comportamentos dos fiéis e das instituições eclesiásticas.

As informações contidas nos “Livros de Tombo” diocesanos e arquidiocesanos, refletiam o olhar dos bispos e párocos sobre a vida das comunidades católicas e suas preocupações pastorais e disciplinares. Através desses registros, é possível identificar as dinâmicas de poder dentro da hierarquia eclesiástica, bem como as relações entre clero e fiéis, e entre diferentes segmentos da sociedade.

Este capítulo se propõe a examinar o papel desses registros como fontes que revelam as preocupações e atuações da hierarquia



eclesiástica do passado, particularmente na Arquidiocese de Maceió, sob a liderança de Dom Adelmo Machado, entre 1954 e 1964.

Dois problemas emergem com clareza a partir da análise dos primeiros registros do “Livro de Tombo” n.º. 15 (1961-1964), da Arquidiocese de Maceió, e dos documentos arquidiocesanos: o “problema religioso e social dos trabalhadores” e o “problema agrário do Nordeste e de Alagoas”. O primeiro estava relacionado à insuficiente atuação dos movimentos católicos, como a Juventude Operária Católica (JOC) e os Círculos Operários, que enfrentavam enormes desafios para atender às necessidades da classe trabalhadora.

O segundo problema, o “problema agrário”, refletia a profunda desigualdade socioeconômica e a precariedade das condições de vida dos trabalhadores rurais. A cultura açucareira, predominante na região, criou grandes propriedades fundiárias que exacerbaram as desigualdades.

Este problema foi amplamente discutido nos encontros dos Bispos Nordestinos e ganhou destaque com a publicação da Encíclica *Mater et Magistra* em 1961, que inspirou a CNBB a propor medidas para integrar a agricultura brasileira ao desenvolvimento nacional e reduzir os desequilíbrios regionais.

Dom Adelmo Machado, à frente da Arquidiocese de Maceió, desempenhou um papel crucial durante este período. Seus relatórios e cartas, transcritas no “Livro de Tombo n.º 15”, oferecem uma visão detalhada das estruturas e dinâmicas da Arquidiocese, entre 1954 e 1964. Ele destacou a necessidade urgente de mais sacerdotes para atender a uma população católica crescente. Além disso, mostrou preocupação com a penetração do comunismo, identificando a necessidade de uma resposta pastoral robusta para enfrentar os desafios socioeconômicos e espirituais da região.



A atuação de Dom Adelmo foi significativamente influenciada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), um evento que marcou uma profunda transformação na Igreja Católica. Esse Concílio buscou adaptar a Igreja às realidades do mundo moderno, promovendo maior diálogo ecumênico, participação dos leigos e uma renovação litúrgica.

Dom Adelmo, alinhado com os princípios do Concílio, trabalhou para implementar suas diretrizes na Arquidiocese, promovendo reformas que buscavam responder aos desafios locais dentro do espírito de renovação conciliar. Sua liderança refletiu um esforço consciente para equilibrar a tradição com a necessidade de mudança, promovendo uma Igreja mais aberta e engajada com os problemas sociais de seu tempo, mas, por outro lado, a tradição da obediência às autoridades constituídas marcou também sua posição junto à Arquidiocese.

Ao revisitar estes documentos, podemos compreender melhor as dinâmicas de poder dentro da Igreja, as relações entre clero e fiéis, e os esforços da hierarquia eclesiástica para manter a ordem e coesão na comunidade católica.

Através da análise do “Livro de Tombo” e das ações de Dom Adelmo Machado, ali descritas, nos ajuda a compreender melhor a história da Igreja Católica e sua interação com a sociedade alagoana na década de 1960, iluminando a complexa interação entre fé, política e sociedade durante um período de intensas transformações e desafios.

UMA ARQUIDIOCESE TÍPICAMENTE PRÉ-CONCILIAR (1954-1960)

O Livro de Tombo nº 15, relativo aos anos de 1961 a 1964, inicia-se com um balanço da estrutura arquidiocesana no quinquênio de 1954-1959. Pela forma como o relatório foi organizado, o redator do mesmo elaborou seu material a partir de um questionário prévio, composto por

100 questões (!), provavelmente enviado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹¹⁸.

A população católica da Arquidiocese, no período, somava 646.000, segundo dados estatísticos de 1957 citados pelo próprio Relatório. Havia 44 padres diocesanos em 32 paróquias, sendo as mais populosas as de União dos Palmares (com 64.669), Viçosa (com 42.935), São Miguel (com 40.211) e Murici (37.008).

Na época, tinham sete Casas Religiosas masculinas com 14 padres e dez religiosos leigos, e 24 Casas Femininas com 263 religiosas professoras.

Estas religiosas se dedicavam basicamente ao ensino, aos hospitais e às obras sociais em geral “com dedicação e humildade”. Já os religiosos gozavam de “boa fama e de estima dos fiéis”, pois usavam “o hábito prescrito pelas suas respectivas Regras” e eram utilíssimos à Arquidiocese pois colaboravam na catequese.

Naquele quinquênio tinham sido ordenados apenas quatro padres. Para Dom Adelmo Machado, aquele número era, evidentemente, “inferior às necessidades reais da Arquidiocese, que têm 44 sacerdotes seculares para 703.920 habitantes” (f. 6).

Os padres usavam batina e faziam a tonsura. Quanto ao atendimento do povo católico, segundo Dom Adelmo, os padres atuavam

com zelo, com sacrifício [...]. Dispensam as espórtulas aos pobres, prestam relação mensal das missas celebradas *pro populo*, [enviavam] estatística mensal da administração dos

118 Em função das muitas diferentes caligrafias presentes na redação do Livro de Tombo, pode-se dizer que Dom Adelmo Machado não foi o único a registrar os eventos da Arquidiocese, mas sem dúvida nenhuma ele foi o cronista principal. Tudo indica que Dom Adelmo transcreveu as respostas do Questionário para o Livro de Tombo, somente em 1961, de um material recebido ainda em 1960.



sacramentos, [pregavam] a palavra de Deus e [estavam] atentos às tentativas de penetração do ‘lobo voraz’ no redil de seu rebanho. (f. 10v)

Sobre a população católica alagoana, Dom Adelmo observava que a Arquidiocese de Maceió tinha seu território quase todo na chamada “Zona da Mata”, ou seja, na região que se encontravam as terras mais férteis do Estado e que foram utilizadas, em sua maior extensão, para o cultivo da cana de açúcar. Deste modo, esta cultura açucareira tendeu para a criação de grandes propriedades fundiárias. Daí vinha, segundo o olhar do arcebispo, “o desnível socioeconômico das regiões, com implicações graves em todos os aspectos da vida humana, inclusive na moral e no religioso. Apesar disso, é grande o conceito social da Igreja nas classes altas e humildes” (f. 12).

E acrescentava:

A índole do povo é boa, sentimental, que se deixa atrair, facilmente, pelo exterior, pelo “maravilhoso” da forma e do canto. Essa tendência explica o incremento, em certo período, do baixo espiritismo [candomblé, umbanda] – incremento, porém, que está entrando em declínio, pela intensa campanha de ilustração do povo desencadeado em todo o Brasil e nesta Arquidiocese [...] (f. 12).

Acerca da prática litúrgica na Arquidiocese, Dom Adelmo relatava com entusiasmo uma experiência considerada inovadora em relação à liturgia da missa dominical.

Quisera pôr em relevo a eficácia da hora vespertina das missas dominicais, que são frequentadíssimas, dando impressão, em várias matrizes [paroquiais], de verdadeiras missas festivas extraordinárias cada domingo, tão elevada é a frequência.



Um pároco da Capital do Estado, cuja matriz é bem vasto [sic], verificando a angústia *loci* de sua Matriz para os frequentadores da Missa vespertina, requereu à Cúria Metropolitana, licença para celebrar, cada domingo, à hora vespertina, à porta da matriz para que o povo que se apinha, respeitoso, na praça, ouça, melhor, a santa missa.

Tem havido repetidas campanhas do Apostolado Litúrgico, para dar cumprimento às Instrução da Santa Sé a respeito da Música Sacra e Litúrgica (Grifo do autor, f. 12v)

Na sede da Arquidiocese, em Maceió, o relatório apontava para o funcionamento dos diversos setores da Ação Católica, particularmente a Juventude Operária Católica (JOC) e os Círculo Operários que atendiam ao “problema religioso e social dos trabalhadores”, mas a tarefa era “grande demais e os membros desses dois movimentos [eram] insuficientes para um trabalho em profundidade”. Esses movimentos atuavam por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias, cursos intensivos e pelo trabalho em equipe (f. 14v).

De fato, o trabalho para a JOC era muito desafiador, já que Dom Adelmo identificava a presença de algumas “células comunistas” na Arquidiocese. No entanto, havia um vasto campo em que predominava a miséria e esse era o campo ideal para o comunismo penetrar: a zona rural alagoana (f. 15).

O relatório é muito revelador, pois trazia os elementos de uma típica Arquidiocese do período pré-Conciliar, ou seja, às vésperas de todo o processo de *aggiornamento* provocado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

Uma estrutura hierárquica rígida, com o bispo ocupando o topo da hierarquia, exercendo autoridade sobre o clero e os fiéis de sua diocese, sendo responsável pela administração espiritual e pastoral da região. O Arcebispo detinha poderes significativos sobre a adminis-



tração eclesiástica e a tomada de decisões dentro da Arquidiocese. Sua autoridade era exercida de forma centralizada. O clero arquidiocesano, composto por padres incardinados nela, desempenhava um papel central na vida e na missão da Arquidiocese. Os padres estavam subordinados ao arcebispo e atuavam nas paróquias e outras instituições eclesiásticas sob sua jurisdição. As paróquias serviam como centros de vida espiritual e comunitária, oferecendo os sacramentos e serviços religiosos aos fiéis locais. A liturgia católica seguia principalmente o rito tradicional, conhecido como rito romano ou rito latino. As celebrações litúrgicas eram realizadas em latim e seguiam um conjunto de normas e ritos estabelecidos pela tradição da Igreja.

A partir de 1958, com a eleição do Papa João XXIII, a Igreja Católica começou a passar por uma série de mudanças significativas. Uma das decisões mais importantes de João XXIII foi a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, anunciado em 25 de janeiro de 1959. O objetivo do Concílio era promover a renovação da Igreja e adaptá-la aos desafios do mundo moderno.

De fato, somente com o Papa João XXIII é que se verificou um afastamento em relação a certas práticas e mentalidades estabelecidas na Igreja Católica pré-conciliar, e abriu caminho para uma nova fase de renovação e reforma dentro da Igreja, que seria plenamente realizada durante o Concílio Vaticano II e posteriormente.

O Papa João XXIII convocou o Concílio em janeiro de 1959. No mês de junho iniciou-se a fase Antepreparatória com o envio de uma carta a todas as autoridades eclesiásticas para enviarem, de forma livre e aberta, suas sugestões de temas para serem debatidos no Concílio.

Dom Adelmo enviou sua resposta no dia 31 de março de 1960. Vale à pena reproduzi-lo na íntegra, pois revela bem sua visão de mundo eclesial no imediato pré-Concílio Vaticano II:



Eminentíssimo Senhor,

Atendendo à carta de Vossa Eminência em que solicita sugestões para a agenda da Pontifícia Comissão Ante-Preparatória do Concílio Ecumênico, envio, respeitosamente, as seguintes sugestões, em folha anexa a esta carta.

Com meus votos de luzes do Divino Espírito Santo em favor de Vossa Eminência e de todos os membros da Pontifícia Comissão Preparatória do Concílio Ecumênico,

Subscrevo-me de Vossa Eminência

+ Adelmo Cavalcante Machado

Arcebispo Coadjutor de Maceió

1. Simplificação do cerimonial das bênçãos dos santos óleos do batismo e da crisma, na quinta-feira santa.
2. Suprimir o sopro e a saliva do cerimonial do batismo.
3. Ampliar o uso da língua latina, o mais possível, na sagrada Liturgia.
4. Dar andamento à reforma e simplificação do breviário, que já foram objeto de consulta ao episcopado.
5. Explicitar, no Código de Direito Canônico, a posição do leigo em face do apostolado, por força dos direitos e deveres que lhe vêm do batismo e da crisma.
6. Todas as paróquias seriam amovíveis.
7. Suprimir a pena de excomunhão para o leitor, sem as atuais causas canônicas excusantes, de edições do texto da Sagrada Escritura não aprovadas por Autoridade Eclesiástica, mantida, porém, a proibição da leitura de tais edições.
8. Reduzir, ao mínimo necessário, o número das penalidades canônicas.
9. Atendimento em favor do padre apóstata, que conservou a fé e se prendeu por vínculos sociais a situações,



das quais não quer se afastar, mas pede, humildemente, à Santa Sé, que o reduza ao estado leigo, liberando-o dos deveres meramente eclesiásticos, inclusive do celibato.

10. Deixarem de ser reservados à Santa Sé os benefícios canonicais das catedrais e paroquiais, se os seus beneficiários forem promovidos, pela Santa Sé, a algum tipo de título honorífico.
11. Reduzir as fórmulas da profissão de fé e do juramento antimodernístico, conservando o essencial e usando expressões que, com clareza embora implicitamente, digam tudo o que as atuais fórmulas minudentemente explicitam.

+ Adelmo Cavalcante Machado

Arcebispo Coadjutor de Maceió (ADA, 1961, p. 316-317)

Como bem analisou Luíz Baraúna, aquele que se debruçou sobre as respostas dos bispos do Brasil de maneira mais prolongada e pormenorizada, o grosso do episcopado brasileiro da época pré-conciliar eram homens de Igreja que se distanciavam nitidamente da minoria radical e ultrarreacionária, mas que ainda não tinham despertado para a magnitude dos problemas de uma Igreja colocada diante dos desafios de um mundo completamente novo. Esses bispos desejavam mudanças, adaptações e reformas, porém desde que não saíssem dos quadros e do referencial da concepção tridentina e pós-tridentina de Igreja e de mundo. Sabiam bem que as chances de ressuscitar uma Cristandade (a *civitas christiana*) eram nulas, mas não tinham atingido ainda um grau de consciência eclesial e histórica que lhes permitiam abandonar o referencial clericalista e eclesiocêntrico (Baraúna, 1993, p. 165).

Observando com atenção as sugestões enviadas por Dom Adelmo Machado, ele se perfila perfeitamente no quadro desenhado por Baraúna. Ele propunha pequenos ajustes nas regras canônicas dis-

ciplinares e litúrgicas, e nenhuma ousadia pastoral em vista de uma Igreja que se fizesse mais próxima dos reais problemas da sociedade.

A partir do ano de 1961, iniciou-se uma preparação para o Concílio Vaticano II e algumas mudanças seriam colocadas em andamento.

A ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ E SUA “RESPONSABILIDADE EM FACE DA HISTÓRIA” (1961-1964)

Em setembro de 1961, Dom Adelmo Machado, por meio de uma Carta Circular, anunciou a abertura de uma preparação espiritual de toda a Arquidiocese em vista da proximidade do início do Concílio Vaticano II.

Dom Adelmo, com aquela Carta, já desejava que os fiéis da Arquidiocese se preparassem para a aplicação e recepção das decisões do Concílio. Segundo ele, todos os Concílios tinham trazido à Igreja “uma consciência mais viva de sua responsabilidade, em face da História”. Ele esperava, como tinham ocorrido nos demais Concílios, que a doutrina, as aplicações práticas dos preceitos morais e a disciplina eclesíastica seriam os temas a serem abordados pelo próximo Concílio.

No entanto, alertava para os resultados daquele grande evento eclesial que se aproximava, pois nem todos os Concílios tinham encontrado “o povo cristão preparado para receber a nova mensagem de esperança ou o convite para reformas salutares ou o apelo para a austeridade e a coerência em face da verdade” (f. 23). Daí a necessidade de se preparar espiritualmente para o processo de recepção.

Dom Adelmo apresenta seu “horizonte de expectativa” em relação ao Concílio, mas sempre atrelado ao longo “espaço de experiência” que a Igreja possuía sobre o assunto, deixando muito claro que ela não possuía historicidade, pois era uma instituição a-histórica. A

mudança só caberia aos fiéis, ou seja, pelo reconhecimento do valor que a Igreja ainda possuía para trazer a harmonia social:

A Igreja não muda com os Concílios. Muito ao contrário, a Igreja reafirma, nos Concílios, seus princípios imutáveis e faz um apelo aos cristãos para que mudem para uma maior vivência das verdades que Deus revelou e dos preceitos que ele nos deu.

A Igreja, solicita [sic] pelo comum, procura, ser atual. Assim, as reformas que costumam vir de um Concílio Ecumênico, atingem os modos de fazer na disciplina, na liturgia (f. 23v).

[...] Será, portanto, um Concílio em que a disciplina eclesiástica e as normas da vida cristã dos fiéis terão prioridade nas considerações.

Espera o Santo Padre [João XXIII] que esses objetivos, se atingidos, atrairão muitas graças de Deus e darão à Igreja, neste mundo novas credenciais de valor psicológico e apostólico, de maior respeito e de confiança dos nossos irmãos separados e dos que já não crêem, para que se concretize, na hora de Deus, o ideal de união das igrejas e do conagraçamento de todos os homens à base da justiça social e da caridade. (f. 24)

Para isso, Dom Adelmo propôs uma preparação para o mês de outubro por meio de dois Programas: um Mariano, com oração do terço e peregrinação da imagem de Nossa Senhora de Fátima em todas as paróquias; e um Litúrgico, desejando que os padres explicassem melhor os preceitos da Missa e que os fiéis pudessem ter uma maior participação na Liturgia e no Ofertório.

Esta preparação se encerrou com uma Missa Solene, no dia 29 de outubro de 1961, com a participação de todas as organizações apostólicas de Maceió, na festa de Cristo Rei, dia dedicado à Ação Católica.

Simultaneamente a aqueles eventos de “preparação espiritual”, a Arquidiocese promoveu uma série de conferências ministradas pelo padre jesuíta Pedro Calderón Beltrão, sobre “assuntos sociais”, ocorridas na Faculdade de Direito.

Segundo Oscar Beozzo, o padre Beltrão foi um sociólogo jesuíta brasileiro, especialista em demografia e que dava aulas de Sociologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Lecionava também em São Leopoldo, na Unisinos. Em julho de 1961, houve o XIº Conselho Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), em Natal, no Rio Grande do Norte, e lá ele denunciou, num relatório, outro padre jesuíta, Henrique de Lima Vaz, que era um dos assessores da JUC, um grande filósofo, dizendo que ele era hegeliano, que era marxista e que a JUC tinha se tornado marxista.

Começava, então, segundo Beozzo, o calvário da JUC, porque esse documento do padre Beltrão, denunciando o fundamento filosófico, serviu de base para muitas suspeitas e condenações de autoridades eclesíásticas em relação à JUC, causando muitas divisões e sofrimentos (Beozzo, 2005).

Em fins de novembro daquele ano, realizou-se em Viçosa (AL) a VIª Semana Ruralista, promovido pela Arquidiocese de Maceió. Dom Adelmo participou ativamente dos debates ali ocorridos. Seu discurso de abertura foi bastante revelador daquela preocupação que tinha demonstrado no Relatório Quinquenal que abordamos anteriormente: a zona rural alagoana – “o vasto campo em predominava a miséria e esse era o campo ideal para o comunismo penetrar” (f. 15).



Todos os homens têm direito de participar dos benefícios que a civilização tem conseguido (f. 40v-41)

Pela inteligência e pelo trabalho, extrair [sic] da terra e oferecer à humanidade. Todos somos irmãos.

Ora, os homens do campo agricultores possuidores de terra, ou simplesmente trabalhadores rurais estão levando aos ombros no Brasil, o maior peso, o maior fardo das responsabilidades da continuidade da sobrevivência de todos os brasileiros, sem receberem a digna retribuição das suas lutas, de seus sacrifícios. Em favor do homem do campo, já foi criado inovação nacional¹¹⁹.

E a história nos diz que, quando surge uma inovação nacional, alimentada por uma causa justa que condiciona uma nova fase de vida, ninguém pode conter a transformação ou deformação desses sentimentos em atos de inteligência e de amor que salvem, os movimentos de ódio e violência. É por isso que a Igreja, Mestra e Mãe, na linguagem de João XXIII, apela nesta hora de transição histórica, para os homens responsáveis pela vida sócio econômica [sic] do país, para que encontrem, de acordo com os princípios da justiça, da caridade e da prudência, os caminhos de uma solução técnica progressiva, humana e cristã, dos problemas agrícolas (f.41).

O discurso de Dom Adelmo estava em plena sintonia com o posicionamento tomado pela CNBB num documento intitulado “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”, publicado em 5 de outubro de 1961.

De fato, Dom Adelmo acompanhava, desde sua posse como Arcebispo coadjutor de Dom Ranulfo, o problema agrário do Nordeste e de Alagoas. Participou nos dois importantes Encontros dos Bispos

119 A expressão é uma alusão a lei que regulamentava a sindicalização rural no país.



Nordestinos de 1956 (Campina Grande-PB) e de 1959 (Natal-RN), respectivamente, onde o tema foi amplamente discutido com Juscelino Kubitschek e os técnicos do governo da época. Estava muito empenhado na aplicação dos projetos e decisões destes encontros no território de sua Arquidiocese.

Foi a publicação da Encíclica *Mater et Magistra* (maio de 1961) de João XXIII que levou a Comissão Central da CNBB a divulgar, a declaração relacionando os novos aspectos da questão social, indicados pelo pontífice, com a situação do meio rural brasileiro (CNBB, 1977). A declaração partia do texto da Encíclica para propor “uma série de medidas” visando integrar a agricultura brasileira ao ritmo de desenvolvimento nacional. Dentre elas se destacavam: a modernização das técnicas de plantio e a adoção de uma política econômica favorável à agricultura, que incluísse a defesa dos preços dos produtos agrícolas.

Ainda na linha Encíclica, o texto lançava um apelo aos Poderes Públicos para que lutassem pela redução dos “desequilíbrios entre regiões economicamente desenvolvidas e regiões economicamente atrasadas” (CNBB, 1977, p. 125). Nesse sentido, oferecia sua colaboração na programação do desenvolvimento da agricultura e do homem do campo, por meio de alguns de seus movimentos, como a Ação Católica Rural, o Movimento de Sindicalização Rural, a experiência das Frentes Agrárias, o MEB – Movimento de Educação de Base e os cursos para um Mundo Melhor.

O documento terminava com uma advertência aos cristãos frente aos avanços do comunismo no meio rural. A recomendação básica aqui era dirigida aos bispos para que protegessem o seu rebanho das investidas dos “agitadores vermelhos” (CNBB, 1977, p. 127)¹²⁰.

120 CNBB. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro: declaração da Comissão Central da CNBB (1977). Todo este documento está transcrito no Livro de Tombo nº 15 entre as fls. 29-33v.

A conjuntura histórica no início dos anos 1960 no Brasil e no mundo estavam muito agitados. Especialmente o ano de 1962 foi um daqueles em que se respirava ares de tensões e confrontos políticos.

Neste sentido, atendendo ao apelo do Papa, a CNBB elaborou, em sua V Assembleia Geral, realizada entre os dias 02 e 05 de abril de 1962, o Plano de Emergência (PE) para tentar coordenar, em nível nacional, as atividades pastorais da Igreja no Brasil (CNBB, 1962, p. 3).

O Plano de Emergência consistiu, na verdade, na tentativa de apresentar um caminho para a mudança de uma Igreja que ambicionava ampliar a sua influência. No próprio preâmbulo do Plano se verifica a preocupação do episcopado com a real influência exercida pela instituição sobre a sociedade (CNBB, 1962, p. 9).

O Plano foi dividido em duas partes: a primeira englobando indicações referentes a renovação das estruturas internas da Igreja e outra apresentando diretrizes para a atuação da instituição no campo econômico-social.

Ao contrário da primeira parte, que descreve passos precisos e detalhados para promover a mudança de estruturas e de processos, a parte econômico-social contém apenas dois documentos, elaborados pela Comissão Central da CNBB após a realização da V Assembleia. Nos dois textos, as propostas aparecem como anseios do episcopado, sem, contudo, serem acompanhadas da prescrição de medidas visando a sua efetivação. O anseio mais enfatizado nos documentos refere-se à necessidade de promover reformas de base em diferentes setores da vida social. A Declaração chegava, inclusive, a indicar algumas delas, consideradas inadiáveis: “Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Reforma Universitária, Reforma Eleitoral Administrativa” (CNBB, 1962, p. 48). Contudo, para empreender essas reformas com a eficácia desejada, seria necessário, segundo a Comissão



Central, que o Governo estivesse fortalecido e coeso, inspirando a confiança da sociedade (CNBB, 1962, p. 51).

A CNBB elaborou seu Plano como uma espécie de “plataforma política” para marcar posição na conjuntura política eleitoral brasileira daquele ano.

Em 1962 ocorreu no Brasil a última eleição antes do golpe militar de 1964, na qual foram eleitos políticos para renovar toda a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e o governo de metade dos 22 estados brasileiros. Nesse pleito, o voto era obrigatório e secreto para homens e mulheres maiores de dezoito anos e não permitido para analfabetos. Para o Poder Legislativo, com exceção do Senado Federal, o sistema eleitoral era proporcional e, no caso do poder executivo e do Senado, o sistema eleitoral era majoritário. Naquele momento, o sistema partidário brasileiro, consolidado após o fim do Estado Novo, contava com três grandes partidos: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de outros partidos menores que serão relevantes para nossa análise, como o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade. Segundo a análise de Olavo Brasil de Lima Jr, tanto o PSD quanto a UDN eram considerados partidos conservadores, sendo uma das principais diferenças entre eles a contundente oposição da UDN a Getúlio Vargas, algo que não estava presente no PSD, que apoiava Vargas. Por outro lado, os partidos progressistas eram representados, entre outros, pelo PTB, que reunia os principais sindicalistas do país, também apoiando Vargas e, ainda, o PST (Lima Junior, 1983). O PST “foi organizado em 1946 por dissidentes do PTB e do PSD. Primeiramente, chamado Partido Proletário do Brasil, era basicamente um partido nordestino” (Lima Junior, 1983, p. 48), que teria uma força momentânea no Nor-

deste, ao eleger Miguel Arraes em 1962, mas que não chegaria a ter grande expressão a nível nacional.

Fundamental para a compreensão da importância dessas eleições para o Brasil é assimilar o contexto político, social e econômico nordestino à época.

Os nove estados que compunham a região Nordeste, em 1962, tinham, somados, cerca de 22,5 milhões de habitantes registrados, o que representava quase um terço da população total do Brasil no início da década de 1960. A população nordestina crescia a taxas impressionantes: o número de habitantes de Recife, por exemplo, aumentou 50% entre 1950 e 1960. Com relação ao aspecto físico, o território do Nordeste correspondia a quase 20% da extensão total do Brasil. Para além dos dados demográficos e territoriais significantes, as estatísticas que dão o aspecto singular e problemático do Nordeste são aquelas que concernem a dimensão socioeconômica da população nordestina. A começar pelo fato de que quase 70% dos nordestinos em 1960 ainda viviam em zona rural, enquanto no Brasil, como um todo, essa mesma taxa já estava aproximadamente em 55%. Em virtude disso, 64% da população economicamente ativa do Nordeste trabalhava no setor primário da economia, o que conferia à região a singela distribuição – não compatível com a sua extensão territorial e população – de 15,9% da renda nacional no início da década de 1960. Assim, a renda *per capita* dos nordestinos representava somente 40% da renda per capita dos brasileiros no geral, resultando, como destacou Riordan Roett, na menor renda per capita média da América Latina no ano de 1962 (Roett, 1972).

Não obstante a notável desigualdade da região em relação ao resto do Brasil, havia também, dentro do próprio Nordeste, uma profunda desigualdade econômica: cerca de 2,5% da população nordestina recebia 40% da renda regional (Page, 1972). Com relação à distribuição de terras também havia uma profunda disparidade: fazendas com

mais de 500 hectares ocupavam 43% das terras na região, sendo que representavam apenas 1,5% do total de propriedades rurais no Nordeste (Roett, 1972). Ainda, o analfabetismo chegava a 80% nas zonas rurais e a expectativa de vida, para os 80% mais pobres da população, não passava de 35 anos de idade (Page, 1972). Destaca-se também a fome, que era um grande problema e uma realidade principalmente para a população rural. O conjunto desses problemas – particularmente a má distribuição de terras – seria um fator fundamental para o advento das Ligas Camponesas, que surgiriam em Pernambuco e se espalhariam para outros estados nordestinos (Gomes Junior, 2015).

Diante desta complexa conjuntura, Dom Adelmo lançou uma Carta Circular de orientação aos católicos alagoanos para aquele Ano Eleitoral de 1962.

Apesar do tom anticomunista, sua maior preocupação era apontar, para suas ovelhas, um caminho mediano entre os espectros da direita e da esquerda que se polarizavam no período.

Como bem analisou Lucília de Almeida Delgado, o final do governo presidencial de Juscelino Kubitschek, em especial a partir de 1958, foi um prenúncio da extensa e profunda mobilização da sociedade civil brasileira, que marcaria, de forma inédita, a política nacional até 1964.

De fato, naqueles anos, continua Delgado, a principal mudança no campo da política ocorreu através de um forte movimento de ampliação da cidadania, traduzido pela presença – nos embates próprios à democracia – de sujeitos históricos até então usualmente tolhidos em suas iniciativas de se inserir no processo participativo, especialmente dos segmentos menos favorecidos da população do País (Delgado, 2003).



Neste contexto, Dom Adelmo quer que os católicos alagoanos participem ativamente daquele momento político e preocupado com que os menos favorecidos pudessem ser atendidos em suas necessidades.

É claro, portanto, que o cristão autêntico não pode ser homem da direita, nem da esquerda, não somos mendigos de conceitos ou de nomes que nos orientem ou identifiquem. Somos cristãos! Temos a doutrina social da Igreja e temos um lugar ao sol na questão social. Podemos e devemos tomar, com inteligência e bravura, uma posição medial, que não é de conciliação, mas afirmação corajosa da justiça, da proporção, do amor em que a economia e humanismo, a pessoa humana com a sua dignidade e o corpo do homem com as suas exigências, serão bastantemente, seguramente atendidos. O Evangelho que as encíclicas admiravelmente aplicam aos problemas sociais do nosso tempo é o solene perene “Manifesto” dos católicos a luz do nosso caminho.

[...] É questão vital para a democracia brasileira – que se dê ao Brasil uma progressiva reforma de estrutura principalmente do campo que parta, do possível, bem estudado e planejado, com inteligência e coragem, daquilo que pode ser, para chegarmos, com certa brevidade, ao que deve ser (f. 66v-68).

Nesse sentido, em vista de um trabalho mais profundo que articulasse educação e política, a Arquidiocese, em parceria com a CNBB, promoveu um “Treinamento para Supervisores de Base para o Estado de Alagoas”. Foi uma formação para a formação de agentes que atuasse no Movimento de Educação de Base “para as instruções que devem ser ministradas aos que querem instruir-se de acordo com os programas das escolas radiofônicas”. Os treinadores vieram do Rio de Janeiro, Fortaleza e Penedo e “andaram pelos bairros pobres da cidade

e assentaram as normas para o funcionamento das escolas radiofônicas, com a visão desta já tão acreditada educação de base” (f. 77v).

Para colocar este projeto em andamento, a Arquidiocese inaugurou, em agosto de 1962, com a presença do Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, a Rádio Educadora Palmares (f. 86v).

Foi neste ambiente de busca por uma Igreja mais inserida nos problemas sociais e políticos, que Dom Adelmo embarcou, no início de outubro de 1962, no avião cedido pelo governo brasileiro, juntamente com uma boa parte do episcopado brasileiro, em Recife, para a tão esperada abertura do Concílio Vaticano II.

Visando uma participação mais eficiente, o arcebispo procurou “se inteirar dos assuntos do Concílio, debateu, durante horas, com os assessores e teólogos da Arquidiocese” (f.103).

João XXIII dispôs que o primeiro tema sobre o qual o Concílio devia trabalhar fosse a liturgia; era o aspecto mais maduro da renovação da vida da Igreja e o único cujo projeto preparatório teria conseguido o consenso entre os bispos, já sensibilizados pelo movimento litúrgico. Assim, de 22 de outubro até 13 de novembro de 1962, a assembleia discutiu a reforma litúrgica; as votações sobre o conjunto do esquema e seus capítulos separadamente registraram sempre uma grande maioria a favor, apesar da resistência tenaz de uma minoria, contrária a qualquer inovação.

A acolhida favorável, segundo Giuseppe Alberigo, não dizia respeito somente ao texto proposto para a reforma litúrgica, mas exprimia também a convicção que o tempo dos temores e da Igreja como cidadela entrincheirada tinha sido superada. (Alberigo, 2006)

O episcopado brasileiro ficou acolhido na residência da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), em Roma, chamada de *Domus Mariae*. Durante a primeira sessão, Dom Hélder Câmara, então Secretário-Geral da CNBB, começou a chamar algumas das pessoas



mais em evidência, entre peritos e padres conciliares, para falarem aos bispos do Brasil, geralmente sobre os temas em debate na Aula Conciliar. Foram, ao todo, dez conferências proferidas por peritos-teólogos e bispos participantes: Hans Küng (professor em Tübingen), Jacques Martimort (padre francês do Centre de Pastoral Liturgique de Paris), Roger Schutz e Max Thurian (monges suíços da Comunidade de Taizé); pelos cardeais Giacomo Lercaro (Bolonha), Augustin Bea (Secretariado pela Unidade dos Cristãos), Ernesto Rufini (Palermo), Leo Suenens (Malines-Bruxelas) e pelos bispos brasileiros Clemente Isnard e Aloísio Lorscheider.

Sobre as conferências acerca da reforma litúrgica, Dom Hélder deu o seguinte depoimento:

Hoje, pela manhã, os bispos brasileiros estudamos juntos. Falou-nos o Cardeal Lercaro. Talvez por esperar demais de homem tão falado achei sem novidade e sem maior interesse o que ele disse. Muito mais nos prendeu o nosso D. Clemente Isnard, que está dando prestígio entre nós, à nossa Comissão de liturgia (Câmara, 2004, p. 23).

Em seu retorno à Maceió, Dom Adelmo Machado iniciou imediatamente o processo de recepção do Concílio.

Na manhã do dia 11 de dezembro, Dom Adelmo realizou uma reunião no Palácio Episcopal com todo o clero da Arquidiocese para compartilhar suas impressões acerca da primeira sessão do Concílio.

A nota marcante das reuniões conciliares foi a liberdade de palavras de todos os Bispos, esclarecendo os seus pensamentos, mostrando os seus pontos de vista e buscando em todo o maior todo a maior penetração do Evangelho.



À primeira vista, parece que nada resolveu o concílio. Mas [não] se mede a importância e eficiência de uma reunião pelo número de decretos promulgados, mas pela abertura de caminho que ela nos dá.

Assim, a primeira fase do concílio foi uma estrada nova aberta para que a Igreja possa caminhar, acompanhando a evolução dos homens e do mundo.

O primeiro esquema foi estudado e versou sobre liturgia.

Os padres conciliares tiveram uma preocupação pastoral, revendo a parte litúrgica de todos os sacramentos, a fim de torná-la bem de acordo com as necessidades e exigências hodiernas.

As conferências episcopais de todos os países irão estudando as reformas rituais, adaptando aos lugares e colocando-as em prática.

Cabe a nós, que somos Igreja, começar esta grande marcha de evangelização nesta estrada nova aberta pelo concílio.

Coloquemo-nos em marcha! (f. 123v-124).

Em vista de ajustar a Arquidiocese “de acordo com as necessidades e exigências hodiernas”, Dom Adelmo deu mais um passo procurando colocar-se em sintonia também com o Plano de Emergência.

No retiro do clero de junho de 1963, onde se reuniram padres das dioceses de Penedo e Palmeira dos Índios, juntamente com os de Maceió, foram apresentadas uma série de conferências ministradas por dois representantes do *Movimento por um Mundo Melhor* (MMM): o franciscano Frei Valfredo Tepe, chefe da equipe para o “Setor Nordeste”, e Pe. Afonso, assuncionista, também integrante da equipe.

Com dissemos anteriormente, sob pressão exercida pelo Vaticano (após a Revolução de Cuba), a CNBB elaborou o Plano de Emergência (1962) dando abrangência nacional ao movimento de reno-

vação das paróquias, visando promover maior articulação entre elas numa mesma região da cidade; o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis; a superação da atuação assistencialista católica pela ideia da promoção humana; e o dinamismo às atividades pastorais, em consonância com o ideal de transformar a paróquia em uma comunidade de fiéis.

De fato, o processo de modernização urbana e o contínuo crescimento desmedido da capital traziam grandes obstáculos à vida católica. Daí a necessidade de alterações no interior das paróquias. Um dos movimentos que mais contribuiu para esse esforço de renovação foi, sem dúvida nenhuma, o *Movimento por um Mundo Melhor* (MMM).

Aprovado pelo Vaticano em 1952, era dirigido pelo padre Armando Lombardi. As experiências desse jesuíta italiano com movimentos de renovação pastoral datam do período imediato pós-guerra. Ainda em 1951, essas experiências já possuíam uma larga divulgação na Europa, sendo o padre Lombardi conhecido também por alguns segmentos católicos da América Latina e particularmente do Brasil. Em 10 de fevereiro de 1952 o movimento receberia a Proclamação Pontifical de *Movimento por um Mundo Melhor*, em programa radiofônico do Vaticano.

O padre Lombardi esteve por diversas vezes no Brasil, divulgando e exercitando o trabalho de transformação apregoado pelo movimento. Além da presença direta do padre Lombardi, houve outras maneiras de divulgação do MMM que contribuíram para sua expansão no Brasil. Por exemplo: vários membros da Igreja eram destacados para ir à Itália participar dos cursos realizados em Rocca di Papa, no *Centro Pio XII por um Mundo Melhor*, sede central do movimento. Também foram desenvolvidas diversas formas de divulgação em língua portuguesa vindas diretamente de Roma e mais tarde no próprio Brasil, à medida que o movimento foi se expandindo. Ainda vale des-

tacar que um dos primeiros grupos a participar e acompanhar o desenvolvimento do *Movimento por um Mundo Melhor* desde o seu início, aderindo às pregações e à ideologia do padre Lombardi, foi o Colégio Pio Brasileiro de Roma, formando lideranças que atuariam no país.

A equipe do MMM desenvolveu uma explanação para o clero alagoano baseada na filosofia, na teologia e na sociologia, “um trabalho de verdadeiros donos do assunto que agradou grandemente ao selecionado auditório deixando-lhe a melhor impressão”, comenta o redator do Livro Tombo (f. 153).

O redator esclarece melhor o objetivo da presença da equipe do MMM e podemos afirmar com toda segurança que estavam sendo lançadas as sementes para a organização das futuras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Arquidiocese, fenômeno sócio eclesial muito bem estudado por Wellington Medeiros (2019).

Para a melhor caminhada para Cristo a Igreja se renova servindo-se de métodos modernos e adequados ao nosso tempo de total renovação

É o que está sendo organizado na Província Eclesiástica de Maceió de acordo com o plano de emergência traçado pelo Secretariado Nacional do Episcopado brasileiro.

Para isto serão as Paróquias divididas em zonas de acordo com a geografia humana e dos agrupamentos paroquiais visando o renovamento cristão pela renovação da paróquia vista como comunidade da verdade, uma comunidade da fé e uma comunidade do amor, sendo os cristãos chamados para a cooperação e realização desse grandioso plano (f. 154).

Foi nessa nova conjuntura de renovação que Dom Adelmo viajou para a segunda sessão do Concílio Vaticano II, em setembro de

1963. E, a Carta Circular que enviou aos fiéis da Arquidiocese já pode se perceber uma maior consciência histórica e episcopal.

De fato, o tema principal daquela sessão do Concílio foi tudo quanto dizia respeito à própria Igreja. Como afirmava Paulo VI, na abertura da segunda sessão, que se pretendia investigar “a essência real e fundamental da Igreja e nos manifeste a sua missão múltipla e salvífica”. (Paulo VI, 1963)

Como já sabemos, um dos muitos frutos de renovação propiciada pelo Vaticano II se deu justamente na promoção de uma maior comunhão eclesial, da colegialidade episcopal, e de uma consciência e da praxe sinodal, ou seja, de se traçar uma caminhada em conjunto entre bispos, clero e leigos.

Estarei presente, em nome de S. Excia. Revma. Dom Ranulpho e em meu próprio nome, convidado pelo Papa Paulo VI. Diria melhor que ali estarei sentido todo o peso da responsabilidade representar cerca de seiscentos mil católicos desta Arquidiocese e de responder pela Igreja, com voz humilde, mas não perdida porque estudada e consciente, em meio ao coro de tantas vozes de cultura autêntica, de quase gênios, de santidade.

A grande sala conciliar, no dia 29 de setembro, às 9h da manhã de Roma, ainda às 5 horas da ante-manhã [sic] em Alagoas, estará plena de bispos do mundo inteiro, levando cada um, no pensamento e no coração, de sua diocese.

Na primeira sessão do Concílio, era de ver a unidade da crença, de ideal evangélico, o vínculo da respeitosa e filial obediência ao Papa, na variedade das cores e das aspirações do mundo ali representado. [...] A Igreja quer convocar os cristãos para suas responsabilidades, para que eles a ajudem na sua mensagem de evangelizar o mundo e na sua ação edu-



cadora e de orientação da comunidade humana principalmente nesta hora de crise e de transição aguda da História.

Esses cristãos constituem a linha de frente da Igreja e se organizam em grupos, equipes diocesanas, paroquiais, de evidente orientação da Igreja.

É claro que esses cristãos são as “*manus longa*” da Igreja, o eco de sua voz, na linguagem de Pio XI e a sua própria razão de ser de indica concordância, na ação, com chefe da Igreja Universal e na diocese, que é a Igreja Particular, com o Bispo.

Além desta colaboração por convocação confiante da Igreja – de tal modo que na ação esses cristãos podem dizer – também nós somos a Igreja – há o trabalho da sacralização de cada ambiente, de cada classe social, sob plena responsabilidade pessoal de cada um, como cidadão cristão, subordinando, sempre, a sua ação os princípios da doutrina e da caridade da Igreja (f. 157v-158v).

Na volta de Roma, Dom Adelmo chegou à sua Arquidiocese não mais como Bispo Coadjutor, mas como Bispo-Titular e Metropolitana da Província Eclesiástica de Maceió. Isso porque, durante sua participação no Concílio, Dom Ranulfo da Silva Farias veio a falecer em 12 de outubro de 1963.

Finalmente, chegamos ao ano de 1964. O ano inicia com duas iniciativas pastorais na Arquidiocese: a primeira Campanha da Fraternidade e o curso sobre a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Liturgia.

O Livro Tombo registrou a notícia dada pelo “O Semeador” de 29/02/1964, de que a Campanha tinha se concentrado, no ano anterior somente ao Nordeste, mas que naquele ano se estenderia a todo o Brasil.

Esta campanha teve início em 1961, quando três padres que trabalhavam na Cáritas Brasileira, um dos organismos da CNBB, planejaram uma campanha para arrecadar recursos a fim de financiar as atividades assistenciais da instituição. À essa ação, eles batizaram de “Campanha da Fraternidade”. Na Quaresma de 1962 foi realizada pela primeira vez a Campanha da Fraternidade na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

Devido ao bom êxito da experiência, no ano seguinte 16 dioceses do Nordeste também realizaram a campanha em suas comunidades. Esse projeto foi o embrião para a concepção do projeto da Campanha da Fraternidade que, mais tarde, seria assumida como uma ação da Igreja no Brasil como gesto concreto no período da Quaresma.

Daí que o periódico lembrava que cada batizado tinha o dever de cooperar com o bem comum, oferecendo, uma vez por ano, “uma generosa dádiva para as Obras Sociais da Igreja”. O dia escolhido seria o Domingo da Paixão, também conhecido por Domingo de Ramos, que caiu no dia 22 de março daquele ano¹²¹. Durante o Ofertório da Missa, todos deveriam levar no envelope, para ser ofertado, “uma parte do que é nosso”. E, no final, clamava: “Faça alguma coisa pela Campanha da Fraternidade” (f. 185v).

Também naquele mesmo mês de março, a Arquidiocese promoveu o Curso de Estudos da *Sacrosanctum Concilium*. O curso foi ministrado pelo monge beneditino Dom Pedro Bandeira, “autoridade reconhecida em todo o Nordeste em assuntos litúrgicos” (f. 185v).

De fato, o curso estava dentro do processo de desenvolvimento da recepção do Vaticano II. Por isso, Dom Adelmo dava um passo na

121 Na folha 185 e 185 verso, do Livro de Tombo n° 15, tem um erro de datação cometido pelo redator, pois informa que o Domingo da Paixão, que seria o dia para a coleta nacional da Campanha da Fraternidade, seria no dia 15 de março, ou seja, no Domingo anterior ao de Ramos. Naquele ano de 1964, o Domingo de Ramos caiu no dia 22 de março.

direção de controlar esta recepção para que ela não conduzisse a “atualizações” não desejadas. Daí defendia: “Cabe aos bispos sacerdotes do mundo trazer para as suas dioceses o estilo de trabalho do Concílio, o sentido de renovação pessoal em face do Evangelho e do próprio Concílio, antes de meter mãos a fazer diferentemente certas coisas, que só devem mudar para melhor” (f. 186).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MENSAGEM DA PÁSCOA DE MARÇO DE 1964

Nosso propósito, com este texto, foi o de apresentar alguns elementos da caminhada histórica da Arquidiocese de Maceió na década imediatamente anterior ao Golpe Militar de 1964.

E o mês de março foi fundamental para conhecermos de forma clara a posição política assumida por Dom Adelmo naquela complexa conjuntura.

Como bem analisou Jorge Ferreira, no início de março de 1964 o clima político tornar-se-ia bastante difícil para o governo João Goulart. A radicalização política assumiu proporções preocupantes para manutenção da ordem democrática, particularmente com anúncio da realização de um comício no dia 13 daquele mês na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com o evento, a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada. O pacto, na avaliação de Lucília de Almeida Neves, “era uma derradeira tentativa de se buscar um caminho reformista para a nação brasileira” (apud Ferreira, 2003, p. 382).

No dia seguinte ao comício, continua Ferreira, entre as esquerdas, a sensação, praticamente unânime, era de que tinha acabado a “política de conciliação”. Deputados trabalhistas junto com os sindi-



calistas buscaram articular uma Frente Popular que sustentaria a política de Goulart. Leonel Brizola, um dos articuladores do encontro, argumentou que o momento exigia a concentração de esforços, com ações de rua em volume crescente. O Congresso, pressionado pelo povo, abriria caminho para uma Assembleia Constituinte. Dois dias depois, o presidente enviou uma Mensagem ao Congresso. O texto era, ao mesmo tempo, uma prestação de contas de seu governo em um pedido de providências. Redigida por Darcy Ribeiro, a Mensagem dava conta das obras administrativas, mas tinha o objetivo de implantar as tão esperadas reformas.

Assim, propunha a supressão da vitaliciedade nas cátedras nas universidades, e garantia o direito de voto aos analfabetos sargentos e praças. Sobre a reforma agrária, a Mensagem propunha incluir na Constituição o princípio de que a ninguém é lícito deixar a terra improdutiva “por força do direito de propriedade”. A noção de “uso lícito” seria a de quatro vezes a área efetivamente utilizada. O restante da terra voltaria para o domínio público, disponível para assentamentos. A Mensagem ainda propunha um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, revogando, na prática, o princípio de indelegabilidade de poderes. Por fim, a revisão do capítulo das inelegibilidades, sendo substituído apenas pela frase “são elegíveis os alistáveis”, permitindo, assim, que concorressem para cargos executivos os parentes consanguíneos e a fins, como Leonel Brizola, e instituindo, na prática reeleição, beneficiando o próprio Goulart. Na verdade, cumpria-se o programa político de seu governo que se baseava em duas grandes medidas. A primeira, a Lei de Remessa de Lucros, que já estava em vigor. A segunda, a reforma agrária, que procurava implementar (Ferreira, 2003).

No dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, foi realizado na cidade de São Paulo um ato que mereceu o total desprezo



das esquerdas, mas que foi, no entanto, profundamente significativo, demonstrando a divisão e a radicalização política do país: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os discursos contra João Goulart foram a tônica do comício que se seguiu. Cálculos falam em 500 mil pessoas presentes na marcha, outros considerando os que assistiram nas ruas de acesso, chegaram à cifra de 800 mil.

Na semana seguinte a todos estes eventos, durante a Semana Santa, que ocorreu entre os dias 23 e 29 de março, Dom Adelmo redigiu sua Mensagem de Páscoa aos católicos alagoanos. Ela fora publicada pelo jornal “O Semeador” na segunda-feira, 30 de março, um dia antes do Golpe Militar.

De toda a mensagem, recortamos um trecho que consideramos significativo para compreender a posição pessoal de Dom Adelmo e qual era seu “horizonte de expectativas” em relação a atuação da Igreja e dos católicos naquela conjuntura de radicalismos, mas também de renovação da Arquidiocese de Maceió.

Seguindo as orientações metódicas de Paul Ricoeur (1913-2005), após uma pesquisa em uma fonte histórica primária importante, como são os Livros de Tombo, nós procuramos construir uma “refiguração do campo prático”, ou seja, procuramos organizar e agenciar os fatos em uma intriga. Depois, por meio de uma narrativa, de uma representação historiadora, procuramos construir a “configuração das ações” dos sujeitos eclesiais, especialmente, da Arquidiocese de Maceió e de seu arcebispo, Dom Adelmo Machado.

Coube a você, leitor e leitora, até aqui, praticar, por meio da leitura, uma “refiguração” e uma atualização da história narrada. O que pedimos é que continue a fazer isto no trecho que vamos encerrar. Coloque a narrativa, a temporalidade e sua experiência para melhor compreender as “ações dos homens no tempo” (Marc Bloch, 2001).



[...] Ninguém que pode negar ao homem de bem, sinceramente decidido a fazer o bem com rapidez possível, exigida pelo direito de outrem que está sofrendo, de sustentar o barco de quem o quer ferir, levado pelo ódio ou pela procura violenta de soluções desumanas, escravagistas, não só materialistas, mas declaradamente asfixiantes de toda a ideia de Deus e de Liberdade humana. Mas tal providência é, apenas, um muro de proteção ou de contenção por algum tempo, em que as águas batem e explodem. E é preciso contar com a dinâmica do recurso de águas revoltas, que tornam a avançar com mais violência, exigindo, assim, de cada vez, um muro mais alto para contê-las.

É preciso, portanto, ir mais longe e mais fundo. Além de uma resistência imediata contra quem usar da violência, é necessário ir às causas do mal, não radicalizar-se (sic) em posições que não deixam ver as raízes, às vezes justas, dos ressentimentos e incompreensões que levaram ao absurdo, à injustiça da violência, da procura de “soluções” que não resolvem, mas degradam e empobrecem o homem, ou fazem correr o risco próximo, visto e exemplificado, em tantos outros países, de entrega a regimes totalitários, ateus e ateizantes, tal é o comunismo.

A Igreja tem feito a sua parte. Ninguém pode dizer que a Igreja está ausente à hora social de hoje. A doutrina social da Igreja com a *Mater et Magistra* e a *Pacem in terris*, está “atualizada” para responder aos problemas dos nossos dias.

O Episcopado Brasileiro com seu clero está presente, pela palavra junto aos homens maiores e aos pobres, pela ação social que proporciona ascensão progressiva do homem pobre, através de escolas e um sem número de obras sociais, que não são paliativos, como dizem por ignorância ou timidez, os que fazem o jogo do comunismo, mas patamares, pelos quais o homem vai subindo e descortinando, cada vez mais horizontes para atingir. O Concílio Ecumênico é um exemplo público de humildade e coragem da Igreja, que o



faz realizar, aos olhos do mundo, um exame de consciência do que ela está fazendo e do que pode fazer nesta hora de um mundo em mudança.

Nestas horas santas da “Semana Maior” do ciclo litúrgico, é o momento de todo homem, democrata, humano, cristão, perguntar a si mesmo o que está fazendo pela palavra e pela ação, sobre si mesmo, sobre aqueles que o cercam e sobre as coisas que possui, para que este mundo se humanize e não ofereça clima para desordem e a violência. Ninguém pode fugir às leis naturais, quer física, quer psicológica. As maiorias tendem à inércia, as minorias são dinâmicas. Só há um caminho de sobrevivência espiritual das maiorias: a formação de uma elite, de uma minoria dinâmica, dentro da multidão confiante, para que, exemplificando na ação, na vida, as palavras de Justiça e de amor que diz e apregoa essa minoria para fermentar a massa e o conduzir as multidões, sempre receptivas de um ideal praticado e vivido (f. 189-189v).

REFERÊNCIAS

Acta et Documenta Concilio Oecumenico Vaticano II Apparando (ADA). Serie I: Antepreparatoria, Volume II: Consilia et vota Episcoporum ac Praelatorum, Pars VII: America meridionalis – Oceania (sub secreto), cura et Studio Archivi Concilii Oecumeni Vaticani II, Typis Polyglotis Vaticanis, 1961.

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve História do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Aparecida (SP): Ed. Santuário, 2006.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ (ACMM). Armário 27, Livros de Tombo/Atas, **Livro de Tombo**, n. 15 – 1961/1964 – Arquidiocese.

BARAÚNA, Luiz. Análise dos “vota” do episcopado latino-americano: 4. Brasil. In: BEOZZO, José Oscar. **A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio: história do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 1993.

BEOZZO, José Oscar. O Golpe dividiu a Igreja e a sociedade: entrevista com José Oscar Beozzo. In: **Cadernos IHU em formação**. São Leopoldo: UNISINOS, ano 1, n° 4, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CÂMARA, Dom Helder. **Vaticano II**: correspondência conciliar. Circulares à Família do São Joaquim. Vol. I/Tomo I (1962-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

CNBB. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro: declaração da Comissão Central da CNBB. In: **Pastoral da Terra**. Estudos da CNBB, 11. São Paulo: Paulinas, 1977.

CNBB. Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. **Cadernos da CNBB**. 1963.

DELGADO, Lucília de Almeida N. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2003.

FERREIRA, JORGE. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2003.

GOMES JUNIOR, Hamilton de Carvalho. As eleições pernambucanas de 1962 e a violação da soberania brasileira. In: **FRONTEIRA**: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais. PUCMinas: Belo Horizonte, v. 14, n. 27 e 28, 2015, pp. 32-52.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Os Partidos Políticos Brasileiros**: A experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal.

MEDEIROS, Wellington S. **Uma confluência pela “libertação”**: CEBs, cultura política e organização popular na Arquidiocese de Maceió (1967-1991). Maceió: Edufal, 2019.

PAPA PAULO VI. Discurso do Papa Paulo VI na solene inauguração da 2ª sessão do Concílio Vaticano II. Roma, 29 de setembro de 1963. Disponível em : https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html. Acesso em: 28/06/2024.

ROETT, Riordan. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.



O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO
DE BASE E O GOLPE CIVIL-
MILITAR DE 1964: A EXPERIÊNCIA
DOS SINDICATOS RURAIS EM
ALAGOAS

Wellington da Silva Medeiros

*Existem duas forças muito importantes
que sempre devem ser consideradas:
as Forças Armadas e a Igreja
(Francisco Julião, 1979b).*

INTRODUÇÃO

O período de fundação do Movimento de Educação de Base (MEB) coincide com o processo de formação dos sindicatos rurais, em Alagoas. Estes tiveram início no segundo semestre de 1961, o que refletia, de certa forma, a então mobilização pela sindicalização rural em curso no Brasil. Em *Alagoas: sindicatos rurais e dominação*, Arruda Mello (1990, p. 51) pontua que nas regiões onde a mobilização foi mais intensa, antes do Golpe Empresarial-Militar¹²², “veio a ocorrer, em certa medida, uma internalização da luta de classe com uma acumulação de experiências de lutas e organização”, em um estado da Federação no qual, até fins dos anos 1980 e início da década de 1990, o conjunto dos canavieiros locais exerceram um tímido papel enquanto ator político, apesar da incidência de conflitos.

Já o Movimento de Educação de Base foi criado em março de 1961, em nível nacional, por iniciativa da Igreja Católica em parceria

122 Em 1964: *a conquista do Estado*, René Dreifuss analisa o Golpe de 1964 e, os governos que lhe deram sequência, como uma Ditadura Empresarial Militar, dotada de um perfil de classe. Assim afirmou o autor: “O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo Ipes [Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais]. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. [...] Em suma, o Ipes representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco” (Dreifuss, 1981, p. 488, grifo nosso).



com o Governo Federal. O MEB tinha como principal objetivo desenvolver um programa de educação de base nas zonas rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, por meio de escolas radiofônicas. A criação desse movimento está organicamente relacionada ao prestígio que o governo federal deu à proposta feita por Dom José Távora¹²³, em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao recém-eleito presidente Jânio Quadros. Este prestígio, concretizou-se através da assinatura do decreto de número 50.370 da Presidência da República, em 21 de março de 1961.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso debate em torno do papel da educação de jovens e adultos, no Brasil. Nesse período, a educação tinha um importante papel para aqueles que almejavam superar as desigualdades e transformar as estruturas sociais do país, ao mesmo tempo que o processo de alfabetização se reafirmava como estratégia para a formação de eleitores. Essa perspectiva, em relação ao papel político da educação de adultos, era compartilhada tanto por políticos de esquerda quanto de direita. Embora com ações e caminhos distintos, os diferentes espectros políticos se esforçavam pelo exercício de influência entre as camadas populares alcançadas pelos movimentos educacionais. A Igreja Católica não ficou de fora desta disputa. Pelo contrário, era um dos principais agentes envolvidos. A hierarquia e o laicato católico se fizeram presentes nos empreendimentos mais significativos no início dos anos 1960. Dentre eles se destacaram o Movimento de Cultura Popular (MCP), no Recife,

123 Dom José Vicente Távora nasceu em Orobó, Pernambuco, em 19 de julho 1910. Trabalhou intensamente com a causa operária desde sua entrada no seminário. Seu trabalho foi reconhecido pelo Pe. Leopoldo Brentano, que na época era assistente nacional dos Círculos Operários e o convidou para trabalhar em Brasília junto às camadas populares. Sempre envolvido com a causa operária e os excluídos, Dom Távora além de conseguir apoio dos bispos e recursos do Governo para o MEB, também contribuiu e incentivou a formação de diversos grupos (Bandeira, 2010).



a *Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*, em Natal, e o Movimento de Educação de Base, que atuou nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desempenhando um importante papel no processo de sindicalização rural, antes do Golpe de 1964.

Desse modo, este capítulo tem como objetivo discutir os impactos do Golpe Civil-Militar sob o processo de sindicalização rural e as estruturas do Movimento de Educação de Base, em Alagoas. O escrito está organizado em três seções. Na primeira seção, aborda-se o desenvolvimento inicial do MEB e sua implantação no Estado. Na sequência, discute-se a formação dos sindicatos rurais e os diversos atores sociais presentes no processo de sindicalização. Por fim, analisa-se o governo Luiz Cavalcante (1961-1964) e os desdobramentos do Golpe na desarticulação do MEB e dos sindicatos rurais.

UMA POSIÇÃO ESTRATÉGICA: O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE BASE PARA A REGIÃO NORTE

Em 1959, durante o segundo Encontro dos Bispos do Nordeste, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, Dom Adelmo Machado¹²⁴ apresentou a proposta intitulada *Programa de educação de base para a zona norte*

124 Dom Adelmo Cavalcante Machado nasceu em Penedo, Alagoas, em 5 de março de 1905, e faleceu em Maceió, Alagoas, em 28 de novembro de 1983. Foi o quarto arcebispo de Maceió, sucessor de Dom Ranulpho da Silva Farias. Filho de Mateus de Souza Machado e Rosa Cavalcante Machado. Em 29 de novembro de 1955, foi empossado como arcebispo coadjutor de Maceió, com direito a sucessão. Assumiu o cargo de arcebispo em 1963 e permaneceu até 1976, quando renunciou, por limite de idade e problemas de saúde. Entre suas ações, destaca-se a coordenação do I Congresso Eucarístico Provincial de Maceió e a criação do Museu de Arte Sacra Dom Ranulfo, bem como a Pastoral das Religiosas e o Movimento de Educação de Base. Antes do MEB, ele fundou a Faculdade de Serviço Social Padre Anchieta e trouxe novas congregações para a arquidiocese (Barros, 2005, p. 204-205).

de Alagoas¹²⁵. O projeto previa o desenvolvimento de três ações: (a) a “organização de uma missão rural de educação, nos mesmos moldes das que vêm funcionando sob a orientação da Campanha Nacional de Educação Rural” (CNER), composta por uma equipe de técnicos em programas rurais, tais como: agricultura, saúde, economia doméstica, organização de comunidade, serviço social, entre outros; (b) a “construção, instalação e funcionamento de um Centro de Treinamento destinado à capacitar técnicos, auxiliares e líderes rurais”¹²⁶; e (c) a instalação de duzentas escolas radiofônicas que funcionariam como instrumento de apoio ao programa de educação de base. Por diferentes fatores políticos e históricos, a estrutura montada para a implementação desse programa resultou no desenvolvimento do Movimento de Educação de Base, no espaço social que constitui a Arquidiocese de Maceió¹²⁷.

É tradicionalmente chamada de região norte de Alagoas a porção territorial desse estado situada ao norte de Maceió e localizada a pouca distância do Oceano Atlântico (Andrade, 1968). Nesse período, tratava-se de uma área que compreendia 3.568 quilômetros quadrados, onde se condensava uma população de 132.945 habitantes. Portanto, com uma densidade demográfica de 37 habitantes por quilômetros quadrados¹²⁸. Marcada pelo pauperismo, essa região se encontrava dividida em oito

125 Além dessa proposta, foram elaboradas outras duas sugestões: (1) o *Plano de recuperação humana da zona norte do estado de Alagoas* e (2) o *Projeto em favor do homem rural e praieiro do norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levás de retirantes do sertão alagoano e de estados vizinhos*. Cf.: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

126 Sobre isso ver Santos (2024).

127 A Arquidiocese de Maceió está “circunscrita ao leste de Alagoas, com uma superfície de aproximadamente 10.400 km², compreendendo grande parte dos municípios da Zona da Mata e do Litoral alagoanos” (Medeiros, 2007, p. 52).

128 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

municípios, a saber: São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Maragogi, Jacuípe, Colônia de Leopoldina, Porto de Pedras e Porto Calvo¹²⁹, conforme retrata o mapa da página seguinte.

Apesar da localização relativamente próxima às duas grandes cidades (Maceió/AL e Recife/PE), essa região situava-se fora da via de comunicação de maior relevância – a ferrovia construída nos fins do século XIX, que ligava as duas capitais – não dispondo, conseqüentemente, de transportes rápidos e acessíveis. Desse modo, a despeito de sua elevada produção de açúcar e de coco, o norte alagoano ficou fora do desenvolvimento econômico do Estado.

Em *Latifúndio, cana-de-açúcar e côco no norte de Alagoas*, Manuel Correia de Andrade descreve o cenário geográfico e socioeconômico dessa região. De acordo com o autor, era notável para quem percorria a região, “encontrar extensas áreas com a vegetação natural devastada, despovoadas e cobertas por grandes capoeiras¹³⁰. O subaproveitamento da terra é chocante como o é, também, a pobreza dos seus habitantes” (1968, p. 18).

Na proposta referente ao programa de educação de base para o norte alagoano, a Igreja Católica caracterizou a região como “uma área tipicamente subdesenvolvida”, em que não havia técnicos, “não há ensino eficiente, não há instituição de fomento ou de educação ou de assistência funcionando na área com resultados concretos”¹³¹. De

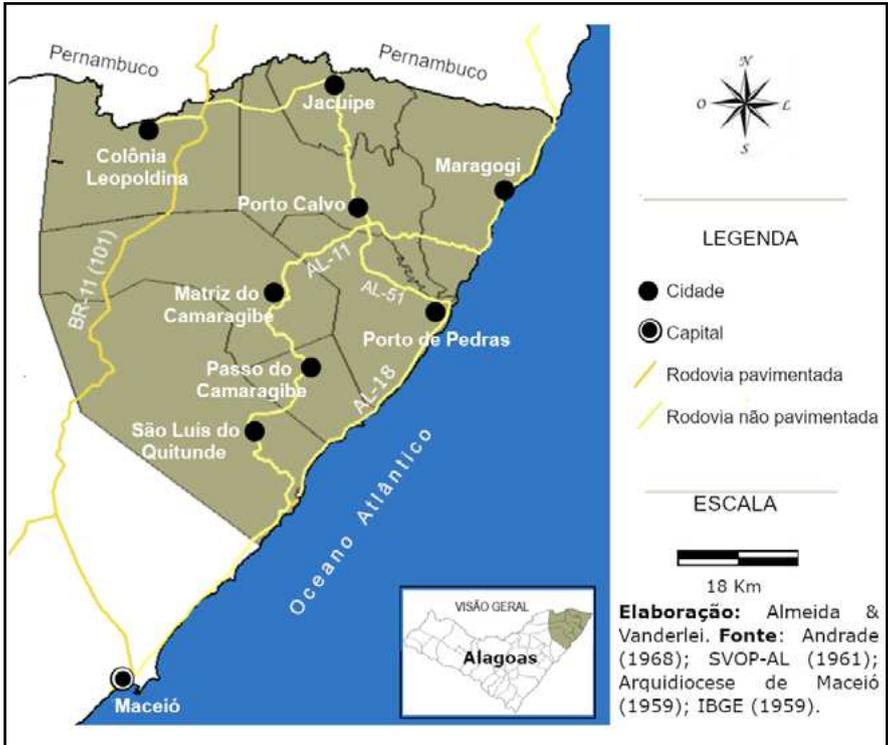
129 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Projeto em favor do homem rural e praieiro do Norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levas de retirantes do Sertão alagoano e de estados vizinhos*, p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

130 Refere-se ao “Terreno com mato, cuja vegetação anterior foi roçada ou queimada para o cultivo da terra ou para outro fim” (Aulete, 2011, p. 282).

131 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*, p. 1.

Mapa 1

Região norte de Alagoas em 1959,
segundo a Arquidiocese de Maceió



Fonte

Elaborado por Almeida e Vanderlei (2024)
a solicitação do autor.



acordo com o plano, “propõe-se, assim, a execução de um programa de educação de base que tenha como principal finalidade promover a recuperação e o desenvolvimento dessa Região”¹³².

Para a Igreja Católica, “os cursos de educação de base, que funcionariam, primeiramente, na região ‘Norte’ do Estado, constituiriam a maior esperança de recuperação de uma das zonas mais férteis do Estado e, apesar disso, a mais pobre”. Em *Projeto em favor do homem rural*, enfatiza-se que os oito municípios que formavam o norte alagoano assemelhavam-se “pelos aspectos socioeconômicos de pobreza, analfabetismo em altíssimo grau, pouquíssimas escolas primárias, nenhuma Escola Normal Rural, latifúndios de terras úmidas e férteis reclamando uma ação de penetração coordenada e ascendente”¹³³.

Evidencia-se nesse discurso eclesiástico que esta educação de base não se apresentava como um fim em si mesmo. Pelo contrário, ela surge como um instrumento de superação do “subdesenvolvimento”, em sintonia com o discurso oficial da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e da Campanha Nacional de Educação Rural¹³⁴. Através de uma análise ahistórica e aclassista, a Arquidiocese de Maceió não questionava a concentração fundiária materializada pelos “latifúndios de terras úmidas”, responsáveis pelas desigualdades sociais identificadas na região.

Desde a criação da Unesco, em novembro de 1945, estimularam-se a promoção de programas nacionais de educação de adultos. A Unesco (1949) definiu como objeto da educação de base o conjunto

132 *Ibidem*.

133 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Projeto em favor do homem rural e praiheiro do Norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levas de retirantes do Sertão alagoano e de estados vizinhos*, p. 3.

134 Sobre a CNER, ver Barreiro (2010).

das atividades humanas, propondo um leque de conhecimentos a fim de formar atitudes e transmitir conhecimentos:

1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico); 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos); 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos); 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam; 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes; 10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias (p. 11-12 *apud* Beisiegel, 2004, p. 91).

Segundo Fávero, “a educação de base era entendida como o mínimo fundamental de conhecimentos teórico-práticos, imprescindíveis às populações pobres das regiões atrasadas para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao desenvolvimento” (2006, p. 3). Esses conteúdos “eram definidos em termos de necessidades individuais, mas equacionados como problemas da coletividade, encaminhando o

que se convencionou chamar de ‘desenvolvimento e organização da comunidade’” (Fávero, 2006, p. 3).

Isto posto, sob os argumentos de que em decorrência da facilidade das comunicações entre Maceió/AL e Recife/PE – mediante a construção da rodovia asfaltada, em 1959 – estaria ocorrendo entre os homens “simples” da vasta região norte de Alagoas a tomada de “consciência de sua humilde condição de vida”, e, de que “as ‘ligas camponesas’ de Pernambuco já anunciaram sua próxima irradiação” para o estado, Dom Adelmo Machado propôs a execução de um programa de educação de base que tivesse por finalidade promover a recuperação e o desenvolvimento dessa região¹³⁵. Desse modo, compreende-se que a Igreja Católica viu na educação de base uma forma de intervir na questão rural e melhorar os níveis de vida da população camponesa – sem recorrer aos métodos coercitivos da oligarquia agrária, “a resistência armada” – o que se configurou como uma ação preventiva à projeção que o movimento camponês vinha alcançando na região Nordeste, tendo como epicentro o estado vizinho de Pernambuco e o da Paraíba.

A mobilização camponesa nordestina, que assumiu a denominação “Ligas Camponesas”, emerge no Engenho Galileia¹³⁶, em Pernambuco, no ano de 1954, “ensaiando os primeiros acordes de um grito que abalaria a estrutura agrária do País” (Meira; Passos, 1961, p. 9). O movimento expandiu-se rapidamente. Seu crescimento foi resultado

135 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 16 set. 1959. Assunto: Experiência piloto de educação de base na zona norte de Alagoas, p. 2. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

136 O Engenho da Galileia localiza-se no município de Vitória de Santo Antão/PE, distante 60 km de Recife, em região de transição entre a Mata e o Agreste (Bastos, 1984, p. 18).

das condições políticas e sociais favoráveis, nesse período, e explica-se, principalmente, em razão da sua base social: o foreiro, que representava uma categoria social ameaçada de extinção (Bastos, 1984).

José Hortêncio, foreiro do Galileia, ao se ver incapaz de arcar com os Cr\$ 7.200,00 de renda atrasada que devia, foi ameaçado de expulsão pelo proprietário. Desse modo, em maio de 1954, ele entrou em contato com José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que agora se dedicava a contactar camponeses em litígio com os proprietários. Ao perceber que não se tratava de um caso isolado, mas vivenciado por diversos foreiros do engenho, propôs a formação de uma sociedade, com a finalidade de adquirir um engenho, o que dispensaria os camponeses do pagamento da renda. Foi assim que surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), legalmente constituída em janeiro de 1955.

Através da luta judicial, entre os “galileus” – representados pelo advogado Francisco Julião – e Oscar de Arruda Beltrão, o proprietário das terras, a associação se tornou conhecida do grande público, com repercussão até mesmo na imprensa nacional. O movimento passou a ser denominado, pela imprensa, “Liga Camponesa”, em aproximação às antigas “ligas” fundadas pelo PCB, na região de Pernambuco¹³⁷. Segundo Julião, os jornais chamaram a associação “de Liga para torná-la ilegal, mas como nasceu em [19]55, coincidindo com a chegada de Juscelino [Kubitschek] ao poder, com o problema do desenvolvimentismo, havendo uma certa euforia na burguesia nacional pra quebrar os latifúndios e criar indústrias de transformação”, tal coincidência não os favoreceu (1979a, p. 14).

137 De acordo com Bastos, “na impossibilidade de reunir horticultores expulsos da região de Recife em Sindicatos Rurais, então inconstitucionais, o PC[B] organiza-os em ‘ligas camponesas’. Estes primitivos núcleos, com a colocação do partido na ilegalidade, desaparecem em 1948, restando apenas a ‘liga’ de Iputinga” (1984, p. 20).

Em decorrência da ampliação do movimento, as Ligas passaram a reunir não apenas arrendatários, como os foreiros do Engenho Galileia, mas também parceiros¹³⁸, posseiros¹³⁹, moradores, assalariados e pequenos proprietários agrícolas, segundo o *Estatuto das Ligas Camponezas* (art. 2º, item 1). Esses grupos constituíam a base social do movimento, aquela parcela de trabalhadores e trabalhadoras rurais denominada “campepinato”. Arrendatários, parceiros e pequenos proprietários, “embora produzindo ‘por conta própria’, encontram-se vinculados direta ou indiretamente às culturas industriais; os ‘moradores’ e os trabalhadores temporários vinculam-se diretamente às mesmas, principalmente à cultura da cana-de-açúcar”, ressalta Bastos (1984, p. 61-62).

Para ela, essa situação indicava “um avanço do processo de subordinação desses trabalhadores ao capital, subordinação que cresce à medida que capitais de certa importância se apossam da produção de açúcar” (Bastos, 1984, p. 62). Desse modo, esses segmentos do campepinato tinham a proletarianização como único destino. E foi exatamente contra esse processo que desencadearam sua luta.

Dentro desse contexto, observa-se que as lideranças do movimento direcionaram a luta contra o latifúndio, visto como sinônimo de servidão. Essa luta evoluiu de uma reivindicação pela permanência na terra para a defesa da reforma agrária. Em 15 de setembro de 1961, o movimento lançou a campanha nacional pela reforma agrária, através

138 Parceiro “é o trabalhador que aluga um pedaço de terra, dando como pagamento uma parcela de sua produção. A parceria assume diversas modalidades – a meia, a terça, ou a quarta partes da produção – conforme variam os tipos de cultivo. Esse é estabelecido pelo proprietário, que fornece, além da terra, os meios de produção. Feita a colheita, recebe toda a produção, da qual desconta o preço de tudo o que forneceu, e o que resta é dividido em partes (iguais, ou terça, ou quarta, conforme o combinado), o mesmo acontecendo com os animais” (Bastos, 1984, p. 50).

139 Forma rara no Nordeste, o posseiro “é o indivíduo que se apossa de terras que não pertencem a ninguém, nelas estabelecendo moradia, trabalhando, fazendo melhorias, sem contudo possuir escritura da propriedade” (Bastos, 1984, p. 50).

do documento intitulado *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio*¹⁴⁰. Entre outras reivindicações e encaminhamentos, esse documento criticou, de forma contundente, a concentração fundiária e defendeu uma reforma agrária radical e expropriatória.

No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 17 de novembro do mesmo ano, em Belo Horizonte, essas posições foram retomadas e encaminhadas como resoluções, através da chamada *Declaração de Belo Horizonte*, documento final do encontro.

Nos seis anos que decorre da fundação do primeiro núcleo, entre 1954 e 1955, ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, um grande número de novos grupos surgiram em Pernambuco¹⁴¹. Nesse período, o movimento camponês detinha cerca de trinta e cinco mil associados, naquele estado, e cerca de 80 mil no Nordeste (Meira; Passos, 1961, p. 12). Entre os anos de 1960 e 1961, foram organizadas federações em 10 estados brasileiros. A desapropriação do Engenho Galileia, em 1959, considerada como uma de suas maiores vitórias pelo próprio movimento, facilitou a expansão das Ligas Camponesas, que se alastrou pelo Nordeste, atingindo os seguintes estados: Paraíba, Alagoas, Ceará e Maranhão. Posteriormente, nas demais regiões brasileiras, atingiu Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás (Julião, 1979a, p. 17).

140 Manuel Correia de Andrade apresenta uma descrição minuciosa dos “dez mandamentos das Ligas Camponesas” em *As tentativas de organizações das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo* (1963). Ver especialmente as páginas 79 e 80.

141 Em 1960, o movimento já possuía associados em vinte e cinco municípios pernambucanos. Dentre eles, treze se localizavam na Zona da Mata: Olinda, Paulista, Igarassu, Goiana, São Lourenço da Mata, Pau d’Alho, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Cabo, Escada, Cortês e Bonito. Onze no Agreste: Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira e São Bento do Una. E um no Sertão: Buíque (Andrade, 1963).

A mobilização camponesa começou a preocupar setores da Igreja Católica em Alagoas, que enxergava no desenvolvimento do programa de educação de base uma estratégia para conter o avanço do movimento ao norte do Estado. Nesse sentido, em setembro de 1959, Dom Adelmo Machado solicitou ao Ministério da Educação e Cultura “uma ajuda substancial”, “em favor do Nordeste em fase de *tomada de consciência de seus direitos em ebulição para movimentos coletivos de reivindicações*”¹⁴², a fim de desenvolver “o sistema de educação de base, que proporciona ao homem comum dos bairros das cidades ou da zona rural, as noções básicas da educação, da instrução”¹⁴³.

Nesse mesmo mês, em um ofício direcionado ao então presidente da Campanha Nacional de Educação Rural – Colombo Etienne Arreguy –, o arcebispo coadjutor argumentou que o estado alagoano se encontrava “na iminência de *perturbações* sociais no campo” devido ao anúncio de irradiação das Ligas para a região. Desse modo, fazia-se necessário demonstrar através de um “programa de recuperação”, “que o povo não está esquecido, abandonado pelos poderes constituídos”¹⁴⁴.

Esse programa seria constituído

de cursos de treinamento de líderes rurais, coordenação da ação desses líderes por estagiários da Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Alagoas, pertencente à Arquidiocese

142 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao Ministério da Educação e Cultura*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 15 set. 1959, p. 1. Assunto: Centro sociopedagógico da Arquidiocese de Maceió. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

143 *Ibidem*, p. 2.

144 ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 16 set. 1959, p. 2. Assunto: Experiência piloto de educação de base na zona norte de Alagoas. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).



de Maceió, escolas radiofônicas distribuídas em pontos-chaves e uma missão rural atuante em um desses municípios que for considerado, pelos técnicos da Campanha Nacional de Educação Rural, como o primeiro a ser beneficiado¹⁴⁵.

Argumenta-se, portanto, que a instalação do Movimento de Educação de Base se deu, aos poucos, a partir da infraestrutura social montada para o programa de educação de base na zona norte de Alagoas. Além disso, a sua formação acompanhou a implantação da Rádio Educadora Palmares, inaugurada em 18 de agosto de 1962, conforme a terceira iniciativa prevista no projeto de 1959. O campo de experiência-piloto seria o norte alagoano, região fronteira com o estado de Pernambuco, a fim de conter a expansão do movimento camponês em direção ao território, o que representaria uma ameaça a tradicional influência da instituição eclesial no meio rural.

Além de outros fatores que dificultaram a penetração do movimento nesse espaço social, o que ultrapassa os limites desse trabalho, pode-se afirmar que, em certa medida, a Arquidiocese de Maceió foi bem-sucedida. Em Alagoas, apenas em 1963, foram criados os primeiros núcleos denominados “amigos das Ligas”. Na reportagem sobre a necessidade de intensificar a luta pela reforma agrária e as duzentas organizações convocadas para “exigir uma reforma agrária radical”, publicada pelo semanário *A Liga*, em 1º de maio do referido ano, menciona-se, além da capital, mais cinco municípios em que se desenvolveram núcleos das Ligas em Alagoas.

¹⁴⁵ *Ibidem*.



O latifúndio mais feroz do Nordeste reside, sem dúvida, em Alagoas onde o regime feudal tem levado ao túmulo inclusive muitos latifundiários que lutam entre si pelo domínio da terra. Apesar do tradicional clima de terror existente no interior de Alagoas, começam a surgir os primeiros núcleos de amigos das Ligas em: *Maceió, Penedo, São José [da Lage], [União] dos Palmares, Palmeira dos Índios e Camaragibe* (200 organizações..., 1963, p. 6).

Portanto, em maio de 1963, havia no território alagoano diversos núcleos do movimento camponês, na capital e nas sedes de cinco municípios – Penedo, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Matriz de Camaragibe e São José da Lage. Além dessas cidades, em *As tentativas de organizações das massas rurais*, também de 1963, Andrade identifica outros dois núcleos que “se encontravam em processo de fundação nos municípios de Viçosa e Atalaia” (1963, p. 77). O mapa da próxima página identifica as cidades em que se desenvolveram núcleos das Ligas em Alagoas, segundo as fontes mencionadas anteriormente.

Ao que tudo indica, o projeto de desenvolver núcleos do movimento camponês, em Alagoas, data de um período anterior a 1963. Na reportagem intitulada *Povo alagoano cerra fileiras pela reforma agrária radical*, de novembro de 1962, o periódico A Liga ocupou-se do debate sobre a reforma agrária que ocorreu no Teatro Deodoro, em Maceió, com a presença dos líderes do movimento camponês Francisco Julião e Elizabeth Teixeira – então presidente da Liga de Sapé, na Paraíba.

Segundo o semanário, ao final do debate, foi organizada uma comissão de estudantes – provavelmente universitários – que se dirigiu à Recife e encaminhou em conjunto com Julião “os detalhes para a fundação de Ligas Camponesas por todo o Estado de Alagoas”. Nessa ocasião, decidiu-se que “as ligas alagoanas deverão ter a estrutura

modelo estabelecida pelo Conselho Nacional das Ligas Camponesas”, publicada no livro *Que são as Ligas Camponesas?* (Povo, 1962, p. 3).

Convém notar que após um intervalo de cinco meses, o jornal *A Liga* anunciou a existência de núcleos em seis cidades alagoanas, incluindo a capital. Olhando desse mirante, é possível afirmar que a comissão de universitários, formada após o debate sobre a reforma agrária no Teatro Deodoro, foi a gênese da expansão do movimento camponês para o território alagoano. No entanto, deve-se questionar: quem eram esses estudantes? Pertenciam ao movimento estudantil? Estavam vinculados a algum partido político ou movimento social? Como se deu o contato com a base social do movimento, o campesinato alagoano? A base social dos núcleos das Ligas, em Alagoas, era similar à de Pernambuco? Se por um lado, essas questões ultrapassam os limites do trabalho aqui proposto, por outro, sugerem a necessidade de novas pesquisas sobre o tema. Para Mello (1990, p. 94), “tudo indica que em Alagoas as referidas iniciativas para a organização de ligas, feitas de cima para baixo às vésperas do Golpe de 1964 e circunscritas ao meio urbano, não tiveram contrapartida nas bases, ao ponto de reproduzirem lideranças orgânicas e efetivamente rurais, apoiando os conflitos existentes”.

Em todo o caso, a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da SAPPP tornou-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência no Nordeste para setores da sociedade, enquanto para outros representava o avanço do comunismo e o fim da “*pax agrarie* nordestina”. Para a Igreja local, representava “*perturbações sociais*” e o fim da “*paz no campo*”.

Havia um receio no interior da Igreja em perder a sua hegemonia político-religiosa entre a população rural. Na Carta Pastoral intitulada *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, publicada ao final da Semana Ruralista de Campanha, em setembro de 1950, Dom



Inocência Engelke iniciou com uma referência ao Papa Pio XI, na qual o pontífice havia afirmado que “o maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”. E, que dever-se-ia concluir com coragem cristã o pensamento do Papa: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural” (1977, p. 44).

Com o surgimento das Ligas, a Arquidiocese de Natal desenvolveu uma atividade junto aos trabalhadores/as rurais do Rio Grande do Norte, denominada Serviço de Assistência Rural (SAR). Essa experiência estava direcionada para a alfabetização e educação de base, e serviu como modelo para a criação do Movimento de Educação de Base, em âmbito nacional. A experiência do “Movimento de Natal”, como ficou conhecida, inspirou o trabalho da Igreja em outros estados, como, por exemplo, em Pernambuco e em Alagoas, principalmente, como forma de reagir ao avanço das esquerdas (Montenegro, 2003). Dessa forma, em 1961, foi criado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL), cujo objetivo fundamental era o de promover a sindicalização rural, e, o MEB, em 1962, que contribuiu significativamente no processo de formação de lideranças e sindicalização no meio rural, conforme se verá adiante.

O “TABULEIRO” POLÍTICO: A IGREJA, OS SINDICATOS E O PROCESSO DE SINDICALIZAÇÃO RURAL

Em *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*, Leonilde Medeiros identificou quatro forças que disputavam e buscavam articular os trabalhadores rurais, no início da década de 1960: as Ligas Camponesas, o PCB, os setores moderados da Igreja e a esquerda católica, também chamados de “católicos radicais”, representados sobretudo pela



Ação Popular (AP)¹⁴⁶ e pelo MEB, em sua segunda fase, entre 1963 e 1965. Esses atuaram “no movimento camponês já em seu período final e que tinham como proposta tentar buscar o ‘ideal histórico’ do movimento” (1982, p. 60-61). As peças estavam, portanto, posicionadas e atuantes no tabuleiro político que era a sociedade brasileira.

Na sociedade alagoana, os primeiros movimentos para a organização dos sindicatos rurais contaram com a participação tanto do Partido Comunista Brasileiro quanto de setores ligados à Igreja Católica. Para Mello, “o efetivo grau de envolvimento de cada agente no processo local de sindicalização rural é de difícil aferição, tanto pela escassez de fontes como pela própria maneira como foi realizado” (1990, p. 102). Assim como ocorreu em outros estados, em Alagoas, houve situações em que o processo de sindicalização rural “inicialmente apoiado por uns, ter tido continuidade através de outros, sendo atropelado por terceiros, até o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho”. Em certas cidades, “ainda, foram com alguma frequência estabelecidos contatos entre agentes e bases potenciais sem desdobramentos imediatos” (Mello, 1990, p. 102-103).

O Partido Comunista Brasileiro priorizou o trabalho com o proletariado rural e concebia a reforma agrária como uma fase da revolução nacional-democrática anti-imperialista, que precederia a revolução socialista, de acordo com a concepção da revolução brasileira em duas etapas. A linha do PCB foi definida durante o IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado em 1954. Nesse encontro,

146 A Ação Popular surgiu oficialmente em 1962, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC). “Engajada num esforço de conscientização – entendida como prática voltada para que os homens tomassem eles próprios seus destinos nas mãos – a AP desempenhou um papel significativo tanto no Movimento de Cultura Popular quanto nas tentativas de alfabetização das massas, através do MEB” (Medeiros, 1982, p. 59).



defendeu-se a tese que uma das tarefas prioritárias do partido seria a formação da aliança operário-camponesa.

Em 1959, a linha do partido sofreu algumas alterações, quando se definiu a luta contra o “imperialismo norte-americano” como eixo fundamental. Defendia-se, dessa forma, a constituição de uma “frente única” anti-imperialista, que poderia incluir não apenas a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana, mas até mesmo latifundiários que possuíssem contradições com a política monopolista estadunidense. A progressiva moderação das propostas programáticas do partido se fundamentava na tática de “acumulação de forças”. Avaliava-se que existia a possibilidade de avançar gradualmente em direção à reforma agrária (Medeiros, 1982).

Foi ao sabor dessas circunstâncias que o PCB procurou reproduzir localmente suas estratégias nacionais, encontrando dificuldade de penetração nas áreas canavieiras. Diante disso, o processo de discussão interna acerca do caráter da reforma agrária parece não ter tido maiores repercussões. A prioridade da militância da seção local “era como viabilizar uma estrutura sindical diante das hostilidades dos proprietários rurais, da concorrência da Igreja Católica e das próprias autoridades constituídas” (Mello, 1990, p. 105).

Em agosto de 1961, o PCB promoveu na cidade de Rio Largo¹⁴⁷ o *Congresso de Apoio ao Congresso de Belo Horizonte*, em que foi organizada uma comissão pró-encontro estadual de camponeses, com a finalidade de ampliar a mobilização sindical rural em todo o estado. Este congresso “estadual de camponeses” foi realizado em outubro, no

147 A cidade de Rio Largo é vizinha à capital alagoana. Naquele período, era a “terceira em população e então o principal polo têxtil do Estado com duas unidades industriais – ‘Cachoeira’ e ‘Progresso’” (Mello, 1990, p. 105-106).

Palácio do Trabalhador¹⁴⁸, e se encerrou com o discurso do então vice-governador Teotônio Vilela. É importante destacar que Dom Adelmo Machado ofereceu ajuda financeira à delegação alagoana para participar do Congresso na capital mineira. Este evento demarca o início de uma mobilização sistemática pela sindicalização rural, em Alagoas, com a presença das diferentes forças políticas em disputa: os comunistas, representados pelo PCB, os usineiros, representados pelo governo estadual, e a Igreja Católica, através do SORAL e, posteriormente, do Movimento de Educação de Base.

O PCB privilegiou às áreas canavieiras na organização dos sindicatos. “A razão dessas escolhas expressava conveniências relativas às maiores ou menores facilidades encontradas de penetração nos municípios a partir da capacidade de articulação política de suas bases urbanas”, esclarece Mello (1990, p. 113). Notadamente, o trabalho de sindicalização rural desenvolvido com o apoio do PCB alcançou certa expressão política, como, por exemplo, o sindicato de Pilar. Fundado em 6 de abril de 1963, após convocação realizada em 18 de março por trabalhadores da Fazenda Campinas, foi reconhecido em 31 de outubro do mesmo ano. Esse sindicato chegou a congregar quase mil filiados e promoveu eventos que tiveram repercussão como a comemoração do dia do Trabalhador, em primeiro de maio de 1963.

148 Inaugurado em 1950, o Palácio do Trabalhador se localiza no Centro de Maceió. Sua finalidade era “reunir, em um mesmo local, todos os sindicatos de Maceió, com amplo espaço para reuniões e assembleias unificadas, incluindo ambientes para atividades de cunho assistencial (serviços médicos e odontológicos e assessoria jurídica), bem no centro da capital e próximo ao local de moradia dos associados” (Moura, 2019).

148 Entre outros agentes, Paulo Mello identifica a atuação de: Luiz Gutemberg, Marcello Lavenère, Paulo Bartolomeu, Dorgival Brandão, Miltes Santa Cruz, Nabuco Lopes, Pe. Odilon Amador, Monsenhor João Batista Wanderley, Luiz Péricles, Pe. Clóvis Pradines, Maria José Barbosa, Galdino Moreira, Norma Fontes, Lígia Frota, Jurandir Tolis, Pe. Luiz Oliveira Santos, Pe. Hidelbrando Guimarães e Salomão de Barros Lima (1990, p. 135).



A partir de fevereiro de 1964, em conjunto com os sindicatos dos municípios de Rio Largo, Flexeiras e Atalaia, o sindicato de Pilar liderou uma mobilização “contra vinte propriedades agrícolas pertencentes às usinas Utinga, Terra Nova, Peixe, Uruba e Santa Clotilde, acenando com a realização de greve caso não fossem atendidas suas reivindicações, centradas no pagamento do 13º salário-mínimo” (Mello, 1990, p. 114). Infelizmente, essa mobilização acabou sendo interrompida pelo Golpe Empresarial-Militar.

Por sua vez, no que se refere ao trabalho de sindicalização rural desenvolvido pela Igreja em Alagoas, deve-se recordar que naquele contexto se aumentava a preocupação de setores dessa instituição em relação à situação sociopolítica no campo, diante da expansão da zona açucareira e o êxodo rural dos camponeses em direção à capital. Agravando, dessa forma, “o espetáculo da pobreza”, no estado.

Além disso, a ajuda financeira concedida pela Igreja à delegação alagoana para participar do Congresso de Belo Horizonte pode ser compreendida como alternativa para conter a projeção que as Ligas Camponesas vinham alcançando até aquele momento na região Nordeste, correndo o risco de a qualquer momento se alastrar sobre o território alagoano, conforme ficou demonstrado na seção anterior. Sendo assim, a instituição eclesiástica redefinia suas ações ingressando na promoção do sindicalismo rural. Neste sentido, pode-se afirmar que a expansão e até mesmo a radicalização de lutas no meio rural também corresponderam ao crescente envolvimento das organizações ligadas à Igreja.

O trabalho sindical realizado através dessa instituição teve início efetivamente em setembro de 1961, logo após a realização do I Congresso de Trabalhadores Católicos, promovido pelo recém-criado Movimento por um Mundo Melhor, momento no qual foi fundado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas. Fundado por Dom Adelmo Machado, ficou sob a coordenação do assistente eclesiástico Salomão

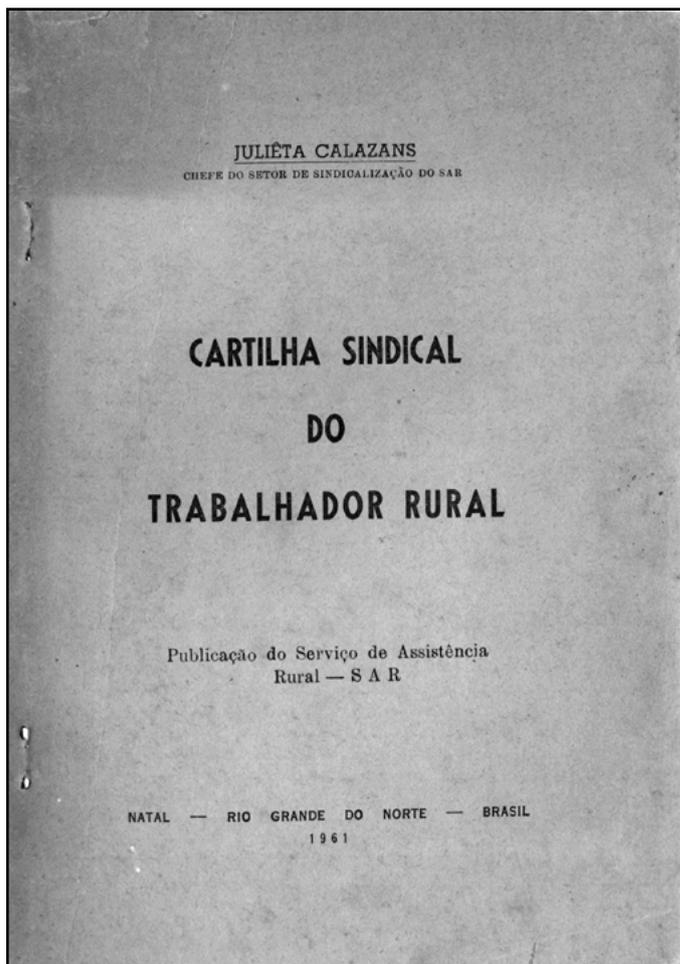
de Barros Lima. Esse movimento “congregava no início das suas atividades um heterogêneo grupo constituído por alguns padres, estudantes, empresários e profissionais liberais”¹⁴⁹ (Mello, 1990, p. 118). A prioridade básica do SORAL era divulgar a *Cartilha Sindical do Trabalhador Rural*, tendo como finalidade a autopromoção dos trabalhadores rurais pela sindicalização e pelo cooperativismo, mediante a educação de base e a capacitação de lideranças.

Publicada, em novembro de 1961, pelo Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte, a cartilha visava divulgar “as vantagens do associativismo” e convencer os trabalhadores rurais a ingressarem no sindicato. Nos termos da cartilha, tratava-se de ensinar “ao trabalhador rural o ABC do sindicato” (Calazans, 1961, p. 4). Este documento se constitui em um notável roteiro de ação, com vocabulário simples e acessível, que permite reconstituir, em parte, tanto as orientações ideológicas quanto as práticas de atuação dos agentes político-religiosos do SORAL e, possivelmente, do MEB junto ao campesinato alagoano e ao proletariado rural das regiões canavieiras, nos anos que antecederam o Golpe de 1964.

O sindicato foi definido como “um grupo formado por pessoas que trabalham em serviço do mesmo ramo”; “um órgão de **promoção**, de **defesa** e de **representação** dos interesses profissionais das pessoas que congrega” (Calazans, 1961, p. 5-6, grifo do autor). Como exemplo, recorre-se aos trabalhadores algodoeiros: “se os trabalhadores da usina de Algodão de Caicó, Serra Caiada e Moçoró [*sic*] quiserem fundar um Sindicato, ficarão unidos pela profissão, embora morem bem dis-

149 Entre outros agentes, Paulo Mello identifica a atuação de: Luiz Gutemberg, Marcello Lavenère, Paulo Bartolomeu, Dorgival Brandão, Miltes Santa Cruz, Nabuco Lopes, Pe. Odilon Amador, Monsenhor João Batista Wanderley, Luiz Péricles, Pe. Clóvis Pradines, Maria José Barbosa, Galdino Moreira, Norma Fontes, Lígia Frota, Jurandir Tolis, Pe. Luiz Oliveira Santos, Pe. Hidelbrando Guimarães e Salomão de Barros Lima (1990, p. 135).

Figura 1
Cartilha Sindical do Trabalhador Rural



Fonte
Calazans (1961).

tantes”. Da mesma forma, seria o caso dos trabalhadores rurais. “Um sindicato no campo reunirá os trabalhadores das fazendas de perto e de longe. Todos ficarão pertencentes ao mesmo grupo, formando uma só família trabalhadora” (Calazans, 1961, p. 5).

Segundo Montenegro, “a disputa pelas palavras é indissociável de uma nova prática que se institui” (2003, p. 254). O apelo à categoria “família” e a analogia do espaço sindical com o ambiente familiar, um espaço por excelência de acolhimento e pertencimento, representava o sindicato como um ambiente seguro e afetivo. Esse cenário idílico poderia despertar certa receptividade entre os camponeses pelo órgão de classe, em que “unidos pela mesma profissão poderão trocar experiências de serviços, ajudar uns aos outros nas horas difíceis, dar maior progresso à terra e defender os seus direitos” (Calazans, 1961, p. 5-6).

Em resposta à pergunta “para que serve o Sindicato de Trabalhadores Rurais”, responde a cartilha:

- 1.º - ensinar e ajudar o trabalhador rural a procurar os direitos que êle tem, como pessoa e como operário;
- 2.º - trabalhar pela aplicação de leis que tragam benefícios para a vida e para o trabalho rural; e pela mudança das leis que não se apliquem à época atual na vida do campo;
- 3.º - trabalhar pela reforma agrária.

Toda pessoa humana tem direitos. Direito de melhorar de vida. Direito de possuir alguma coisa. Direito a um pouco de conforto para viver.

Pois o sindicato é um meio de promoção. Promoção e melhoria querem dizer a mesma coisa.

Dissemos que o Sindicato do trabalhador rural irá trabalhar para mudar as leis. Todo mundo sabe que há muitas leis aplicadas ao trabalho e à vida do campo, das quais o homem de lá nem sequer tem conhecimento. São leis que precisam



mudar. Se dizemos mudar, é porque as leis sôbre a propriedade não estão boas. O trabalhador nunca pode ter o que é seu (Calazans, 1961, p. 11-12).

O texto da cartilha, muito provavelmente lido em voz alta nas reuniões com os camponeses, tendo em vista a tradição oral do cordel em todo o Nordeste e do grande número de analfabetos, deve ter causado certo impacto entre os trabalhadores rurais. No contexto de expansão dos canaviais e despejo das suas casas devido ao processo de modernização do parque sucroalcooleiro, é possível que nunca tivessem ouvido falar de forma tão direta sobre os seus direitos enquanto pessoa humana, direito de possuir aquilo que Michel de Certeau (1998) chama de “um próprio”. Isto é, a conquista de um lugar próprio que significa, também, “um lugar de poder”, libertos da constante ameaça de despejo, além da obrigatoriedade do foro e do cambão.

Por outro lado, o documento demarca não apenas o seu distanciamento em relação as estratégias de atuação do Partido Comunista Brasileiro e de segmentos da esquerda no processo de sindicalização rural, como também condena suas práticas, algumas vezes, com uma falsa equiparação entre as ações dos militantes comunistas e dos latifundiários, com suas práticas de dominação e exploração:

[...] Não queremos dizer que o sindicato vai tomar as terras dos outros, ou vai fazer revolução.

As mudanças que os sindicatos irão trabalhar para conseguir serão através da Reforma Agrária justa e honesta. Não é a Reforma Agrária para tomar terra e dar terra. A terra só não resolve nada.

[...]



O direito de possuir alguma coisa não se resume, apenas, à posse da terra. O homem pode satisfazer este desejo de posse comprando uma casa para morar, comprando os seus objetos de trabalho ou algum bem para o seu uso pessoal e de sua família.

É bom que fique bem claro, o sindicato não é contra o patrão, nem contra ninguém. Ele é pela melhoria do trabalhador (Calazans, 1961, p. 12-13).

Mais adiante lê-se ainda:

2) O Sindicato deve trabalhar por uma mudança, pela educação e **nunca pela luta de classes.**

Já dissemos antes que queremos uma mudança de nosso regime econômico. Uma mudança que seja feita com a participação do camponês, mas que não precise de briga entre os trabalhadores e os proprietários. [...] A luta do trabalhador deve ser sempre pela justiça, pela educação e nunca contra o seu irmão.

[...]

6) O nosso Sindicato deve ser livre e não obrigatório.

Na fazenda onde o proprietário proibir o morador de se associar no Sindicato, certamente proíbe também que êle compre um rádio, que êle plante o que quizer [sic], no pedaço de terra que tem para cultivar etc. Isto são formas de tirar a liberdade, que variam de pessoa para pessoa. Lembremos aqui, que em alguns países, por exemplo na Rússia, todo trabalhador é obrigado a se associar e a pagar sindicato, quer êle queira, quer não queira. Isto é errado, também.

[...]

Existem outros tipos de exploradores. São os mascarados. Chegam no meio rural enganando os trabalhadores, dicen-

do que querem organizar o sindicato. Falam algumas coisas certas e no meio delas pregam revolução, destruição e invasão das propriedades alheias. Infelizmente as pessoas mais fracas se deixam levar por estes falsos líderes (Calazans, 1961, p. 15, 17-18, grifo do autor).

Além da crítica contundente ao comunismo, o que se tem no enunciado é um projeto que privilegia a ordem. No documento, os padrões rurais não apenas são apresentados como pessoas distintas da Igreja, como ressalta que a instituição não pode ser compreendida como uma força contrária a eles. Ademais, o uso das expressões “que não precise de briga entre os trabalhadores e os proprietários” e “Falam algumas coisas certas e no meio delas pregam revolução, destruição e invasão das propriedades alheias”, evidencia que a opção pela ordem se apresenta, antes, como uma política de conciliação de classes.

No que se refere à prática, propriamente dita, a cartilha ressaltava que o sindicato não “é uma coisa que se faz só com uma lei. É um trabalho que, para ser bem feito, depende da preparação e da disposição das pessoas que vão formá-lo” (Calazans, 1961, p. 20). Nessa perspectiva, semelhante ao SAR, o Movimento de Educação de Base desenvolveu diversas formas de assistência à população do campo e às regiões periféricas de Maceió, a fim de obter maior capilaridade, através da Rádio Educadora Palmares, dos clubes de jovens, dos clubes de mães, das cooperativas e associações, entre outros serviços.

No momento de fundação do sindicato, orientava-se que os trabalhadores deveriam recorrer ao SAR. No caso de Alagoas, ao SORAL. O setor de sindicalização rural enviaria os “modelos dos papéis, e toda orientação para preparar o processo de fundação”. Em seguida, acompanharia “a organização e o funcionamento do Sindicato” (Calazans, 1961, p. 25). Observa-se a evidente tutela exercida pelo SORAL

no processo de sindicalização, cerceando, em certa medida, a atuação dos trabalhadores rurais.

Os documentos a que se referem a cartilha são elencados na Portaria 209-A, de 25 de junho de 1962, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a saber: (a) “cópia autêntica da ata da sessão da assembleia que deliberou pleitear a investidura sindical e que elegeu sua diretoria provisória”; (b) “exemplar da cópia dos estatutos do sindicato, devidamente autenticado”; (c) “comprovante da publicação do edital de convocação da assembleia”; e (d) “relação dos trabalhadores presentes à assembleia geral”. Além desses documentos, exigia-se também: (i) a “relação dos diretores e prova de que são brasileiros”; (ii) “prova de boa conduta firmada pela autoridade pública”; e (iii) prova de exercício efetivo da atividade ou profissão nos últimos dois anos que antecedem a fundação do sindicato (Portaria n° 209-A/1962).

Causa certo estranhamento a ausência dessas informações na referida cartilha, *instrumentalizada pelo SORAL* e, possivelmente, pelo MEB, logo após a sua fundação. Trata-se de informações de extrema relevância para o processo de sindicalização. Essa ausência remete à relação entre poder e saber estabelecida por Foucault (1984). Para ele, o detentor do poder, necessariamente, tem de possuir o saber. Isto é, aquele que possui o saber também é o dono do poder, uma vez que o conhecimento é uma fonte direta de dominação. Neste caso em particular, pode-se argumentar que, ao não divulgar a relação de documentos necessários para a fundação do sindicato, os agentes político-religiosos usaram seu saber específico para evitar que os trabalhadores rurais atuassem fora do campo de visão da Igreja.

O trabalho desenvolvido pelo SORAL, através da promoção de cursos e encontros, com a atuação de bispos em seus respectivos raios de ação e de padres junto aos seus fiéis, parece ter dado importante contribuição na formação de diversos sindicatos. Em Palmeira dos

Índios, através da ação do Pe. Odilon Amador, onde posteriormente, em junho de 1962, foi criada a diocese de Palmeira dos Índios e entregue aos cuidados de Dom Otávio Aguiar. Em Penedo, Feliz Deserto e Piaçabuçu, ao sul do estado, mediante diversas ações que receberam o apoio do cônego Hildebrando Veríssimo Guimarães. Além da formação de sindicatos em vários municípios na Zona da Mata, como, por exemplo, Santana do Mundaú, Joaquim Gomes, Colônia de Leopoldina e Matriz do Camaragibe, através da atuação do Pe. Luiz Oliveira (Mello, 1990, p. 124)¹⁵⁰.

No segundo semestre de 1962, deu-se fundação do Movimento de Educação de Base, acompanhado da implantação da Rádio Educadora Palmares. Após o treinamento de supervisores de base, através de curso realizado pelo MEB, o movimento passou a se dedicar ao processo de sindicalização rural, por meio de escolas radiofônicas, segundo as orientações da CNBB.

Durante o período de implantação do MEB em Maceió, entre os anos de 1962 e 1963, a hierarquia eclesial exerceu grande influência sobre o movimento. A escolha da coordenação, por exemplo, era feita pelo arcebispo e na sua composição sempre existia uma freira. Sobre uma linha fortemente conservadora da hierarquia católica, os primeiros anos foram caracterizados “por uma prática fiel e inquestionável do grupo em relação aos objetivos gerais mediados pelos anseios e metas traçadas pelo bispo”, a educação de base se encontrava ligada, principalmente, à catequese (Silva, 2002, p. 100).

Em sua segunda fase, entre fins de 1963 e início de 1965, o movimento recebeu forte influência do Sistema Paulo Freire e da AnPo (Animação Popular), modificando a sua ação e metodologia.

150 Sobre a atuação do padre Luiz de Oliveira Santos no SORAL e o seu Inquérito Policial-Militar (IPM), ver Santos (2022).



Assumi uma postura crítica das estruturas social e política estabelecidas e em defesa da transformação social. Desse modo, voltaram-se para as situações concretas da comunidade local, em que se encontravam inseridos, em vista da conscientização em relação às condições da classe trabalhadora e da desigualdade social. Acreditava-se que só através da educação seria possível uma nova atuação do indivíduo e, assim, transformar as estruturas sociopolíticas da sociedade alagoana e do país.

Para alcançar esses objetivos de transformação social através do indivíduo, o movimento fez uso do sistema de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire. Professor da Universidade de Recife, Freire privilegiava o processo de conscientização na educação popular. A prática de alfabetizar deveria utilizar palavras e situações da vida cotidiana dos próprios alunos. Palavras como *governo, enxada, terreno, comida, patrão*, que facilitavam no aprendizado e não uma linguagem inacessível. Entender a realidade do aluno e através dela ensinar aos jovens e adultos fazia parte não apenas do processo de alfabetização, mas também da conscientização do que era a comunidade e de seu fundamental papel na transformação dela.

Em ocasião do I Encontro de Coordenadores do MEB, realizado em dezembro de 1962, a corrente hegemônica em seu interior passou a ser vinculada à AP. Nesse evento, consolidou-se a “ideia de que a educação, razão de ser do MEB, deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo” (Kadt, 2007, p. 179). Como instrumento dessa prática elaborou-se a cartilha *Viver é lutar*. Considerada de natureza “comunista”, foi imediatamente apreendida, ainda na gráfica, pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Desse modo, o sindicalismo cristão sofreu uma radicalização, entre os anos de 1963 e 1965, apresentando o surgimento de uma nova



linha de atuação junto ao movimento camponês. Paralelo ao trabalho de sindicalização, o MEB promoveu diversas ações sociais concretas nas diferentes comunidades periféricas da Arquidiocese de Maceió, “ao ponto de conseguir dos poderes públicos: luz, ponte, parada de trem, ônibus, escola, etc.” (Barbosa Neto, 1977, p. 26).

Ainda sob o manto do SORAL, do qual procuravam autonomia ideológica, mas ficaram atados por conveniências logísticas, alguns membros da AP, além da participação na formação dos sindicatos mencionados anteriormente, atuaram no desenvolvimento dos sindicatos em São José da Lage, Passo de Camaragibe, Jacuípe, Murici e Novo Lino. A Ação Popular também conseguiu exercer sua influência sobre a fundação dos sindicatos de Santana do Ipanema, Igaci, Água Branca e Delmiro Gouveia, localizados no sertão alagoano (Mello, 1990, p. 124).

O que se considera importante ressaltar, nesse processo de mudanças em que se encontrava uma boa parte do campo brasileiro, é o fato de que as transformações econômicas e políticas desencadeavam conflitos, que, por sua vez, atuavam como propulsores na quebra das relações de dominação e dependência pessoal no campo. A organização e a luta dos trabalhadores rurais demonstravam uma força que incomodava vários setores das classes dominantes.

No complexo tabuleiro político, com a presença das diversas forças em disputa, em especial, o PCB, os usineiros e a Igreja, entre o período de 1962 e 1964, foram fundados vinte e sete sindicatos em todo o território alagoano, reunindo cerca de cinco mil trabalhadores (Mello, 1990, p. 127).

O GOVERNO LUIZ CAVALCANTE, O GOLPE CIVIL-MILITAR E A DESARTICULAÇÃO DO MEB E DOS SINDICATOS RURAIS

O golpe civil-militar de abril de 1964 representou, simultaneamente, uma ruptura e uma continuidade no processo de sindicalização rural e de organização dos trabalhadores. Ruptura, porque as Ligas Camponesas e as esquerdas foram definitivamente suprimidas do cenário político do campo. Por que não dizer eliminadas? Continuidade, porque o sindicalismo rural, enquanto instituição, foi preservado, e setores da Igreja Católica, que anunciara seu apoio explícito aos militares golpistas, pôde indicar um grande número de interventores.

No período pré-1964, durante o governo do Major Luiz Cavalcante (1961-1964), já se observa um certo controle estatal sobre os sindicatos, por vezes, mascarado mediante a possibilidade de as massas rurais serem integradas ao jogo político. No Regime Ditatorial Militar, essa máscara se desfez. Em diferentes situações e sob variadas formas, Luiz Cavalcante esteve atento para a questão agrária, ao tempo que procurava neutralizar ações que escapasse ao seu controle. Já no início do seu governo, “através do Serviço de Patrimônio do Estado, depois transformado no Departamento de Terras e Colonização, promoveu projetos de assentamento de famílias de trabalhadores rurais nos municípios de Maceió e Rio Largo” (Mello, 1990, p. 109).

O então governador era adversário declarado do projeto nacional reformista sustentado pelo presidente João Goulart, “contra o qual atuou, tanto nas negociações que introduziram a experiência parlamentarista com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, como na sua deposição em 1964”, aproximando-se da elite orgânica do complexo Ipes/Ibad (Instituto de Pesquisa Econômica e Social e Instituto



Brasileiro de Ação Democrática). Isto é, “quadros técnicos, políticos e empresariais que dirigia ações políticas e recursos financeiros da defesa das condições de reprodução do grande capital instalado no país e que se preocupavam com a proliferação dos conflitos agrários, principalmente com a ação das Ligas no Nordeste” (Mello, 1990, p. 109).

Situado entre os estados de Pernambuco, ao Norte, governado por Miguel Arraes (1963-1964), e o de Sergipe, ao Sul, governado por Seixas Dória (1963-1964) – que nos seus respectivos estados apoiaram o programa nacional reformista de Jango, com seu programa pelas Reformas de Base, incluindo alterações nas relações de trabalho e na estrutura agrária –, Luiz Cavalcante

procurou tutelar o processo local de sindicalização rural ao ponto do Secretário de Segurança, Cel. João Mendes, confundir suas próprias atribuições com aquelas do Ministério do Trabalho, enviando circular as delegações do interior proibindo a fundação de qualquer sindicalização rural sem a sua autorização, quando já vigorava até mesmo o Estatuto do Trabalhador Rural (Mello, 1990, p. 113).

Essas iniciativas não foram suficientes para inibir as ações do PCB, do SORAL e do MEB no trabalho de sindicalização rural, em Alagoas. Entretanto, o advento do Golpe de 1964 modificou drasticamente o cenário em que transitava o movimento dos trabalhadores brasileiros, seja urbano, seja rural, abrindo-lhe um campo de muitas adversidades e exigindo dele um renovado repertório de respostas, para além de seu acervo tradicional. De acordo com Santana, o “golpe militar, com participação de setores civis em sua articulação e desdobramento, buscava, segundo suas justificativas, entre outras coisas,



pôr fim ao que seria a ‘república sindicalista’ que vinha sendo implantada pelo governo de João Goulart” (2013, p. 35).

As consequências do Golpe de 1964 foram devastadoras para o Movimento de Educação de Base, em Alagoas. O MEB foi o único movimento ligado à educação que sobreviveu após o Golpe. Os outros movimentos foram encerrados por meio da Portaria 237 do Ministério da Educação, publicada em 14 de abril de 1964. Contudo, foi preciso alterar significativamente suas diretrizes. Para Fávero (2006), os principais focos da crise interna vivida pelo movimento foram a ideológica e a financeira. A hierarquia da Igreja Católica junto ao conselho diretor nacional decidiu enquadrar o movimento dentro das estruturas tradicionais e conservadoras da instituição.

Durante os anos de 1965 e 1966, o MEB local passou por uma queda. As repressões por parte dos usineiros ficaram mais intensas e a crítica ao movimento por parte dos militares mais contundente, chegando a considerar o movimento de caráter subversivo. De acordo com dados apresentados por Idabel Nascimento, ocorreu uma redução no número de escolas radiofônicas nas cifras de 408, em 1962, para apenas vinte e oito escolas, em 1965 (2002, p. 98).

Do mesmo modo, foram atingidas as federações estaduais e a própria Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), “que reconhecida em janeiro daquele ano, assumira os compromissos, através de sua primeira direção, de encaminhar as resoluções do congresso de Belo Horizonte e ampliar a sindicalização em curso” (Mello, 1990, p. 140). Sua direção foi afastada, a qual tinha como presidente Lindolpho Silva, assumindo em seu lugar José Rotta, ligado aos Círculos Operários de São Paulo. “Não obstante, se o movimento, de uma maneira geral, e destacadas representações foram duramente atingidos, a estrutura sindical em si não foi eliminada: enquanto muitos processos de reconhecimento eram suspensos, cartas sindicais

e vários sindicatos sofriam intervenção, outros sequer foram atingidos”, assinala Mello (1990, p. 140). Apesar de toda a ação repressiva desencadeada pelo novo regime, muitos trabalhadores sindicalizados permaneceram vinculados às suas organizações, alheios as mudanças que aconteciam a nível das direções.

Para a ditadura brasileira, a questão que se colocava não era propriamente a de abolir a estrutura sindical, mas de readaptá-la às novas condições sociopolíticas. Além das conotações ideológicas, contemplava-se também a aplicação de medidas modernizantes no setor agrário, com a dupla finalidade: (1) de atenuar o quadro de tensões sociais e (2) ajustá-lo as novas demandas macroeconômicas condensadas no Estatuto da Terra, aprovado pelo Congresso Nacional, em novembro de 1964. Enquanto isso, extinguiu-se “a SUPRA, sendo suas atribuições transferidas para dois novos órgãos ligados aos Ministérios da Agricultura e encarregados de viabilizar” o Estatuto da Terra: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA) (Mello, 1990, p. 141).

Segundo Palmeira, no que se refere aos caminhos de reconstituição sindical rural no país, entidades ligadas à Igreja Católica desempenharam um importante papel. Notadamente, “a participação da Igreja nas articulações do movimento golpista de 1964 iria, paradoxalmente, garantir um certo tipo de continuidade ao sindicalismo rural, que contrasta, em toda linha, com o que aconteceu com o sindicalismo urbano em 1937 e 1964” (1985, p. 45). Para o autor,

Se é verdade que a repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo foi, possivelmente, mais contundente que a que atingiu o operariado e outros setores urbanos, atingidos que foram pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência



privada dos grandes proprietários, é preciso não esquecer que as entidades sindicais, tidas como ligadas à Igreja, foram num certo sentido poupadas. Muitas ‘intervenções’, embora poucas oficializadas. Mais comum foram prisões de diretores e sua substituição por suplentes ou a nomeação de interventores, alguns deles trabalhadores rurais indicados por elementos da Igreja (Palmeira, 1985, p. 45).

Com efeito, embora um número reduzido, em 1965 já se encontravam reorganizadas algumas federações, face a convocação de eleições a fim de legitimar as intervenções. Por outro lado, se o sindicato em sua base, enquanto instituição não desapareceu, isso não significa que a reconstrução do movimento tenha sido fácil e pouco complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos de 1950 e primeiros da década seguinte, observa-se a erosão da chamada “*pax agrarie* nordestina”, processo esse muito bem retratado e interpretado por Francisco de Oliveira, em seu clássico *Elegia para uma re(li)gião*. Para o sociólogo pernambucano, “o fato político notável” era a emergência das forças populares¹⁵¹ “na cena política *por fora, à margem e em oposição* aos ‘coronéis’, senhores de engenho e usineiros”. Pela primeira vez, essa massa agrária aparecia “na história social e política do Nordeste, como agente político autônomo, de perfil definido, que não poderia mais ser confundido com os ‘eleitores de cabresto’, com o ‘voto de curral’” (1977, p. 106-107, grifos do autor).

151 Oliveira (1977, p. 106) esclarece que a designação “forças populares” se deve “não apenas por oposição às forças das classes sociais proprietárias, mas sobretudo devido ao seu caráter de amálgama de forças socialmente subordinadas, mas heterogêneas tanto entre si quanto em relação às próprias classes sociais dominantes”.



Tais forças populares eram muito heterogêneas, com dois componentes: o proletariado rural e urbano, por um lado, e os trabalhadores rurais, por outro. Estes eram constituídos por semicamponeses, pequenos sítiantes, meeiros, e arrendatários, cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas, mas que também estavam representados em sindicatos, de diversa filiação, inclusive orientados pela Igreja Católica.

Preocupada com a expansão das Ligas em direção ao território alagoano e com a possibilidade de perda de sua influência no meio agrário, a Arquidiocese de Maceió iniciou, no final da década de 1950, seu trabalho organizativo no meio rural, inicialmente, através das Semanas Ruralistas e, em seguida, mediante o SORAL e o MEB, cujo objetivo era a formação de sindicatos cristãos no campo.

As três forças principais passaram a disputar a fundação do maior número possível de sindicatos e federações: o PCB, os usineiros e a Igreja. Acima de tudo, tratou-se de um processo desenvolvido “de cima para baixo”. Isto é, a disputa entre as diversas forças atuantes pela hegemonia do movimento camponês deixou para um segundo plano a efetiva participação dos trabalhadores no processo, a qual foi muito reduzida.

Se a justificativa da Igreja para a criação de sindicatos era a necessidade de isolar os trabalhadores da influência das Ligas Camponesas e dos comunistas, o MEB, de uma proposta inicial tutelada pela hierarquia eclesiástica, passou, a partir de 1963, a privilegiar a conscientização do trabalhador como instrumento de transformação social e rompimento com as relações seculares de dominação e exploração no meio rural.

As consequências do Golpe Empresarial-Militar de 1964 foram devastadoras para o processo em curso, sobretudo, para as esquerdas – incluindo a esquerda católica – e o seu projeto de sociedade junto

aos camponeses. Com a justificativa de pôr fim a chamada “república sindicalista”, as Ligas Camponesas, bem como uma significativa parte dos sindicatos rurais e suas respectivas lideranças foram atingidas imediatamente pela repressão exercida pelo novo regime que se instaurava, seja através de prisões, mortes, intervenções, processos, invasões e até mesmo fechamento de sedes.

Para Paulo Mello (1990), três fatores contribuíram para que num curto espaço de tempo o movimento sindical conseguisse se reestruturar em alguns estados nordestinos, após o Golpe, notadamente, naqueles onde já havia estabelecido raízes mais sólidas, como, por exemplo, Pernambuco. São eles: (a) a continuidade das organizações sindicais; (b) o quadro de intensificação dos conflitos; e (c) o gradativo afastamento de setores tradicionais da Igreja no movimento sindical. Esse último elemento é discutível, pois para outros pesquisadores, como, Palmeira (1985) e Coletti (2019), após o Golpe, a Igreja se converteu na principal força atuante no interior do sindicalismo rural.

Em Alagoas, apesar dos obstáculos impostos pelo governo e as condições adversas, o processo de sindicalização rural, anterior ao Golpe, buscou reproduzir as formas de organização nacional. No entanto, tanto horizontal quanto verticalmente, os resultados alcançados foram distintos. Por um lado, não foram muitos os sindicatos que se consolidaram naquele período, por outro, o número de filiados entre aqueles viabilizados foi reduzido, assim como o grau de interações tanto nas bases como destas com as lideranças. Desse modo, as medidas repressivas adotadas durante o novo regime tiveram grande eficácia, deixando profundas sequelas na reorganização posterior da estrutura sindical alagoana.

REFERÊNCIAS

200 ORGANIZAÇÕES camponesas convocadas para a grande luta: exigir uma reforma agrária radical; intensificar a organização de ligas e sindicatos. *A Liga*, 1 maio 1963, p. 6. *In*: JULIÃO, Francisco. **Ligas Camponesas**: outubro 1962 - abril 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969, p. 227-234. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ALVES, Kelly Ludkiewicz. O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular. **Revista Espaço Ética**: Educação, Gestão e Consumo, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 117-132, jan./abr. de 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organizações das massas rurais: as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). *In*: WELCH, Clifford Andrew. *et al.* **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. V. 1, p. 73-89.

ANDRADE, Manuel Correia de. Latifúndio, cana-de-açúcar e côco no norte de Alagoas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 45, p. 16-58, jun. 1968. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1170>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. **Ofício s/n ao Ministério da Educação e Cultura**. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 15 set. 1959. Assunto: Centro sociopedagógico da Arquidiocese de Maceió. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. **Ofício s/n ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural.** Maceió: Arquidiocese de Maceió, 16 set. 1959. Assunto: Experiência piloto de educação de base na zona norte de Alagoas. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. **Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas.** Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. **Projeto em favor do homem rural e praieiro do Norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levas de retirantes do Sertão alagoano e de estados vizinhos.** Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE NATAL. Conclusões do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. *In*: CALAZANS, Juliêta. **Cartilha Sindical do Trabalhador Rural.** Natal: Serviço de Assistência Rural – SAR, 1961.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete:** dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BANDEIRA, Marina. Dom Távora: um exemplo de trabalho social no Brasil. Entrevista concedida à Patrícia Fachin. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano X, n. 341, p. 36-38, 30 ago. 2010.

BARBOSA NETO, Delfino. **Monografia:** comunidade eclesial de base. Maceió: Imprensa Universitária, 1977.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo:** para além da alfabetização (1952-1963). São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim. **ABC das Alagoas:** Dicionário biobibliográfico histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005, v. 2.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular:** um estudo sobre a educação de adultos. Brasília: Liber, 2004.

BRASIL. Decreto nº 46.378, de 7 de julho de 1959. Dispõe sobre um programa de educação de base para a zona Norte do Estado de Alagoas. *In:* ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). **Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social:** anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 375-376.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 13 nov. 1944.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria n. 209-A, de 25 de junho de 1962, com instruções para a organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais. **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 12 jul. 1962.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria n. 355-A, de 20 de novembro de 1962, com instruções para a organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais. **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 27 nov. 1962.

CALAZANS, Juliêta. **Cartilha Sindical do Trabalhador Rural.** Natal: Serviço de Assistência Rural – SAR, 1961.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais,** v. 1, n. 2, p. 129-149, jul./ dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521>. Acesso em: 4 abr. 2024.

DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELKE, Dom Inocêncio. Carta Pastoral: Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. *In*: CNBB. **Pastoral da Terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 44.

ESTATUTO das Ligas Camponesas. *In*: JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 343-404.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

I CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS. Declaração de Belo Horizonte, 17 nov. 1961. *In*: JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: Julião. Entrevista com Francisco Julião (1ª parte). **O Pasquim**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 497, jan. 1979a, p. 12-17. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=%22Um%20Pau-de-Arara%20no%20ex%20adlio%22&pagfis=18038>. Acesso: 21 mar. 2024.

JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: Julião. Entrevista com Francisco Julião (2ª parte). **O Pasquim**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 498, jan. 1979b, p. 10-16. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=%22Um%20Pau-de-Arara%20no%20ex%27%27adlio%22&pagfis=18057>. Acesso: 21 mar. 2024.

KADT, Emanuel De. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: Unesco; MEC, 2007.

MACIEL, José Hamilton. Alagoas: universitário quer instruções. A Liga, 20 nov. 1962, p. 4. In: JULIÃO, Francisco. **Ligas Camponesas**: outubro 1962 – abril de 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035>. Acesso: 23 mar. 2024.

MEB. **Documentos legais**. Apostila 1, série A, s/1, [196-]. CEDIC, PUC-SP.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)**. 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Transformações nas áreas rurais, disputas por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, L. S. (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018, p. 49-91.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Uma confluência pela “libertação”**: CEBs, cultura política e organização popular na Arquidiocese de Maceió (1967-1991). Maceió: Edufal, 2019.

MEIRA, Mauritônio; PASSOS, Hélio. Nordeste: as sementes da subversão. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 5. p. 6-15, 11 nov. 1961, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://goo.gl/Tmzrqf>. Acesso: 02 mar. 2024.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Alagoas**: sindicatos rurais e dominação. 1990. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós-Graduados em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 241-272.

MOURA, Anderson Vieira. Lugares de Memória dos Trabalhadores: Palácio do Trabalhador, Maceió (AL). *Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho – LEHMT*, jul. 2019. Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-o8-palacio-do-trabalhador-maceio-al-anderson-vieira-moura/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

OLIVEIRA, Francisco M. C. de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. *In*: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 43-51.

POVO algoano cerra fileiras pela reforma agrária radical. **A Liga**. 27 nov. 1962, p. 3. *In*: JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas*: outubro 1962 - abril 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969, p. 227-234. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SANTANA, Marco A. Os sindicatos e o golpe de Estado de 1964: a experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 10, p. 33-60, 2013.

SANTOS, Irinéia Maria Franco. Padres agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). *In*: SANTOS, Irinéia Maria Franco; VASCONCELLOS, Pedro Lima (orgs.). **Dinâmicas religiosas na História**: perspectivas socioculturais e políticas em debate. Curitiba: CRV, 2022, p. 189-220.

SANTOS, Maria Leonalva de Holanda. **O Centro Social Rural Dom Adelmo Machado**: Maceió (1964-1969). 2024. 67 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SILVA, Isabel Nascimento da. **Alfabetização de jovens e adultos e organização popular**: uma experiência em Maceió. Maceió: Catavento, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.



PADRES AGITADORES EM ALAGOAS: O INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR DO PADRE LUIZ DE OLIVEIRA SANTOS (1964-1969)¹

Irinéia Maria Franco dos Santos

¹ Este texto foi publicado, originalmente, em (Santos; Vasconcellos, 2022), como um dos capítulos da primeira coletânea de pesquisa produzida pelo, então, Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER-Ufal).

INTRODUÇÃO

A historiografia alagoana sobre o catolicismo surgiu concomitante àquela produzida para os salões do Instituto Geographico e Archeológico de Alagoas, fundado em 1869, e divulgada na Revista dessa instituição a partir de 1870¹⁵². Desde os primeiros números, a crônica da colonização do território sul da capitania de Pernambuco foi narrada a partir da experiência missionária da Igreja Católica Romana, através da ação de jesuítas e capuchinhos. Eles mesmos cronistas do avanço da catequese entre as populações indígenas aldeadas, escravizados e colonos brancos. Teriam sido os missionários, os agentes e as testemunhas do avanço da conquista, por vezes críticos e, por outras, justificadores da violência escravocrata e do genocídio indígena.

Houve um longo percurso nas relações entre a Igreja Romana e os poderes seculares que caminhou de acordo com as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no país. No entanto, pelo menos no que diz respeito a Alagoas, a escrita de uma história sobre a província e, posteriormente, o Estado, manteve-se fortemente vinculada à visão social de mundo católica. Os textos a respeito da presença da Igreja foram produzidos por seus sacerdotes, bispos e leigos engajados. De fato, boa parte da historiografia existente não escapava da influência católica, seja pela hegemonia religiosa, pela formação educacional alagoana e/ou pelo recorte de classe, gênero e raça de seus intelectuais.

Somente a partir dos anos 1970, renovações teórico-metodológicas da área foram sentidas na produção historiográfica sobre o catolicismo local. Críticas a uma história oficial ou tradicional, positivista e apologética, atingiu de modo geral a produção de novos textos,

152 Atualmente Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), outras informações sobre o Instituto e sua Revista (acessar: <http://ihgal.com.br/>).



num movimento que veio internamente da própria Igreja – através dos teólogos e intelectuais católicos vinculados aos movimentos sociais e populares – e da academia. É necessário destacar que dado o contexto repressivo da Ditadura Brasileira nas universidades, as temáticas privilegiadas eram aquelas que abordavam períodos anteriores da história nacional. A partir das décadas 1990 e 2000, dissertações e teses de doutorado nas áreas de Educação e História foram produzidas na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal de Alagoas, tratando da história contemporânea do catolicismo, em suas relações políticas, culturais e educacionais. A partir de 2012, uma nova historiografia surgiu como resultado das pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da Ufal trazendo uma atualização dos problemas, abordagens e temporalidades estudadas em torno do catolicismo. Muito contribuiu para isso o acesso à documentação eclesiástica do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) e outros acervos.

Seguindo a tarefa de trazer a público problemas de pesquisa ainda pouco analisados, quer-se nesse capítulo apresentar “novas” fontes e suas potencialidades, procurando desdobrar algumas questões. Esse texto é o primeiro de uma pesquisa mais ampla iniciada recentemente, que tratará das ações dos agentes e movimentos católicos em Alagoas durante o período do regime militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1979. Esse recorte temporal abrange o início do Regime e os anos mais repressivos, encerrando em 1979 com a Anistia. As fontes a serem utilizadas foram também produzidas durante esses anos. O acesso a elas foi possível graças à sua digitalização e disponibilização *on-line* no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)¹⁵³.

153 Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

Para o primeiro estudo foi escolhido o Inquérito Policial-Militar (IPM) do Padre Luiz de Oliveira Santos, por ser o processo que tem uma quantidade maior de informações disponíveis, preservadas no dossiê pessoal desse sacerdote, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. E, principalmente, por ter sido ele o único processado, dos demais sacerdotes alagoanos acusados de agitação política, em 1964. A partir desse caso, espera-se abrir o debate sobre as tendências políticas e as ações concretas de movimentos e agentes católicos da Arquidiocese de Maceió, sob vigilância do Sistema Nacional de Informação (SNI).

Os movimentos e agentes católicos sob vigilância, em Alagoas, foram aqueles atuantes nas frentes de ação social da Igreja local, articulados nacionalmente com as tendências político-pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do seu Regional Nordeste II. A ampla variedade de informações e dados levantados pelos “espiões” do Regime Militar a respeito de tais atividades, se por um lado contribuem para uma análise mais apurada do impacto das ações católicas junto às demandas sociais, econômicas e de participação política, por outro, indicariam uma percepção esquemática a ser desconstruída das tendências ideológicas da instituição, utilizadas para o controle das relações entre Estado e Igreja no Brasil. Parte disso é possível compreender ao se conhecer as acusações feitas ao padre Luiz de Oliveira Santos e como se deram os esforços para a sua defesa.

A DENÚNCIA

No dia 22 de janeiro de 1964, o pároco do município de Passo de Camaragibe, Padre Luiz de Oliveira Santos, teve uma “surpresa e certa decepção” ao abrir a edição do dia do *Diário de Alagoas*. Em letras gar-

rafais, o jornal do deputado e ex-governador Muniz Falcão¹⁵⁴, dava a manchete da última página: “Camponezes [sic] Ameaçam Invadir A Usina Camaragibe Insuflados Por Um Padre – Pároco Luiz Santos O Responsável”¹⁵⁵. A reportagem curta informava que notícias vindas de Matriz de Camaragibe diziam que os trabalhadores rurais estavam descontentes pela falta de pagamento do 13º salário. Os camponeses estariam recebendo “influência do padre Luiz Santos” que os insuflava a “tomarem atitudes violentas”, afirmando que “o Presidente João Goulart já desapropriou as terras e que os homens do campo têm direito a elas”, assim, eles poderiam “desde já incendiar os canaviais para plantarem suas lavouras”. O porta-voz, segundo o jornal, dizia ainda que o padre Luiz

154 “Sebastião Marinho Muniz Falcão (Ouricuri PE 06 jan. 1915 - Maceió AL 14 jun. 1966) foi Deputado federal, governador, advogado, funcionário público. (...) Exerceu o cargo de Delegado Regional do Trabalho nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia (1938-1943). Em 1950, elegeu-se deputado federal, na legenda do PST, mas logo depois filiou-se ao PSP. Membro das comissões de Legislação Social, de Justiça e do Vale do São Francisco. A partir de 1953, tornou-se vice-líder da bancada do PSP. Em outubro de 1955, elegeu-se governador, na legenda do PSP. Foi empossado em janeiro de 1956, mas em 11 de setembro a Assembléia Legislativa decidiu votar seu impeachment, em face do clima de violência que imperava no estado, dividido entre seus opositores e seus correligionários. A votação não ocorreu, pois, a sessão da Assembléia transformou-se em campo de luta, com mortos e feridos de ambos os lados. O episódio teve repercussão na imprensa e nos meios políticos nacionais, levando o governo do presidente Kubitschek a decretar, em 15 do mesmo mês, a intervenção no estado, a cargo do general Armando de Moraes Âncora. Votado, finalmente, o impeachment, em 18 de setembro, foi afastado do governo e substituído pelo vice-governador Sizenando Nabuco. Recorreu, porém, ao Supremo Tribunal Federal (STF), que lhe deu ganho de causa, e retornou à chefia do executivo estadual em 24 de janeiro de 1958, exercendo-a até janeiro de 1961. Em seu governo, criou-se a Comissão de Desenvolvimento de Alagoas, a Companhia de Eletricidade e a Companhia Telefônica de Alagoas. Promoveu-se, ainda, a ligação Maceió-Recife, por estrada asfaltada; a construção do fórum de Maceió; a ampliação da rede escolar; a construção do moderno II Centro de Saúde e da Estação Rodoviária de Maceió; a pavimentação da rodovia que liga o aeroporto dos Palmares ao município de Rio Largo. Em 1962, elegeu-se deputado federal, na legenda do PSP, para a legislatura 1963-1967. (...) Foi diretor e colaborador de diversos jornais de Alagoas”. ABC DAS ALAGOAS, Tomo 1, p. 531-532. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/>. Acesso em: 25/06/2024.

155 ACMM, Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Recorte do jornal Diário de Alagoas, Ano XI, Maceió, quarta-feira, 22 de janeiro de 1964, nº 150.

Santos fizera um “ultimato para os proprietários da Usina Camaragibe, através dos camponeses, segundo o qual a citada Usina seria invadida na próxima semana se não fosse pago o 13º salário”. Com isso, Osman Loureiro¹⁵⁶, proprietário da Camaragibe, teria se dirigido à Secretaria de Segurança do Interior para pedir providências. O artigo se encerrava atentando para o “perigo de derramamento de sangue”:

Se os camponeses da Usina Camaragibe forem cumprir as sérias ameaças que proferiram existe o perigo de derramamento de sangue no município de Matriz de Camaragibe, pois corre boatos de que os donos daquela indústria estão prontos a enfrentar os homens do campo com o pessoal que lhe é fiel recebendo-os à bala.

O que mais de grave, no entanto existe neste deplorável caso é a presença de um sacerdote insuflando os camponeses quando sua missão deveria ser de paz, amor e fraternidade¹⁵⁷.

156 “Osman Loureiro de Farias (Maceió AL 27/7/1895 - Matriz de Camaragibe AL 23/7/1979) foi Governador, interventor federal, professor, poeta, advogado, empresário. (...) Foi Secretário-Geral do Estado no período de interventoria de Afonso Carvalho (jan.1933-mar.1934). Foi, ainda, promotor público em Maceió e diretor do Departamento de Educação do Estado. Colaborou na organização do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), do qual foi consultor-jurídico. Nomeado Interventor Federal, ocupa o cargo de 1/5/1934 a 26/3/1935. Eleito Governador pela Assembléia Constituinte, toma posse a 27/5/1935 e permanece nessa qualidade até 24/11/1937. No período do Estado Novo conservou-se no governo, como interventor, da data acima a 31 de outubro de 1940. Durante sua gestão foram construídos o Porto de Maceió e numerosos prédios escolares na capital e no interior. Cuidou, ainda, de mecanizar os serviços de construção e conservação de estradas de rodagens. Destaque para o contrato com técnicos estrangeiros para proceder a estudos geofísicos no subsolo do Estado. (...) Em 1945, é um dos fundadores do PSD, do qual seria presidente regional e membro do diretório nacional. Todavia, não disputou mais eleições. Professor de Direito Penal -- de 1934 a 1963 --, na Faculdade de Direito, da qual foi fundador. Membro da AAL, onde ocupou a cadeira 14. Sócio do IHGA, empossado em 1956, sendo patrono da cadeira 7 da instituição. Presidiu o Sindicato, a Cooperativa e a Associação dos Usineiros de Alagoas. Presidiu, ainda, a Usina Camaragibe”. ABC DAS ALAGOAS, Tomo 2, p. 187. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/>

157 ACMM, Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Recorte do jornal Diário de Alagoas, Ano XI, Maceió, quarta-feira, 22 de janeiro de 1964, nº 150.

A denúncia do *Diário de Alagoas* foi prontamente respondida pelo Padre Luiz Santos, no dia seguinte, com uma carta endereçada ao Diretor do jornal, publicada na íntegra na edição 152 do dia 24 de janeiro. Nela, dizia-se surpreso e decepcionado com a “manchete sensacionalista”, pois nunca teria imaginado que “o pobre nome de um humilde Vigário do interior se transformasse tão rapidamente em notícia”. Mais ainda, que “se a notícia fosse verdadeira, não haveria de ser nada”, porque, segundo ele, “vivemos num País das coisas imprevisíveis em que de repente podemos estar na crista da onda”. O padre Luiz Santos dirigiu-se ao diretor do *Diário de Alagoas*, Muniz Falcão, afirmando que a notícia fugiria por completo “àquela seriedade e aquela linha das ideias nacionalistas” do jornal. Por fim, apresentava algumas informações para se defender das acusações. Afirmava ele:

Jamais insuflei camponeses a invadir terras de quem quer que seja muito menos da Usina Camaragibe, vez que os entendimentos havidos com o Sr. Astério Loureiro¹⁵⁸ e mais três pessoas da Usina, em minha residência, sobre a possível greve do campo no dia 27 do corrente foram as mais cordiais.

Naquele encontro eu me prontifiquei inclusive para no próximo sábado, dia 25, reunir os Trabalhadores Rurais e tentar pacificar ânimos por acaso exaltados.

Batalhamos, sim, Senhor Diretor, eu e V. As. pela implantação da Justiça social, só admitimos harmonia social que seja fundamentada nos sagrados preceitos da justiça.

Muito grato pela sua atenção e continue a dispor de seu amigo Vigário de Passo de Camaragibe. Padre Luiz Santos¹⁵⁹

158 Filho de Osman Loureiro e diretor da Usina.

159 ACMM, Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Recorte do jornal *Diário de Alagoas*, Ano XI, Maceió, edição 152 de 24 de janeiro de 1964. Na pasta tem-se uma cópia rascunho datilografada da carta escrita originalmente no dia 23 de janeiro. Idêntica à publicada pelo jornal.



Interessante que o Padre Luiz Santos tenha buscado na carta uma aproximação ideológica com o diretor do *Diário de Alagoas*, político famoso do PSP (Partido Social Progressista) alagoano, ex-governador e vinculado aos processos de modernização do Estado. Os ideais de justiça social apregoados pelo deputado e pelo vigário aproximavam-se ao defenderem a manutenção da ordem social e econômica, com uma pitada de direitos trabalhistas. Porém, é notável que a “harmonia social”, para o presbítero, só pudesse se dar sob “os sagrados preceitos da justiça”, uma boa provocação em resposta ao periódico. Também o jornal *O Semeador*, da Arquidiocese de Maceió, publicou no dia 23 de janeiro de 1964, uma nota de esclarecimento sobre a denúncia, afirmando ser “inverídica” a acusação de influência do Pe. Luiz Santos no movimento de agitação dos camponeses. “A orientação dada pelo padre é de união e paz entre patrões e trabalhadores rurais”¹⁶⁰. Vale mencionar que esse jornal fez uma forte campanha, no período anterior ao Golpe, acusando o governo João Goulart de tentar implementar o comunismo no Brasil¹⁶¹.

O Padre Luiz, possivelmente, considerou que a questão da denúncia estaria resolvida após o esclarecimento. Além de vigário, ele também era funcionário público, inspetor regional da Educação (10ª Região) e cumpria suas funções de acompanhar as condições de ensino nos municípios vizinhos, incluindo as escolas presentes nas usinas e sob suas responsabilidades. Assim, em fevereiro, ele encaminhou à Usina Camaragibe o ofício nº 1/64 solicitando com urgência informações pedidas pelo Departamento Estadual de Educação. A Usina deve-

159 ACMM. O SEMEADOR, quinta-feira, 23 de janeiro de 1964, p. 1. Esclarecimento. Até o momento não foram encontradas no jornal outras notas sobre o caso.

160 ACMM. O SEMEADOR, quinta-feira, 23 de janeiro de 1964, p. 1. Esclarecimento. Até o momento não foram encontradas no jornal outras notas sobre o caso.

161 Sobre isso ver Medeiros (2007).

ria informar: (a) a relação dos empregados da empresa; (b) relação dos empregados que não sejam alfabetizados; (c) a relação dos filhos dos empregados em idade escolar de 7 a 14 anos; (d) o número de professores e de alunos matriculados; (e) o número de professora [sic] e de alunos matriculados nas escolas noturnas (alfabetização de adultos)¹⁶².

Se houve resposta ao ofício não se sabe, como também não é possível afirmar se o pedido feito foi, ou não, uma pequena desforra. Acontecimentos mais prementes tomavam conta do país naqueles meses com o Golpe Militar dado em 1 de abril de 1964. O Golpe foi comemorado em Alagoas, inclusive com missa de ação de graças celebrada por D. Adelmo Machado, e foi-se consolidando nos dias que se seguiram. No entanto, as tensões no campo não terminaram e novas denúncias chegaram à imprensa. O *Jornal de Alagoas* do dia 24 de abril noticiou-as como também a resposta dos usineiros. Desta vez, o Governador Luiz Cavalcante havia recebido um telegrama assinado pelo General e Comandante do IV Exército Joaquim Justino Alves Bastos e pelo Almirante e Comandante do III Distrito Naval Augusto Roque Dias Fernandes falando das denúncias de não pagamento do mínimo fixado para a região. “Solicitavam ao mesmo tempo se verificada nas informações as providencias cabíveis, a fim de que o fato, difundido e explorado não viesse a deixar mal a situação instalada no país após a vitória do movimento democrático de 31 de março”¹⁶³.

O Sindicato de Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas, através de seu Presidente Osman Loureiro, enviou um telegrama ao Governador Luiz Cavalcante para rebater as denúncias:

162 ACMM, Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Ofício nº 1/64 do Padre Luiz de Oliveira Santos, 22 de fevereiro de 1964, ao Diretor da Usina Camaragibe.

163 ACMM, Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Recorte do *Jornal de Alagoas*, sexta-feira, 24 de abril de 1964, p. 1 e 5.

Vimos contestar, veementemente, as notícias levadas ao conhecimento de Vossa Excelência sobre pretensas transgressões na agro-indústria quanto aos salários dos seus trabalhadores. Com revolução ou sem revolução sempre primamos pelo respeito aos direitos do nosso operariado e isso é fácil de deduzir-se pela integra harmonia que sempre reinou nesse Estado entre capital e trabalho. Tais notícias, portanto, inteiramente infundadas, só podemos atribuir a grupos estranhos interessados em promover a confusão e a desconfiança. No mesmo sentido, estamos telegrafando ao Comandante do IV Exército e ao Comandante do III Distrito Naval, para os fins necessários. Atenciosas saudações¹⁶⁴.

Também houve resposta do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar. O presidente Antonio Vitorino da Silva encaminhou outro telegrama aos Comandantes do IV Exército e do III Distrito Naval, com cópia ao Governador Luiz Cavalcante, no qual dizia o seguinte:

Vimos comunicar a Vossas Excelências que os trabalhadores da indústria deste Estado estão recebendo salário superior ao mínimo regional, em virtude dos contratos firmados entre os órgãos sindicais, fugindo completamente à verdade as denúncias de que os trabalhadores não recebem os seus salários. Comunicamos que na indústria açucareira deste Estado nunca se realizou greves e sempre existiu franca harmonia entre trabalhadores e patrões. Entre fevereiro de 1961 e fevereiro do presente, este órgão firmou com o órgão patronal três acordos salariais, resultando o aumento global de duzentos e nove por cento. Cordiais saudações¹⁶⁵.

164 ACMM, Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Recorte do Jornal de Alagoas, sexta-feira, 24 de abril de 1964, p. 1 e 5.

165 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos, Recorte do Jornal de Alagoas, sexta-feira, 24 de abril de 1964, p. 1 e 5.



Com tamanha “harmonia entre trabalhadores e patrões”, é de se admirar que houvesse queixosos. Vale lembrar que o discurso da harmonia entre as classes esteve presente tanto na Igreja Católica desde fins do século XIX, e fortemente após a publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), quanto na retórica política e serviu sempre de argumento para atacar os movimentos de trabalhadores que procurassem se organizar em busca de direitos, melhores condições de trabalho e/ou políticas públicas, principalmente os comunistas e anarquistas. Tudo o que colocasse em dúvida a “harmonia social”, ou seja, a sociabilidade capitalista e seu ordenamento econômico seria imediatamente criminalizado. Nesse momento, o clima de conspiração e ameaças subversivas não podia, tão somente, resolver-se nos discursos. O regime que se implantava preocupava-se em desmobilizar e eliminar qualquer resistência. Era importante, então, a propagação de uma dissonância comunicacional, em que se invertia a ordem das coisas. Um golpe autoritário transvestiu-se de “revolução democrática”, a denúncia de injustiças e falta de direitos tornou-se ação de “grupos estranhos interessados em confusão”. Críticas à exploração da força de trabalho, não passava de “agitação” e “comunismo”.

O acesso à terra e a melhores condições de trabalho em Alagoas, como em todo o Brasil, sempre foram motivos para ferrenhas e violentas lutas. O envolvimento da Igreja nas questões fundiárias no Estado deu-se, até onde se pode verificar, a partir de meados dos anos 1950 quando no desdobramento da Ação Católica e em consonância com os debates regionais do episcopado, foram realizadas as Semanas Ruralistas. A articulação da Arquidiocese de Maceió, através da Juventude Agrária Católica (J.A.C.), destacou-se na organização das Semanas, realizadas sempre com o apoio dos poderes públicos, municipal, estadual e federal. A primeira Semana Ruralista foi realizada de 18 a 24 de novembro de 1956, na cidade de União dos Palmares.

Segundo as fontes do ACMM, essa atividade foi definida como “um estudo dos problemas rurais da região”, do qual participariam “os técnicos, os moradores do campo e todas as pessoas de boa vontade, que integram a comunidade”¹⁶⁶. Não pretendiam, a princípio, “resolver problemas, mas despertar o interesse de todos para buscar soluções técnicas e humanas dos problemas rurais”¹⁶⁷. Seus objetivos elencados foram cinco: (1) Estudo em aulas práticas, em várias fazendas do município, dos problemas da cultura da terra, com o fim de orientar o pequeno agricultor no sentido de conservar o solo, selecionar sementes, etc; (2) Estudo e debates, em mesa redonda, sobre a possibilidade de crédito mais fácil para o agricultor da região; (3) Curso intensivo para Professoras, Senhoras e Moças, em ordem a despertar amor ao campo e à formação de clubes agrícolas; (4) Curso intensivo de higiene rural para Professoras, Senhoras e Moças com o fim de orientar a população a liberar-se das endemias rurais; e, por fim, (5) Organização de uma assistência religiosa cada vez mais eficiente ao homem rural mediante a colaboração do Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso e da J.A.C.¹⁶⁸.

As conclusões dessa primeira Semana foram amplamente divulgadas na imprensa alagoana e tiveram uma repercussão positiva sobre o papel da Igreja Católica na mediação do debate. Segundo o

166 Sobre elas há uma pasta separada no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió e registros cuidadosos feitos pelo arcebispo Dom Ranulpho Farias, nos livros de tomo n° 15 e 16.

167 ACMM. Estante 3, caixa 26, pasta 14. Semanas Ruralistas. Programa da 1ª Semana Ruralista promovida pela Arquidiocese de Maceió, em União dos Palmares, com apoio da prefeitura municipal, em convênio com o Ministério da Agricultura através do Serviço de Informação Agrícola (S.I.A), com a colaboração do Serviço Nacional de Endemias Rurais, do Serviço Social Rural, do fomento agrícola, do fomento de produção animal, do Posto de Defesa Agrícola, Defesa Sanitária Animal, Horto Florestal, Escola Agrícola Floriano Peixoto, Escola Experimental do C.N.E.P.A. de União dos Palmares, do Instituto do Açúcar e Álcool.

168 ACMM. Estante 3, caixa 26, pasta 14. Semanas Ruralistas. Programa da 1ª Semana Ruralista promovida pela Arquidiocese de Maceió, em União dos Palmares (...), p. 1.

Jornal de Alagoas, sua ação fora “prestimosa e destacada”¹⁶⁹. Em entrevista ao mesmo periódico, o coadjutor Dom Adelmo Machado, ao lado do arcebispo Dom Ranulpho Farias, afirmou que “A Igreja vê todos os problemas pelo lado humano, procurando resolvê-los”, sendo o povo brasileiro “considerado pobre economicamente, quando é o Brasil uma terra rica e dadivosa, procura estimular o homem do campo, ensinando-lhe aulas práticas dos problemas da terra”, para assim poder “produzir mais e melhor”¹⁷⁰. A perspectiva de desenvolvimento econômico da região nordeste estava na ordem do dia, e pode-se dizer, teve na Igreja uma aliada engajada.

É preciso mencionar, ainda, que a Igreja Católica em Alagoas, nos anos 1940, sob impacto da implantação da Ação Católica, após a chegada de Dom Ranulpho Farias¹⁷¹ e a atuação de Adelmo Machado como seu assistente eclesiástico, foi fundamental para a criação de uma série de atividades das chamadas *Obras Sociais* que deram origem à Fundação de Assistência Social da Arquidiocese de Maceió, semente do futuro curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se a criação da Escola N. Senhora de Fátima pela “J.O.F.C. (Juventude Operária Feminina Católica)” [sic]¹⁷², em 1941, no bairro do Bom Parto, em Maceió. Tendo a J.O.F.C. como linha de atuação “a elevação intelectual, profissional, moral e cristã do

169 ACMM. Estante 3, caixa 26, pasta 14. Semanas Ruralistas. *Jornal de Alagoas*. Página dos Municípios, domingo, 2 de dezembro de 1956. Técnicos e sacerdotes unem-se para dinamizar assistência ao homem do campo. Resultados práticos obtidos com as Semanas Ruralistas – O que já foi alcançado pelo certame de União dos Palmares.

170 ACMM. Estante 3, caixa 26, pasta 14. Semanas Ruralistas, *Jornal de Alagoas*, terça-feira, 27 de novembro de 1956, p. 1. O brasileiro é povo pobre numa terra rica, fértil e dadivosa”.

171 Dom Ranulpho da Silva Farias chega a Maceió em 1939 e a partir de 1940 a Ação Católica é implantada na Arquidiocese.

172 Nacionalmente o movimento era conhecido como Juventude Operária Católica Feminina; nos documentos consultados a grafia aparece como acima.



meio operário feminino”, sua escola fornecia aulas de “letras primárias, datilografia, corte e costura e religião”. Outra escola, a N. Sra. de Nazaré, foi fundada no bairro do Pinheiro com o mesmo perfil. Em 1948, no relatório do Departamento de Ação Social Arquidiocesano contam-se as seguintes atividades: (a) Ambulatório N. Sra. de Nazaré, no Pinheiro, que realizava um atendimento básico de saúde e aplicação de vacinas contra varíola, difteria, coqueluche, tifo e outras, e realizavam exames de fezes, sangue e outros; (b) Assistência de Proteção à Maternidade e Infância, no mesmo bairro, para cuidados de grávidas e recém-nascidos; (c) Serviço de Assistência Médica em consultórios e distribuição de remédios; e (d) Escola N. Sra. de Nazaré, para operárias¹⁷³.

Essa visão geral rápida, das ações sociais da Igreja Católica, nas décadas de 1940 e 1950, é importante para se compreender a orientação eclesial que formou o padre Luiz de Oliveira Santos. Mudanças no modo de operar da Igreja em relação à questão social são amplamente debatidas na historiografia, um marco importante de “virada” (Bandeira, 2000) das estratégias institucionais e pastorais adotadas e que farão a diferença, principalmente, no período de abertura, realização e posterior aplicação das transformações político-pastorais advindas com o Concílio Vaticano II (1962-1965). Nesse sentido, foram afetadas as relações da Igreja com o campo político, uma vez que a tomada de posição em defesa de interesses da classe trabalhadora chocou-se, muitas vezes, com os interesses da classe dominante. Segundo Sérgio Coutinho,

(...) diferentemente dos cristãos primitivos, quando rejeitavam a “religião cívica” – com expresso desinteresse pelos assuntos públicos, mesmo proclamando permanentemen-

173 ACMM. Armário 3, caixa 26, envelope 2/2. Obras Sociais. Relatório do Departamento de Ação Social Arquidiocesano, 1948.



te seu respeito ao Imperador e pelo bem-estar social –, os cristãos “progressistas” dos anos 1960 não aceitavam a autonomia do mundo temporal defendida pelo racionalismo moderno ou a tranquilizante separação das esferas (temporal-espiritual), característica típica da ideologia liberal do progresso. Para estes não existia nenhuma contradição entre a exigência de democracia secular moderna e o envolvimento cristão no campo político. Desta forma, eram contra a “privatização da fé” (Coutinho, 2020, p. 46).

Fernando Medeiros (2009), em sua análise sobre a inserção social da Igreja Católica no Brasil e em Alagoas, nos anos 1960/1970, incluiu a denúncia ao Padre Luiz Santos como um indicativo de parte da configuração histórica das múltiplas posições e tendências políticas dentro da instituição, entre as quais uma “esquerda católica”. Segundo o historiador, a Igreja tanto poderia “se mostrar reacionária, conservadora, ao nível das estruturas de representação social, ao nível do discurso tal como ela se articula no plano político, etc. e, ao mesmo tempo podem aparecer componentes que não conduzem a uma política reacionária e de conformismo” (Medeiros, 2009, p. 3). Para esse entendimento, Medeiros defende que é necessário “considerar que esta instituição não é homogênea e que é possível identificar políticas e posicionamentos diversos no nível do episcopado, bem como nos diversos níveis da hierarquia católica e obviamente entre os praticantes do catolicismo, particularmente entre os militantes dos diversos organismos eclesiais” (Medeiros, 2009, p. 3). A identificação da existência de “uma pluralidade de compreensões de Igreja e de missão que orientaram a intervenção social da instituição”, permitiria, segundo Medeiros, observar “uma tensão interna” “refletindo-se nas práticas.” (Medeiros, 2009, p. 3). Tal análise é sugestiva, porque como será visto na experiência do padre Luiz Santos, as estratégias de atuação social

definidas pela Igreja Católica no Brasil e em Alagoas, em meados do século XX, propiciaram um ambiente político-pastoral de “continuidades e mudanças” na aplicação da doutrina social da Igreja, que vai também se adaptando aos novos contextos, ao arranhar partes das estruturas de poder econômico e político locais¹⁷⁴.

Foi essencial para tais continuidades e mudanças a releitura da *Rerum Novarum* (1891), setenta anos após sua publicação. Em 1961, o Papa João XXIII publicou a carta Encíclica *Mater et Magistra* sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. A publicação buscava se inspirar na *Rerum Novarum* e em outras cartas papais para atualizar as possíveis ações de resposta “às aspirações dos humildes e oprimidos”. Mantendo uma visão moral das relações que deveriam prevalecer entre capital e trabalho, a preservação da propriedade privada, uma economia de mercado em um Estado liberal e as liberdades e direitos individuais, a Encíclica defendeu, numa perspectiva crítica, o que entendeu como “socialização voltada para o bem comum”. A socialização se referia “a multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social, e comporta a associação de várias formas de vida e de atividade, e a criação de instituições jurídicas”¹⁷⁵. Sendo fato que se deveria a múltiplas “causas históricas” de progressos científicos e técnicos, “à maior eficiência produtiva e ao aumento do nível de vida”.

174 “Diante desta multiplicidade, afirmamos que a tradição é o elemento agregador da existência temporal dessa instituição. Ela caracteriza, dá rosto e é reivindicada pela Igreja, ao mesmo tempo em que é ameaçada por mudanças no decorrer da história e de sua própria história: pela modernidade, pelo comunismo etc. Procuramos inserir o estudo do exercício do poder na Igreja dentro do questionamento dessa dinâmica de continuidades e descontinuidades, tradição e mudança. A Igreja, como instituição que prima pela tradição, contribuiu com sua doutrina e dogmas para a manutenção do status quo social ao mesmo tempo em que, intervindo na questão social, foi capaz de produzir mudança, rompendo com este *status quo*. Nessa perspectiva, na sua relação com os fiéis, ela tanto poderá ser um narcótico quanto uma *arma de luta contra a sociedade capitalista*” (Medeiros, 2009. p. 3-4).

175 *Mater et Magistra*, disponível em: http://www.vatican.va/content/johnxxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html.



60. A socialização é simultaneamente efeito e causa de uma crescente intervenção dos poderes públicos, mesmo nos domínios mais delicados, como os da saúde, da instrução e educação das novas gerações, da orientação profissional, dos métodos de recuperação e readaptação dos indivíduos de algum modo menos dotados. Mas é também fruto e expressão de uma tendência natural, quase irreprimível, dos seres humanos: tendência a associarem-se para fins que ultrapassam as capacidades e os meios de que podem dispor os indivíduos em particular. Esta tendência deu origem, sobretudo nestes últimos decênios, a grande variedade de grupos, movimentos, associações e instituições, com finalidades econômicas, culturais, sociais, desportivas, recreativas, profissionais e políticas, tanto nos diversos países como no plano mundial¹⁷⁶.

Preocupado em evitar que as individualidades se percam em meio ao processo de crescente burocratização da vida em círculos fechados, resultado negativo da socialização, o Pontífice passou a defender, na Encíclica, uma socialização que aproveitasse suas vantagens e evitasse seus erros. E, em seguida, tratou de temas específicos da questão social: (1) a remuneração do trabalho a partir de critérios de justiça e equidade para um ajustamento entre progresso econômico e progresso social; (2) as exigências da justiça quanto às estruturas produtivas que devem estar em conformidade com a dignidade humana, e, (3) questões em torno das propriedades privada e pública. A Encíclica foi ampla em abordar novos aspectos das relações entre os setores produtivos e suas diversas atividades: agricultura, indústria, serviços, capitais etc.

176 *Mater et Magistra*, disponível em: http://www.vatican.va/content/johnxxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html.



O que interessa, nesse momento, é dar atenção ao *programa* elaborado na *Mater et Magistra* que, ao final, propõe sugestões práticas para os fiéis na sua atuação social. Em síntese: (a) atuar na linha metodológica da Ação Católica através do “estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: “ver, julgar e agir”; (b) formar e engajar a juventude; “convidar com frequência os jovens a refletir sobre estes três momentos e a realizá-los praticamente, na medida do possível. Deste modo, os conhecimentos adquiridos e assimilados não ficarão, neles, em estado de idéias abstratas, mas torná-los-ão capazes de traduzir na prática os princípios e as diretrizes sociais”; (c) Superar as possíveis divergências: “Nas aplicações destes, podem surgir divergências mesmo entre católicos retos e sinceros. Quando isto suceder, não falem a consideração, o respeito mútuo e a boa vontade em descobrir os pontos onde existe acordo, a fim de se conseguir uma ação oportuna e eficaz. Não nos percamos em discussões intermináveis; e, sob o pretexto de conseguirmos o ótimo, não deixemos de realizar o bom que é possível, e, portanto, obrigatório”; e, por fim, (d) atuar entre as classes e o meio social, sem perder de vista a mediação do clero e a autoridade da Igreja,

Os católicos, que exercem atividades econômicas e sociais, têm frequentes relações com outros homens que não possuem a mesma concepção da vida. Em tais relações, procedam com atenção os nossos filhos, de modo a serem coerentes consigo mesmos e não descerem a compromissos em matéria de religião e de moral. Mas, ao mesmo tempo, mostrem espírito de compreensão, desinteresse e disposição a colaborar lealmente na prossecução de objetivos bons por



natureza, ou que, pelo menos, se podem encaminhar para o bem. Contudo, se a hierarquia eclesiástica se pronuncia em tal matéria, é claro que os católicos são obrigados a ater-se às diretrizes recebidas; pois compete à Igreja o direito e o dever, não só de tutelar os princípios de ordem ética e religiosa, mas também de intervir com autoridade na esfera da ordem temporal, quando se trata de julgar da aplicação destes princípios a casos concretos (Mater et Magistra, 1961, p. 41-42).

Mantendo o tom de apaziguamento das relações de classe, a encíclica *Mater et Magistra* foi lida com entusiasmo pelo clero, religiosos(as) e leigos(as) que estavam na linha de frente das obras sociais da Ação Católica e envoltos nos conflitos inevitáveis que surgiram nesse contexto. Importa ainda lembrar que a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, permitiu que o episcopado nacional buscasse se organizar e ter mais peso no momento de aplicar as diretrizes vindas do Vaticano. Em especial, as resoluções que foram feitas no pós-concílio que favoreciam a abertura da Igreja aos novos tempos, numa atitude menos ofensiva e persecutória aos Outros (demais religiões) e em relação à modernidade. Tal atitude colaborativa, não perdeu de vista a disputa por hegemonia, principalmente em meio a classe trabalhadora, pleiteada com seu velho inimigo, o comunismo.

No mesmo ano de fundação da CNBB, Luiz de Oliveira Santos foi sagrado sacerdote pelas mãos de Dom Ranulpho Farias, em 14 de setembro de 1952. Nascido em São Miguel dos Campos, em 31 de maio de 1926, filho de José Otilio dos Santos e Beatriz de Oliveira Santos, o jovem Luiz, quando solicitou as Ordens Menores não recebeu, naquele momento, avaliações muito positivas de seus professores: “Falta-lhe entusiasmo para o sacerdócio. No entanto, ele tem a possibilidade de

ser um bom apóstolo”. “Um bom rapaz embora um tanto desambientado para a época”. Nos estudos era avaliado como “mediocre”, “na média”. Quando da sua ordenação, no entanto, os votos foram todos favoráveis por sua “moral idônea” e “esforço nos estudos”¹⁷⁷. Sua formação no Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora da Assunção, em Maceió, deu-se dentro da linha de atuação da Ação Católica brasileira, incentivada fortemente pelo arcebispo e, como mencionado, implantada a partir de 1940, em Alagoas. Assim, o jovem padre, com 38 anos de idade em 1964, colaborou sob orientação, à época, de Dom Adelmo Machado, bispo coadjutor, nas obras e ações que estariam de acordo com a doutrina social da Igreja. Nesse sentido, fundou os sindicatos rurais nas cidades de Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe e Joaquim Gomes. Foi a sua atuação nesses órgãos de classe que causou as tensões com os usineiros. E, foi o Golpe de 1 de abril de 1964 que o levou a ser processado por subversão.

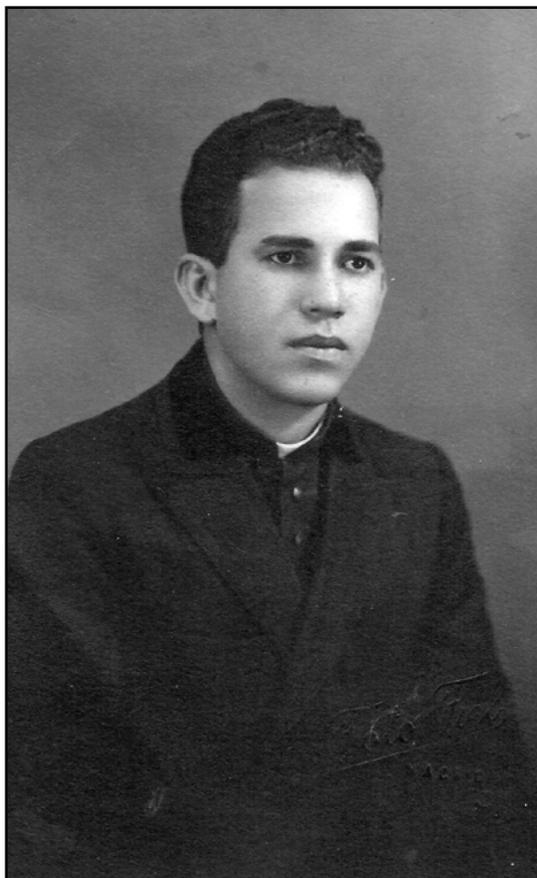
O INQUÉRITO

Em 14 de maio de 1964, pouco mais de um mês da tomada de poder pelos militares, o Padre Luiz Santos recebeu um “convite” do Capitão de Corveta Evandro de Uzêda, em nome do IV Exército da 7ª Região Militar, da Guarnição de Maceió. Deveria no dia 18 do corrente, comparecer às 16 horas no 2º andar da Secretaria de Segurança Pública para “tratar de assunto de interesse”. O capitão Uzêda foi o responsável pelos inquéritos militares abertos em Alagoas contra as dezenas de pessoas acusadas de subversão, agitação e comunismo. Políticos, estudantes, jornalistas, escritores, sindicalistas, assistentes sociais, sacerdotes, entre

¹⁷⁷ ACMM. Armário 1, caixa 7. Processos de ordenação. Pasta Luiz de Oliveira Santos.

Figura 1

Padre Luís de Oliveira Santos



Fonte

ACMM. Armário 4, caixa 39, Fotografias.

outros, foram processados, alguns presos e/ou colocados sob constante vigilância; outros foram torturados, desaparecidos e mortos¹⁷⁸.

O padre Luiz Santos foi um dos cinco sacerdotes indiciados que tiveram que comparecer para prestar esclarecimentos; entretanto, somente ele foi acusado e processado. Os demais eram os padres Humberto Cavalcante, Theóphanes Augusto de Barros, Luiz Silveira e o Cônego Hildebrando Veríssimo Guimarães¹⁷⁹. O Padre Salomão de Almeida Barros, citado no processo do padre Luiz Santos, não foi indiciado em 1964, mas mantido sob vigilância na década seguinte. Sobre esses sacerdotes algumas questões serão apontadas à frente.

Não temos uma documentação que esclareça o encontro do dia 18 de maio, entre o capitão Uzêda e o Padre Santos. Pelos enxertos do processo, disponíveis no Arquivo da Cúria, fica-se sabendo de partes da acusação e das respostas dadas por ele na inquirição. Há detalhes, nesse caso, que fogem à construção de uma linha do tempo exata para o inquérito. É possível supor, no entanto, que as acusações estavam sendo colhidas com antecedência; pois, ao abrirem o inquérito em Alagoas, os militares convidavam quem tivesse informações a se pronunciar e fazer denúncias de conhecidos e/ou possíveis agitadores.

178 A Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda entregou no dia 31 de outubro de 2017 o “relatório parcial dos depoimentos, pesquisas e análises históricas de mortes e desaparecimentos de alagoanos durante o período da ditadura militar”. “Os seis alagoanos mortos foram Odijas Carvalho de Souza, José Dalmo Guimarães Lins, José Gomes Teixeira, Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, Manoel Lisboa de Moura e Manoel Fiel Filho. As mortes ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife”. Ver Ferro (2017).

179 AN. IPM n° 53/64 7° CJM. Informação 1122/16. Indiciados no mesmo IPM Pe. Humberto Araújo Cavalcante; Pe. Hidelbrando Veríssimo Guimarães; Pe. Theóphanes Augusto de Barros. O Pe. Salomão Almeida Barros Lima foi vigiado com mais atenção a partir dos anos 1970. Também prestou depoimento o Pe. Fernando Iório a respeito do padre Humberto Cavalcante. Dos bispos somente foi identificado um dossiê individual de D. Miguel Fenelon Câmara que assumiu a Arquidiocese em 1974. Os demais são mencionados em uma ACE sobre atividades religiosas do clero na região. Estavam também sob vigilância especialmente sacerdotes estrangeiros e religiosas.

Deste modo, teria chegado aos ouvidos dos militares as tensões entre o padre Luiz e os usineiros de Matriz de Camaragibe. Segundo as fontes do ACMM, sabe-se que o Padre Luiz Santos começou a colher declarações de idoneidade a partir de 22 de maio e, somente no dia 26, foi formalmente interrogado¹⁸⁰.

Também não temos a data em que foram ouvidas as testemunhas de acusação. Há, porém, uma clara relação entre as denúncias e as questões feitas ao padre Luiz. Serviram de testemunhas de acusação: (1) Astério Dorvillé Loureiro, diretor gerente da Usina Camaragibe, filho de Osman Loureiro; (2) Joaquim Francisco da Cruz, conhecido por “Pinga-Fogo”, presidente do Sindicato Rural de Matriz de Camaragibe; (3) João Lima, delegado de polícia de Matriz de Camaragibe; (4) Wellington Lôbo, proprietário do barracão da Usina de Camaragibe; (5) Haroldo Dorvillé Loureiro, proprietário rural em Matriz de Camaragibe, filho de Osman Loureiro e prefeito no mesmo município. As questões foram feitas pelo capitão Uzêda e serviu de escrivão o primeiro sargento Wilson Vieira Cavalcante¹⁸¹.

As falas registradas das testemunhas seguiram um mesmo padrão de denúncia e remetiam-se, com mais ou menos detalhes, aos mesmos “fatos”. Seriam esses, em síntese: que “todas as agitações” ocorridas em Matriz de Camaragibe e região deviam-se a atuação dos sindicatos rurais vinculados ao Soral (Serviço de Orientação Rural de Alagoas) e dirigidos pelo padre Luiz Santos. Que ele utilizava uma ca-

180 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos.

181 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito sem data, IPM – Vol. B – 2 – V. Fls. 505. Cópia datilografada. Não se sabe se o número de indicação dado às testemunhas se refere aquelas que foram ouvidas no processo do padre Luiz ou de um todo do IPM aberto. É possível que mais testemunhas tenham sido ouvidas e que o processo de fato fosse maior do que os enxertos disponíveis no Arquivo da Cúria.

minhonete do Estado, que servia aos serviços de Orientação Educacional, para “fazer movimentação de elementos ligados aos agitadores”, entre eles a “D. Mirtes” e o “tal de Véras”. Teriam sido os três, Mirtes, Veras e Padre Santos, que “ameaçaram dinamitar as pontes de acesso a capital, invadir a usina e incendiar os canaviais”¹⁸². Segundo as testemunhas, houve incêndios de parte dos canaviais. Além disso, ao ser solicitados que informassem fatos que apontassem o padre Luiz como “agitador”, as testemunhas mencionavam o caso que teria se dado em Matriz. Naquele município, “um ladrão” preso pela polícia local foi protegido pelo padre que indo até a delegacia pediu que o soltasse e, nesse momento afirmou: “ladrão [sic] eram os Usineiros” que “deviam estar na cadeia”¹⁸³. O delegado João Lima, testemunha no inquérito, confirmou essa acusação dizendo ainda que foram dois os presos por “furto”, que o Padre Luiz havia ido até a delegacia para solicitar a soltura dizendo que eram membros do sindicato e “pobres miseráveis roubados constantemente pelos usineiros”¹⁸⁴.

O Capitão Uzêda perguntou para as testemunhas se conheciam o dirigente do Sindicato de alcunha “Pinga-Fogo”. Astério respondeu que o senhor Joaquim Francisco da Cruz “se tratava de um homem de bem, devendo os proprietários rurais daquela zona, sua tranquilidade, ao referido cidadão, o qual não tolera Comunistas nem qualquer espécie de agitação”. O delegado João Lima, também qualificou Pinga-Fogo como “um homem de bem”. Wellington Lôbo afirmou que ele seria

182 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes *Questões*, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito sem data, IPM – Vol. B – 2 – V. Fls. 505.

183 A acusação foi feita pelas testemunhas Astério Loureiro, Wellington Lobo e Haroldo Loureiro.

184 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes *Questões*, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito sem data, IPM – Vol. B – 2 – V. Fls. 505. 125^a. Testemunha – João Lima, alagoano, filho de Antonio Ferreira Lima e de D. Laurinda Lima, terceiro Sargento de Polícia Militar de Alagoas, delegado de Polícia de Matriz de Camaragibe.

um “elemento que somente harmoniza os casos que aparecem entre os camponeses e os proprietários, sendo um cidadão de respeito e que não tolera absurdos”¹⁸⁵. Haroldo Loureiro, prefeito de Matriz, declarou que o sr. Joaquim Francisco da Cruz exercia “as funções de Delegado do Sindicato Rural daquele Município”, “nunca participou de agitação nem promoveu movimento grevista e nem tem nenhuma ligação com o partido comunista”. Segundo essa testemunha, a atuação de Pinga-Fogo era “benéfica aos Camponezes [sic] e aos Proprietários de vez que o mesmo era elemento pacificador”. E completava,

Que conhece o passado de Pinga-Fogo; que o irmão do declarante de nome Astério Loureiro, dias passados havia falado com o sr. Albérico Barros, chefe da Polinter de Alagoas e com o major Serafim Dutra sobre o sr. Pinga-Fogo; que o declarante tem o dever de declarar na qualidade de Prefeito do Município e Proprietário Rural, que quem fazia agitação naquele município era o Pe. Dos Santos e afirmou que pode provar [...] ¹⁸⁶.

Joaquim Francisco da Cruz foi também uma das testemunhas de acusação contra o padre Luiz Santos e seu depoimento está registrado nos autos. Nele dizia ter 65 anos de idade, filho de José Francisco da Silva e D. Maria da Conceição, casado e residente em Matriz de

185 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito sem data, IPM – Vol. B – 2 – V. Fls. 507. 126ª Testemunha – Wellington Lôbo, alagoano, com 34 anos, filho de José Lobo de Medeiros e de D. Anália Paes Lobo, casado proprietário rural, residente na Usina Camaragibe.

186 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito sem data, IPM – Vol. B – 2 – V. Fls. 507. 127ª Testemunha – Haroldo Dorvillé Loureiro, alagoano, com 43 anos, filho de Osman Loureiro de Farias e D. Laura Maria Dorvillé Loureiro, casado, proprietário rural no Município de Matriz de Camaragibe.

Camaragibe, como profissão declarou ser trabalhador rural. Informou ainda que era administrador da Fazenda Ponte em Porto de Pedra, onde passava três dias por semana, estando os restantes em Matriz, cumprindo a função de presidente do sindicato. Segundo ele, o sindicato foi fundado pelo padre Luiz Santos e “uma moça chamada D. Mirtes”. Declarou ainda que o padre Luiz realizou um “comício de camponeses” sem consultá-lo; sobre isso havia reclamado junto ao padre e “até pedido ao Delegado de Polícia para não consentir aos comícios do Pe. Luiz Santos”. Ressentido, afirmou que o padre somente o procurava para reclamar que “ele não sabia o que estava havendo”, pois “não fazia pressão sobre os empregadores como era o seu dever como presidente do Sindicato Rural”. Ao ser perguntado sobre as ameaças de dinamitar as pontes, invadir a usina e incendiar canaviais, respondeu que “soubera que o Pe. Luiz Santos havia ameaçado de dinamitar as fontes [sic]”, mas que o padre havia dito em um comício que isso era calúnia contra ele. Sobre incendiar os canaviais e invadir a Usina, respondeu Pinga-Fogo que nada sabia sobre isso, mas que “sabe efetivamente que houve incêndio de diversos canaviais e que pode afirmar haver em ditos incêndios sido propositais”. Por fim, reafirmava no seu depoimento a acusação de o Padre Luiz, ao procurar “soltar um ladrão”, ter afirmado que “quem devia estar preso eram os usineiros que eram ladrões”¹⁸⁷.

Se não fosse a documentação preservada no Arquivo da Cúria, não teríamos como saber que Pinga-Fogo, há poucos dias de ser testemunha de acusação, havia sido antes de defesa. Lembrando que o padre Luiz havia com antecedência recolhido uma série de declarações

187 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito sem data, IPM – Vol. B – 2 – V. Fls. 507. 124^a. Testemunha – Joaquim Francisco da Cruz, alagoano, com 65 anos de idade, filho de José Francisco da Silva e de D. Maria da Conceição, casado, residente em Matriz de Camaragibe, trabalhador rural.

de boa conduta, temos o registro de uma declaração assinada pelo senhor Joaquim da Cruz¹⁸⁸,

SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM GERAL NA LAVOURA

Matriz de Camaragibe – Al.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro que foi o Pe. Luiz de Oliveira Santos quem fundou o Sindicato Rural em Matriz de Camaragibe; o Pe. Luiz de Oliveira Santos nunca deixou entrar em Matriz nenhum comunista para fazer zoadas e revoltar o povo do campo; todos em Matriz sabem; todo mundo saba [sic] em Matriz que foi uma coisa inventada por inimigos do padre, pois êle nunca mandou nenhum trabalhador incendiar cana e tocar fogo em pontes; o Pe. Luiz de Oliveira Santos só faz o bem ao povo, ninguém é contra êle e êle orienta apenas ao Sindicato contra aqueles que não paga o salário e não querem pagar o 13º mês.

Matriz de Camaragibe, 23 de maio de 1964

Joaquim Francisco da Cruz
Presidente do Sindicato (com assinatura)

O que teria feito Pinga-Fogo mudar de posição em poucos dias? A declaração é do dia 23 de maio, três dias depois (26) foi o depoi-

188 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Declaração, 23/05/1964. Declaração de Joaquim Francisco da Cruz – presidente do Sindicato Rural de Matriz de Camaragibe. 1 folha; Datilografada; Autenticada em cartório.

mento do padre Luiz Santos. No dia 27, o padre recebeu uma carta desesperada de Joaquim Francisco pedindo com urgência que o sacerdote devolvesse os papéis que ele havia assinado, sob risco de sua vida¹⁸⁹. Outro elemento interessante a destacar é a confirmação que haveria sim, certa pressão exercida a partir do Sindicato para cobrar o cumprimento dos acordos trabalhistas em relação aos salários e ao 13°.

O décimo-terceiro salário foi sancionado pelo Presidente João Goulart, em 13 de julho de 1962. “O autor do projeto de lei do 13° obrigatório foi o deputado federal Aarão Steinbruch, um advogado que antes de ingressar na política havia sido consultor de sindicatos” (TRT, 2020, p. 1). O processo de implantação do projeto de lei não foi pacífico, houve muita resistência da burguesia industrial e, em abril de 1962, o jornal *O Globo* chegou a publicar uma previsão “desastrosa” para a economia nacional, caso o projeto fosse aprovado. Foi necessário, portanto, muita luta dos trabalhadores que organizaram abaixo-assinados, greves, passeatas e piquetes. “Seus representantes viajaram à recém-inaugurada Brasília para tentar convencer deputados, senadores e o ministro do Trabalho. Nos protestos, houve presos”¹⁹⁰. Nesse sentido, é muito possível que ocorresse resistência dos usineiros alagoanos em honrar com a nova legislação, ainda mais considerando a campanha de oposição e desmoralização que sofreu o governo João Goulart, no período anterior ao Golpe de Abril de 1964.

189 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 27/05/1964. Carta de Joaquim Francisco da Cruz – de Passo de Camaragibe -, para o Padre Luiz de Oliveira Santos. Pedindo com urgência dois papéis que havia assinado no dia anterior, sob risco de sua vida. 1 folha; Manuscrita; Autenticada em cartório.

190 “O que se deu foi justamente o inverso daquelas previsões pessimistas. O salário extra tem se mostrado altamente benéfico para a economia”. Os ataques aos direitos trabalhistas continuam e tiveram um reforço extra a partir do golpe de 2016 e a eleição do atual presidente da República. Disponível em: <https://trt-1.jusbrasil.com.br/noticias/3183849/criacao-do-13-salario-completa-50-anos>.

Seguindo para encerrar as acusações feitas, o depoimento do prefeito de Matriz de Camaragibe, Haroldo Loureiro, parece ter sido o mais enfático, remetendo ao padrão de “fatos” apresentados pelas testemunhas. Segundo ele, as “provas” da atividade de agitador do padre Luiz Santos seriam que,

o referente [sic] Vigário cooperava diretamente com os comunistas naquele Município e nos Municípios vizinhos, cedendo Viaturas para o transporte de elemento [sic] agitadores e comunista, jogando o Camponez (sic) contra o Patrão; que uma caminhonete pertencente ao Estado estava à disposição do Pe. dos Santos de vez que o referido Sacerdote é Inspetor do Ensino e Orientador Educacional daquela região; que uma das vezes foram conduzidas várias pessoas do Soral, entre elas D. Mirtes, Assistente Social e um tal de Veras, todos do Soral, que foi nessa ocasião que ameaçara incendiar canaviais, dinamitar as pontes de acesso a capital do Estado e invadir a Usina Camaragibe, sendo necessário que para evitar a invasão da Usina e destruição das pontes, o irmão do declarante [Astério] solicitasse providências policiais da Secretaria do Interior; que no entretanto diversas áreas de canaviais foram incendiadas, tendo o irmão do declarante, acompanhado de dois familiares ido até a residência do Padre para responsabilizar aquele sacerdote pelas ocorrências sendo que irmão de declarante implorara ao Padre que mantivesse a pas [sic] no grupo por ele dirigido, pois a direção da Usina pagava o salário estipulado por lei, pontualmente, colocando à disposição daquele Padre a escrita da Usina para tirar qualquer dúvida; que o Padre é de tal forma agitador que procura até intervir na delegacia de Polícia pedindo para soltar um ladrão conhecido e já processado em outro Município, sob a legação que aquilo não era nada, pois maiores ladrões eram os Usineiros, tendo posteriormente o referido Padre exigido que o Delegado do

Sindicato Rural trouxesse para a capital o ladrão, e apresentasse ao Delegado do trabalho como vítima dos Usineiros¹⁹¹.

Em síntese, houve uma “harmonia” nos depoimentos de acusação. Provas materiais, ao que parece, não. Muito semelhante a um processo inquisitorial, a denúncia, corroborada por testemunhas com um mesmo padrão de acusação, seria suficiente. O padre Luiz Santos seria um *agitador* por garantir meios de atuação para os agitadores profissionais (prováveis comunistas), membros do Soral, que incentivavam os trabalhadores a se revoltarem, e teria, publicamente, chamado de “ladrões” os usineiros ao defender um ou dois trabalhadores presos.

Aqui é o momento de trazer algumas informações sobre o Soral, a partir do interrogatório do Padre Humberto Cavalcanti, em 1964, e do depoimento do Padre Salomão Almeida de Barros Lima, em 1973. O Serviço de Orientação Rural de Alagoas foi um órgão “oficioso” da Arquidiocese de Maceió¹⁹². Ao ser interrogado sobre sua participa-

191 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. 127ª Testemunha – Haroldo Dorvillé Loureiro, alagoano, com 43 anos, filho de Osman Loureiro de Farias e D. Laura Maria Dorvillé Loureiro, casado, proprietário rural no Município de Matriz de Camaragibe, onde reside na Fazenda Carrilhos.

192 AN. Informação confidencial 0033/79, com cópia remetida ao DI, sobre Neise Annibal Cavalcanti, ARE/SNI Informação nº 655/300/ARE/77, de 02 AGO. Casada com o ex-padre Humberto de Araújo Cavalcanti “prontuário nesta Agência por ter se envolvido em atividades subversivas, tendo sido indiciado em IPM instaurado pela Comissão constituída pela Resolução nº 06/64 em Maceió/AL, encaminhado à Auditoria da 7ª RM em 1964/; que remeteu à Auditoria de Correição da GB com o Processo nº 77/64. Foi incurso no inciso 4º do Art. 2º; Artigos 7º, 9º e 10º, letra “b” do Art. 11º; Artigos 12º, 17º e letra “a” do Art. 34º da Lei 1802/53. Em face disso foram realizadas buscas, sendo apurado o seguinte. Obs.: Seguem (a) Dados de qualificação: dados pessoais, filiação, data de nascimento, número de identidade, endereço e telefones. (b) Antecedentes; (c) Atividades atuais. Anexos: cópia de certidão de casamento; termos de assentada, interrogatório e relatório cópia autêntica do ofício nº 01/66-SECRETO de 10 FEV 66, da SSP/AL e cópia de ficha de qualificação – Mod. 14 do MEC. Inclui: Ofício nº 24 de 01/02/1979 do Dr. Auditor Substituto da 7ª CJM Dr. Antonio da Silveira Pereira Rosa ao sr. Cel. Chefe da Agência do SNI no Recife. Assunto: Informação sobre Humberto



ção no Soral, o Padre Humberto Cavalcanti respondeu que “apenas prestava a sua colaboração intelectual” ao Soral, tendo participado da fundação do sindicato rural de São Miguel dos Campos. Ao ser questionado sobre o que consistia em “uma ajuda intelectual”,

(...) respondeu que consistia exclusivamente a apresentação da doutrina social da Igreja, sobretudo da Encíclica “Mater et Magistra” do papa João XXIII, a qual encíclica é a expressão maior da doutrina social da Igreja, com a qual única e exclusivamente o depoente tem compromisso; perguntado ainda se a Igreja aqui em Alagoas pelo menos, não tem tido a iniciativa de organizar sindicatos rurais, responde que não somente em Alagoas como em todo o Brasil depois da mencionado encíclica de João XXIII e os pronunciamentos da conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Igreja tem orientado e estimulado a organização de sindicatos rurais, a qual organização é realizada por leigos, imbuídos dos princípios da doutrina social da Igreja (...) ¹⁹³.

Desde a primeira sessão do Concílio Vaticano II, quando o Papa João XXIII solicitou aos bispos do Brasil que construíssem um Plano Pastoral de Conjunto Emergencial para a situação concreta do país, houve uma forte mobilização do episcopado, em especial na região nordeste. Em Natal, o Cardeal Dom Eugênio Sales, à época arcebispo, criou o S.A.R (Serviço de Orientação Rural de Natal)¹⁹⁴, ideia

de Araújo Cavalcanti (presta), Referência: Of. n° 0017/300/ARE/79 de 29-01-79 dessa chefia: (...) “figurou como indiciado no Inquérito que deu origem ao Proc. n° 27/64, não tendo sido denunciado.

193 AN. Informação confidencial 0033/79, com cópia remetida ao DI, sobre Neise Annibal Cavalcanti, ARE/SNI Informação n° 655/300/ARE/77, de 02 Ago.

194 O SAR foi criado no bojo do Movimento de Natal, como ficou conhecido o conjunto de atividades pastorais desenvolvidas por D. Eugênio Sales e equipe entre 1943 e 1964. Sobre

que foi acolhida em outros estados. Em Pernambuco, surgiu o Sorpe (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) e, em Alagoas, o Soral. Ali, após a realização do curso de formação *Por um Mundo Melhor*¹⁹⁵ dirigido pelo Padre Marins, teriam brotado “várias idéias de um trabalho organizado para conter aquela onda de confusão que avassalava o Brasil”. Nele participaram “pessoas de responsabilidade, empresários e estudantes”. Teria havido uma cobrança de posicionamento da Igreja, em relação às agitações políticas do período. A “ameaça comunista”, vista como eminente durante o governo de João Goulart, colocava pressão para que o clero atuasse no sentido de impedir o avanço das lutas sociais que pudessem levar a uma ruptura nas estruturas de poder e no controle da classe trabalhadora.

Estes elementos subversivos iniciaram o trabalho no C.G.T. (Comando Geral dos Trabalhadores) e nas Ligas Camponesas do Snr. Francisco Julião. O camponês, que antes levava o rosário no pescoço, agora começa a se revoltar e levantar os punhos contra os representantes da Igreja, nas paróquias do interior. O Santo Padre o Papa Pio XI dissera que o maior escândalo do século XIX fora a Igreja perder a classe operária. Poderia um sacerdote católico, consciente de sua missão, abandonar os camponeses nas mãos dos agitadores? Dos sem Deus?¹⁹⁶

ele ver: CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de., Igreja e Desenvolvimento, São Paulo, CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências, 1971. FERRARI, Alceu, Igreja e Desenvolvimento – O Movimento de Natal, Natal, Fundação José Augusto, 1968. Disponível em: <https://domeugeniosales.webnode.com.br/fatos-da-historia/movimento-de-natal/> Data de acesso: 26/08/2020.

195 O “Movimento Por um Mundo Melhor” (MMM) foi fundado pelo padre italiano Ricardo Lombardi em 1952, parte dos esforços de renovação da atuação pastoral da Igreja. Cf. (Farias, 2005).

196 AN. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informa-

O Soral, assim, começou a funcionar com a “ajuda de pessoas de boa vontade e idealistas”. Como órgão ligado diretamente à Arquidiocese recebeu “todo apoio” do arcebispo coadjutor Dom Adelmo Machado¹⁹⁷. Começaram a ser organizados os sindicatos rurais, “dentro dos padrões da legislação vigente, com o apoio de proprietários rurais e com a abnegação de quem queria lutar contra as ligas camponeses do Sr. Francisco Julião”. Tais sindicatos entravam na concorrência direta com o C.G.T. que, no mesmo período, também começou a organizar sindicatos rurais nos municípios de Pilar e Saúde. Mantendo-se fiéis à doutrina social da Igreja, afirmavam posicionar-se “contra a violência”, buscando “a justiça na caridade”. Jamais teriam incentivado greves, “jamais convocamos agitação”. Todas as reivindicações seriam dirigidas à Justiça do Trabalho. Segundo o padre Salomão, “E isto começou a desagradar a muitos proprietários rurais, que nos acusaram, pois queriam que fechássemos os olhos às injustiças”¹⁹⁸. Por outro lado, a equipe do Soral confrontou-se com o C.G.T.

Fui ameaçado de morte pelos comunistas no sindicato do Pilar e queriam até me raspar a cabeça em Saúde, como or-

ções - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação n° 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7. Referência: Telex 7901/72-AC (LDB), de 12 jun. 73. Difusão: AC /SNI. Anexos: 1 - Cópia do artigo “Primazia do Trabalho”, publicado na Gazeta de Alagoas dia 31 mar 64; 2 - Cópia de declarações do nominado. Obs.: cópia digital, 17 folhas.

197 Apesar da afirmação do Padre Salomão Almeida de Barros Lima, a respeito do Soral não foram encontradas informações ou registros no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, até o momento.

198 AN. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação n° 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7. Referência: Telex 7901/72-AC (LDB), de 12 jun. 73. Difusão: AC /SNI. Anexo 2 - Cópia de declarações do nominado.

denara o Snr. Nilson Miranda, mas mesmo assim enfrentei várias vezes o perigo, tentando dialogar com as diretorias destes sindicatos que tinham a orientação do C.G.T. para levá-los a uma ideia cristã da justiça social. A nossa orientação era tão diferente da adotada pelo P.C. [Partido Comunista], que, para comprovar esta afirmação, basta um exame nas edições da “Voz do Povo”, órgão comunista de Maceió, que constantemente nos acusavam de enganadores do povo a serviço dos patrões¹⁹⁹.

Tais informações, prestadas com o intuito de justificar as ações empreendidas pelo clero e a Arquidiocese, frente às acusações de agitação política e comunismo, são exemplares para a compreensão do processo do padre Luiz de Oliveira Santos. Ele, como um membro ativo do Soral, aplicou no interior alagoano – juntamente com outros –, a mesma orientação dada pelo episcopado do nordeste na região e procurou segui-las com rigor.

Acompanhe-se, agora, a sequência do seu caso. No dia 26 de maio de 1964, então, ocorreu o interrogatório do acusado na Secretaria do Interior e Segurança Pública do estado de Alagoas, na cidade de Maceió²⁰⁰. Estavam presentes o capitão de corveta Evandro de Uzêda, encarregado do Inquérito, o primeiro sargento escrivão Wilson Vieira Cavalcante, e duas testemunhas Darlan Lopes Sá e José Ferreira Bas-

199 AN. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação n° 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7. Referência: Telex 7901/72-AC (LDB), de 12 jun. 73. Difusão: AC /SNI. Anexos: 1 - Cópia do artigo “Primazia do Trabalho”, publicado na Gazeta de Alagoas dia 31 mar 64; 2 - Cópia de declarações do nominado. Obs.: cópia digital, 17 folhas.

200 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Termos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos.

tos. Ali compareceu o padre Luiz de Oliveira Santos, para ser interrogado “a respeito dos últimos acontecimentos políticos, em que intervieram as forças armadas, conforme Portaria de folhas quatro, a qual lhe foi lida”²⁰¹. Após a qualificação do acusado, na qual respondeu seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade e residência, foi-lhe perguntado sobre suas atividades políticas. Sobre elas respondeu ter sido o fundador dos Sindicatos Rurais de Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe e Joaquim Gomes, “todos eles com fundamento na Doutrina Social da Igreja”²⁰². Explicou ainda que, à época da fundação, pediu ao sr. Astério Loureiro a indicação de nomes para a formação da Diretoria, mas, segundo ele,

o mesmo Snr. Astério Loureiro nem aparecera ou mandara representante para a fundação do Sindicato, nem indicando também, nenhuma pessoa para a Diretoria, adiantando [sic] ao declarante que o que êle (declarante) fizesse, estava bem feito; que, no dia vinte e dois de janeiro do corrente ano se surpreendera com um violento artigo em um dos jornais da capital lhe atacando; que, o dia vinte e quatro do mesmo mês o interrogado respondera ao artigo com um outro, esclarecendo ao povo o que efetivamente estava ocorrendo, cujo artigo mandara publicar no Diário de Alagoas, por sinal o mesmo jornal que publicara o artigo que o atacara; que também na fundação do Sindicato de Joaquim Gomes participara ao proprietário da Usina, da fundação do Sindicato, pedindo inclusive a cooperação do mesmo para a formação da Diretoria; que não houve nem haverá nenhuma interferência de comunistas nos Sindicatos por êle fundados.

201 A portaria que institui os IPM em Alagoas é a de nº 1/64, de 14 de abril de 1964.

202 “Respondeu que se chama Pe. Luiz de Oliveira Santos, alagoano, com trinta e oito anos de idade, filho de José Otílio dos Santos e de D. Beatriz de Oliveira Santos, Sacerdote Católico, funcionário público estadual, residente em Passo de Camaragibe”. ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964.

A primeira resposta do Padre Luiz procurou identificar a sua atuação na perspectiva da doutrina social da Igreja, na justificativa de uma ação social voltada sempre em diálogo ou com abertura à participação dos usineiros nos sindicatos rurais por ele fundados e, na declaração enfática anticomunista. Do ponto de vista do sacerdote, de fato, era surpreendente que o acusassem. É importante lembrar que os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) abertos tinham um alvo muito claro: os comunistas. Também vale ressaltar que o Soral funcionava na lógica de evitar, o máximo possível, o avanço das organizações comunistas entre a classe trabalhadora.

Seguindo o interrogatório, o Capitão Uzêda logo perguntou se teria procedido do Sindicato de Passo de Camaragibe ou de Matriz de Camaragibe os “elementos” que incendiaram os canaviais da Usina. Padre Luiz respondeu que “não procedeu de nenhum incêndios (sic) de canaviais”. Segundo ele, tudo indicava que os incêndios foram “ateados pela própria administração da Usina”, aproveitando os dias de Carnaval quando suspendiam a moagem da cana, com os canaviais invadidos de mato aproveitavam para limpar ateando fogo. Foi-lhe perguntado, então, sobre a “propalada notícia de que os camponeses iriam invadir a Usina Camaragibe”²⁰³, e a dinamitação das pontes de acesso à Usina e à Capital. Sobre isso, respondeu

que não procede de nenhuma forma tal notícia de que os camponeses iriam praticar tal ato, é infantilidade do Usineiro acreditar que os camponeses iriam praticar tais atos, pois tudo indica que a notícia partira da própria Usina, os quais

203 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Termos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos.

estavam assombrados com a interferência possível do Delegado do Trabalho em torno do pagamento do 13º mês²⁰⁴.

Mudando o foco, o Capitão Uzêda passou a perguntar sobre a equipe do Soral, principalmente sobre a participação da assistente social “dona Mirtes”, em “alguma concentração de trabalhadores do campo em Passo ou Matriz de Camaragibe”. Sobre ela, o padre Luiz afirmou que “somente estivera em Passo ou Matriz de Camaragibe na fundação do Sindicato”. Foi-lhe perguntando, em seguida, a respeito do Padre Salomão, se este esteve alguma vez no Sindicato de Passo. Sobre seu colega, respondeu que não estivera em nenhum sindicato fundado por ele, “somente sabendo que o referido sacerdote estivera no Sindicato de Porto Calvo”, local onde o mesmo Luiz estivera a “convite da Diretoria no dia de sua fundação”. Sobre os sindicatos interessava ao capitão Uzêda saber se teriam a sua “situação regulada por lei com a expedição de competente carta sindical”. A resposta do padre Luiz é interessante: “nenhum deles está registrado na Delegacia do Trabalho, adiantando [sic] o interrogado que observara que a maior parte dos sindicatos que funcionam com a carta sindical, estavam dirigidos por comunistas”²⁰⁵.

Por fim, interessava saber sobre a acusação de agitação na Delegacia de Matriz de Camaragibe.

204 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Têrmos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos.

205 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Têrmos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos. Caberia indagar se foi uma decisão sistemática de todos os sindicatos rurais católicos de, efetivamente, não se registrarem na Delegacia do Trabalho e isso poderia indicar uma ação sistemática de oposição política ao governo Goulart. Ou, se tal se deu somente nos sindicatos fundados pelo Padre Luiz Santos por questões específicas, e isso seria uma resposta dada para corroborar a sua posição anticomunista e alcançar assim a simpatia do militar.

Perguntado se fora há uns dois meses a Delegacia de Polícia de Matriz de Camaragibe pedir ao Delegado para soltar um ladrão que se encontrava ali preso e ante a negativa do Delegado de Polícia de libertar o prêso dissera que aquele é um pobre miserável, mas os maiores ladrões eram os Usineiros e esses estavam soltos, respondeu que fora à residência do Delegado de Polícia para pedir por um pobre morador que fora preso por roubar o usineiro na medição do serviço, pois o mesmo faz às vezes a Usina quando mede o serviço usando uma braça de dois metros e sessenta centímetros, quando a medição deveria ser com a braça de dois metros e vinte centímetros, como é legal; que o interrogado fora apenas admoestar o Delegado, pois chegara ao seu conhecimento que o preso fora espancado²⁰⁶.

O Padre Luiz, em suas respostas, acusava os usineiros de injustiça e violência em relação aos trabalhadores rurais presos. Nenhuma testemunha anterior mencionou qualquer espancamento ou “o que” teria sido “roubado”. Na perspectiva do sacerdote os trabalhadores foram roubados em seus salários, pois, recebiam menos trabalhando mais. Esse caso expressaria, por outro lado, a forma de expropriação de mais valor praticada pelas usineiros em Alagoas e a reação de parte dos trabalhadores, que percebiam o modo como isso se dava, e tentavam garantir melhores salários. No concreto das relações de produção, não houve (e não há) “harmonia” entre patrões e trabalhadores.

Por último, o interrogatório foi direcionado para tentar vincular os sindicatos rurais e o sacerdote aos militantes comunistas em Alagoas.

206 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Termos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos.



Perguntado se os comunistas Nilson Miranda, Rubens Ângelo, Rubens Colaço e Dr. José Moura iam aos Municípios do Passo e Matriz de Camaragibe, respondeu que nenhum dos citados foram aos Municípios, sabendo o interrogado que o comunista Nilson Miranda sempre procurava provocar agitações na Usina Santo Antônio²⁰⁷.

O interrogatório foi encerrado. No documento em foco, encontra-se o despacho do capitão Uzêda direcionado ao Auditor da Sétima Região Militar.

Exmo. Snr. Auditor da Sétima Região Militar

Conforme fatos criminosos de subversão apurados em IPM procedido na Guarnição do Exército, em Maceió, Alagoas (processado anexo) denuncio:

Luiz de Oliveira Santos, brasileiro, sacerdote, funcionário público estadual, fundou os Sindicatos Rurais de Matriz, Passo de Camaragibe e Joaquim Gomes. Agitava os meios rurais dessas Regiões, jogando camponeses contra Usineiros. Servia de instrumento de agitadores profissionais.

Nota acima: junte-se o volte concluso em 15/5/65, Melo Azeda – Auditor²⁰⁸.

As respostas do Padre Luiz Santos não foram suficientes para o Capitão Uzêda. O peso de suas afirmações em comparação com as da

207 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Têrmos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos.

208 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Inquérito, 26/05/1964. Têrmos de perguntas ao indiciado. Vol. “B” – Fls. 326. Interrogatório feito por Evandro Uzêda ao Padre Luiz de Oliveira Santos.

família Loureiro não lhe era favorável. Causa estranheza que nada lhe fora perguntado sobre o uso da caminhonete do Serviço de Educação. Também não houve perguntas sobre o “tal de Vêras”. A limitação da fonte utilizada está dada por não se ter certeza da totalidade das testemunhas ouvidas. Mas, levando em conta as respostas dadas pelo sacerdote e as declarações de idoneidade colhidas por ele, não haveria muito mais “fatos” que o acusassem. Na imprensa, os padres indiciados nos IPMs em Alagoas eram classificados como agitadores por “insuflar a luta de classes” (*O Jornal*, 1965, p. 3).

A DEFESA

Os dias seguintes ao interrogatório do Padre Luiz Santos foram de muita agitação. Ele correu para conseguir juntar o máximo de declarações favoráveis que pudesse para somar as que já conseguira. No processo disponível no ACMM, há 14 declarações de autoridades municipais, reforçando a sua inocência ou declarando que nada constava de agitação comunista em seu comportamento profissional ou pastoral. Entre elas, quatro prefeitos; um deputado; dois juízes; um delegado; um guarda municipal; um promotor; três usineiros e um presidente de sindicato. Dessas, quer-se chamar atenção para algumas pelo seu teor. Sobre a declaração assinada por Joaquim Francisco da Cruz, presidente do Sindicato de Matriz de Camaragibe, acima viu-se que, provavelmente, foi pressionado para servir de testemunha de acusação pelos Loureiros. A nota solicitando a devolução da declaração assinada por ele, favorável ao padre Luiz, indicaria isso. O juiz de direito Rostand Lanverly de Melo, afirmava em defesa do sacerdote que ele “não é adepto de qualquer partido político na comarca de Passo de Ca-

Figura 2

Padre Luiz de Oliveira Santos



Fonte

ACMM. Pasta Padres Falecidos. Recorte do jornal O Semeador, de maio de 1996.

Figura 3
Ficha pessoal do padre Luiz de Oliveira Santos (DEOPS-AL)


 ESTADO DE ALAGOAS
 SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA
FICHA PESSOAL

Fich. nº 38

L.O.S.
 48710
 P. 36

Nome LUIZ DE OLIVEIRA SANTOS (Sacerdote)

Data do Nascimento _____

Estado Civil: _____ Com: _____

Residência: _____

Filiação: _____

Profissão: _____ Local do Trabalho: _____

Residência Anterior: _____

Celula a que pertence: _____

Sindicato a que pertence: _____

Título Eleitoral: _____ Cart. Identidade: _____

Data da entrada no P. C. B. _____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

OBSERVAÇÕES: Funcinário Público Estadual fundou os Sindicatos ru-
rais de Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe e Joaquim Gomes, /
agita os meios rurais desta região, jogando camponeses contra os /
Usineiros, servindo de instrumentos para agitadores profissionais, so-
licitou do delegado de Matriz de Camaragibe a liberdade de dois la-
drões pelo fato dos mesmos serem associados ao sindicato rural. Con-
forme foi a porado em IPM- do movimento Revolucionário de 31/3/64.

Fonte

ARQUIVO NACIONAL. Projeto Memórias Reveladas, Arquivo Público de Alagoas.

maragibe”²⁰⁹, e nem teria ciência de “ter o Sacerdote” “qualquer ligação com elementos filiados ao comunismo”. O deputado Lourenço do Monte, sobre as acusações de agitação política, disse sobre a inocência do padre Luiz: “E quanto a questão social entre camponeses e patrões sempre vemos dedicando no sentido de que existe harmonia entre o capital e o trabalho de acordo com os Postulados da grande Encíclica *Rerum Novarum*”²¹⁰. Por sua vez, o prefeito de São Luiz do Quitunde, José Fajardo de Moraes, declarou,

para todos os fins de direito que o Pe. Luiz de Oliveira Santos, Inspetor Regional do Norte de Alagoas nunca manifestou atitudes que venham de encontro à segurança Nacional e ao Regime Democrático. É do conhecimento desta Prefeitura que sua orientação junto aos trabalhadores Rurais tem sido no sentido de respeito aos direitos dos trabalhadores e obediência dos mesmos aos Postulados da Legislação Trabalhista em vigor no nosso País [sic]. E como Inspetor Regional neste Município tem apenas se dedicado unicamente às suas funções²¹¹.

209 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 27/05/1964. Carta de Joaquim Francisco da Cruz – de Passo de Camaragibe -, para o Padre Luiz de Oliveira Santos. Pedindo com urgência dois papéis que havia assinado no dia anterior, sob risco de sua vida. 1 folha; Manuscrita; Autenticada em cartório.

210 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Declaração, 29/05/1964. Declaração de inocência, do Pe. Luiz de Oliveira Santos, pelo Juiz de direito Rostand Lanverly de Melo. Onde afirma ainda, que o Padre não é adepto de qualquer partido político na comarca de Passo de Camaragibe; “não é de ciência deste juízo, ter o Sacerdote em referência qualquer ligação com elementos filiados ao comunismo”. 1 folha; Datilografada; Autenticada em cartório. Carta, 30/05/1964. Afirma, o Deputado Lourenço do Monte, a inocência do Pe. Luiz de Oliveira em relação as acusações de agitação política. (...) “E quanto a questão social entre camponeses e patrões sempre vemos dedicando no sentido de que existe harmonia entre o capital e o trabalho de acordo com os Postulados da grande Encíclica *Rerum Novarum*”. Datilografada e autenticada em cartório.

211 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos.

A preocupação do padre Luiz Santos, além da defesa que deveria fazer diante dos militares, era também defender-se junto à Secretaria de Educação e Cultura. No dia 11 de junho de 1964, escreveu uma carta ao Dr. Deraldo Campos, secretário de Educação e Cultura do estado, inocentando-se das acusações de agitador político. Na carta, afirma buscar “esclarecer alguns fatos ultimamente ocorridos” que poderiam prejudicar as suas atividades como Inspetor Regional do Ensino²¹². Assim, justifica-se ao seu superior,

(...) Dias atrás, motivado por possíveis denúncias feitas contra mim, denúncias essas que, tenho absoluta certeza, não resistirão ao crivo da verdade, fui convidado a prestar depoimento e responder a indagações em um inquérito que visava apurar agitação ocorrida no Estado. Para que não reste a menor dúvida quanto à minha posição, estou enviando a V. Exa. fotocópias de documentos que se encontram em meu poder, e que bem atestam a maneira como me venho conduzindo sempre. V. Exa., poderá dispor desses documentos para atestar, caso seja necessário, o modo como desempenhei e tenho desempenhado as minhas atividades como Inspetor na 10ª Região de Ensino²¹³.

Declaração, 30/05/1964. Declaração de inocência do Pe. Luiz de Oliveira Santos pelo Prefeito de São Luiz do Quitunde, José Fajardo de Moraes. 1 folha Datilografada Autenticada em cartório.

212 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 11/06/1964. Carta do Pe. Luiz de Oliveira Santos (Inspetor Regional do Ensino – 10ª Região de Ensino) ao Exmº Sr. Dr. Deraldo Campos (Secretário de educação e cultura), inocentando-se das acusações de agitador político em Alagoas. 1 folha. Datilografada Não autenticada.

213 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 11/06/1964. Carta do Pe. Luiz de Oliveira Santos (Inspetor Regional do Ensino – 10ª Região de Ensino) ao Exmº Sr. Dr. Deraldo Campos (Secretário de educação e cultura),

É possível que as cópias da documentação do processo existentes no ACMM sejam as que foram encaminhadas à Secretaria de Educação e Cultura.

Com a denúncia aceita, no ano seguinte, o padre Luiz precisou se apresentar em Recife junto ao Auditor da 7ª Região Militar (*Diário de Pernambuco*, 1965). Ao seu lado esteve Dom Adelmo Machado. Sobre o caso, o *Diário de Pernambuco* reportou no dia 3 de junho de 1965 que, o pároco de Passo do Camaragibe, “denunciado de atividades subversivas pelo promotor Fialho de Oliveira”, passou toda a manhã do dia 2, na sede da Auditoria de Guerra, “copiando os termos das acusações que lhe foram imputadas”, para poder apresentá-las ao seu “provável advogado, prof. Barreto Campelo”.

O padre Luiz, que afirmou ter sido preso, encontra-se em Recife na companhia do Arcebispo de Maceió, dom Adelmo Machado, e ainda ontem foram ao escritório do sr. Barreto Campelo, devendo o titular da Arquidiocese da capital alagoana retornar, ainda hoje, à sua sede (*Diário de Pernambuco*, 1965, p. 3)²¹⁴.

A informação trazida pelo jornal sobre a prisão do padre Luiz não pode ser verificada por outra fonte, até o momento. Mas, de fato, o advogado de defesa contratado pela Arquidiocese foi Barreto Campelo.

inocentando-se das acusações de agitador político em Alagoas. 1 folha. Datilografada Não autenticada.

214 Padre copiou na Auditoria os termos das Acusações que lhe foram formuladas. Outros jornais também noticiaram sobre o processo: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 04/06/1965, 1º Cad. Ed. 023. Cinco padres indiciados pelo promotor Fialho de Oliveira. Padre Luiz compareceu à Auditoria da 7ª RM em companhia do Arcebispo D. Adelmo Machado. *Diário de Pernambuco*, terça-feira, 19/04/1966. Padre, comerciantes e operários qualificados na justiça militar.



Uma carta de Dom Adelmo Machado, de 3 de junho de 1965 dirigida a ele, confirmava essa informação e esclarecia importantes elementos para a compreensão das relações de conflito entre os usineiros e o padre Luiz Santos. Segundo o Arcebispo, as “acusações malévolas, inconcebíveis, contra o Pe. Luiz de Oliveira Santos”²¹⁵, que junto com outro sacerdote de Maceió, “recebera acusações de tendenciosos à ação comunista”, eram “graças a Deus”, “sem razão”. Dom Adelmo informava ao advogado que a denúncia dos outros sacerdotes não fora aceita pelo promotor Fialho, da Auditoria da Guerra. Os motivos que, segundo o arcebispo, levaram-no a aceitar a denúncia contra o padre Luiz Santos, “conforme o próprio Promotor me declarou em particular, são tão humilhantes para êle que me escuso de escrever a sua confissão”. Essa afirmação de Dom Adelmo acende um alerta para o modo nada republicano em que tais processos estavam “armados”. A comunicação do promotor com o arcebispo já seria fora das normas. Se a denúncia ocorreu sob pressão ou para agradar a determinadas forças políticas que estavam em apoio direto ao Golpe, deixa-se aqui como hipóteses. Ou, outra a considerar, seria a própria força das relações entre a hierarquia católica e os representantes da ordem jurídica, política e econômica na região que permitiam a quebra de protocolo e favorecia de algum modo naquele momento, informações que poderiam ajudar na defesa do Padre Luiz. Dom Adelmo narrava ao advogado Campelo Barreto, a sua percepção sobre a “gênese” das acusações. A avaliação crítica feita pelo Arcebispo, articulava as ações da Igreja com o contexto das lutas sociais do período. A partir dela pode-se observar as relações de poder descortinadas. Segundo Dom Adelmo, o Padre Luiz Santos era um “zeloso e bom sacerdote” que, “seguindo a orientação do Episcopado do

215 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 03/06/1965. Enviada por Adelmo Cavalcante Machado para o Doutor Barreto. Defende o Padre Luiz de Oliveira Santos da acusação de agitação política, levantando hipóteses para explicar o início desta denúncia. 2 folhas; Datilografada.

Nordeste” e atendendo a seu pedido, “orientou a fundação de três Sindicatos Rurais na sua extensa Paróquia.

Naquele período, agitado, nas fronteiras de Pernambuco, vizinhanças de Barreiros e Palmares, esses Sindicatos, cuja fundação o Padre orientara, tiveram de enfrentar as lutas da agitação do momento. O Padre era o elemento conselheiro, extra-sede do Sindicato, no sentido de conseguir equilíbrio. Tôdas as iras dos Proprietários rurais, diria melhor, de um proprietário rural, o Usineiro de Bom Jesus, de Matriz de Camaragibe, quando o Sindicato conseguia uma reivindicação, se dirigiam ao Padre. Daí, as calúnias, filhas da má vontade, ou de suspeitas insustentáveis²¹⁶.

Para Dom Adelmo, uma das gêneses para as acusações seria “as imprudências de certos sindicalizados, ou simples atos de quem procura, como homem, seus direitos”, que eram considerados, pelo usineiro e prefeito do município, “como manifestações comunistas, das quais o Padre seria o responsável”. Outra, mais remota para explicar a hostilidade do “Usineiro Prefeito” se deu quando da eleição municipal, o Padre Luiz, “por insistência do Juiz de Direito local, serviu de presidente de uma das bancas eleitorais”. E, nessa função, “ele teve de impugnar um título de eleitor do rebanho eleitoral do atual Prefeito”. Esse fato, teria, na percepção do arcebispo, dado origem “a aborrecimentos e hostilidades do Prefeito, que não perdoa o Sacerdote”.

Dom Adelmo Machado passou, no restante da correspondência, a tratar da defesa do Padre Luiz, deixando nas mãos do advogado

216 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 03/06/1965. Enviada por Adelmo Cavalcante Machado para o Doutor Barreto. Defende o Padre Luiz de Oliveira Santos da acusação de agitação política, levantando hipóteses para explicar o início desta denúncia. 2 folhas; Datilografada.



a documentação de informações favoráveis ao sacerdote, colhidas por ele de residentes da sua paróquia, que compreendia três municípios. Ainda repassou ao Dr. Campelo a informação interna recebida:

Fui informado pelos Promotores da Auditoria de que a convocação para a qualificação será a 28 de julho. Nesse dia, serão convocados 48 alagoanos para a qualificação. Estou pensando, para evitar ostensividade, em que o Padre se justifique por uma causa aceitável e não compareça nesse dia. Depois ele virá por uma convocação especial²¹⁷.

Dom Adelmo trabalhou firmemente e fez todo o possível para defender os padres acusados de agitação. Teria ele procurado mobilizar outras forças políticas em defesa do Padre Luiz? Tendo em vista a visita de Castelo Branco a Alagoas, em 1966, fica a dúvida se houve alguma solicitação nesse sentido. Nos livros de tombo da Arquidiocese não há nenhuma menção a essa visita e ao encontro com o primeiro ditador. Lembrando que Dom Adelmo Machado, nesse momento arcebispo coadjutor, cumpriu bem a sua tarefa de harmonizar os poderes, mantendo relações cordiais entre a Igreja e as forças políticas do novo regime. Nesse sentido, manteve a tradição da Igreja em Alagoas que, de modo geral era considerada “moderada” pelos espiões da Ditadura. Nas fotografias abaixo, vê-se a recepção a Castelo Branco no, à época, Aeroporto dos Palmares, e o registro de seu encontro privado com o presidente em uma sala do Palácio dos Martírios, com a pre-

217 ACMM. Caixa 13, pasta 9, Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos. Carta, 03/06/1965. Enviada por Adelmo Cavalcante Machado para o Doutor Barreto. Defende o Padre Luiz de Oliveira Santos da acusação de agitação política, levantando hipóteses para explicar o início desta denúncia. 2 folhas; Datilografada.

Figura 4 e 5

Recepção no Aeroporto dos Palmares
– Maceió, 1966. Castelo Branco e Dom
Adelmo Machado



Fonte

Fonte: Arquivo Nacional.

Figura 6
Audiência de Dom Adelmo com
Castelo Branco, Maceió, 1966



Fonte
Fonte: Arquivo Nacional.

sença de mais um militar não identificado e o bispo de Palmeira dos Índios, Dom Otávio Aguiar.

UM PEQUENO DESFECHO

Não temos até o momento fontes que percorram com detalhes os encaminhamentos do processo. Enquanto isso, o Padre Luiz Santos foi transferido da paróquia de Passo de Camaragibe para Pindoba, em 18 de agosto de 1965²¹⁸, possivelmente devido às tensões decorridas do caso. O que se tem são mais alguns registros da imprensa, quando da apresentação do padre Luiz aos juízes militares. Em 10 de agosto de 1968, o *Diário de Pernambuco* publicou que o sacerdote “declarou aos juízes militares que apenas orientava a fundação Sindicato Rural”, em Passo de Camaragibe, “a fim de evitar a penetração comunista no órgão de classe” (Ticianelli, 2020, p. 1). Segundo o jornal, teria afirmado também que a “razão da denúncia foi porque tinha informado, a pedido da Secretaria de Educação de Alagoas, que a Usina Camaragibe somente dava assistência educacional a um número mínimo de filhos de trabalhadores rurais” (Ticianelli, 2020, p. 1). A defesa do Padre Luiz, naquela sessão, foi feita pelo advogado Antônio Brito Alves, que teria substituído Barreto Campelo que estava doente. Pela acusação atuou o procurador Humberto Ramos.

Após um longo processo, em 13 de março de 1969, o Conselho Permanente de Justiça do Exército absolveu “quarenta civis, entre os quais, o padre Luís [sic] de Oliveira Santos, acusados de atividades subversivas no Estado de Alagoas”. Sem elementos probatórios para insistir nos termos iniciais da denúncia, o promotor Fialho de Oliveira afirmou à imprensa ainda “que as testemunhas nada declararam que

218 ACMM. Livro do tombo n° 16, fl. 12.

tipificassem os delitos imputados aos réus”. Continuava, “Não encontrei base para insistir nos termos da peça vestibular. Com isso não estou dizendo que esse ou aquele acusado seja inocente. Digo, porém, que não encontrei base para a acusação”²¹⁹. O *Fluminense*, de 19 de março de 1969, publicou uma nota em que afirmava ter sido absolvido o Padre Luiz junto com os trinta e nove acusados de “atividades subversivas no período anterior à Revolução de 64” (O *Fluminense*, 1969, p. 1).

Inocentado, o Padre Luiz continuou a sua atuação na Arquidiocese de Maceió. Em 1975, assumiu a Paróquia São José Operário em Fernão Velho, outro espaço de forte agitação política, organização dos trabalhadores e disputa das consciências entre clero católico e comunistas. Ali celebrou as suas bodas de prata sacerdotais, em 1977. Em 1998, encerrou suas atividades ali²²⁰.

A DOCUMENTAÇÃO DO SNI SOBRE O PADRE LUIZ DE OLIVEIRA SANTOS E OUTROS “AGITADORES”: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO

Como visto foi possível reconstituir boa parte do processo sofrido pelo sacerdote católico Luiz de Oliveira Santos, a partir da documentação presente no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. A documentação disponível no Arquivo Nacional, do fundo do Sistema Nacional de Informação (SNI), não informa muito mais sobre o Padre Luiz. No entanto, por ela fica-se sabendo o quanto o clero em Alagoas, como em todo o Brasil, foi vigiado pelo regime militar.

Em 1 de agosto de 1969, o Ministro da Justiça Luís Antonio da Gama e Silva encaminhou ofícios solicitando aos ministros mili-

219 ACMM. Livro do tombo n° 16, fl. 12.

220 ACMM. Armário 2, caixa 18, pasta 14, Fernão Velho.

tares e governadores de estado que “lhe seja dada ciência de qualquer processo instaurado contra sacerdotes no território nacional a fim de levar ao conhecimento do sr. Presidente da República”²²¹. Os ofícios encaminhados obtiveram algumas respostas que foram resumidas em listas nominais a serem encaminhadas ao Ministério da Justiça. Sobre Alagoas, tem-se cópia do telegrama enviado pelo Cel. Epitácio Cardoso de Brito, diretor geral em exercício, ainda em 16 de julho de 1969, que informava nos nomes dos sacerdotes indiciados no Estado: Humberto Araújo Cavalcante, Hildebrando Veríssimo Guimarães, Luiz de Oliveira Santos e Theóphanes Augusto de Barros²²².

O nome do Padre Luiz também apareceu em um informe de 21 de outubro de 1983 que trouxe a lista nominal dos indiciados no IPM nº 53/64 por atividades subversivas em Maceió, com a observação que o inquérito foi enviado a Recife para a Auditoria da 7ª CJM em novembro de 1964²²³. Outro registro sobre esse sacerdote feito pela Agência do Rio de Janeiro, foi encaminhado em um informe confidencial de 9 de novembro de 1981, com um dossiê sobre a atividade política do clero no Brasil²²⁴, com divisão por jurisdição e despacho para arquivamento. Sobre Alagoas, temos o seguinte relatório:

221 AN. MJ 11-8-1969, 58668, Of. G/879-B a G/906-B de 1-8-1969. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Data de acesso: 17/08/2020.

222 AN. MJ 11-8-1969, 58668, Of. G/879-B a G/906-B de 1-8-1969. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Data de acesso: 17/08/2020.

223 AN. Informe nº 1122 16/ARE/86, 21-10-86. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Acesso em: 17/08/2020.

224 AN. Descrição: ARJ ACE CNF 5349/81. Inclui: Encaminhamento nº 028/116/ARJ/81 Data: 09 de novembro. Assunto: ATIVIDADE POLÍTICA DO CLERO NO BRASIL. Origem: SI DO/DPF/MJ. Difusão: SE-70 (PARA ARQUIVO). “Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Divisão de Operações, Serviço de Informações Pedido de Busca nº 348/SI/DO (21/10/68). 1. Dados conhecidos: A Direção Geral do DPF determinou ao Serviço de Informações da Divisão de Operações que conseguisse junto às Delegacias Regionais do DPF com sede nos Estados e Territórios da Federação, os dados necessários para

A atuação política do Clero nesta área apresenta, de modo geral, uma linha de equilíbrio. Como demonstração disso, basta lembrar o seguinte: - No dia onze de agosto chamado pelos estudantes esquerdistas de “Dia do Protesto”, D. Inácio Pires, do Mosteiro de S. Bento, de Olinda, convidado para os festejos a ser realizados, em sua pregação atacara as autoridades civis, militares e o regime constituído. Entretanto, os representantes religiosos dêsse Estado, nem compareceram a essa comemoração. Apesar disso, podemos citar alguns padres com tendências esquerdistas²²⁵.

Os sacerdotes de tendências esquerdistas citados pelo documento, já referenciados anteriormente, receberam um pequeno resumo de suas atividades ou, supostas atividades de agitação. Eram eles:

Humberto Araújo Cavalcante, Padre residente na rua Gen. Hermes, 98; Prof. do Colégio Estadual Alagoano. Compareceu ao 1º Seminário Operário Estadual Camponês, o qual foi

elaboração de um quadro nacional da atuação do Clero no Brasil. s nossas DD/RR nos encaminharam algo, porém para um levantamento e posterior estudo mais profundo é imprescindível ao SI/DO ligação com órgão de maior experiência como o é o SNI representado por sua Agência Central. 2. Dados solicitados: Conhecimento, análise e complementação deste esboço, incluindo sua devolução com o acréscimo de novos dados úteis.” Obs.: Relatório sucinto de cada Estado. ATIVIDADE POLÍTICA DO CLERO NO BRASIL - “A infiltração do credo comunista no meio religioso é hoje fato consumado. Confirmado essa assertiva temos o manifesto de D. Geraldo de Proença Sigaud, D. Antonio de Almeida Moraes e D. Antonio de Castro Mayer, dirigido ao povo brasileiro, condenando as teses do Pe. belga Joseph Comblin, do Instituto Teológico de Recife e denunciando a infiltração vermelha no Clero. D. Helder Câmara, muito tem contribuído para a propagação dessa estranha atitude adotada pela Igreja que, até então, tinha sido, em nossa Pátria, uma barreira a mais contra a penetração do Marxismo”. Cópia digital, 22 folhas.

225 AN. Descrição: ARJ ACE CNF 5349/81. Inclui: Encaminhamento nº 028/116/ARJ/81 Data: 09 de novembro. Assunto: ATIVIDADE POLÍTICA DO CLERO NO BRASIL. Origem: SI DO/DPF/MJ. Difusão: SE-70 (PARA ARQUIVO).



prestigiado por elementos esquerdistas; favorável à Frente Ampla em nosso país, com a participação de qualquer ideologia para solução dos problemas sociais; recebia publicações de países comunistas; prestigiou com sua presença palestra de elementos comunistas; nomeou comunistas para encarregado do jornal falado da Rádio Difusora de Alagoas, da qual foi Diretor; orientador do jornal estudantil, cuja edição teve que ser apreendida pelo Diretor do Colégio; fez palestra no Sindicato Rural de Pilar, onde se encontravam elementos reconhecidamente comunistas.

Hildebrando Veríssimo Guimarães, Cônego, fundou o Sindicato Rural de Penedo, em cuja sessão solene de instalação compareceram e fizeram uso da palavra comunistas e agitadores como Nilson de Amorim Miranda, Rubens Colaço, Roland Bitar Benamor; diz João Francisco Moura, Presidente do referido Sindicato que foi embrulhado pelo Cônego, uma vez que não podia conceder a um padre, desse orientação comunista ao Sindicato; conforme foi apurado em IPM, pessoas residentes no Município de Mata Grande, presenciaram no dia 2 de novembro de 1966, às 21 horas, o Cônego dizer que a Revolução havia cometido um grande erro, quando demitiu, injustamente, o jornalista Tobias Granja, dizendo que os populares saberiam pagar essa Revolução, elegendo-o Deputado Estadual. O Cônego continua propagando ideologia contrária ao regime brasileiro, aproveitando sua condição de pregador²²⁶.

226 Em extrato da Delegacia de Ordem Política e Social de Alagoas tem as seguintes informações: HILDEBRANDO GUIMARÃES, Cônego, em Penedo, filho de Verissimo Guimarães, brasileiro, alagoano. Obs. – conforme divulgou as pessoas residente no município de Mata Grande, que o cônego aproximadamente as 21,00 do dia 2 de novembro de 1966, disse que a revolução havia feito a maior injustiça ter demitido do Banco do Brasil com sede em Arapiraca o jornalista Tobias Granja, sabendo o mesmo que o referido Tobias é candidato apoiado pelo [sic] comunista [sic] de Estado de Alagoas, pelo “MDB”. O Cônego pela revolução foi envolvido em IPM, e continua propagando ideologia contraria o [sic] regime brasileiro aproveitando sua [sic] condições de pregador”.

Luiz de Oliveira Santos, sacerdote, funcionário público estadual, fundou os Sindicatos Rurais de Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe e Joaquim Gomes; agita os meios rurais desta região, jogando camponeses contra usineiros, servindo de instrumento para agitadores profissionais; solicitou do Delegado de Matriz de Camaragibe a liberdade de dois ladrões pelo fato dos mesmos serem associados do Sindicato Rural, conforme foi apurado em IPM.

Theofanes Augusto de Barros, sacerdote, Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Alagoas, nada ficou apurado sobre a sua ideologia política. Foi o que figurou no IPM²²⁷.

Outros sacerdotes vigiados foram Luiz Vieira e Luiz Silveira. O padre Luiz Vieira era vigiado por “agitação no meio operário”, que na área teria sido sempre “provocada por apenas duas instituições – o CGT e o SORAL (Serviço de Orientação Rural de Alagoas)”. O Soral, segundo o documento, “agia na região agro-indústria, orientado pelo clérigo”. Entre os orientadores figurava um outro padre, Luiz Silveira, que atuava na zona norte do Estado. “Dedicava-se especialmente o SORAL à fundação dos sindicatos rurais, nos quais havia interferência de conhecidos agitadores, resultando a formação de sérios problemas sociais”²²⁸. Esta “infiltração” seria “permitida e tolerada pelo padre Luiz Silveira, concorrendo, desta maneira para subverter e agitar o meio rural”²²⁹.

227 AN. Descrição: ARJ ACE CNF 5349/81. Inclui: Encaminhamento n° 028/116/ARJ/81 Data: 09 de novembro. Assunto: ATIVIDADE POLÍTICA DO CLERO NO BRASIL. Origem: SI DO/DPF/MJ. Difusão: SE-70 (PARA ARQUIVO).

228 AN. Sistema Nacional de Informação. CÓPIA AUTÊNTICA – Of. n° 01/66 – SECRETO – 10 de fevereiro de 1966. DO: Sec. Int. e Seg. Pub. De Al. AO: Ilm°. Sr. Diretor do SSNJ/MJWI. Rua México, 128 – 6° Andar – Rio – GB. REF: Of. 20/66, de 10-X-66, dessa Diretoria.

229 AN. Sistema Nacional de Informação. CÓPIA AUTÊNTICA – Of. n° 01/66 – SECRETO – 10 de fevereiro de 1966. DO: Sec. Int. e Seg. Pub. De Al. AO: Ilm°. Sr. Diretor do SSNJ/MJWI. Rua México, 128 – 6° Andar – Rio – GB. REF: Of. 20/66, de 10-X-66, dessa Diretoria.

Faltou nessa listagem, ainda, o Padre Salomão de Almeida Barros citado anteriormente, considerado pelos militares um “ferreiro adepto do credo comunista, tido como da linha avançada da Igreja Católica e conhecido por sua linguagem subversiva nas pregações que faz a camponeses de União dos Palmares e operários de Fernão Velho”²³⁰. Mesmo não estando listado como indiciado, o SNI guardou muitas informações sobre esse sacerdote e o manteve sob vigilância até onde se pode verificar, a década de 1970. A Informação n° 942 do seu prontuário afirmava ser o padre Salomão pertencente ao Serviço de Orientação Rural Arquidiocesano de Maceió-AL (Soral) e que “jamais teve qualquer atitude contrária aos companheiros do SORAL, no tocante a subversão”. Em 31 de março de 1964 ele escreveu para o jornal *Gazeta de Alagoas* um artigo intitulado “Primazia do trabalho”, no qual teria tecido comentários sobre a situação sócio-política, citando o seguinte registrado pelo Serviço de Informação:

Os valores do capitalismo liberal vão dando os últimos suspiros. Não podemos deixar surgir, uma nova época alheios a realidade, dando gritinhos histéricos ao ouvir falar em

230 AN. Descrição: ACE CNF 48023/72. Inclui: (1) Encaminhamento n° 306/72 (S/3) com carimbo de protocolo SNI Agência Central 004848 10/MAR/72, Assunto: SALOMÃO ALMEIDA DE BARROS LIMA, Data: 07 de março de 1972. Origem: SDR/AL. Difusão: SNI/AC. Anexo: Cópia xerox da resposta PB n° 020/72-SDR/DPF/AL. Referência: 1753/72. “Para conhecimento desse Órgão este Centro encaminha o constante do anexo, versando sobre atividades do epigrafado. (2) Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sub-Delegacia Regional do Estado de Alagoas, Maceió - AL, 22 de fevereiro de 1972. Assunto: Universidade Federal de Alagoas. Origem: SDR/DPF/AL. Difusão: AESI/Ufal/CI/DPF/BSB. Difusão origem: AESI/Ufal. Referência: P.B. n° 03/72/AESI/Ufal. RESPOSTA A PEDIDO DE BUSCA N° 020/72/SDR/DPF/AL. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação n° 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7. Referência: Telex 7901/72-AC (LDB), de 12 jun. 73. Difusão: AC /SNI. Anexos: 1 - Cópia do artigo “Primazia do Trabalho”, publicado na *Gazeta de Alagoas* dia 31 mar 64; 2 - Cópia de declarações do nominado.

CGT”. Ainda no mesmo comentário: “Durante séculos o poder econômico, o capital e os títulos de propriedade detiveram em suas mãos a última palavra em todas as decisões. O trabalhador e o camponês sempre foram o pobre analfabeto, que não entendia dessas coisas e deviam se contentar com o mísero salário de seu trabalho²³¹”.

Como colaborador da imprensa local, e como membro pertencente ao Soral, estaria organizando a “comunidade dos Jovens Cristãos”, segundo a Informação, “dentro do esquema internacional do comunismo que inclui todas as organizações religiosas católicas como meio ideal de infiltração e influência na juventude desavisada”. Padre Salomão chegou a assumir a catedral de Maceió como vigário em 1972, ali ele celebrou uma missa ao som de guitarra, na qual esteve presente o arcebispo metropolitano. Fechando as informações trazidas pela ficha do Padre Salomão, afirmam que ele quando vigário da paróquia de Fernão Velho, “declarou ser solidário com manifestações públicas dos operários através de citações e temas marxistas”. Isso foi amenizado quando foi transferido para ser vigário geral da Catedral, e foi “orientando suas atividades buscando entrosar-se com a comunidade por meios aceitáveis”. Assim, teria se feito sócio do Rotary Club de Maceió e “prestado vários serviços úteis de ajuda a seus paroquianos”. Em 1973, ele passou a ser professor assistente efetivo da Universidade Federal de Alagoas, na disciplina de Sociologia no, então, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Quando assumiu este cargo escreveu uma carta ao Reitor prof.

231 AN. Informação nº 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7. Referência: Telex 7901/72-AC (LDB), de 12 jun. 73. Difusão: AC /SNI. Anexos: 1 - Cópia do artigo “Primazia do Trabalho”, publicado na Gazeta de Alagoas dia 31 mar 64; 2 - Cópia de declarações do nominado.

Nabuco Lopes onde faz uma extensa narrativa sobre as suas atividades como sacerdote católico antes e após a “Revolução de 64”.

Vale lembrar que os sacerdotes belgas e canadenses que atuaram em Alagoas, nos anos 1970 e 1980, também foram vigiados pelo Regime, tendo prontuários separados²³². Um comparativo rápido entre esses sacerdotes permitiria verificar o perfil vigiado e perseguido pelos militares, quiçá temido por eles, e questionar o porquê de somente o Padre Luiz de Oliveira Santos ter sido processado. Todos os sacerdotes mencionados tinham vínculos orgânicos com o Soral e os sindicatos rurais. Atuaram sob inspiração da Doutrina Social da Igreja, muito no impacto da publicação da encíclica *Mater et Magistra* e em consonância com as orientações da CNBB através do episcopado da região Nordeste. Ocorreu que o Padre Luiz Santos estava em conflito direto com um grupo muito poderoso de usineiros, vinculados a uma das famílias de maior prestígio econômico e político em Alagoas. Nesse sentido, a devassa realizada pelos militares, naquele ano de 1964, atingindo os indivíduos e grupos mais “progressistas” aproveitava para matar dois coelhos, porque ao mesmo tempo em que reprimiam os inimigos políticos, consolidavam sua posição recebendo apoio da classe econômica e política que via seus adversários serem enquadrados. O terreno era assim limpo para a implantação do autoritarismo e, a partir de 1968, do terrorismo de Estado. A Igreja Católica em Alagoas parece ter procurado equilibrar, *harmonizar* essas diferentes forças, defendendo de algum modo as renovações que vinham chegando do evento conciliar.

232 AN. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Núcleo de Agência de Maceió. Informação nº 151/NAMO/SNI/71 Data: 24-Jun-71. Assunto: Clero e episcopado brasileiros contagiados de ideias incompatíveis com a formação nacional. Traz uma lista nominal de sacerdotes estrangeiros atuando no estado de Alagoas, na capital Maceió e nos interiores, com um resumo de suas atuações.



Muito ainda é preciso problematizar e pesquisar sobre esse período. A tarefa apenas começou. Faz-se necessário cuidar para não tomar as informações e avaliações feitas pelos “espiões” como um retrato da realidade eclesial naqueles anos; assim, uma maior correlação de fontes e apoio historiográfico aprofundará esses primeiros problemas e dados levantados. O acesso a uma documentação ainda inédita para a historiografia social das religiões, em Alagoas, contribui para o aprimoramento de uma produção de conhecimento crítica e socialmente referenciada; preocupada em avaliar os desafios de consolidação dos direitos humanos e democráticos na sociedade brasileira, e o papel desempenhado pelas religiões nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABC DAS ALAGOAS. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ALVES, Maria Jeane dos Santos. **Mulheres contra o arbítrio**: As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em Tempos de AI-5. Orientador: Luiz Carlos Luz Marques. 2009. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 1, caixa 7, Processos de ordenação. Pasta Luiz de Oliveira Santos, 1952.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, caixa 13, pasta 9. Sacerdotes Questões, subpasta Padre Luiz de Oliveira Santos, 1964-1969.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, caixa 18, pasta 14, Fernão Velho, 1947-1999.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 3, caixa 26, envelope 2/2. Obras Sociais, 1940-1970.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 3, caixa 26, pasta 14. Semanas Ruralistas, 1940-1960.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 4, caixa 39. Fotografias, s/d.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Livros do Tombo n° 15 e n° 16, 1950-1970.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. O Semeador, quinta-feira, 23 de janeiro de 1964, p. 1, ano.

ARQUIVO NACIONAL. AN. Visita de Castelo Branco a Alagoas. Arquivos: br_rjanrio_eh_o_fot_prp_08340_doo27de0047; br_rjanrio_eh_o_fot_prp_08340_doo26de0047. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação n° 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima.

ARQUIVO NACIONAL. Descrição: ACE CNF 48023/72. Inclui: (1) Encaminhamento n° 306/72 (S/3) com carimbo de protocolo SNI Agência Central 004848 10/MAR/72, Assunto: SALOMÃO ALMEIDA DE BARROS LIMA, Data: 07 de março de 1972. Origem: SDR/AL. Difusão: SNI/AC.

ARQUIVO NACIONAL. Descrição: ARJ ACE CNF 5349/81. Inclui: Encaminhamento n° 028/116/ARJ/81 Data: 09 de novembro. Assunto: ATIVIDADE POLÍTICA DO CLERO NO BRASIL. Origem: SI DO/DPF/MJ. Difusão: SE-70 (PARA ARQUIVO).

ARQUIVO NACIONAL. Informação confidencial 0033/79, com cópia remetida ao DI, sobre Neise Annibal Cavalcanti, ARE/SNI Informação n° 655/300/ARE/77, de 02 AGO.

ARQUIVO NACIONAL. Informe n° 1122 16/ARE/86, 21-10-86. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Data de acesso: 17 ago. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. IPM n° 53/64 7° CJM. Informação 1122/16. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Data de acesso: 17 ago. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. MJ 11-8-1969, 58668, Of. G/879-B a G/906-B de 1-8-1969. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Data de acesso: 17 ago. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Núcleo de Agência de Maceió. Informação n° 151/NAMO/SNI/71 Data: 24-Jun-71. Assunto: Clero e episcopado brasileiros contagiados de ideias incompatíveis com a formação nacional.

ARQUIVO NACIONAL. Sistema Nacional de Informação. CÓPIA AUTÊNTICA – Of. n° 01/66 – SECRETO – 10 de fevereiro de 1966. DO: Sec. Int. e Seg. Pub. De Al. AO: Ilm°. Sr. Diretor do SSNJ/MJWI.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**: anotações para uma história da Igreja no Brasil (ensaio de interpretação). Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II, 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, Educam, 2005.

BIBLIOTECA DO VATICANO. Encíclica *Mater et Magistra* (1961). Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html Data de acesso: 10 jul. 2020.

BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (Orgs.). **A Teologia da Libertação em perspectiva**. Congresso Continental de Teologia. São Leopoldo/RS, Conferências e Painéis. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ. **Memória e Compromisso**: a participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e Anistia política. Brasília: Ministério da Justiça, Anistia, 2016.



COUTINHO, Sérgio Ricardo. “Repressão na Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968-1978)”: A intolerância do Regime Militar à subversão da religião tradicional. In: **Revista Jesus Histórico**, julho de 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Quarta-feira, 2/6/1965. Auditor assumiu e Arcebispo acompanhou padre denunciado. Hemeroteca Digital Brasileira (BN).

FARIAS, Damião Duque de. As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo. In: **Anais ANPUH: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

FERRARO, Alceu Ravanello. Igreja e desenvolvimento – o Movimento de Natal. *In.*: PEIXOTO, Renato Amado (org.). Igreja e desenvolvimento – o Movimento de Natal. Natal/RN: Jovens escribas, 2019.

FERRO, Mariana. **Comissão da Verdade conclui 6 mortes e 3 desaparecimentos**. In: AGÊNCIA ALAGOAS, Governo do Estado de Alagoas, 01 de setembro de 2017. Disponível em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/19121-comissao-da-verdade-conclui-6-mortes-e-3-desaparecimentos>. Acesso em: 11 set. 2020.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUZA, Tereza E. de (Orgs.). **Arquivos da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação**. Religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil, 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Uma confluência pela “libertação”**: CEBs, cultura política e organização popular na Arquidiocese de Maceió (1967-1991). Maceió: Edufal, 2019.

MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Documentar a ditadura**: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

O FLUMINENSE. Ed. 20386, quinta-feira, 19 de março 1969. **Absolvido Pe. Luiz junto com 39 acusados de “atividades subversivas no período anterior à Revolução de 64”**. Hemeroteca Digital Brasileira (BN).

O JORNAL. Rio de Janeiro, sexta-feira, 04/06/1965, p. 3. **Cinco padres no IPM de Alagoas**. Hemeroteca Digital Brasileira (BN).

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SANTOS, I. M. F.; VASCONCELLOS, P. L. (org.). **Dinâmicas religiosas da História: perspectivas socioculturais e políticas em debate**. Curitiba: CRV, 2022.



TICIANELLI, E. **História de Alagoas**. Alagoanos processados pela Ditadura Militar de 1964. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/os-processados-em-alagoas-pela-ditadura-militar-de-1964.html>. Data de acesso: 17 abr. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO. Criação do 13º salário completa 50 anos. Disponível em: <https://trt1.jusbrasil.com.br/noticias/3183849/criacao-do-13-salario-completa-50-anos>. Data de acesso: 20 ago. 2020.



“DEUS TAMBÉM SE FEZ CLASSE”:
CLERO E OPERÁRIOS
NA PARÓQUIA SÃO JOSÉ
DE FERNÃO VELHO
(MACEIÓ-AL, 1947-1975)

Irinéia Maria Franco dos Santos

“No ventre de Maria,
Deus se fez Homem,
Mas na oficina de José,
Deus também se fez classe”
Pedro Casaldáliga²³³

O estudo da documentação disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), possibilitou iniciar pesquisas específicas a respeito das *tendências políticas* e *ações concretas* dos movimentos e agentes católicos da Arquidiocese de Maceió, sob vigilância do Serviço Nacional de Informação (SNI), no período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1979. A hipótese trabalhada busca demonstrar que foram vigiados indivíduos e grupos atuantes nas frentes de *ação social* da Igreja local, articulados nacionalmente com as tendências político-pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do seu Regional Nordeste II, sob o impacto das mudanças advindas com o Concílio Vaticano II (1962-1965). A ampla variedade de informações e dados levantados pelos “espões” do regime militar, se por um lado contribuem para uma análise mais apurada das ações católicas junto às demandas sociais, econômicas e de participação política, por outro, indicariam uma percepção esquemática das tendências ideológicas da instituição religiosa, utilizadas pela Ditadura para o controle das relações entre Estado e Igreja no Brasil.

Nesse sentido, o estudo das relações de aproximações e/ou distanciamentos entre o clero e os operários, observadas neste texto, atende à proposta de compreender as *tendências políticas* e *ações concretas*

233 ACMM. Elementos para uma prática libertadora popular. Cartilha de formação. Caixa 64 [Pastoral da Juventude do Meio Popular].



dos/as católicos/as, observadas no caso da paróquia São José de Fernão Velho, a partir dos registros do livro de tomo e da documentação do SNI. Os aspectos religiosos e políticos que problematizam as práticas pastorais da Igreja Católica naquela localidade, sofreram historicamente com as lutas de classe em Alagoas e no Brasil, no período anterior ao Golpe de 1964 e durante a Ditadura Militar. Compreender a atuação de parte do Clero que foi, juntamente com os militantes de esquerda, identificados e perseguidos nos inquéritos político-militares como “agitadores” e “subversivos”, na análise de uma documentação ainda inédita para a historiografia social das religiões, em Alagoas, contribuirá para o aprimoramento do conhecimento sobre aquele período histórico; além de fomentar uma produção de conhecimento crítica e socialmente referenciada, preocupada em avaliar os desafios no processo de consolidação dos direitos humanos e democráticos na sociedade brasileira.

Para isso, a discussão foi dividida em três partes. Primeiro, tem-se um breve panorama do processo sócio-histórico da paróquia São José de Fernão Velho, desde sua fundação, em 1947, até 1958, quando assumiu como pároco o Padre Salomão de Almeida Barros. Em seguida, foram observadas nas atividades religiosas das décadas seguintes, desenvolvidas naquela localidade, as relações entre os sujeitos atuantes na paróquia e as transformações históricas em curso na Igreja e na sociedade brasileira. E, por fim, aproximações e distanciamentos entre o clero católico e aquilo que o SNI considerava “infiltração comunista”.

A PARÓQUIA SÃO JOSÉ DE FERNÃO VELHO

Desde o final do século XIX, a Igreja Católica Romana tem se preocupado, especialmente, com os impactos da modernidade na fé cristã e a perda de adesão religiosa por parte dos operários (classe trabalha-

dora)²³⁴. Para atenuá-los, a Doutrina Social da Igreja foi estabelecida no marco da publicação da *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII, em 1891, e se consolidou em uma série de encíclicas e documentos do magistério eclesiástico durante o século XX²³⁵. Ela tanto atendia às necessidades pastorais católicas, com orientações teológicas, melhores métodos de evangelização e uma certa perspectiva sociológica – liberal mitigada – definidos para lidar com as muitas demandas da classe trabalhadora, em novas circunstâncias das relações de trabalho capitalista; quanto mantinha-se como uma estratégia política, para conter a influência dos movimentos socialistas e comunistas nos sindicatos e organizações dos trabalhadores. No Brasil, pelo menos nos primeiros anos da República e até o Golpe Militar de 1964, a Doutrina Social católica era percebida pela burguesia como uma “aliada” na luta contra o “materialismo ateu”. Esse aspecto anticomunista foi intensificado no decorrer da Ditadura Brasileira e utilizado de forma ampliada pelos agentes da repressão, pois, passaram a incluir entre os “agitadores”, os militantes católicos que buscavam aplicar a Doutrina Social, em ações pastorais e políticas concretas.

Para o clero e o episcopado, de modo geral, entendia-se que a *via católica* era a melhor alternativa [cristã] entre o liberalismo [capitalismo] e o comunismo [socialismo real], para resolver os problemas sociais. No entanto, historicamente, a Santa Sé manteve-se atrelada

234 Segundo Scott Mainwaring (1989, p. 141), “O Papa Pio XI havia lamentado que o maior escândalo do século XIX tivesse sido o fato da Igreja ter perdido a classe operária, e Pio XI e Pio XII viam a reconquista dessa classe como um objetivo prioritário”.

235 As encíclicas e documentos do magistério eclesiásticos mais importantes para a Doutrina Social da Igreja no recorte deste texto: *Rerum Novarum* (1891); *Mater et Magistra* (1961); *Pacem in terris* (1963); Concílio Vaticano II – *Gaudium et spes* (1965); Papa Paulo VI, *Populorum progressio*, (1967), Sínodo dos Bispos: A Justiça no Mundo (1967); *Humanae Vitae* (1968) e *Evangelii Nuntiandi* (“O Evangelho a anunciar” - A Evangelização no Mundo Atual) (1975). Disponíveis em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>

ao mundo ocidental capitalista e, em alguns casos, atuou como elemento de pressão e articulação para o fim da URSS, mais fortemente durante o papado de João Paulo II (1979-2005). Essa camada macro de observação do processo sócio-histórico, está repleta de contradições e especificidades, ao se voltar a análise para a situação da Igreja Católica no Brasil e na América Latina (Löwy, 2021).

Tal preocupação foi expressa desde fins do século XIX na imprensa católica de Alagoas (Santos, 2019)²³⁶. E, após a fundação do bispado (1900) no Período Republicano, foi um dos temas principais debatidos durante o *I Congresso Catholico*, ocorrido em setembro de 1917 (Santos, 2017)²³⁷. A partir dos anos 1940, com a implantação da Ação Católica²³⁸, no episcopado de Dom Ranulpho da Silva Farias

236 Entre os jornais católicos produzidos em Alagoas, os mais expressivos para esse debate foram *Imprensa Católica* (1872); *A Fé Christã* (1902) e o centenário *O Semeador* (1913).

237 Além das articulações políticas entre o clero e a burguesia, possibilitadas durante o Congresso de 1917, a imprensa católica publicizava as preocupações da Igreja com o avanço das lutas organizadas dos trabalhadores, incluindo ali também as lutas feministas. Outras produções do magistério eclesiástico de caráter francamente anticomunista circularam em Alagoas, como cartas pastorais, artigos de intelectuais orgânicos do catolicismo, leigos e religiosos, e a presença ativa do clero na educação escolar, em todos os níveis de ensino, o que permitiu o fortalecimento de uma ideologia política conservadora, com tendências reacionárias e, por vezes, violenta. Cf. (Medeiros, 2007) e (Macedo, 2007).

238 A Ação Católica (AC) foi uma articulação de grupos católicos, criada por Pio XI em 1929, voltada para a formação e ação de leigos para atuar em diferentes frentes na sociedade. Segundo Marina Bandeira, “Diante da confrontação dos dois extremos – os malefícios do liberalismo econômico, fruto do “modernismo” e do “individualismo”, condenados pela Igreja desde o século XIX, e o comunismo de Stalin – Pio XI radicaliza sua posição [...], deposita esperança numa terceira alternativa: o corporativismo”. (Bandeira, 2000, p. 27) Assim, a AC foi criada inspirada nas associações corporativistas do estado fascista italiano. “Trata-se de formar um laicato de elite, absolutamente fiel às determinações da Santa Sé e dos bispos diocesanos, para desempenhar a difícil tarefa de confrontação com os Estados fortes – muitos deles nitidamente anticlericais” (Bandeira, 2000, p. 29). No Brasil, a AC foi implantada pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, em 1935, no Rio de Janeiro. Em 1947, assumiu como Assistente eclesiástico o Pe. Hélder Câmara. Dela, nas décadas seguintes, surgiram as vertentes da Juventude (Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica) que tiveram um papel importante na luta contra a Ditadura militar.

(1939-1967)²³⁹, a luta anticomunista foi articulada à formação de um laicato e de um clero especializado que passou a atuar na “questão social”, na educação da juventude, e entre os/as trabalhadores/as rurais e urbanos (Medeiros, 2007) (Ticianelli, 2018)²⁴⁰. Essas atividades foram gradativamente vinculadas às proposições trazidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), após a sua fundação em 1952.

A história da comunidade católica de Fernão Velho, insere-se nesse contexto mais amplo das transformações vivenciadas pelo catolicismo, somada à história social de Alagoas e das relações de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora naquele território²⁴¹. Fernão Velho é um “distrito do município de Maceió. Compreende o Tabuleiro e povoado do mesmo nome até o ponto em que se limita com Santa Luzia do Norte, e bem assim o povoado das Goiabeiras. Local onde se instalou a primeira fábrica de tecidos do Estado, a Companhia União Mercantil”²⁴². De acordo com Farias,

Para quem passa pela região do bairro de Bebedouro em direção ao Tabuleiro do Martins, trafegando pela estrada de Santa Amélia e/ou vem da direção contrária, pela região dos tabuleiros maceioenses, na capital alagoana, passando pelo

239 Em 1955, Dom Ranulpho Farias se afastou para tratamento de saúde e deixou como coadjutor com direito à sucessão Dom Adelmo Cavalcante Machado.

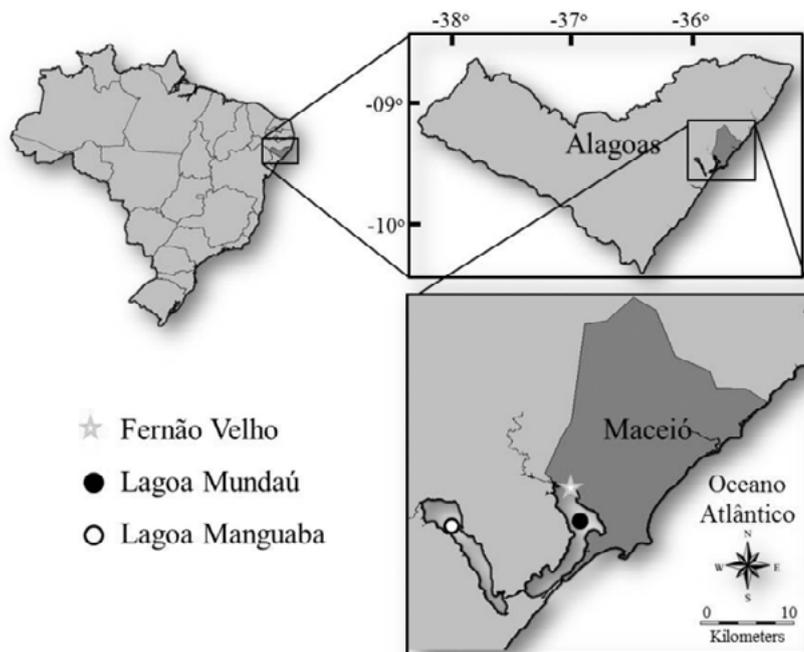
240 Sobre a Ação Católica em Alagoas tem-se ainda uma lacuna historiográfica a ser preenchida com novos estudos. Alguns trabalhos iniciaram a tarefa (Medeiros, 2007) (Ticianelli, 2018).

241 A historiografia sobre a classe trabalhadora, em Alagoas, teve um avanço considerável nas últimas décadas. Sendo impossível nesse trabalho mapear toda ela, além dos textos citados, indico para se pensar as relações entre o pós-abolição e o trabalho “livre”, a dissertação de Sandra Catarina de Sena, “São quase todos pretos”: cotidiano e experiência da classe trabalhadora em Maceió no pós-abolição. Dissertação de Mestrado, PPGH, 2019.

242 ABC das Alagoas, verbete Indústria têxtil. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php> Data de acesso: 30 de junho de 2023.

Figura 1

Mapa da localização de Fernão Velho

**Fonte**

Cardoso dos Santos e Sampaio (2013, p. 515)

Figura 2
Vista de Fernão Velho



Fonte
Minube (s/d)

bairro Colina dos Eucaliptos, pode ter a opção e/ou necessidade de descer a ladeira da Goiabeira, com vistas para a lagoa Mundaú à sua esquerda. Ao percorrer essa ladeira, consegue-se enxergar então um bairro histórico de Maceió, situado entre a lagoa e um morro de Mata Atlântica. Esse atual bairro corresponde ao antigo núcleo fabril de Fernão Velho. (Farias, 2017, p. 74)²⁴³

O mapa e o registro fotográfico das páginas anteriores permitem observar a localização geográfica de Fernão Velho e sua bela paisagem, com a lagoa à esquerda e a mata atlântica à direita. Consta que José Antônio de Mendonça, “Barão de Jaraguá”, reuniu, em 31 de janeiro de 1857, “vários negociantes para fundarem uma fábrica de tecidos no povoado de Fernão Velho”²⁴⁴. Este teria sido “o início da indústria têxtil em Alagoas, com a criação da Companhia União Mercantil. A fábrica veio a funcionar em 1863. Posteriormente, iria ser comprada por Jacinto Nunes Leite”. Segundo Ticianelli, “entre 1891 e 1911 a fábrica passou para as mãos do português José Teixeira Machado e, a partir de 1911, para a de seus filhos, Antônio de Melo Machado e Arthur de Melo Machado, que comandaram a empresa até 1938”. Teria sido nesse período que se deram a estruturação do bairro com saneamento básico e a criação de escolas para os/as filhos/as dos/as trabalhadores. “Os operários com mais de cinco anos de empresa tinham direito a uma casa com fornecimento de energia elétrica e água gratuitos”. Sob o comando da família Machado “foi construído o Cine-

243 Segundo Farias (2017, p. 74), a “atual área territorial compreende 2,66 km², com população de 5.655 habitantes (IBGE, 2010). Dentro de seu território está a Vila Goiabeiras e a Vila ABC (antiga Pedreiras)”,

244 O bairro é um dos territórios sob suspeita de vir a ser mais uma das vítimas do crime ambiental da Braskem em Maceió. Ver: <https://tribunahoje.com/noticias/politica/2023/03/30/118496-deputado-quer-indenizacoes-maiores-e-novo-bairro-para-vitimas-da-braskem>

teatro São José, em 1917. Nesta época, a capela deu lugar à Igreja de São José dos Operários, considerada como uma das mais belas de Maceió” (Ticianelli, 2016, p. 1). Continua Ticianelli,

Com o crescimento do número de funcionários, foi construída mais uma vila operária, que recebeu o nome de ABC devido a identificação dos imóveis por letras do alfabeto. Tempos depois, uma nova vila foi erguida para receber os aposentados, a Vila Goiabeira. A União Mercantil, em 1938, viveu a crise da indústria têxtil nacional, além das divergências familiares entre os seus proprietários. Com essa situação, a fábrica passou para as mãos da família Leão, de Utinga, Rio Largo. Logo depois, em 1946, foi vendida para o Grupo Othon Bezerra de Melo, de Pernambuco. A partir de então passou a ser denominada de Fiação e Tecelagem S/A, Fábrica Carmen. Respeitando a tradição festeira do lugar, o Grupo Othon Bezerra de Melo construiu o Recreio Operário, em 1948. No local, aos domingos, ocorriam os bailes, que atraíam casais até de Maceió. O Recreio também era utilizado pelo sindicato para a realização de suas assembleias ou para ensaios da Banda de Música Othon. Na década de 1970, a Fábrica Carmen empregava cinco mil trabalhadores, levando o distrito a viver seus dias de glórias e festas (Ticianelli, 2016, p. 1).

Vale mencionar, segundo Farias, que a “fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho só aconteceu em 03 de dezembro de 1939 e a Caixa Beneficente no ano de 1942” (2017, p. 87). Toda a estruturação do bairro, como visto, girou em torno da Fábrica e da necessidade de arregimentar e manter uma força de trabalho à disposição do núcleo fabril.

É compreensível, portanto, que desde sua fundação, a identidade operária da paróquia São José fora elemento fundamental, ain-

da mais levando em conta as boas relações entre o arcebispo, à época Dom Ranulpho Farias, e a burguesia²⁴⁵. O decreto publicado por Dom Ranulpho Farias, justificava a ereção da paróquia no “apreciável desenvolvimento” nos últimos anos do “populoso centro fabril de Fernão Velho”, além das muitas organizações pias, com “numerosos, dedicados e ativos membros”. Entre elas o arcebispo mencionava a “vitalidade” da Congregação Mariana de Moços e da Ação Católica com a atuação do setor da Juventude Operária Católica (JOC)²⁴⁶, segundo ele:

245 No ACMM encontram-se correspondências trocadas entre Dom Ranulpho e a família Leão, entre outros representantes da burguesia e da classe política, prática comum entre os membros do episcopado nacional de modo geral em todo o mundo. Caixa 12, pasta 10. Dom Ranulpho Farias: correspondências.

246 Segundo Ticianelli (2018, p. 1). “Em Alagoas, a Ação Católica foi instalada no dia 27 de outubro de 1940 por iniciativa de dom Ranulpho da Silva Farias, então arcebispo de Maceió. Ele havia nomeado, no dia 7 de fevereiro de 1940, o então padre Adelmo Machado para assessor eclesiástico da Ação Católica e responsável pela sua organização. Adelmo Cavalcanti Machado, que viria a ser arcebispo de Maceió, (...) promoveu, em 1945, o Congresso Eucarístico. Realizou ainda as Semanas Ruralistas. Como parte da política de aproximação com os movimentos sociais, estimulou a criação de Sindicatos Rurais. Instalou também a Rádio Educadora Palmares, vinculada ao Movimento de Educação de Base (MEB). Nesse período surgiram os Centros Sociais, formando e treinando agentes sociais. Em 1942, foram nomeados os assistentes eclesiais responsáveis pelas diversas áreas de atuação da Ação Católica em Alagoas. Assim, por exemplo, Homens de Ação Católica (HAC) recebiam a assistência do padre Teófanos Augusto de Barros e Padre Assunção era assistente auxiliar da Juventude Feminina Católica (JFC). O Secretariado de Cinema foi instalado em 22 de março de 1942. No ano seguinte foi inaugurada a sede da Juventude Operária Católica (JOC) e a Escola N. S. de Fátima, no Bom Parto, em prédio cedido pela Fábrica Alexandria. Ainda em 1943 foi realizada a 1ª Semana de Ação Católica. Em 1944, foi criada a Confederação das Associações Religiosas e aprovado os estatutos, em 2 de julho, da Confederação Católica de Maceió. A Liga Eleitoral Católica foi criada em 1945, mesmo ano em que foi realizado o Congresso Eucarístico e de Ação Católica. Com a eleição do monsenhor Adelmo Machado como bispo de Pesqueira, em Pernambuco, padre Hélio Lessa Souza foi nomeado, em 1948, o novo Assistente Geral da Ação Católica em Alagoas. Ainda neste ano, uma portaria do Arcebispo declarava a JOC como “Organização Fundamental da Ação Católica”. Em 1950, o padre Castenor Pinheiro é nomeado vice-assistente da Juventude Católica e o padre Frei Tito, capuchinho, assume a assistência do Departamento de Cinema, Teatro e Imprensa. Neste mesmo ano tem início o funcionamento da seção feminina da Juventude Universitária Católica, a JUC. Ainda em 1950, o Arcebispo assina a escritura doando um terreno ao lado da Catedral para a construção da sede da Ação Católica. Dois anos depois, a planta

“tão necessária, este, modernamente, ante a propaganda de estranhas doutrinas materialistas e revolucionárias, que tentam corromper o espírito do operariado, prejudicando-lhe a fé cristã”²⁴⁷. O patriarca São José foi designado o principal patrono da nova paróquia, devendo sua festa ser celebrada “anualmente, no tempo próprio, com o máximo esplendor e devoção dos fieis”²⁴⁸. O pároco à época era o Padre Antônio Cabral Gomes²⁴⁹. As anotações no livro de tombo para os anos iniciais foram poucas; somente foram transcritos os documentos de ereção da paróquia, a provisão do Padre Cabral, como pároco inamovível, e a ata de posse, todos do ano de 1947²⁵⁰. Em 1º de fevereiro de 1958, foram iniciados registros a partir da exoneração do Padre Cabral. Nesse momento, assumiu como padre comissionado o Monsenhor Fernando Alves Lira, e em 4 de fevereiro do mesmo ano, como vigário ecônomo o Padre Salomão de Almeida Barros²⁵¹. Monsenhor Lira faz duas anotações que são interessantes de observar. Segundo ele,

do prédio foi apresentada e anunciado que a igreja recebeu Cr\$ 200.000,00 do Governo Federal para as obras do prédio, que somente foram concluídas em 1955. Naquele ano, o estatuto foi reformado e os 20 departamentos separados da Ação Católica, mas o Arcebispo decide que em Maceió os departamentos continuarão sob a direção de membros da A.C. No início do ano de 1951, o cônego Hélio Lessa Sousa exonera-se do cargo de Assistente Arquidiocesano da Ação Católica e de várias outras funções que exercia na Igreja. No dia 15 de abril, o arcebispo nomeou o monsenhor Antônio Valente para o cargo. Em 1955, com a presença de D. Otávio Aguiar em Maceió, ocorreu uma reunião para organizar a Ação Católica Rural. Neste mesmo ano, D. Adelmo Machado foi eleito arcebispo em Maceió. Nos anos seguintes, a AC continuou a crescer e no início dos anos [19]60, parte dela passou a adotar um referencial político mais à esquerda.”

247 ACMM. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 1.

248 ACMM. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 1v.

249 ACMM. Caixa 6. Processos de Ordenação. Pasta 36 – Antonio Gomes Cabral. Nascido em 23 de fevereiro de 1917, em Capela, Alagoas. Recebeu o presbiterato em 16 de novembro de 1941.

250 ACMM. Livro de tombo de Fernão Velho, fls. 1-3.

251 Nascido em 9 de julho de 1930, em Alagoas. Foi ordenado em 1954 e renunciou o sacerdócio em 22 de outubro de 1974. ACMM. Caixa 13, pasta 9 – Sacerdotes questões.

No dia 2 de fevereiro de 1958, mil novecentos e cinquenta e oito, celebrei missa *pro populo* às sete horas da manhã, repetindo a missa às 19h (dezenove) horas do mesmo, fazendo os batizados e um casamento. Presidi as reuniões das Associações da Pia União das Filhas de Maria, Congregados Marianos, Conferência de São Vicente de Paulo e Confraria de Nossa Senhora do Rosário com regular comparecimento. Restaurei a lâmpada do Santíssimo Sacramento, há anos inexistente. Há livros de lançamentos de batizados sem assinatura do pároco o que procurei sanar com autorização do exmo. e revmo. Arcebispo Coadjutor²⁵².

Na folha 5, o Monsenhor insere uma observação, “por ordem do Exmo. Revmo. Dom Adelmo Machado, arcebispo coadjutor”²⁵³, sobre a lâmpada do sacrário há anos inexistente: “Para evitar equívoco digo que havia uma lâmpada em um copo sobre o altar”. Faltava apenas o lampadário que foi adquirido por ele, pároco em comissão. O cotidiano paroquial não era fielmente registrado no livro de tombo. Mas, a indicação das falhas do Padre Cabral em seus registros, pode-se inferir, talvez se desse por conta de outras preocupações. Sem espaço para aprofundar a trajetória do Padre Cabral nesse texto, é importante buscar melhores esclarecimentos das relações entre a Igreja, em especial a paróquia de Fernão Velho, com os governos estaduais de Arnon de Mello (1951-1956) e Muniz Falcão (1956-1961)²⁵⁴. Mas, um ponto a

252 ACMM. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 4.

253 ACMM. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 5.

254 ACMM. Caixa 13, pasta 9 – Sacerdotes – Questões. Na pasta “Sacerdotes – Questões” encontram-se recortes de jornais que informam conflitos durante o governo de Arnon de Mello, entre o Padre Cabral e o Governador. Os recortes datam de 1952 e 1953 e fazem menção ao “desespero” do governador e seus aliados com a perda da eleição municipal de

considerar são as informações trazidas por Farias, ao comentar sobre a greve das tecelãs em 1962, a partir do trabalho de Airton de Melo (Melo, 2012) (Melo; Moura, 2011). Ele indica a atuação do Padre Cabral, registrado no depoimento da operária Dona Maria Zezinha, uma das lideranças do movimento e outras mulheres que, anonimamente, falaram sobre aquele período.

Alguns dias após a greve, três operárias foram presas, “[...] em pleno horário de trabalho, retiradas de suas máquinas e presas pela polícia a mando da fábrica. Esse ato envolveu a comunidade e o pároco da localidade, padre Cabral, intervindo para a liberação das tecelãs” (Melo, 2012, p. 134). Em algumas falas foi possível se perceber a participação do padre Cabral, pároco como conciliador de conflitos e que muitas vezes ia pessoalmente na delegacia intervir pelo/a operário/a preso/a: “Meu sogro foi o padre Cabral quem intercedeu. Senão tinham matado lá, porque sumia gente. Até hoje tem gente desaparecida. [...]” (Farias, 2017, p. 241-242).

A atuação do Padre Cabral necessita de maiores pesquisas, uma vez que em meio à greve das operárias e a repressão do Estado, teria buscado, segundo Farias, conciliar os conflitos de classe. Outro ponto importante é que a posição do pároco de Fernão Velho estava baseada em uma determinada forma de relação estrutural, reproduzida desde tempos coloniais, entre Igreja e Coroa, trono e altar, capela e engenho. A paróquia não possuía patrimônio próprio. “A própria Igreja bem

Maceió para o adversário político Lucena Maranhão e a conseqüente perseguição política aos adversários, entre eles o padre Antonio Cabral, capelão de Fernão Velho. Em síntese, a “perseguição” ao padre rendeu no jornal *A Notícia*, de 23 de dezembro de 1952, a publicação de uma lista de mil assinaturas de operários solidários ao sacerdote, dirigida ao Arcebispo metropolitano. Também uma nota do Arcebispado foi publicada no mesmo mês, no dia 22, solicitando que os reverendos se abstivessem de manifestar publicamente sobre questões de ordem política.

Figura 3
Igreja de São José Operário em Fernão Velho



Fonte

Acervo MISA (Museu da Imagem e do Som de Alagoas).

como a casa paroquial” pertenciam à Fábrica Carmen²⁵⁵. O “equilíbrio” entre os poderes religioso e político, a defesa da conciliação e “harmonia entre as classes”, entre patrão e operários, entre capital e trabalho, não eliminava as contradições, que apareciam como tensões e conflitos advindos de tal relação. Ao contrário, engendrava contradições que poderiam pesar mais para um lado ou para outro, a depender do contexto e tornar a tarefa do vigário de mediação dos conflitos mais complicada. Na página anterior, podemos observar os prédios no registro fotográfico, no primeiro plano a Igreja e do lado direito a casa paroquial:

Como essas contradições teriam se desenrolado naquelas décadas? E, como os párocos lidaram com elas na realidade local? Na documentação disponível no ACMM a respeito da paróquia São José de Fernão Velho, tem-se o questionário intitulado “Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio”. Esse questionário é encontrado nas pastas de todas as paróquias da Arquidiocese de Maceió, existentes nos anos 1950 e foi respondido pelo Padre Cabral. Seria indicativo de uma prática de levantamento de informações para atuação pastoral da Igreja, baseada no método *ver-julgar-agir* da Ação Católica, que posteriormente, foi utilizado também pela Teologia da Libertação (TdL/TL) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e em certa medida ressignificado em *ver-julgar-agir-rever-celebrar*.

Nas “Orientações preliminares” do documento, têm-se os seguintes comentários:

Levantamento vivo das paróquias. Um dos bons meios para levar os Párocos a um maior conhecimento das respectivas paróquias, condição fundamental para um maior zelo e um trabalho apostólico em moldes mais atualizados – consiste

255 ACMM. Caixa 18, Pasta 14 - Fernão Velho.

em induzi-los a um levantamento vivo do campo que lhes está confiado. Já se sabe de ante-mão que ninguém obterá 100% de respostas.

Nada de fichários complexos e quase inúteis. Seria um erro sugerir a coleta de dados difíceis de obter e de pouca utilização real no apostolado. **O importante é abrir os olhos para as realidades que de todo ou em parte estejam escapando**²⁵⁶.

Para melhor observar, então, as realidades que estivessem “escapando”, na sequência do documento são separadas sessões temáticas, indicando as informações a serem colhidas pelo pároco. Na primeira delas, chamada de “problemas inadiáveis”, tem-se o levantamento da população da paróquia e das capelas filiais. No caso de Fernão Velho, foi contabilizada uma população geral de 12.925 pessoas, divididas nos distritos: Fernão Velho, 7.495; Povoado Taboleiro dos Martins, pertencente ao distrito de Maceió, 5.430²⁵⁷. Na segunda sessão do questionário que diz respeito à “situação real da catequese”, o pároco indicava como a melhor estratégia para manter a participação das crianças a distribuição de “santinhos e confeitos”. Outra sessão do questionário que interessa é “A paróquia vista em setores, item A) Mundo operário”. Nela é informada a quantidade de 930 casas da Vila operária de Fernão Velho; 60% delas de alvenaria, com sala, dois quartos, cozinha, banheiro completo; e 40% de alvenaria, com sala, três

²⁵⁶ ACMM. Caixa 18. Pasta 14 - Fernão Velho. Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio, p. 1. Grifo nosso.

²⁵⁷ ACMM. Caixa 18. Pasta 14 - Fernão Velho. Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio, p. 1. As capelas que compunham a paróquia, nas quais a população se dividia na frequência às missas e atividades religiosas eram: Capela de Santa Luzia no Taboleiro (400 pessoas por mês); Capela da Divina Pastora (100 pessoas); Capela do Carrapato (80 pessoas); Escola Santa Amália (500 pessoas).

quartos, cozinha e banheiro completo. A “grande Fábrica de Tecidos” – Fábrica Oton tecidos [Carmen], empregava 2.400 operários, sendo 800 homens e 1.600 mulheres. “Desses 800 homens, 500 são jovens; destas 1.600 mulheres, 700 são jovens”. Ainda segundo os dados registrados pelo padre no questionário, o salário-mínimo *de fato* para 70% dos operários era de Cr\$ 2.200,00. “O restante sempre mais porque trabalha na Fábrica por produção”. A alimentação básica das famílias era “feijão, farinha, arroz, sururu e carne”²⁵⁸.

Para finalizar a observação do questionário, tem-se alguns dados que foram inseridos sobre a “Situação espiritual de vida”, com tópicos e algumas orientações de resposta, essas mais sugestivas para se perceber as preocupações pastorais: a) Leituras: “Pela proximidade da Capital, os jornais mais lidos são os da Capital, notando-se entre os católicos a presença de “O Mensageiro da Fé”; b) Rádio: “30% dos operários têm rádio e a tendência é aumentar por causa da facilidade do crediário”; c) Política [informe se os operários, regra geral, manifestam interesse pela política e, na hipótese afirmativa, diga para onde se dirige as suas preferências]: “Suas preferências são sempre pela oposição ao Governo”; d) Sindicatos [apure a atitude dos trabalhadores (confiança ou desconfiança, interesse ou desinteresse), em face dos Sindicatos]: “Interesse”; e) Penetração comunista [Sem se fiar em impressões, procure ver de fato e nos conte se o comunismo está ou não penetrando entre os trabalhadores de sua paróquia]: “Há sempre uma penetração, máxime nos Sindicatos”; f) Espiritismo e macumba [Em que medida real o espiritismo e a macumba estão atingindo os trabalhadores de sua paróquia? Indique, p. ex., o número de centros, terreiros e instituições assistenciais mantidas pelos espíritas: Sem resposta;

258 ACMM. Caixa 18. Pasta 14 - Fernão Velho. Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio, p. 7.

g) Protestantismo [Tem o protestantismo conseguido avançar entre os trabalhadores? Indique se existem templos ou salas de culto e obras assistenciais protestantes]: “1 (uma) casa servindo de Templo em Fernão Velho e 1 (um) templo no Taboleiro dos Martins”²⁵⁹.

O levantamento da realidade paroquial é sugestiva. É possível que pressões políticas teriam dificultado a permanência do padre Cabral na posição de pároco, em Fernão Velho. Com a sua exoneração, em 1958, as atuações dos padres Fernando e Salomão, além de serem registradas, avançaram em articulação com as proposições pastorais incentivadas pelo episcopado e a Santa Sé. As comemorações do 1º de Maio, como Dia do Trabalho, junto com a festa de São José Operário, no mesmo ano, contaram com a presença do governador Muniz Falcão e seus secretários, operários, escolas, corpo de Bombeiros da Fábrica Carmem, Banda de Música e escoteiros. Houve missa campal, procissão e desfile cívico. No domingo, dia 4 de maio, dez caminhões levaram os operários para a concentração na praça da Catedral, no centro de Maceió. “Levamos a imagem de São José e várias faixas com frases da vida operária. Fernão Velho se apresentou muito bem nesse dia. Começou o mês de maio com noiteiros e muita animação”²⁶⁰.

AS ATIVIDADES RELIGIOSAS

Entre as diferentes atividades religiosas registradas na década de 1960, celebrações litúrgicas, procissões, Santas Missões etc. cabe observar as diferentes articulações da Juventude Operária Católica e do Círculo Operário, como também as atividades que sugerem a recepção

259 ACMM. Caixa 18. Pasta 14 - Fernão Velho. Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio, p. 7.

260 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, fl. 5v.



das mudanças advindas dos debates conciliares e das proposições da CNBB. O ano de 1963 parece ter sido um momento de intensificação dessas movimentações para a comunidade de Fernão Velho. De acordo com os registros no livro de tomo, em janeiro daquele ano, o Círculo Operário de Fernão Velho estaria “entrando numa fase de grande dinamismo”²⁶¹. Um novo presidente havia sido eleito, o senhor Cícero Monteiro, e estaria, “com grande entusiasmo”, desenvolvendo “o espírito de liderança no meio Circulista através de cursos e reuniões bem movimentadas”. Entre as atividades ocorreu a inauguração da Sede da Goiabeira, que também iria servir como Capela em honra a São Sebastião. Nessa localidade ainda funcionaria “uma escola de alfabetização, escola radiofônica e corte e costura”. Outras notícias desse mês de janeiro de 1963 informavam que:

Organiza-se também o núcleo do Taboleiro dos Martins, que promete muito para o futuro. No ABC foi também instaurado um núcleo que tem como presidente o Sr. Apolinário Cristiano. Muito promete a escola radiofônica do ABC com a monitora D. Maria de Lourdes da Silva²⁶².

Sobre o mês de julho de 1963, o vigário anotou no tomo que o “retiro do clero [foi] muito frutuoso”. Com a presença do padre José Marins e do Frei Tepepe, OFM, que “usando técnicas da prefação do Pe. Lombardi, procuraram fermentar entre os sacerdotes o espírito do Movimento por um Mundo Melhor.” Segundo o vigário, no retiro “estudou-se muito uma nova maneira para a Renovação paroquial. O

261 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fl. 12.

262 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fl. 12.

Plano Pastoral de Conjunto²⁶³ que os Snrs. Bispos ofereceram à Igreja do Brasil trará certamente muitos frutos para a renovação da vida cristã”. A animação do Padre Salomão desdobrou-se nos registros de agosto. Sobre as atividades desse mês ele afirmava:

Estamos tentando organizar um conselho paroquial com os representantes dos vários movimentos para que melhor se estruture a vida da Paróquia. Já estamos preparando para o próximo mês de setembro um curso do Mundo Melhor, com a colaboração de vários sacerdotes de Maceió, para dar nova vida às atividades apostólicas da Paróquia. O Plano de Emergência dos Bispos do Brasil está sendo estudado em nossas reuniões das jocistas fiéis. O grupo de leigos está entusiasmado para renovar a Paróquia de São José²⁶⁴.

Assim, o “Curso de Renovação Paroquial” foi registrado, tendo sido realizado durante a semana de 15 a 21 de setembro de 1963, ministrado pelos padres Pedro Teixeira, Fernando Iório, Clóvis Pradines,

263 “A PASTORAL DE CONJUNTO (...) Nasceu na trilha de renovação eclesial efetuada pelo Concílio Vaticano II, a partir da compreensão de que a Igreja é uma rede de comunidades de irmãos e irmãs, cuja ação pastoral se dá de forma global, orgânica e articulada. Trata-se de uma mentalidade, um espírito que norteia a ação evangelizadora das dioceses. Devemos entendê-la como um esforço de aglutinação e articulação de metas e princípios na ação evangelizadora. À Pastoral de Conjunto, cabe a tarefa de promover a unidade na Igreja. Estabelecer o alicerce da estrutura pastoral calcada numa espiritualidade de comunhão. Em Puebla, em 1979, o episcopado latino-americano assim definiu a Pastoral de Conjunto: Ação global, orgânica e articulada, que a comunidade eclesial realiza sob a direção do bispo destinada a levar a pessoa e todos os membros à plena comunhão de vida com Deus. Vale lembrar que já, em 1966, a CNBB elaborou o primeiro “Plano de Pastoral de Conjunto” (1966-1970), que propunha seis “linhas de trabalho”, atualmente conhecidas como “dimensões”. Esse plano foi o embrião das atuais “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora”, até 1994 chamada “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral”. Disponível em: <https://projetoalegrando.webnode.com.br/>

264 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fl. 12.

Celso Alípio, Geraldo Vilas Boas, Humberto Cavalcante e Salomão de Barros Lima, “este último em função na Paróquia”. Cada sacerdote, respectivamente, apresentou os seguintes temas: Plano de Deus na História, Pecado – Desobediência ao Plano de Deus, Profunda e Geral Renovação Cristã, Responsabilidade da Igreja Militante, Corpo Místico – Doutrina do Corpo Místico, Encontro sobre a Fé com base na união com Deus, Plano de Emergência e Paróquia é antes de tudo uma Comunidade da Igreja Universal. De acordo com os registros, as conferências “trouxeram melhor compreensão e eficiência a todos que integraram o “Curso”, ficando estabelecidos diversos programas que servirão para a renovação espiritual e moral da Paróquia, e a firme resolução por um “Mundo Melhor”. É interessante neste registro que os nomes de todos os participantes, homens e mulheres, foram anotados, num total de 54 pessoas, entre eles 8 homens que tiveram seus nomes anotados primeiro, e as demais 46 mulheres²⁶⁵.

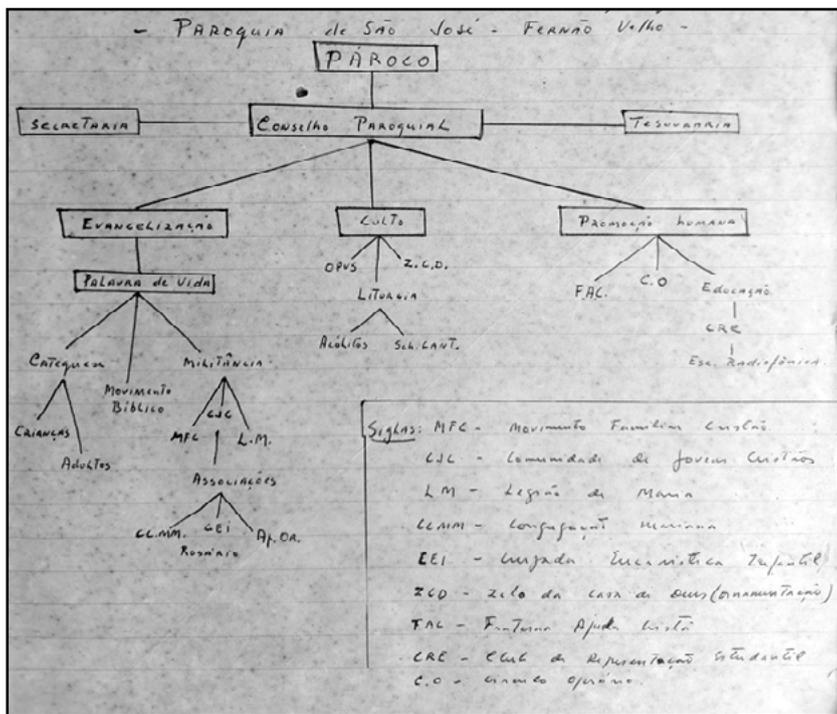
Segundo o padre Salomão, “depois deste curso do Mundo Melhor foi feito um planejamento de trabalhos apostólicos com o seguinte organograma”:

Como é possível observar no organograma da página seguinte, as atividades relacionadas à promoção humana eram: Fraterna Ajuda Cristã (FAC), Círculo Operário (CO) e Educação com atividades do CRE – Club de Representação Estudantil, que seria responsável pelas Escolas Radiofônicas. Estariam vinculados à Evangelização os grupos indicados como Militância: Comunidade de Jovens Cristãos, Movimento Familiar Cristão, Legião de Maria e as antigas associações piás Congregação Mariana, Cruzada Eucarística, Apostolado da Oração e Rosário²⁶⁶. Os esforços de reorganização da vida paroquial em um

265 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fls. 13-14.

266 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fl. 14.

Figura 4
Organograma da paróquia de São José - Fernão Velho



Fonte

ACMM. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 14.

modelo mais próximo da colegialidade inspirada no Vaticano II, da *Igreja povo de Deus*, com maior participação das bases, não desconstrói o modelo hierárquico católico. No entanto, o Conselho paroquial parece ter tido uma importância que foi-se ampliando ao longo dos anos.

Não há nenhum registro no livro de tomo para o ano de 1964. Por quê? O que teria ocorrido? É possível afirmar que isso teria se dado pela ocorrência do Golpe Militar? Pelo padrão dos registros no livro do tomo à época, observa-se que o Padre Salomão, comparativamente, foi um dos vigários que mais manteve registros sistemáticos no livro. Além disso, apesar da adesão católica, em especial da alta hierarquia de Alagoas ao Golpe de 1964, na abertura dos inquéritos policial-militares (IPM), a partir da promulgação do AI-1 (09/04/1964), houve denúncias e inquirições de sacerdotes. O Padre Salomão foi um dos cinco sacerdotes alagoanos que responderam ao IPM. Entre eles, Luiz de Oliveira Santos foi o único que chegou a ser indiciado, julgado e inocentado, em 1966²⁶⁷.

A partir de 1965, os registros paroquiais voltaram a ser feitos. Chama atenção a referência de maio, quando foi registrado o Dia das Mães, com atividades dos jovens do CRE e da CJC, e festas no Recreio Operário (Recreio Othon). A festa de São José Operário, de maio de 1966, foi anotada e, apesar de uma festa litúrgica “deslumbrante”, naquele ano teve um desfile escolar “muito fraco”²⁶⁸. Para avançar nas observações ao livro de tomo, em setembro de 1967, o Padre Salomão anotou que no dia 4, “depois de nove anos e sete meses de cura de almas na Paróquia de Fernão Velho”, o arcebispo Dom Adelmo Ma-

267 Os cinco identificados na documentação do SNI foram: Luiz de Oliveira Santos; Salomão de Almeida Barros; Teófanos Araújo; Hidelbrando Veríssimo; Humberto Cavalcanti. Ver: (Santos, 2022).

268 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fl. 15v.



chado comunicou a sua nomeação para cura da Catedral de Maceió, devido à renúncia do Monsenhor Antonio Valente. No domingo, dia 10 de setembro, segundo ele, “fez suas despedidas ao Povo de Fernão Velho, sentindo as saudades de um Pai que se ausenta dos seus filhos, pois esta era a sua família”.

(...) “Ao terminar estes nove anos e sete meses de cura das almas nesta Paróquia Operária, apesar de minhas fraquezas e deficiências, digo como o Apóstolo Paulo: “Combati o bom combate... guardei a fé... espero a coro do justo juiz e que prossiga em minha carreira. Fernão Velho, 16 de setembro de 1967. Pe. Salomão A. Barros Lima.

Após a saída do padre Salomão, a paróquia foi regida pelo Padre Delfino Barbosa Neto, entre 1967 e 1971. Sua posse se deu em 24 de setembro de 1967²⁶⁹. O livro de tomo traz vários registros das atividades religiosas e pastorais no período do Padre Delfino e algumas serão destacadas aqui, em diálogo com as transformações históricas na Igreja advindas do Concílio Vaticano II e do Golpe Militar de 1964. Primeiro registro selecionado diz respeito a nomeação como bispo auxiliar, de Dom Frei Eliseu Gomes, da Ordem Carmelita, escolhido pela Santa Sé, em 9 de fevereiro de 1968, para ajudar Dom Adelmo na tarefa de administrar a Arquidiocese. Na carta circular sobre a chegada de Dom Eliseu, o arcebispo Dom Adelmo afirmava:

Há muitos anos, como padre e como bispo, vivemos, por dentro, os problemas sociais e religiosos desta Arquidiocese, as suas alegrias e suas esperanças e participando ati-

269 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, Janeiro de 1963, fl. 20v.

vamente, com humildade e sem alarde, da marcha de seus problemas, de seus sofrimentos que não desanimam nosso povo, mais lhe retemperam e caráter nordestino e cristão e ensinam a descobrir imprevistos fortalezas e talentos escondidos, na hora em que tudo parece faltar. Vamos, assim, caríssimos diocesanos, nesta hora de renovação da Igreja, de tantos cursos e modalidades novas de fazer as mesmas coisas santas e imutáveis, pedir graças para esta Arquidiocese, agora enriquecida com mais um Bispo, escolhido por Deus e pela Igreja, para o ministério da Verdade que ilumina os caminhos, que devemos andar, portadores da esperança de um mundo melhor, alimentado pela caridade²⁷⁰.

As articulações apresentadas por Dom Adelmo entre os problemas sociais e religiosos está em sintonia com as orientações conciliares e as atividades propostas pela CNBB, como a Campanha da Fraternidade (CF), surgida nos anos 1960, com suas primeiras experiências no Nordeste. A Carta Circular sobre a CF de 1968 [Doação – “Servir com as mãos”], publicada em 23 de março, foi registrada no livro de tom-

270 A carta não foi transcrita no livro de tombo, mas anexado um recorte de jornal de sua publicação, possivelmente *O Semeador*. O início da carta de Dom Adelmo Machado inspira-se na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes – Sobre a Igreja no Mundo Atual*, publicada em 1965: “1. As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história.” Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Vale lembrar que Dom Adelmo participou das sessões do Concílio Vaticano II, de forma dedicada e com grande entusiasmo. Ver: SANTOS, I.M.F. A recepção do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Maceió. 2022. Disponível em: https://youtu.be/_kYW6sGQIKc?si=GBm-cVpajjg5YAzIL.

bo de Fernão Velho²⁷¹. Nela D. Adelmo aborda de forma crítica temas preocupantes nacionais e internacionais, naquele contexto: (a) o desenvolvimento econômico, técnico e “progresso material” – “o mundo parece que estremece em sua marcha acelerada, batida em todos os caminhos e atravessando todas as rotas do espaço”; “automação das indústrias”, “mudança do estilo de locomoção e de fazer as coisas” – “é tal e tanta que está trazendo perplexidade a muitos, e até estonteando a quantos estão perdendo o sentido do que é perenemente, irredutivelmente estável no homem”; (b) o progresso material para ser “verdadeiro” deve, segundo o arcebispo, trazer melhorias morais, espirituais e também solidariedade – “desenvolvimento sem justiça social (...) diz a História, mestra da vida (...) [é] uma força formidável para as maiores desgraças”; ele usa para comprovar seu argumento os exemplos da Rússia e EUA, em seus “choques brutais em perspectiva dolorosa” desses dois “colossos da técnica”; também faz menção ao “paradoxismo da massa humana fanatizada que é a China continental comunista”; ainda menciona “o choque armado de Israel super-tecnizado e o mundo árabe, messiânico e prenhe de ódio secular contra os judeus”; (d) por fim, o arcebispo faz menção ao Brasil – “O Brasil será dentro de poucos anos, o que nós agora quisermos”. “Na vida do homem e das comunidades, há horas decisivas que marcam a vida, fazem o destino”. Segundo ele, “Brasil país do futuro, é assim que nos chamam, na Europa. Diríamos melhor, Brasil, país do presente decisivo, do momento, da curva reversível, da hora de ter mais para ser mais, ou de ter mais para degradar-se, para escravizar-se, para ser menos”. Cita como reforço argumentativo a Encíclica *Populorum Progressio* (Progresso dos Povos), de Paulo VI: “O homem pode construir a terra sem Deus, mas essa terra construída sem Deus, acabará destruindo o homem”.

271 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 22v.

Uma carta circular sempre traz muito mais do que promete. É possível compreender a Carta Circular sobre a CF de 1968, pelo reforço da prática da caridade e da doação, fim último da Campanha, mas também pela difusão de um discurso sociorreligioso de reforço da posição da Igreja na sociedade, que buscava denunciar os diferentes conflitos e tensões presentes na sociedade naquele momento, ao mesmo tempo em que expunha soluções baseadas na sua perspectiva moral. Como é canonicamente orientado, todas as cartas circulares e pastorais dos bispos deveriam, obrigatoriamente, ser registradas nos livros de tomo das paróquias, mas também lidas durante a missa dominical. Assim, os discursos da hierarquia com as novas perspectivas conciliares iam penetrando, com resistências ou não, no cotidiano da vida comunitária.

Nesse sentido, percebe-se em outros registros da paróquia, como dizia Dom Adelmo, os “cursos e modalidades novas de fazer as mesmas coisas”: clube de mães²⁷²; encontro extra de evangelização para esclarecer o culto das imagens conforme o Vaticano II; a presença da equipe do MEB para estudos sobre relações humanas²⁷³; a participação de um grupo representativo de Fernão Velho, “coordenado pelo vigário”, quando Dom Hélder Câmara esteve em Maceió para falar sobre o Movimento Justiça e Paz²⁷⁴; reunião na casa paroquial para estudar os problemas da Educação, com presença de representantes do

272 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, fl. 24.

273 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, fl. 24. No dia 09 de julho de 1968, na Vila Goiabeira, encontro extra de evangelização para esclarecer o culto das imagens. No dia 29 de julho de 1968, a paróquia recebeu a equipe do MEB que atuava em Colônia Leopoldina para o estudo das relações humanas.

274 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, fl. 30. Dia 12 de novembro de 1968.

governo do estado e do município e o gerente da Fábrica Carmen²⁷⁵; início de curso sobre Comunidade Eclesial de Base na paróquia²⁷⁶; constituição de Conselho comunitário de Fernão Velho, coordenado pelo vigário Padre Delfino e secretário o Sr. Péricles Bertolino Café, representante do Círculo Operário, sendo conselheiros sem nomes registrados, os seguintes presidentes: Gerente da Fábrica Carmen; do Sindicato; da Caixa Beneficente; da Colônia de Pescadores; do Círculo Operário; da Cooperativa; da Sociedade Recreativa Othon; da Coligação de desportos; o subdelegado e vigário da paróquia²⁷⁷. Destaca-se também, como atividade, a festa de São José Operário de 1º de maio de 1970, na qual “depois do novenário” estudou-se a “Luz dos Povos” [*Lumen Gentium*], constituição dogmática do Concílio Vaticano II²⁷⁸. O arcebispo parecia não considerar que as novas modalidades pudessem alterar o conteúdo. Porém, ocorria uma mudança de postura e de *práxis* que foi, de fato, responsável por mudanças teológicas significativas, ao ponto de se elaborar toda uma “nova teologia”. A *forma-modalidade*, conformava novos conteúdos, novas práticas, discursos e entendimentos da experiência religiosa católica no mundo capitalista.

Ao mesmo tempo em que um “novo” despontava na Igreja, as “paixões nacionais” eram bem utilizadas pelos militares para a sua propaganda e isso não passou sem registro na paróquia. No livro de tombo, em 21 de julho de 1970 (fl. 42) dizia-se o seguinte:

275 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 30. Dia 23 de novembro de 1968.

276 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 33v. Dia 13 de abril de 1969.

277 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 33v e 34. Dia 27 de abril de 1969.

278 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 41. Dia 1 de maio de 1970.



No horário das 19:00hs na matriz de S. José celebrou D. Eliseu Maria Gomes de Oliveira, ocasião em que conferiu o sacramento da confirmação a 13 jovens de nossa comunidade. Um dos componentes do escrete brasileiro é nosso paroquiano Zagalo. Brasil tri-campeão mundial.

A vitalidades das atividades pastorais desenvolvidas na paróquia São José, sofreram um revés. Na documentação do Arquivo da Cúria, encontra-se uma carta datilografada, datada de 20 de fevereiro de 1971, assinada pelas lideranças das “Agremiações da paróquia”, dirigida ao arcebispo, solicitando a permanência de Padre Delfino como vigário, uma vez que ele seria transferido para Passo de Camaragibe²⁷⁹. Não foram atendidos e, em 28 de fevereiro de 1971, assumiu como vigário ecônomo o padre Estevão da Rocha Lima²⁸⁰, com votos de man-

279 ACMM. Caixa 18, Pasta 14 - Fernão Velho. A carta enumera oito razões para a permanência do padre Delfino como vigário, por sua “atuação durante três anos e cinco meses junto ao povo”. Resumidamente: Assistência religiosa; Organização do conselho; Assistência religiosa das crianças; Dinamização da vida missionária paroquial; Assistência social às famílias em situação socioeconômica precária; Organização do Movimento Universitário; Organização do Conselho Comunitário; Incentivo ao setor educacional da área com a criação da Escola paroquial São Tomás de Aquino e curso de admissão noturna para jovens. Assinaram a carta: Anací América (pelo Conselho Paroquial de Fernão Velho); Maria Alayde de Silva Rocha (pelo Conselho Paroquial de Goiabeiras); Apolonio Cristino da Silva (pelo Conselho Paroquial de V. Pedreiras); Leni da Rocha Santos (pelo Conselho Paroquial de Rio Novo); Conselho comunitário: Carlos Alberto M. Vila Nova (Clube dos Jovens); Veríssimo Ferreira (Caixa Beneficente); Herminio Cardoso (Sindicato); José Antonio dos Santos (Colônia de Pescadores); Benedito da Rocha (Coligação dos Desportos); José Maria Xavier de Menezes (Conselho de Educação); Pérciles Bertolino Café (Círculo Operário); Pedro Martins Santos (Congregação Mariana).

280 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 45. Estevão da Rocha Lima nasceu em 1930, em Anadia, Alagoas, onde fez o curso primário no Grupo Escolar Rui Barbosa. Ingressou no Seminário Provincial de Maceió, onde cursou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1953. No exercício do Ministério Pastoral, foi, sucessivamente, Pároco de Anadia, Murici, Santa Isabel do Rio Preto, Maribondo, Passo e Matriz de Camaragibe e Fernão Velho. Não se sabe a data exata em que deixou o sacerdócio. Atuou como promotor público e faleceu aos 90 anos em Maceió, vítima da pandemia de Covid-19.

ter o “espírito de renovação litúrgica”. Porém, entre 1971 e 1975 foram poucos os registros feitos no livro. Entre eles, sobre o dia 28 de junho de 1971 (fl. 46), foi mencionada a presença de D. Fernando Gomes, bispo de Goiânia, como pregador do retiro do clero na arquidiocese. Em 26 de maio de 1974, a posse do novo bispo coadjutor com direito à sucessão e administrador apostólico da arquidiocese de Maceió, D. Miguel Fanelon Câmara Filho. Este, no dia 01 de janeiro de 1975, celebrou missa em Fernão Velho e anunciou a saída do então, Cônego Estevão (fl. 48v).

Na sequência, foi registrada a ata de posse de mais um novo vigário, em 22 de fevereiro de 1975 (fl. 49), o Padre Luiz de Oliveira Santos, da qual participaram várias comunidades, entre elas as de Viçosa, Matriz de Camaragibe, Taboleiro e Fernão Velho. A primeira atividade anotada pelo novo pároco, no dia 26 de fevereiro de 1975, foi a tentativa de reorganizar o conselho paroquial, sem sucesso, pela falta de presença de vários conselheiros. No mesmo dia foi registrada a presença do Padre Delfino que foi se despedir da cidade para no dia 27 seguir viagem para a Colômbia²⁸¹. A saída do padre Delfino parece ter desarticulado os esforços feitos nos anos anteriores. A partir daí as informações no livro de tombo vão diminuindo consideravelmente. Tanto que, na visita pastoral de 28 de outubro de 1990, o então arcebispo D. Edvaldo Amaral, escreve no livro de próprio punho o seguinte:

Nota da Visita Pastoral.

Noto que esta paróquia tem uma antiga tradição, iniciada na sua fundação em 1947, de registrar poucos fatos neste livro de tombo. Pelos anos de existência da paróquia, devia

Disponível em: <https://teclat.com.br/promotor-de-justica-aposentado-estevao-da-rocha-lima-morre-vitima-da-covid-19/>.

281 ACMM. Armário 27. Livro de tombo de Fernão Velho, fl. 50.



haver já vários livros inteiramente preenchidos. Ao invés disso, pouco se sabe por esse livro dos fatos importantes acontecidos nesta paróquia, das realizações dos vários párocos, das visitas do Bispo, das determinações da Arquidiocese etc. Recomendo que agora, de agora em diante, sejam registrados aqui cuidadosamente todos os fatos notáveis ocorridos na paróquia, na diocese e na Igreja. Maceió, 28 de outubro de 1990, +Edvaldo G. Amaral²⁸².

Para não acusar o Padre Luiz de recalcitrante, houve um pequeno aumento das entradas, mas o livro continuou a ser pouco preenchido. E, dois anos após a visita, foi feita uma tentativa de resumo histórico da vida paroquial a partir da folha 54. Como a intenção não é acompanhar, pelo livro, todo o processo histórico da paróquia, mas destacar as relações com os operários, o contexto da Ditadura Brasileira e as mudanças no catolicismo, abaixo vê-se uma síntese à passagem do padre Luiz Santos pela paróquia, nos seguintes termos:

1992 à 1998. No período de início de dezembro do ano de 1992 a março de 1998, estive à frente de nossa paróquia o Reverendíssimo Cônego (*in memoria*) Padre Luiz Santos de Oliveira (sic), como consta em nossos anais. Aqui queremos deixar registrados que por motivos de força maior nada encontramos subscritos desse período mencionado acima. Porém fomos informados pelos paroquianos do seu excelente trabalho e zelo pastoral por esta grei. Sua transferência se deu no início de março do ano de 1998, durante a festa maior do nosso Padroeiro o Glorioso São José. Tal transferência não se deu por punição, mas por reconhecimento de seus dotes pastorais, o então Arcebispo da nossa arquidio-

282 ACMM. Armário 27. Livro de tomo de Fernão Velho, fl. 51.



cese Dom Edvaldo Gonçalves Amaral, através de promulgação o faz pároco da paróquia de Levada, que está sobre proteção de N. Senhora das Graças. Aqui nossos agradecimentos ao nosso antecessor Cônego Luiz Santos que ofereceu que sua consagração sacerdotal 23 (vinte e três) anos dedicados a esta paróquia, que Deus lhe dê a recompensa no Céu, a Salvação²⁸³.

Se fôssemos considerar somente os registros, ou a falta deles, a impressão seria que a vida paroquial de Fernão Velho estivesse estagnada. Mas, pelo resumo apresentado e tendo em vista outras fontes no Arquivo da Cúria, as décadas seguintes parecer ter seguido o ritmo das alterações pastorais, acompanhando as transformações históricas do catolicismo no Brasil.

CATÓLICOS E COMUNISTAS

O cotidiano da paróquia São José de Fernão Velho, como visto, foi naquelas décadas um ambiente que articulava as lutas políticas e as mudanças religiosas. Deste modo, aproximações e/ou conflitos entre católicos e comunistas seriam inevitáveis. O padre Salomão, anos após a sua saída da paróquia São José Operário, em 1974, ao escrever uma carta endereçada à reitoria da Ufal, narrando sobre sua trajetória política e eclesial – na intenção de dirimir quaisquer dúvidas em relação à sua ideologia – afirmava que as atividades desempenhadas por ele e outros sacerdotes no Soral (Serviço de Orientação Rural da Arquidiocese de Maceió) e nos sindicatos rurais, entravam em choque

283 Segundo foi possível apurar, através das edições do jornal *O Semeador*, o Padre Luiz de Oliveira Santos faleceu em dezembro de 2004, sem referência exata do dia, como cônego.

com os sindicatos sob influência dos comunistas do C.G.T (Comando Geral dos Trabalhadores).

Fui ameaçado de morte pelos comunistas no sindicato do Pilar e queriam até me raspar a cabeça em Saúde, como ordenara o Snr. Nilson Miranda, mesmo assim enfrentei várias vezes o perigo, tentando dialogar com as diretorias destes sindicatos que tinham a orientação do C.G.T. para levá-los a uma ideia cristã da justiça social. A nossa orientação era tão diferente da adotada pelo P.C. [Partido Comunista], que, para comprovar esta afirmação, basta um exame nas edições da “Voz do Povo”, órgão comunista de Maceió, que constantemente nos acusavam de enganadores do povo a serviço dos patrões²⁸⁴.

A concorrência entre católicos e comunistas, pela consciência dos/as trabalhadores/as e sua adesão às tarefas da militância religiosa e política naqueles anos, produziu como afirmado, diferentes discursos e práticas que exprimiam suas divergências, aproximações e distanciamentos. No jornal *A Voz do Povo*²⁸⁵, nos exemplares acessados,

284 AN. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação n° 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7. Referência: Telex 7901/72-AC (LDB), de 12 jun. 73. Difusão: AC /SNI. Anexos: 1 - Cópia do artigo “Primazia do Trabalho”, publicado na Gazeta de Alagoas dia 31 mar 64; 2 - Cópia de declarações do nominado. Obs.: cópia digital, 17 folhas.

285 O jornal “A Voz do Povo” foi o órgão oficial de imprensa do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Alagoas. Teve uma existência de aproximadamente 18 anos, marcada por diversas interrupções em sua publicação, por proibições, fechamentos, empastelamentos e apreensões. Foi considerado um dos principais instrumentos de ação desse partido no estado, tendo integrado uma rede (ou cadeia) de jornais populares que o Comitê Central do PCB havia decidido criar, entre 1945-1946, em todas as capitais do país. Segundo Nilson Miranda, um de seus diretores, o jornal foi uma “[...] iniciativa cultural e teórica do Partido Comunista, visando divulgar sua linha política, defender o socialismo,

ainda em 1963, – momento, como visto, de grande dinamismo religioso que se desdobrava nas atividades em Fernão Velho, - duas notas fazem menção aos católicos. A primeira de 21 de abril de 1963, intitulada “Nova encíclica do Papa defende coexistência pacífica”, refere-se à *Pacem in Terris*, publicada em 11 de abril.

Desse modo, a encíclica de João XXIII é mais um passo que dá a Igreja em relação ao problema da paz sobre a terra, embora tenha ainda suas limitações, em decorrência da falsa compreensão da essência do capitalismo por sua natureza guerreira, e do socialismo cuja essência é a paz e a felicidade dos povos²⁸⁶.

Outra nota²⁸⁷, de 04 de agosto de 1963, faz referência ao espancamento do líder sindical José Pedro Lima, de União dos Palmares. No momento da violência sofrida ele estava saindo de uma reunião do

a paz mundial, e a luta do nosso povo por uma sociedade sem classes”. (A Voz do Povo. Edição comemorativa. Maceió: jan. [?], 1985. p. 5.). Não há consenso quanto ao ano de sua fundação, 1946 ou 1947, havendo hipótese de que o primeiro exemplar tenha circulado em 1º de maio de 1946. Circulou normalmente até 1948, tendo como diretor André Papini de Gois, quando teve sua publicação paralisada em função da cassação do registro do PCB em 1947, seguida pela cassação dos mandatos dos deputados comunistas da Assembléia Legislativa de Alagoas, (André Papine de Gois, Moacir Andrade e José Maria Cavalcanti). O jornal manteve-se fechado até 1951, quando foi reaberto sob a direção de Osvaldo Nogueira. Entre 1951 e 1963 foi fechado e empastelado diversas vezes. Nesse período teve como diretores Jayme Miranda e Nilson Miranda. Sua última edição foi publicada em 1º de abril de 1964 quando ocorreu o empastelamento do jornal e a queima dos seus exemplares por forças policiais e/ou paramilitares. Jayme Miranda, seu último diretor, foi sequestrado em 04 de fevereiro de 1975 na cidade do Rio de Janeiro pelo DOI-CODI, e integra a lista dos “desaparecidos” políticos do regime militar. Atualmente o PCB-AL mantém um portal online de notícias com o mesmo nome. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/a-voz-do-povo>.

286 CPDHis. Acervo digital. A Voz do Povo. 21/04/1963, p. 3.

287 CPDHis. Acervo digital. A Voz do Povo, 04/08/1963, p. 3.

SORAL, que era o órgão de formação de lideranças vinculado à Igreja Católica e à sua doutrina social. A solidariedade e indignação demonstrada pelos comunistas via imprensa, indicaria como, em certos momentos, principalmente nas circunstâncias de embate com as forças políticas e econômicas do estado, esses campos foram aproximados, quando não confundidos, pelos seus inimigos de classe.

Perseguir o fio das relações entre católicos e comunistas em Alagoas é um trabalho de pesquisa de fôlego, que necessita articular o que foi produzido sobre os dois temas²⁸⁸, além de avançar na busca de fontes, incluindo a produção de entrevistas. Também é necessário ampliar a compreensão do que é o campo religioso católico. Neste caso, inserir a atuação da Igreja Católica Brasileira (ICAB) e a sua Patrulha Nacional Cristã (PNC), duas frentes de apoio religioso ao Golpe e à Ditadura, pouco estudadas e que foram articuladores anticomunistas de grande penetração popular e certa influência cultural e política (Macedo, 2016) (Oliveira, 2023) (Ferreira, 2018). Os catolicismos, em suas vertentes mais conservadoras ou tradicionalistas, - especialmente aqueles que rejeitaram de todo ou em partes as proposições conciliares do Vaticano II -, são uma das bases mais importantes de elaboração das justificativas ideológicas e de fortalecimento do anticomunismo na sociedade brasileira, e estão, como se sabe, aliados às burguesias e comprometidos com uma perspectiva socioeconômica e política. No geral, mesmo quando apresentam projetos políticos e religiosos próprios, com propostas de reformas sociais, reforçam a ordem neoliberal, quando não, aderem explicitamente ao fascismo.

De todo modo, para ao menos indicar alguns caminhos, pode-se observar na documentação disponível do SNI o fortalecimento de um anticomunismo, entendido aqui como *ideologia* no sentido

288 Na bibliografia o leitor poderá verificar as obras de maior referência em Alagoas.

“forte”²⁸⁹ (Konder, 2020), durante a Ditadura Brasileira, que atingiu a todos/as os/as militantes de movimentos sociais, indiscriminadamente. Para isso, atenta-se somente para a experiência histórica trazida no texto, das atividades religiosas e políticas mencionadas desenvolvidas em Fernão Velho e, dos/as sujeitos/as que delas participaram ou frequentaram.

Primeiro, é notável que dos vigários que passaram pela paróquia entre as décadas de 1960-1990, três deles (Salomão, Delfino e Luiz) foram vigiados pelo SNI; e, como dito, somente o padre Luiz Santos sofreu processo IPM, em 1964, mas por atividades desenvolvidas em Matriz de Camaragibe, nos sindicatos rurais. E, tanto Salomão, quanto Luiz foram associados às atividades do Soral. Sobre o padre Salomão Barros tem-se um dossiê do SNI que acompanha a sua trajetória, analisado em outro trabalho (Santos, 2022), que inclui a atividade *Comunidade de Jovens Cristãos*, articulada em Fernão Velho e na Catedral de Maceió. Sobre esse grupo, diziam os agentes do SNI que funcionava “dentro do esquema internacional do comunismo que inclui todas as organizações religiosas católicas como meio ideal de infiltração e influência na juventude desavisada”²⁹⁰.

289 Segundo Leandro Konder (2020, p. 18-19) o sentido *forte* do conceito de ideologia, é “crítico negativo”, enquanto o sentido *fraco*, seria “neutro”. Essa construção é resgatada por ele a partir do trabalho de Michel Löwy, que por sua vez comenta a partir de Bobbio e Stoppino. “O significado *fraco* é aquele em que o termo designa sistemas de crenças políticas, conjuntos de ideias e valores cuja função é a de orientar comportamentos coletivos relativos à ordem pública. O significado *forte* é aquele em que o termo se refere, desde Marx, a uma distorção no conhecimento. (...) “O conceito de ideologia no seu sentido “forte”, trouxe para o pensamento contemporâneo a exigência de se defrontar com uma questão crucial, inescamoteável, extremamente instigante, que o obriga a um autoquestionamento radical e o desafia a uma autorrenovação dramática” (p. 19). Já Terry Eagleton (1997) afirma: “Talvez a resposta mais comum seja afirmar que ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante”.

290 ARQUIVO NACIONAL. Assunto Comunidade de Jovens Cristãos. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69005624_d0002de0002. Informação nº 280/SNI/ARE/SC 1, 11 de

Já sobre o padre Delfino Barbosa, a única referência encontrada no Arquivo Nacional, diz respeito à sua viagem para a Colômbia, registrada, como visto, no livro de tombo da paróquia São José. Na informação da Agência Recife, nº 032 de 30 de maio de 1975²⁹¹, que traz um compilado de resumos sobre diferentes eventos e atividades católicas na América Latina, incluindo a Assembleia Geral do Conselho Mundial das Igrejas, uma carta pastoral de Dom José Maria Pires, depoimentos de Dom Hélder em inquérito policial sobre o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira Neto, ocorrido na cidade de Recife em maio de 1969 e, fotocópias de várias cartilhas e materiais pastorais da Arquidiocese de Olinda e Recife. A menção ao padre Delfino, foi feita na referência ao Curso no Instituto Pastoral do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), em Medellín-Colômbia, “que ocorreu em março de 1975, no seu segundo ano de funcionamento, com 108 alunos precedentes de 18 países latino-americanos”. O curso, segundo a informação do SNI, se estenderia até o final do ano, com os temas Teologia, Realidade Americana e Perspectivas Pastorais. Dos nove brasileiros, somente foram mencionados diretamente o Monseñor Arnaldo Cabral de Souza, vigário-geral da Arquidiocese de Olinda e Recife, e o Padre Delfino Barbosa, da Arquidiocese de Maceió. A escolha do Padre Delfino para participar de tal atividade, possivelmente se deu por sua experiência destacada nas ações pastorais inovadoras.

As menções a Dom Hélder Câmara são quase onipresentes na documentação do SNI e suas atividades religiosas, em Maceió, foram acompanhadas de perto pelos agentes do Exército. Tanto suas

julho de 1969. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

291 ARQUIVO NACIONAL. Assunto Atividades católicas na América Latina. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_75083304_d0001de0003. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

palestras²⁹², mencionadas no tombo de Fernão Velho, quando as suas visitas de cortesias ao episcopado local²⁹³.

Observando algumas das referências, especialmente sobre Dom Adelmo Machado, Dom Eliseu Gomes e Dom Miguel Fenelon Câmara, é importante ter em mente que as avaliações sobre a ideologia do episcopado nacional, feitas pelo SNI, não podem ser tomadas como uma expressão fiel do pensamento, ação política e comportamento dos bispos (Gomes, 2014). As classificações operadas pelos

292 No documento br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70013361_d0008de0010 do fundo SNI do Arquivo Nacional 99 páginas digitalizadas, composto de recortes de jornais, relatórios da espionagem, transcrições de palestras e resumos das atividades de Dom Hélder Câmara em diferentes cidades do Brasil e do exterior no ano de 1968. Dele nos interessa as duas transcrições que trazem resumos das palestras ministradas pelo arcebispo de Olinda e Recife, na cidade de Maceió: no Teatro Deodoro em 12 de novembro de 1968 e no auditório Santíssimo Sacramento do Colégio Marista, em 13 de novembro de 1968. As duas palestras tinham por objetivo divulgar a Campanha Ação, Justiça e Paz, voltada para formação de grupos de base que pudessem se organizar para “reforma das estruturas através de processos democráticos”. A leitura crítica da fonte permitiria observar como se davam as articulações de Dom Hélder Câmara através de sua atuação na CNBB, no CELAM e no Regional Nordeste II, as suas aproximações e distanciamentos pastorais com o Arcebispo de Maceió Dom Adelmo Machado; e, sua importância como liderança de referência para esquerda católica e o movimento estudantil em Alagoas, que, à época, lidavam com o avanço sistemático da repressão. Tal documento possibilita, por fim, analisar os discursos construídos pela espionagem em torno da ação política e social da Igreja católica durante a Ditadura Militar. ARQUIVO NACIONAL. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70013361_d0008de0010.

293 Inclui a Informação 252/S2-74 produzida pelo 59º Batalhão Motorizado do Exército em Maceió sobre a solenidade de posse de Dom Miguel Fenelon Câmara. O documento foi assinado pelo Coronel Comandante do Batalhão Laury Capistrano da Silva. Recordase que Dom Hélder era primo de Dom Miguel, portanto sua presença estava mais que justificada. O relatório acompanha toda a solenidade, registrando com alguns detalhes as falas e presenças das autoridades. Faz comentários mordazes sobre a presença de Dom Hélder: “A presença de D. Helder, na área constitui, sem dúvida um motivo de grande constrangimento, inclusive entre alguns sacerdotes”. Ao “narrar” uma fala de D. Hélder, ao final do relatório, completa: “Libertaremos os militares, homens como nós, também eles filhos de Deus, porque terá chegado o dia em que, de suas espadas eles forjarão relhas de arados e de seus [ilegível] foices...” “E por que não completou foices e martelos? Porque provavelmente perderia a batina!...” ARQUIVO NACIONAL. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_8000812_d0001de0001.

agentes com fins de manutenção da vigilância, ou quando necessário, do seu ponto de vista, de perseguição violenta, davam-se em diferentes categorias: *conservador*, *moderado*, *reformista-pastoralista*, *reformista-progressista* (ou *de linha progressista*). Tais categorias poderiam variar no tempo, de acordo com novas informações, constantemente acumuladas nas Agências regionais e central, e de tempos em tempos, compiladas e avaliadas por “analistas”. Como exemplo, a informação nº 175/119 da Agência Recife, de 12 de março 1976, encaminhada para a Agência Central no Rio de Janeiro, traz como assunto “Dados sobre o clero católico”, com foco nas dioceses da região nordeste. Sobre a Província Eclesiástica de Alagoas, composta da Arquidiocese de Maceió, Diocese de Penedo e Diocese de Palmeira dos Índios, tem-se a seguinte classificação dos seus bispos.

- a) Arquidiocese de Maceió
 - 1) D. ADELMO MACHADO CAVALCANTI (sic) – Arcebispo
Classificação: Conservador. Demonstra tendência democrática. Reconhece os benefícios advindos com a Revolução de 31 Mar 64.
 - 2) D. MIGUEL FENELON CÂMARA FILHO – Arcebispo
coadjutor e Administrador Apostólico
Classificação: Conservador. Demonstra tendência democrática. Apoia os ideais da Revolução de 31 Mar 64.
 - 3) D. Eliseu Gomes de Oliveira – Bispo Auxiliar
Classificação: Conservador. Não demonstra tendência política.

- b) Diocese de PALMEIRA DOS ÍNDIOS
 - 1) D. OTÁVIO AGUIAR – Bispo
Classificação: Conservador. Não demonstra tendência política.

- c) Diocese de PENEDO
- 1) D. JOSÉ TERCEIRO DE SOUZA – Bispo
Classificação: Reformista-Pastoralista. Demonstra tendência democrática. Apoiava a política desenvolvimentista do Governo Federal²⁹⁴.

Para finalizar, tem-se o contraponto, na classificação dada sobre as arquidioceses de Olinda e Recife e da Paraíba, destacam-se as classificações dadas à Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Pinto Carvalheira²⁹⁵:

- 2. PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE PERNAMBUCO
 - a. Arquidiocese de OLINDA e RECIFE:
 - 1) HELDER PESSOA CÂMARA – Arcebispo
Classificação: Reformista-Progressista. Demonstra tendência socialista. É contrário aos ideais da Revolução de 31 Mar 64. Mantém linguagem usada pelos marxistas. Estimula a luta de classe. Hostiliza o Governo da Revolução de 31 Mar 64 e insiste em denegrir a imagem do BRASIL no exterior.
- 1. PROVÍNCIA ECLESIASTICA DA PARAÍBA
 - a. Arquidiocese da PARAÍBA
 - 1) D. JOSÉ MARIA PIRES – Arcebispo
Classificação: Reformista-Progressista
Demonstra tendência socialista. Prevê o fim da sociedade ocidental, a realização de uma aliança com os marxistas e a formação de uma sociedade socialista. É contrário aos ideais da Revolução de 31 Mar 64.

294 Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76098974/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76098974_d0001de0001.pdf Data de acesso: 09/12/2023.

295 Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76098974/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76098974_d0001de0001.pdf Data de acesso: 09/12/2023.



- 2) D. MARCELO PINTO CARVALHEIRA – Bispo Auxiliar
 Classificação: Reformista-Progressista
 Demonstra tendência socialista. Mantinha ligações com subversivos, hominizando-os nos Seminários de OLINDA e RECIFE, impedindo diligências dos Órgãos de Segurança. Ensinava princípios marxistas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE FUTUROS PERCURSOS DE PESQUISA

A abordagem de temas ainda pouco estudados na historiografia alagoana tende a abertura de muitos caminhos, ou soltura de muitos fios que são difíceis de serem amarrados de uma única vez. Por isso, este texto peca em não conseguir, ao final, articular com rigor todos os problemas e elementos trazidos durante o processo em análise. Dito isso, e apesar do caráter ensaístico, considera-se que a experiência histórica religiosa da paróquia São José Operário de Fernão Velho, ao ser observada, esclareceu parte do processo de recepção do Concílio Vaticano II, na Arquidiocese de Maceió, mas também como se deram os passos iniciais de uma práxis religiosa que se configurou em um dos mais frutíferos movimentos cristãos na América Latina, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação. Foi visto que a “identidade religiosa” da paróquia, se baseava na realidade dos/as operários/os da Fábrica Carmen. *Na oficina de José*, como diz o poema de Casaldáliga, uma perspectiva cristã foi elaborada no cotidiano, na articulação entre *fé e vida*. Se “*Deus se fez classe*”, ao se encarnar e sofrer as labutas da vida humana, os cristãos de Fernão Velho “se fizeram classe”, na experiência das lutas sindicais e comunitárias por seus direitos e por dignidade. Percepção que dialoga com Thompson (2019), no “fazer-se da classe trabalhadora”.



Outra consideração diz respeito à atuação dos agentes católicos que sofreram de perto a vigilância ou perseguição do regime. Do ponto de vista da repressão, o perigo para a manutenção do poder dos militares estava, exatamente, naqueles/as sujeitos/as que trabalhavam para “estimular a luta de classes”. Assim, católicos e comunistas, em Alagoas, foram enquadrados e quanto mais próximos de um certo viés “marxista” ou do que se entendia como “marxista”, pior. A documentação permite inferir que nenhum deles, pelo menos do que se sabe até agora, aderiu a uma perspectiva “marxista” ou “comunista” como horizonte na sua atuação política ou religiosa. A “construção do Reino de Deus na terra”, para usarmos uma expressão muito cara aos militantes das CEBs e da TL, se aproximava das lutas da esquerda, pelo menos no que diz respeito às melhorias das condições de vida da maioria da população brasileira e, posteriormente, a garantia dos direitos à participação política. Em Alagoas, a desigualdade era tão gritante naquelas décadas que qualquer sinal de organização da classe trabalhadora, seja ela operada pelos comunistas ou pelos católicos, gerava um alerta geral na classe dominante. E, por isso, os embates e perseguições sofridas por alguns agentes católicos foram sistemáticos.

Espera-se que este texto possa estimular jovens pesquisadores/as e um maior diálogo entre os/as colegas das áreas de História Social do Trabalho e das Religiões. Também que as hipóteses aqui apresentadas possam ser discutidas, validadas ou não, a partir de pesquisas empíricas e análises pertinentes.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Armário 27. **Livro de tomo de Fernão Velho**. Maceió: ACMM, 1947-1999.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Caixa 18, Pasta 14 - **Fernão Velho**. Maceió: ACMM, 1947.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial; Eduneal; Fapeal, 2022.

AMARAL, Deivison; CORRÊA, Larissa R. O catolicismo e os mundos do trabalho: projetos e práticas no associativismo e circulismo católico. *In.*: FREIRE, A.; AMARAL, D.; SYDOW, E. (org.) **Religião e democracia: desafios contemporâneos**. São Paulo: Alameda, FAPERJ, 2022. p. 111-141.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Assunto Comunidade de Jovens Cristãos. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69005624_d0002de0002. Informação nº 280/SNI/ARE/SC 1, 11 de julho de 1969. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 05/04/2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação nº 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima - 7.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_75083304_d0001de0003. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 05/04/2020.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**: anotações para uma história da Igreja no Brasil (ensaio de interpretação). Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II, 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, Educam, 2005.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA. **A Voz do Povo**. Acervo digital, 1963.

COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ. **Memória e Compromisso**: a participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e Anistia política. Brasília: Ministério da Justiça; Anistia, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora**, “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral”. Disponível em: <https://projetoalegrando.webnode.com.br/>. Acesso em: 23/06/2023.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Os fios tecidos da memória**: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962. Orientador: Marcos Tadeo Del Roio. 2017. 277f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unesp, Marília, 2017.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Igreja e desenvolvimento – o Movimento de Natal**. In.: PEIXOTO, Renato Amado (org.). Igreja e desenvolvimento – o Movimento de Natal. Natal/RN: Jovens escribas, 2019.



FERREIRA, Jonatha da Silva. A nata juramentada e o corpo de juramentados da Patrulha Nacional Cristã. *Quaestionis Documenta* – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Ano III, N° 3, 2018, pp. 153-163.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum:** militares e civis na ocultação dos documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira:** a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação.** Religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

MACEDO, Michelle. Por Cristo e pela Pátria: o catolicismo da Patrulha Nacional Cristã em combate contra o materialismo do mundo moderno (décadas de 1950 e 1960). In: RODRIGUES, Cândido; PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Olhares sobre os catolicismos no Centro-oeste, Nordeste e Norte do Brasil.** Cuiabá: EdUFMT, 2016, p. 227-256.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil, 1916-1985.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus:** Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Uma confluência pela “libertação”:** CEBs, cultura política e organização popular na Arquidiocese de Maceió (1967-1991). Maceió: Edufal, 2019.

MELO, Airton de Sousa. **Operários têxteis em Alagoas:** organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964). 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MELO, Airton de Souza; MOURA, Anderson Vieira. Uma greve espontânea em Fernão Velho: comissão operária, justiça do trabalho e repressão patronal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo, julho 2011.

MINUBE. Disponível em: https://www.minube.com.br/sitio-preferido/fernao-velho_-maceio_al-a3634645#. Acesso em: 25 jun. 2024.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE ALAGOAS.

Templos católicos em Maceió. Disponível em: <https://misa.al.gov.br/acervo/templos-catolicos-de-maceio>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MOURA, Anderson Vieira. **O partido dos operários:** comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961). Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Documentar a ditadura:** arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

NETO, Adauto Guedes. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar:** relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2014.

OLIVEIRA, Fabrizia Santana da Silva. **“Por Cristo e pela Pátria”:** aspectos político-religiosos na instauração da Igreja Católica Apostólica Brasileira em Alagoas (1970 a 1973). 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado Brasileiro**: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SALDANHA, Alberto (org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

SANTOS, Everson Cardoso dos; SAMPAIO, Cláudio Luis Santos. A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal. Revista de Gestão Costeira Integrada - *Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 2013, 13(4).

SANTOS, I. M. F. Padres Agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do Padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). In: **Dinâmicas religiosas na História**: perspectivas socioculturais e políticas em debate. Curitiba: CRV, 2022. (Coleção: Histórias PPGH-Ufal).

SANTOS, I.M.F. A recepção do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Maceió. **Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER-Ufal)**, 2022. Disponível em: https://youtu.be/_kYW6sGQIKc?si=GBmcVpajjg5YAzIL. Acesso em: 20/06/2023.

SANTOS, I.M.F.; VASCONCELLOS, P. L. **Dinâmicas religiosas na História**: perspectivas socioculturais e políticas em debate. Col. Histórias PPGH-Ufal. Curitiba: CRV, 2022.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. “O I Congresso Catholico de Alagoas (1917)”: catolicismo militante e patriotismo na República Velha. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano X, n. 29, Setembro/Dezembro de 2017 - ISSN 1983-2850.

SERBIN, Keneth P. **Padres, celibato e conflito social**. Uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, FAPERJ, 2002.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Edufal/Sebrae, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. A árvore da vida. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

TICIANELLI, E. **História da Ação Católica em Alagoas**. História de Alagoas, 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-acao-catolica-em-alagoas.html>. Acesso em: 26 ago. 2023.

TICIANELLI, Egberto. **Fernão Velho dos pescadores e da fábrica de tecidos**. História de Alagoas, 3 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/fernao-velho-dos-pescadores-e-da-fabrica-de-tecidos.html>. Acesso em: 07 jul. 2023.



HUMBERTO CAVALCANTI:
UM SACERDOTE CATÓLICO
INVESTIGADO PELO SNI
NA IMPLANTAÇÃO DA
DITADURA CIVIL-MILITAR
(ALAGOAS, 1964-1979)

Séfora Junqueira dos Santos

INTRODUÇÃO

Na instalação da Ditadura Civil-Militar, logo nas primeiras semanas, muitos foram denunciados, investigados e presos, o que demonstra a existência de todo um sistema repressivo, em construção nos anos anteriores ao Golpe. Existia um órgão de informações, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações – SFICI. Com o Golpe, o processo se acelerou. O Serviço Nacional de Informações – SNI – foi criado por lei apresentada em 11 de maio e aprovada em 13 de junho de 1964. Principal órgão do Sistema Nacional de Informações – SISNI – nas duas décadas seguintes, o SNI seria o guardião de milhares de informações que “produzia e mandava produzir” (Fico, 2001, p. 81). Entre as diversas categorias profissionais espionadas e citadas nos relatórios dos órgãos de informações, estavam os bispos católicos (Gomes, 2014, p. 113).

Desde o início do século XX, a Igreja Católica no Brasil vinha se engajando nas questões sociais, em reação à separação entre Igreja e Estado²⁹⁶, quando os bispos brasileiros, na esteira da orientação do Papa Leão XIII, começaram a elaborar um projeto para “recristianizar a sociedade”. Uma das características deste processo foi a valorização do laicato, através da criação de entidades como a Ação Católica Brasileira – ACB, em 1935. A partir da década de 1950, a organização passou a contar com subdivisões como a Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Operária Católica – JOC e a Juventude Universitária Católica – JUC²⁹⁷, que aproximaram o clero dos trabalhadores e dos

296 Através do Decreto 119, de 7 de janeiro de 1890, confirmado pela Constituição Republicana de 1891.

297 Segundo Mainwaring, a JUC foi criada em 1930, passando a ter uma atuação menos conservadora e mais autônoma após a reorganização da ACB, entre 1946 e 1950, quando passa a ter maior aproximação com os movimentos universitários e de esquerda (Mainwaring, 2004).

estudantes e, em consequência, das questões políticas com as quais estavam envolvidos (Gomes, 2014, p. 31-32).

Em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Sua liderança, empreendida por Dom Hélder Câmara, secretário-geral da entidade por 12 anos, imprimiu à agenda da instituição a prioridade das questões político-sociais, preocupação pessoal do, então, bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Na década de 1960, algumas reformas importantes promoveram os posicionamentos mais progressistas da instituição.

As encíclicas *Mater et Magistra*²⁹⁸, publicada em 1961, e *Pacem in Terris*²⁹⁹, de 1963, ambas do papado de João XXIII (1958-63), foram importantes marcos da doutrina social da Igreja, pois buscaram sintonizar as orientações das encíclicas anteriores que tratavam das questões sociais com o mundo secular moderno” (Gomes, 2014, p. 37).

Mais tarde, foi o Concílio Vaticano II (1962-65) que pôs a questão da justiça social e dos direitos humanos em primeiro plano. O episcopado brasileiro, experimentado pelos movimentos da Ação Católica, elaborou um Plano de Pastoral de Conjunto a ser implementado nos anos seguintes. Segundo Beozzo, foram as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs algumas das “principais responsáveis pelo seu desabrochar” (Beozzo, 1993).

298 https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html

299 https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html

A Arquidiocese de Maceió, na trilha deste movimento, liderada por Dom Adelmo Machado, arcebispo coadjutor a partir de 1955, se dedicou à construção de uma rede de apoio social. Tal atitude a aproximou, principalmente, do homem do campo, em função do contexto econômico e político do Estado de Alagoas (Gomes, 2014; Medeiros, 2007)

Ao mesmo tempo, vinha-se intensificando, dentro da Igreja, um discurso anticomunista, cujos traços remontam ao final do século XIX. Naquele momento, reforçando a condenação aos movimentos revolucionários, declarada na encíclica *Quod Apostolici Muneris* (1878)³⁰⁰, o Papa Leão XIII entrega a *Rerum Novarum* (1891)³⁰¹, “importante marco no posicionamento da Igreja em relação à questão social”, na qual

O papa exorta os operários católicos a se organizarem em corporações cristãs, de modo a enfraquecer o “partido” chefiado por forças ocultas devotadas ao fim do cristianismo. O despertar da hierarquia católica para o problema social e a consequente proposição de programas visando à “justiça social” decorreram fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que socialistas e comunistas ameaçavam a cidadela católica (Motta, 2020, p. 44).

Tal discurso era indicador de uma instituição enfraquecida, preocupada com a possibilidade de uma perda ainda maior de poder diante das emergentes ideologias socialistas e comunistas (Medeiros, 2007)

Nesta Igreja que se pretendia “social”, mas não “socialista”, encontram-se muitas “igrejas”. Atitudes progressistas em meio a atitudes

300 https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html

301 https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html

conservadoras. Paradoxo que explicaria, em parte, o comportamento das autoridades eclesiais diante da instalação da Ditadura Civil-Militar. Apoio às políticas do Presidente João Goulart, sob lideranças mais progressistas, em seguida apoio à tomada de poder pelas autoridades militares, sob lideranças mais conservadoras. E, mais à frente, o gradual afastamento de um governo que se mostrava indiferente, quando não contrário, às bandeiras sociais que a Igreja vinha defendendo havia décadas. Até se tornar, nos anos 1970, um dos principais opositores do Governo.

Paradoxo que pode explicar, também, por que, embora oficialmente a Igreja Católica tenha apoiado a intervenção dos militares, alguns de seus membros estavam entre os primeiros alvos do sistema repressivo que se deflagrou naquelas semanas. Relatórios encontrados nos arquivos do SNI³⁰², nas coleções do Arquivo Nacional, mostram que, além das autoridades eclesiais investigadas, também muitos padres eram observados. Suas vidas foram acompanhadas de perto, por muitos anos. Alguns foram denunciados e processados. É um destes sacerdotes que se pretende conhecer neste trabalho.

Os documentos do SNI sobre os padres fornecem a possibilidade de reexaminar a forma e as bases do processo persecutório do governo militar, a partir de uma diferente perspectiva, oportunizando conhecer um pouco melhor o papel social e político da Igreja Católica em Alagoas, a atuação do sistema repressivo da Ditadura Civil-Militar e as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil³⁰³.

302 Em 2005, o Decreto nº 5.584 regulamentou o recolhimento dos acervos extintos do Conselho de Segurança Nacional – CSN, da Comissão Geral de Investigações – CGI e do Serviço Nacional de Informações – SNI, para o acervo do Arquivo Nacional, disponibilizando aos pesquisadores documentos antes inacessíveis.

303 Como defende o professor José D’Assunção Barros, “A elaboração do conhecimento histórico consiste precisamente neste permanente reexame do passado com base em determinadas fontes e a partir de determinados pontos de vista” (Barros, 2015, p. 144).

Humberto Cavalcanti é um dos sacerdotes que aparecem naquela documentação. Além de atuar em Alagoas à época da instalação do regime, ele esteve, de alguma forma, envolvido nos processos persecutórios que sucederam a tomada do poder pelas Forças Armadas e foi objeto de atenção do Sistema Nacional de Informações por vários anos.

Embora a trajetória de um sacerdote possa representar uma parcela pequena diante do universo de estudo, acredita-se que ela possa funcionar como uma peça importante, no quebra-cabeças das relações sociais pesquisadas, dado sua exemplaridade³⁰⁴. Análises biográficas favorecem uma reflexão sobre a Micro-História ou a história vista de baixo. Ginzburg, por exemplo, fornece a base para a escolha do nome do sacerdote como “bússola”, como ponto de partida para a pesquisa (Ginzburg; Poni, 1989, p. 175). Sua sugestão da junção do método onomástico, não elitista, com uma análise particularizada, “uma prosopografia a partir de baixo (análoga à proposta por E. P. Thompson)” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 176), fundamenta a intenção de obter, a partir do estudo das fontes relacionadas a um sacerdote, noções sobre seu contexto historiográfico. Tal indicação é corroborada por José D’Assunção Barros, quando defende que

a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isso, mesmo pode se mostrar

304 Aline Coutrot defende não apenas a inclusão da tradicional História da Religião eclesíastica, no movimento de renovação da História Política descrito por René Rémond (Rémond, 2003), com seu foco na Igreja enquanto ator político preponderante, mas a história do “cristão qualquer” [que] se tornou tão digno de interesse quanto os bispos ou as ordens religiosas. É revivificado nas condições concretas de sua existência (Coutrot, 2003).

como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo (Barros, 2013, p. 107).

Segundo Aróstegui, a “fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (Aróstegui, 2006, p. 491). Na impossibilidade da observação direta de fenômenos que já vão longe, é o “documento indiciário”, nas palavras do autor, a fonte de informação por excelência. Neste sentido, os dossiês, relatórios e informações elaborados e guardados pelo SNI durante o período da Ditadura Civil-Militar, e agora custodiados pelo Arquivo Nacional, para além das funções para as quais foram elaborados a seu tempo, são, hoje, fonte histórica para a compreensão das relações políticas e sociais daquele período.

Documentos de dois repositórios principais foram investigados: do Fundo BRDFANBSB V8 do Arquivo Nacional³⁰⁵, que guarda os registros relacionados ao SNI, e do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM)³⁰⁶.

305 O Arquivo Nacional é o repositório oficial do patrimônio proveniente do poder público – poderes Executivo, Judiciário e Legislativo federais – e de pessoas ou entidades privadas – famílias, personalidades e organizações políticas brasileiras. Possui uma sede no Rio de Janeiro e uma Coordenação Regional em Brasília. Em 2005, o Decreto nº 5.584 regulamentou o recolhimento dos acervos extintos do Conselho de Segurança Nacional – CSN, da Comissão Geral de Investigações – CGI e do Serviço Nacional de Informações – SNI, para o acervo do Arquivo Nacional. Assim, “Entre 2007 e 2009 foram recolhidos os documentos produzidos pelos organismos setoriais – as Assessorias de Segurança e Informações – ASIs – e as Divisões de Segurança e Informações – DSIs, que integravam a estrutura do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI – conforme determinado por Aviso da Casa Civil da Presidência da República, de 2007”. (<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/arquivo-nacional>).

306 O Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, composto por documentos colecionados, desde a década de 1940, por eclesiásticos da Igreja alagoana, vem sendo organizado e

HUMBERTO DE ARAÚJO CAVALCANTI

Ginzburg, em seu texto “O nome e o como”, ao discutir o método onomástico, explica a utilização de nomes como “dados com os quais é possível reconstruir o entrelaçamento de diversas conjunturas” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 174). Ele defende que, a partir do nome de um sujeito pesquisado, os documentos encontrados podem indicar referências, diretas ou indiretas, para outros atores, outras fontes de pesquisa e outros eventos que colaborem na reconstrução do cenário que se deseja compreender.

[...] o centro de gravidade do tipo de investigação micronominal (*sic*) que aqui propomos encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido (Ginzburg; Poni, 1989, p. 175).

Examinadas e garantidas a fiabilidade e adequação³⁰⁷ dos documentos encontrados, torna-se possível cotejar as informações obtidas das diversas fontes identificadas, em busca de entrelaçamento e completude. Pode-se, então, construir uma história de vida do sujeito pesquisado, no período em foco, que ajude a enxergar seu papel no contexto e, em consequência, aprimorar a compreensão do próprio contexto.

digitalizado através de parcerias com a Universidade Federal de Alagoas – Ufal, desde 2011. Em 2017, através de esforço conjunto da direção do Arquivo e de professores e estagiários do Curso de História da Ufal, foi publicado o *Guia Geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, no formato digital, e, em 2018, no formato impresso (Imprensa Oficial).

307 De acordo com categorias de análise previstas por Aróstegui (2006, p. 508).

Humberto de Araújo Cavalcanti é um dos sacerdotes alagoanos encontrados nos documentos produzidos pelo SNI, custodiados no Fundo BR_DFANBSB V8, recolhidos ao acervo do Arquivo Nacional entre 2007 e 2009, em consequência do Decreto 5.584/2005.

Natural de Viçosa³⁰⁸, que à época era chamada Assembleia, em Alagoas, Humberto nasceu em 6 de maio de 1927, filho de José Amorim e Gilberta Moura. Foi crismado aos 6 anos, em 1933, pelo então arcebispo, Dom Santino Coutinho, sendo apadrinhado pelo Cel. Apolinário Rebelo Torres³⁰⁹ primeiro intendente do município após a Proclamação da República (Ticianeli, 2016). Quando menino, frequentou escola ali perto, em Capela, até mudar-se para Maceió, a fim de cursar o secundário e estudar Filosofia no Seminário Metropolitano³¹⁰ (ABC das Alagoas), onde se matriculou em fevereiro 1939, mesmo ano em que Dom Ranulpho da Silva Farias, sucessor de Dom

308 ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033; ACMM, Armário 1, Caixa 07 – Processos de Ordenação (1942 a 1953), Pasta 19 – Processo de Ordenação, Certidão de nascimento.

309 ACMM, Armário 1, Caixa 07 – Processos de Ordenação (1942 a 1953), Pasta 19 – Processo de Ordenação de Humberto Cavalcanti, Certidão de Crisma – 20 de maio de 1946. Obs.: As referências às fontes da ACMM, por serem muito longas, serão feitas em nota de rodapé, a fim de facilitar a compreensão do texto.

310 O Seminário Nossa Senhora da Assunção foi fundado pelo primeiro bispo de Alagoas, Dom Antonio Manuel Castilho Brandão, em 1900. Personagem essencial nos meandros da criação da nova diocese, Dom Antônio Brandão teve a sua formação sacerdotal delimitada no seminário de Olinda, onde ingressou em 1868, então muito influenciado pelo pensamento ultramontano. Enquanto seminarista, conviveu com Dom Vital, nomeado para Olinda em 1872, e um dos bispos presos na chamada “Questão religiosa”, em 1874, por perseguição à Maçonaria (Nunes, 2022). Bispo de Belém do Pará, até vir para Alagoas, Dom Antônio tinha vivas as diretrizes do Vaticano, tendo recém participado do Concílio Plenário Latino-Americano, realizado em Roma em meados de 1899 (Nunes, 2022). Segundo Fernando Medeiros, sua principal tarefa enquanto bispo de Alagoas foi a criação do Seminário Diocesano, fechado, nos moldes restauradores da segunda metade do século XIX, que foi responsável por levar uma formação com inspiração do Concílio de Trento, para a intelectualidade alagoana, já que considerado a primeira instituição de “educação superior” do Estado (Medeiros, 2007, p. 45/46).

Santino, assumiu o Arcebispado de Maceió. Ali recebeu a Prima Tonsura³¹¹, em 31 de maio de 1947³¹², sob o arcebispado de Dom Ranulpho³¹³, sendo Dom Adelmo Machado então Reitor do Seminário.

Os anos de permanência de Humberto no Seminário Metropolitano correspondem aqueles em que Adelmo assistia Dom Ranulpho na coordenação das atividades relacionadas à Ação Católica. Em 1948, o então Padre Adelmo foi eleito bispo de Pesqueira, em Pernambuco. Dom Ranulpho nomeou, para a liderança da AC, o cônego Hélio Lessa Souza.

Seguindo em seus estudos, Humberto Cavalcanti foi enviado para o Colégio Pio Brasileiro³¹⁴, em Roma, para onde viajou ainda em

311 Prima tonsura; LITURG: cerimônia religiosa em que o prelado dava cortes no cabelo do ordinando ao conferir-lhe o primeiro grau de hierarquia clerical. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/palavra/lae4Y/tonsura/>.

312 ACMM, Armário 1, Caixa 07 – Processos de Ordenação (1942 a 1953), Pasta 19 – Processo de Ordenação de Humberto Cavalcanti, Carta para Dom Adelmo em 30 de maio de 1947.

313 Segundo o relato histórico encontrado à página 25 do Guia Geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, ao tomar posse, Dom Ranulpho não encontrou “arquivo organizado”. Havia um Livro de Tombo e pequenos livros caixa, além de documentos esparsos sobre a criação do bispado e seus primeiros bispos. Coube a ele a abertura de um novo Livro de Tombo e a iniciativa de sistematizar o “hábito do registro regular” (Medeiros, 2007, p. 26), e, portanto, a responsabilidade pela existência de grande parte do acervo atual do Arquivo. Os anos de arcebispado de Dom Ranulpho foram marcados por mudanças significativas na agenda da Igreja em Alagoas. Em sintonia com os direcionamentos da instituição no Brasil, que a partir da criação da Ação Católica em 1935, “passava a desempenhar um papel importante na mediação dos “conflitos rurais e na organização sindical dos trabalhadores do campo”, e com a realidade do Estado de Alagoas, cuja economia vinha sofrendo mudanças que potencializavam “a já grave problemática social no campo”, Dom Ranulpho tratou de dinamizar “as atividades de *ação social* da Igreja local”, criando as estruturas de apoio necessárias ao enfrentamento das questões sociais (Medeiros, 2007, p. 27-28). Os primeiros passos deste processo aconteceram já em fevereiro de 1940, quando Dom Ranulpho nomeou seu braço direito na implantação desta infraestrutura, padre Adelmo Cavalcanti Machado, então vice-reitor do Seminário, como assistente eclesiástico da Junta Arquidiocesana da Ação Católica. Coube a Adelmo selecionar e preparar o primeiro grupo de “distintas moças” a participar das reuniões preparatórias para compor a Juventude Feminina Católica em Alagoas.

314 ACMM, Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de D. Ranulpho Farias e D. Adelmo Macha-

1947, acompanhado pelo colega Benício Barros Dantas. Sabe-se, através das cartas trocadas com Dom Ranulpho Farias³¹⁵, que Humberto recebeu o Subdiaconato no início de outubro de 1950 e foi ordenado padre, no mesmo ano, em 8 de dezembro³¹⁶. Ainda na Itália, cursou Teologia e Direito canônico na Universidade Gregoriana de Roma, antes de voltar ao Brasil, em 1951³¹⁷.

Em uma das cartas mencionadas³¹⁸, datada de 20 de julho de 1951, Humberto Cavalcanti informava o Arcebispo que, em viagem após os exames finais e antes de retornar ao Brasil, em Roma e no norte da Itália, entraria “em contato com os diversos ramos da muito bem organizada A.C.I”. Informava, ainda: “Interessa-me sobretudo um contacto com ótimos assistentes. Farei o que me fôr possível”³¹⁹.

Humberto e Benício retornaram de Roma em 1951³²⁰. Logo depois de voltar à Maceió, o sacerdote discursou na 1ª Semana Social do Seminário, promovida pela Academia de São José, do Seminário

do: Caderno 1 – Episcopado de D. Ranulfo: Informes, Resenha, Relação, Resumo. (p. 26 da versão digital).

315 ACMM, Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Carta de Humberto para Arcebispo em 17 de novembro de 1950.

316 ACMM, Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de D. Ranulpho Farias e D. Adelmo Machado, Caderno 1 – Episcopado de D. Ranulfo: Informes, Resenha, Relação, Resumo (p. 26 da versão digital). ACMM, Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Carta de Humberto para Arcebispo em 17 de novembro de 1950.

317 BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033; ACMM, Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Carta de Humberto para Arcebispo em 17 de novembro de 1950; (SURUAGY, 2014, p. 2).

318 ACMM, Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Carta de Humberto para Arcebispo em 20 de julho de 1951.

319 A.C.I – Ação Católica Italiana (dedução dessa pesquisadora).

320 ACMM, Armário 31, Livro do Tombo nº 12, p. 30v.

ACMM, Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de Dom Ranulpho Farias e Dom Adelmo Machado: Caderno 1 – Episcopado de D. Ranulfo: Informes, Resenha, Relação, Resumo (p. 26 da versão digital).

de Maceió, em união com a Federação dos Círculos Operários desta sede. Essa atividade foi organizada pelo Cônego Teófanos Augusto de Araújo Barros, professor do Seminário, que dirigiu “esse movimento de estudos sociais, a fim de que os novos sacerdotes venham a se interessar nos problemas do mundo atual”. A sessão inaugural ocorreu em 15 de outubro de 1951³²¹.

Em 16 de novembro, Padre Humberto foi nomeado Capelão do Asilo de Órfãos do Bom Parto, sem tempo determinado³²² e, a partir do ano de 1952, passou a aparecer no rol de Provisões de uso de ordens (para confessar e pregar) da Arquidiocese³²³. Seu nome consta no Livro de Provisões até 1958. Não consta nas listas de 1959 a 1964 e volta a aparecer em 1965, até 1968 (quando será excardinado, como se verá adiante).

Em poucos meses, Padre Humberto se envolveu com atividades relacionadas à Ação Católica, orientando senhoras nas “Manhãs de Formação” e participando de encontros como a Semana Jecista³²⁴ do Nordeste, presidida por Dom Hélder Câmara, como mostram registros encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, já nos anos de 1952 e 1953³²⁵. Os cadernos de Dom Ranulpho indicam, por exemplo, que Humberto conduziu uma “Manhã de formação” para “Senhoras da Ação Católica”, após terem assistido missa pronunciada pelo Arcebispo, na Capela do Paço³²⁶.

321 ACMM, Armário 31, Livro do Tombo n° 12, p. 22 e p. 22v.

322 ACMM, Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 2 (1918 1952), p. 97v.

323 ACMM, Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 2 (1918 1952), p. 98v; ACMM, Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 3 (1953 1977), p. 2, p. 5, p. 7v, p. 11v, p. 17, p. 22, p. 26/26v, p. 30, p. 35, p. 39v, p. 44v, p. 50, p. 54v, p. 58v, p. 63, p. 68.

324 Relacionada à Juventude Estudantil Católica.

325 ACMM, Armário 31, Livro do Tombo, n° 12, p. 138; ACMM, Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de Dom Ranulfo e Dom Adelmo Machado: Ação Católica. (p. 8 da versão digital).

326 ACMM, Armário 31, Livro do Tombo, n° 12, p. 102v; ACMM, Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de Dom Ranulfo e Dom Adelmo Machado: Ação Católica. (p. 9 da versão digital).

Em 1952, tornou-se consultor da primeira direção da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social (F.A.A.S.) sob a direção de Dom Ranulfo³²⁷. Em julho de 1954, foi nomeado Assistente Eclesiástico da Obra da Divina Providência³²⁸.

A partir de 1955, quando Dom Adelmo Cavalcanti foi nomeado Bispo Coadjutor de Maceió, e voltou para Alagoas³²⁹, seu esforço em relação à criação de uma rede de apoio social foi retomado.

Esse processo foi conduzido por Dom Adelmo, antigo clérigo da Igreja local, cuja presença na Arquidiocese como arcebispo coadjutor, a partir de 1955, incrementou a Ação Católica, implantada em 1940 por Dom Ranulfo da Silva Farias, e a *ação social* desta Arquidiocese. [...] A infraestrutura de ação social arquidiocesana, pensada por Dom Adelmo, irá sendo montada a partir de 1956 e incluirá a fundação de uma escola de Serviço Social e de um Centro de Assistência Social, consolidado em 1957 como Centro Social Rural da Arquidiocese de Maceió (Medeiros, 2007, p. 28).³³⁰

Segundo um artigo escrito por Divaldo Suruagy, em 2014, Humberto teria participado (em algum momento entre 1956 e 1959) da direção da Juventude Universitária Católica – JUC (Suruagy, 2014).

327 (Medeiros, 2007, p. 73); ACMM, Armário 31, Livro do Tombo, nº 13, Transcrição do Livro de Atas da Fundação Arquidiocesana de Assistência Social, p. 23v, p. 24, p. 24v.

328 ACMM, Armário 30, Livro de provisões 3 (1953 1977), p.16.

329 Em 1948, o então Padre Adelmo foi eleito bispo de Pesqueira, em Pernambuco, deixando na liderança da AC o cônego Hélio Lessa Souza.

330 Dom Adelmo tomou posse na função de Bispo coadjutor de Alagoas em 27 de novembro de 1955. (Medeiros, 2007), na qual permaneceu até 1963, quando foi nomeado Arcebispo, substituindo Dom Ranulfo.

Abraçou, à época, também, a carreira acadêmica, prestando concurso para as cátedras de Filosofia, em 1953, e Português, em 1958, no Colégio Estadual de Alagoas. Lecionou, ainda, no Liceu Alagoano e no Colégio Estadual Moreira e Silva. A tese defendida no concurso para o Colégio Estadual, “Filosofia da Existência em Thomaz de Aquino”, publicada em livro pela Casa Ramalho (ABC das Alagoas) (Suruagy, 2014), deu início a uma carreira literária, sendo seguida pelas obras “Jorge de Lima, poeta modernista e cristão”³³¹ e “Presença do transcendente em Jorge de Lima”³³², ambas publicadas pela Imprensa Oficial, em 1958.

Ainda em 1958, ocupou provisoriamente o vicariato na Paróquia de São José do Trapiche da Barra. Como visto, entre 1959 e 1964, seu nome não apareceu no rol de Provisões de uso de ordens da Arquidiocese³³³.

Em setembro de 1960, Humberto Cavalcanti participou do I Congresso Arquidiocesano de Vocações Sacerdotais³³⁴, atuando como membro da Comissão de Convite e Hospedagem e coordenador do grupo de estudos para moças. Dissertou sobre o tema “Deus condiciona em relação à vocação, a sua onipotência aos nossos pedidos. Diante da escassez de sacerdotes, que deverá fazer o leito bem [ilegível], se o cultivo das vocações depende de nós”.

331 Tese de concurso à 2ª cadeira de Português do Colégio Estadual Moreira e Silva. Arquivo Público de Alagoas. Autores alagoanos, item. 2402. CAVALCANTI, Humberto Araújo (Pe.). Jorge de Lima, poeta modernista e cristão. Maceió: Imprensa Oficial, 1958.

332 Tese do Concurso à 2ª Cadeira de Português do Colégio Estadual de Alagoas. Arquivo Público de Alagoas. Autores alagoanos, item 795. CAVALCANTI, Humberto Araújo (Pe). Presença do transcendente em Jorge de Lima. Maceió: Imprensa Oficial, 1958.

333 Não se sabe se por problemas relacionados à anotação do Livro ou por questões relacionadas especificamente ao padre Humberto Cavalcanti.

334 ACMM, Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Folheto do I Congresso Arquidiocesano de Vocações Sacerdotais 7 a 12 setembro 1960.

Um recorte do Jornal Diário de Alagoas³³⁵, de 30 de janeiro de 1961, comenta o assassinato de uma mulher pelo marido, no bairro do Farol, em Maceió, repercutindo sobre a presença de Dom Adelmo Machado e do Padre Humberto durante o depoimento do criminoso. O dossiê constante do fundo BR_DFANBSB V8.MIC, documento GNC. III.79000033, datado de 1979, menciona ter sido o padre Humberto flagrado em “crime de adultério” com a Senhora Ivone Barbosa, no dia 4 de julho, pelo próprio esposo da mesma, Senhor Deoclécio Barbosa, tendo este, naquela ocasião morto sua mulher.

Em agosto de 1963, Humberto Cavalcanti pronunciou conferência no Rotary Club de Santana do Ipanema, com o tema “O Valor Social da Educação”³³⁶, por ocasião da transferência do Governo Luiz Cavalcante para aquela localidade. Partindo das palavras do Papa João XXXIII, proferidas na *Pacem in Terris*, sobre a natureza humana do direito à cultura, e, em consequência, à educação, Humberto defendia a importância da tomada de consciência pelo homem de sua própria capacidade e responsabilidade na construção de sua história, e da ação governamental que favoreça tal autonomia, através da oferta de educação de qualidade para a população. Apontava a educação como “fator explosivo para a ruptura das atuais estruturas, que não mais atendem à medida do homem”, ao passo em que rechaça a alternativa ideológica comunista, descrevendo-a como “um programa cuja doutrina é falha na base, contraditória filosoficamente”, em um discurso perfeitamente alinhado aquele da hierarquia da Igreja naquele momento. Defendia que a reforma agrária deveria ser feita com base

335 ACMM, Armário 2, Caixa 13 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 6 – Recortes de Jornais.

336 Arquivo Público de Alagoas. Autores alagoanos, item 1413. CAVALCANTE, Humberto (Padre). O valor social da Educação. Maceió: Secretaria da Educação e Cultura, 1963. (Conferência pronunciada na reunião do Rotary Club de Santana do Ipanema, por ocasião da transferência do Governo Luiz Cavalcante para aquela cidade, no dia 28 de agosto de 1963).

na lei, sem recurso à violência. Terminava afirmando ser o esforço do governo de Alagoas trabalhar para a transformação da realidade do povo alagoano, através da educação.

Em setembro do mesmo ano, participou de um curso de formação “Por um mundo melhor”³³⁷, junto com os padres Pedro Teixeira, Fernando Iório, Clóvis Pradines, Celso Alípio, Geraldo Vilas Boas e Salomão de Barros Lima, em Fernão Velho³³⁸. Atenderam ao curso 54 pessoas. Os temas das conferências ministradas por eles foram:

- Plano de Deus na História
- Pecado – Desobediência ao Plano de Deus
- Profunda e Geral Renovação Cristã
- Responsabilidade da Igreja Militante
- Corpo Místico – Doutrina do Corpo Místico
- Encontro sobre a Fé como base da união com Deus
- Plano de Emergência

Em setembro de 1964, Humberto Cavalcanti foi nomeado Vigário ecônomo de Santa Luzia do Norte³³⁹. A partir deste ano, os registros do SNI apontam para o gradativo envolvimento de Humberto em atividades de conotação político-social, como conferências,

337 ACMM, Armário 31, Livro de Tombo de Fernão Velho, p.13, p. 13v, p. 14.

338 O “Movimento Por um Mundo Melhor” (MMM) foi fundado pelo padre italiano Ricardo Lombardi em 1952, parte dos esforços de renovação da atuação pastoral da Igreja. (Cf. Damião Duque de Farias. As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo. In: Anais ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005 *apud* SANTOS, 2022, nota de rodapé 341, p. 205)

339 ACMM, Armário 23, Livro de provisões 3 (1953 1977), p. 44.

palestras e a gestão de jornais, sendo apontado como orientador do Jornal Estudantil do Colégio Estadual de Maceió, diretor do Departamento de Jornal Falado da Rádio Difusora de Alagoas e diretor geral da mesma rádio. A informação ARQUIVO NACIONAL. BR_DFNBSB V8.MIC GNC.III.79000033. Produzida em agosto de 1977, a informação contém uma apuração das informações colecionadas ao longo dos anos sobre o, à época, ex-padre, casado com Neise Annibal Cavalcanti, assessora de segurança e informações do INAMPS/AL, cuja possibilidade de ascensão na carreira preocupou o SNI, por sua relação com Humberto. contida no documento, menciona como antecedentes do Padre Humberto:

Quando Padre, compareceu, como conferencista ao I SEMINÁRIO OPERÁRIO ESTADUAL CAMPONÊS, organizado por elementos esquerdistas. Declarava-se favorável à FRENTE ÚNICA no País, como solução para a resolução dos problemas sociais. Recebia publicações comunistas, nomeou elementos subversivos para o Departamento de Jornal Falado da Rádio Difusora de ALAGOAS, onde era então Diretor. Como orientador do Jornal Estudantil, do Colégio Estadual de MACEIÓ fez publicar uma edição em termos que, obrigaram o Diretor daquele Estabelecimento de Ensino a apreender toda a tiragem. Promoveu palestras no SINDICATO RURAL DO PILAR/AL, junto com elementos reconhecidamente comunistas, conforme apurado em IPM a que respondeu.

O texto traz alguns sinais: “elementos esquerdistas”, “publicações comunistas”, “elementos subversivos”. Expressões que podem ajudar a compreender a sequência dos acontecimentos.

Instalou-se o regime. Inquéritos militares foram abertos por todo país, envolvendo pessoas suspeitas de “subversão”, “agitação” e

“comunismo”. “Políticos, estudantes, jornalistas, escritores, sindicalistas, assistentes sociais, sacerdotes, entre outros, foram processados, alguns presos e/ou colocados sob constante vigilância, outros torturados, desaparecidos e mortos” (Santos, 2022, p. 199). Em Alagoas, por volta de meados de maio, os padres Luiz Santos, Humberto Cavalcante, Theóphanes Augusto de Barros, Luiz Silveira e o cônego Hildebrando Veríssimo Guimarães foram chamados a prestar informações para a Secretaria de Segurança Pública. Luiz Santos foi o único efetivamente acusado e processado à época (Santos, 2022).

O dossiê do SNI mencionado registra que o padre Humberto recebeu

prontuário nesta Agência por ter se envolvido em atividades subversivas, tendo sido indiciado em IPM instaurado pela Comissão constituída pela Resolução nº 06/64 em Maceió/AL, encaminhado à Auditoria da 7ª RM em 1964/; que remeteu à Auditoria de Correição da GB com o Processo nº 77/64. Foi incurso no inciso 4º do Art. 2º; Artigos 7º, 9º e 10º, letra “b” do Art. 11º; Artigos 12º, 17º e letra “a” do Art. 34º da Lei 1802/53³⁴⁰.

A lei em questão definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, tipificando, por exemplo, a tentativa de subversão, por meios violentos, da ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo (art. 2º, IV); a tentativa ou efetiva reorganização de associações dissolvidas por força de lei (como sindicatos), bem como a filiação ou colaboração para seu funcionamento (art. 9º e 10); a incitação às classes sociais à luta pela

340 ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033.

violência (art. 12) e à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública (art. 17), definindo como É circunstância agravante, a condição de funcionário público, civil ou militar, ou de funcionário de entidade autárquica ou paraestatal (art. 34).

No mesmo IPM foram indiciados Hélio Miranda, Hilda Cotrim, Mário Cesar Viana de Melo, Luiz Nogueira de Barros, Dirceu Accioly Lindoso, José Cabral Irmão e Jaime Cabral Moraes. O documento contém, ainda, o Termo de Assentada do interrogatório ao qual foi submetido em 26 de maior de 1964, em que relata desconhecer o teor da investigação e quem seriam os demais investigados ou testemunhas.

Respondendo às perguntas formuladas, Humberto Cavalcanti negou participar de sindicatos rurais, admitindo prestar colaboração intelectual ao Serviço de Orientação Rural – Soral, ter feito pronunciamentos e conferências e participado como convidado de reuniões e seminários sobre a “solução humana e cristã dos problemas sociais”³⁴¹, seguindo a orientação da doutrina social da Igreja, de acordo com a Encíclica *Mater e Magistra* do Papa João XXIII. Afirmou ser contrário a “totalitarismos de esquerda ou de direita” e a favor do regime democrático. Ouvidas as testemunhas³⁴², que confirmaram seu depoimento, o inquérito foi encerrado sem seu indiciamento.

Em 1966, o Livro de Provisões da Arquidiocese aponta a nomeação de Humberto Cavalcanti como Capelão da Capela de Nossa Senhora do Carmo do Bairro do Salgadinho³⁴³, sem tempo determinado, com a missão especial de coordenar esforços e valores no intuito de

341 ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033.

342 Sendo uma das testemunhas o Padre Fernando Iório, cujo testemunho se encontra anexado ao documento BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033.

343 ACMM, Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 3 (1953 1977), p. 61

levar a termo a construção da mesma capela. O Livro indica, também, sua nomeação, em 1967, como Vigário ecônomo provisório da Paróquia de Santa Rita³⁴⁴.

Após um silêncio nas fontes, encontram-se, no Arquivo da Cúria, cartas trocadas em 1968 com Dom Adelmo Cavalcante³⁴⁵ arcebispo de Maceió entre 1963 e 1976, que apontam para a excardinação do padre Humberto da Arquidiocese de Maceió e sua incardinação na Arquidiocese de São Paulo. No mesmo ano, documentos do SIAN apontam para sua participação em um curso de técnicas de ensino, no Centro de Instrução Almirante Wandendelk, no Rio de Janeiro, por designação do governador de Alagoas, Lamenha Filho, publicada no D.O. de Alagoas nº 155, de 15.8.68³⁴⁶. E, no ano seguinte, o dossiê do SNI contém a certidão de seu casamento com Neise Annibal Cavalcanti, em 26 de fevereiro de 1969.

Depois de outro breve período de ausência de informações, o dossiê o registra de volta a Maceió, segundo o então governador Divaldo Suruagy, tendo retornado por sugestão sua (Suruagy, 2014). A partir de então, o ex-padre Humberto foi empossado sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL (ABC das Alagoas), ocupou cargos de assessoria e consultoria no governo do Estado e na Universidade Federal de Alagoas, continuou sua carreira acadêmica e

344 ACMM, Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 3 (1953 1977), p. 66.

345 ACMM, Armário 2, Caixa 14 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 2 - Incardinações e Excardinações, Carta de Humberto para Dom Adelmo em 14 de maio de 1968; ACMM, Armário 2, Caixa 14 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 2 - Incardinações e Excardinações, Carta de Dom Adelmo para Humberto em 17 de maio de 1968; ACMM, Armário 2, Caixa 14 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 2 - Incardinações e Excardinações, Carta de Humberto para Dom Adelmo em 11 de junho de 1968.

346 ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003806 e BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033.

literária. Tornou-se membro da Academia Alagoana de Letras e formou-se bacharel em Direito, em 1974³⁴⁷.

A conclusão da Informação nº 655/300/ARE/77, em 1979, fecha o dossiê sobre Humberto Cavalcanti informando que:

Embora tendo prestígio com determinadas autoridades do Estado de ALAGOAS, teria mantido após 1964 uma conduta político--ideológica discreta e declarado, quando Chefe de Gabinete do Reitor da UFAL, estar integrado ao Movimento revolucionário de 1964; não possui idoneidade moral, não goza de bom conceito junto a ASI/UFAL e Comando do 59º BI/MACEIÓ/AL e não inspira confiança.

Nos primeiros anos da década de 1980, seu nome ainda pode ser encontrado em informes do SNI³⁴⁸, relacionado à infiltração comunista e atividades de conotação esquerdista.

Outros sacerdotes alagoanos estiveram envolvidos em investigações nos meses seguintes à instalação do regime e permaneceram nos radares do SNI, durante toda a Ditadura. Entre eles estavam Theóphanes Augusto de Barros, Luiz de Oliveira Santos, o cômico Hildebrando Veríssimo Guimarães³⁴⁹ e o padre Salomão de Almeida Barros. Luiz Santos foi, entre eles, o único a ser processado (Santos, 2022). Dados sobre eles podem ser encontrados nos documentos do fundo BR_DFANBSB V8.

347 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033.

348 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003806.

349 Conforme apontado no documento BR_RJANRIO.TT.o.MCP.PRO.146 – 11/08/1969.

O cotejamento das informações sobre o padre Humberto demonstra que a análise destes documentos, antes não estudados com método, pode corroborar as teses das pesquisas que procuram demonstrar o vínculo existente entre a atuação dos membros da Igreja na Ação Social Católica e a desconfiança dos agentes do sistema de informações do regime militar. Pode, também, acrescentar informações específicas que auxiliem na compreensão das relações mantidas entre a Igreja e o Regime em Alagoas.

Para além do ensaio biográfico e descritivo exposto, é possível o exercício de uma análise de discurso, desde que se convençionem alguns pressupostos. Em obra de 1929, Bakhtin afirmou “[...] as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais”. Trinta anos depois, em 1969, Michel Pêcheux inaugura sua Análise do Discurso, compreendida como “[...] relação indissociável entre língua, história e ideologia [...]” (Florencio et al., 2009, p. 21). Os fundamentos daquela Análise do Discurso, consolidada no Brasil por Eni P. Orlandi, com acréscimos de reflexões apresentadas por José Luiz Fiorin, respeitados os limites de aprofundamento impostos pelo escopo deste trabalho, formam a base para este exercício. Segundo a linguista Eni Orlandi, “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Orlandi, 2009, p.15).

Tomando como referência o contexto estudado, é possível identificar os processos e as condições de produção dos documentos encontrados, ou seja, “as situações em que se produz o dizer” (Orlandi, 2009, p.16) e, mais além, que o dizer produz, no caso em questão. A partir dos conceitos de inteligibilidade, interpretação e compreensão

desenvolvidos por Orlandi³⁵⁰, toma-se como objetivo a compreensão dos processos de significação dos textos, que permita perceber o funcionamento do sujeito discursivo e descobrir nele as marcas ideológicas.

De acordo com a autora, “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. Nos documentos analisados se apontam marcas que remetem ao contexto da produção de documentos pelo SNI, principal órgão do Sistema de Informações da Ditadura Civil Militar, entre as décadas de 1960 a 1980. E, se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto “sócio-histórico, ideológico”, que remete à memória, tratada aqui como interdiscurso, ou seja, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, o “pré-construído”, o “já-dito que está na base do dizível”, os “sentidos convocados” que revelam a ideologia³⁵¹ do “sujeito que diz”, no caso, dos componentes do Sistema de Informações (Orlandi, 2009, p. 30-31).

Além do interdiscurso traduzido pelo dito nos textos, é preciso identificar, também, os esquecimentos, principalmente aqueles do

350 Segundo a autora, “a inteligibilidade refere o sentido à língua: “ele disse isso” é inteligível. Basta se saber português para que esse enunciado seja inteligível; no entanto não é interpretável pois não se sabe quem é ele e o que ele disse. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. Em uma situação “x” Maria diz que Antonio vai ao cinema. João pergunta como ela sabe e ela responde: “Ele disse isso”. Interpretando: “ele” é Antonio e “o que” ele disse é que vai ao cinema. No entanto, a compreensão é muito mais que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. Por exemplo, nas palavras de Maria, pode-se compreender que ela não quer ir, ou que Antonio é quem decide tudo, ou que ele está indo em outro lugar etc.” (Orlandi, 2009, p. 26).

351 Para Eni Orlandi, “a ideologia faz parte, ou melhor, é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos [...]. O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela ideologia – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. (Orlandi, 2009, p. 46-47)

tipo que Pêcheux chama esquecimento ideológico: aquele “da instância do inconsciente [qu]e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (Pêcheux apud Orlandi, 2009, p. 35), sem que o autor do texto a perceba (a ideologia que o guia).

Conceitos importantes para a análise dos textos encontrados são os de processos parafrásticos “[...] pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, que repetindo “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado [...] está do lado da estabilização, e polissemia, onde, segundo a autora, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco”. Para Orlandi, é no espaço de trabalho entre a paráfrase e a polissemia, que a ideologia se materializa, e os sujeitos podem, através do discurso, consolidar as relações de poder estabelecidas, ou “tangenciar o novo” (Orlandi, 2009, p. 36).

Em geral, mas principalmente no caso dos documentos encontrados, custodiados pelo SNI, é preciso considerar as relações de força entre os sujeitos envolvidos, críticas para a percepção das formações discursivas, em um contexto ditatorial como aquele. “[...] isso define em grande parte o trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito” (Orlandi, 2009, p. 45).

O linguista José Luiz Fiorin propõe um modelo de percurso gerativo de sentido que representa a forma como se produz e se interpreta o sentido, “num processo que vai do mais simples ao mais complexo” (Fiorin, 2022, p. 20), em três níveis de aprofundamento: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível do discurso.

“A semântica do nível fundamental abriga as categorias semânticas que estão na base da construção de um texto. [...] Uma categoria semântica fundamenta-se numa diferença, numa oposição”

(Fiorin, 2022, p. 21). Por exemplo, a oposição “democracia” *versus* “comunismo”, deve ser compreendida como uma violência semântica, já que, como amplamente acordado na Ciência Política, a categoria “democracia” deve ser contraposta a categoria “ditadura”, assim como “comunismo” se contrapõe a “capitalismo”. O autor defende, também, a qualificação dos termos como /euforia/*versus*/disforia/, através da atribuição de marcas positivas e negativas, mas adverte que [...] euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto (Fiorin, 2022, p. 23).

Embora nem todos os textos sejam narrativos, todos possuem, segundo Fiorin, narratividade, que ele entende como propriedade de “transformação de conteúdo”. No geral, os textos são narrativas complexas, organizados hierarquicamente em uma série de enunciados de ação e de estado, que compõe uma sequência canônica, em quatro fases: a manipulação, a competência, a *performance* e a sanção (Fiorin, 2022, p. 29).

Na fase de manipulação, um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa. [...] Na fase da competência, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer. [...] A performance é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa. [...] A última fase é a sanção. Nela ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos (Fiorin, 2022, p. 29 e 31).

É no nível discursivo que as formas abstratas, usadas no nível narrativo, ganham concretude, através da variedade de possibilidades

oferecidas pela língua. O autor defende que “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.” (Fiorin, 2022, p. 75) Através de uma série de recursos argumentativos o enunciador leva o enunciatário a acatar o sentido produzido. São inúmeras as estratégias utilizadas para tal. Algumas das citadas por Fiorin são o uso da debreagem enunciativa e enunciativa³⁵², da ilustração³⁵³, das figuras de linguagem como antífrase ou ironia, lítotes, preterição, reticência e outras.

A partir do conjunto de ideias defendidas pelos dois linguistas, pode-se desenvolver o percurso indicado por Fiorin, analisando os níveis fundamental, narrativo e discursivo, gradativamente, sempre de forma recursiva, recorrendo aos conceitos apresentados tanto por Orlandi, quanto por Fiorin, para a compreensão dos textos, desde que, por questões operacionais, alguns trechos sejam selecionados, já que os documentos, em geral, são longos e contém muitas informações.

O trecho principal analisado³⁵⁴, por apresentar potencial para conter ou apontar para os indícios buscados, pertence ao documento GNC_III_79000033³⁵⁵, produzido em 30 de janeiro de 1979, quando Humberto Cavalcanti volta a chamar a atenção do Sistema de Informações, em função de ser casado com Neise Aníbal Cavalcanti, Assessora

352 Discurso em primeira ou terceira pessoa (Fiorin, 2022, p. 58).

353 No procedimento da ilustração, o narrador enuncia uma afirmação geral e dá exemplos com a finalidade de comprová-la (Fiorin, 2022, p. 75). [...] O procedimento da ilustração é bastante adequado, quando se mostram várias maneiras de ser ou de fazer, porque, nesse caso, os contraexemplos não destroem a afirmação geral (Fiorin, 2022, p. 77).

354 Excertos de outros documentos identificados serviram de apoio, e foram incluídos na análise, sempre que algum dado neles possa corroborar ou colocar em dúvida as indicações dos trechos analisados.

355 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000033 – 30/01/1979.



(e/ou Chefe) de Segurança e Informações do INAMPS/AL, que pretendia realizar o Curso B da EsNI³⁵⁶, para fins de progressão funcional.

Quando padre, compareceu, como conferencista no I SEMINÁRIO OPERÁRIO ESTADUAL CAMPONÊS, organizado por elementos esquerdistas. Declarava-se favorável à FRENTE ÚNICA no País, como solução para resolução dos problemas sociais. Recebia publicações comunistas. nomeou elementos subversivos para o Departamento de Jornal Falado da Rádio Difusora de ALAGOAS, onde era então Diretor. Como orientador do Jornal Estudantil, do Colégio Estadual de MACEIÓ fez publicar uma edição em termos que, obrigaram o Diretor daquele Estabelecimento de Ensino a aprender toda a tiragem. Promoveu palestras no SINDICATO RURAL DO PILAR/AL, junto com elementos reconhecidamente comunistas, conforme apurado em IPM a que respondeu. Ainda como Padre foi flagrado em “crime de adultério” com a Senhora IVONE BARBOSA, no dia 04 JUL 61, pelo próprio esposo da mesma, Senhor DÉCIO BARBOSA, tendo este, naquela ocasião morto sua mulher. Como ex-Padre formou-se em Bacharel em Direito pela UFAL, em 1974; foi Assessor do Governador do Estado de ALAGOAS e Chefe de Gabinete do Reitor da UFAL, no período de 73 a 75. Casou com NEISE ANNIBAL CAVALCANTI em 26 FEV 69, na cidade do RIO DE JANEIRO; foi Professor Auxiliar, durante um mês, na UFAL, no período de 73 a 75; Diretor Regional do SENAC; Diretor Técnico de Educação e Assessor de Documentação da ADESG em SET 72. Possui os seguintes cursos: Teologia e UNIVERSIDADE GREGORIANA DE ROMA/ITÁLIA, Técnica de Ensino do CIAW, 1º Ciclo de Estudos de Segurança Nacional da ADESG e de Bacharel em Direito.



[...] embora tendo prestígio com determinadas autoridades do Estado de Alagoas, ter mantido após 1964 uma conduta político-ideológica discreta e declarado, quando Chefe de Gabinete do Reitor da UFAL, estar integrado ao Movimento revolucionário de 1964; não possui idoneidade moral, não goza de bom conceito junto a ASI/UFAL e Comando do 59° BI/MACEIÓ/AL e não inspira confiança.

No nível da análise semântica, podem ser encontradas aquelas categorias que se fundam em oposições, trazendo a qualificação semântica /disforia/, como um valor negativo: “elementos esquerdistas”, “comunistas”, “elementos subversivos”.

Desde meados da década de 1950, a conjunção representada pela Revolução Cubana (26 de julho de 1953 a 1 de janeiro de 1959) e fatores internos como os processos de urbanização e industrialização, impulsionados nos anos anteriores, vinham estimulando a adesão de militantes católicos leigos e estudantes aos ideais de transformação social defendidos por intelectuais e ativistas sindicais, ocasionando um crescimento dos movimentos de esquerda e preocupando os setores conservadores:

O fato era visível não só na reestruturação do PCB, que começava a se recuperar das crises e cisões decorrentes da “de-sestalinização”, mas no surgimento de novas organizações esquerdistas como Ação Popular (AP), Ligas Camponesas e Política Operária (Polop), por exemplo. (Motta, 2020, p. 256).

O temor anticomunista, historicamente relacionado no Brasil à defesa de bandeiras esquerdistas, ganhou impulso com a política externa intentada por Jânio Quadros, e deflagrada por João Goulart

com a renovação das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Na deflagração do Golpe Militar, expressões utilizadas no Ato Institucional de 9 de abril deixam clara a qualificação negativa associada ao comunismo, no quarto parágrafo do preâmbulo, onde se lê: [...] As urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas [...] ³⁵⁷. Já o artigo 8º ³⁵⁸ fornece os elementos para a compreensão do contraponto que se pretendia defender: comunismo *versus* Estado, comunismo *versus* Ordem pública e social, não restando dúvidas quanto ao elemento considerado positivo, já que se tratava da previsão de crimes.

Estes termos são reiterados em outros documentos ³⁵⁹, tanto naqueles que reúnem dados biográficos de Humberto Cavalcanti, nos quais era previsível que os termos se repetissem, como em outros. Por exemplo, na Informação 1464/116/ARE/80 ³⁶⁰, que agrega dados sobre infiltração comunista nos diversos setores de atividades.

357 BRASIL. *Ato Institucional n° 1* de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

358 Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

359 ARQUIVO NACIONAL. Esquerdista – BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000033, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000979, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005349, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003806

Comunista – BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000033, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000979, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005349, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003569, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003806, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003940

Subversivo – BR_RJANRIO_TT_o_MCP_PRO_146, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000033, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000979, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005349, BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003806

360 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000979.



Chama a atenção o texto de capa do Informe 30/08/ARE/82, de 1982, que contém a “juntada” de todas as referências biográficas de Humberto Cavalcanti, colecionadas pela vigilância ao longo dos anos. Trata-se de um parágrafo bastante sintético e direto.

O nominado, ex-padre, favorável a implantação de frente única no Brasil, em suas preleções e conferências pregava a reforma de base, sindicalismo rural, etc., (sic) com conotação nitidamente esquerdista. Em 1979, compôs o 1º Escalão do Governo Estadual de Alagoas.

Foge à regra o documento³⁶¹, de 1980, que trata da visita do Presidente da República à Alagoas, onde se observa que, além de não serem encontrados estes termos, a linguagem é bastante neutra. No nível da análise narrativa, o trecho permite observar o funcionamento da transformação estruturada, naquela sequência canônica a qual se refere Fiorin (2022). Humberto Cavalcanti passa de um estado inicial “neutro” para um estado final “culpado”, através das quatro fases mencionadas pelo linguista. Na fase de manipulação, o texto diz que Humberto “instiga trabalhadores rurais à subversão”, através de ações que lhe dão potência para tal, como fazer conferências e ser orientador no jornal, onde trava conhecimento e interage com as pessoas, e receber publicações, que o orientam e o instruem, sendo essa a fase da competência. Na fase da performance, onde efetivamente a mudança acontece, o texto indica que Humberto “compareceu ao I Seminário Operário Estadual Camponês, organizado por elementos esquerdistas”, “nomeou elementos subversivos para o Departamento de Jornal

361 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012422.



[...]”, “fez publicar uma edição em termos que obrigaram o Diretor [...] a apreender toda a tiragem”, “promoveu palestras no Sindicato Rural do Pilar, junto com elementos reconhecidamente comunistas [...]. Em seguida vem a sanção: “não possui idoneidade moral, não goza de bom conceito junto a ASI/Ufal e Comando do 59° BI/MACEIÓ/AL e não inspira confiança”.

Finalmente, no nível da análise discursiva, são encontrados inúmeros elementos reveladores das estratégias de persuasão e de sentidos ideológicos. Produzido em 1979, o trecho começa apontando atividades exercidas por Humberto nos primeiros tempos do regime:

Quando padre, compareceu, como conferencista no I SEMINÁRIO OPERÁRIO ESTADUAL CAMPONÊS, organizado por elementos **esquerdistas**. Declarava-se favorável à FRENTE ÚNICA no País, como solução para resolução dos problemas sociais. Recebia publicações **comunistas**. nomeou elementos **subversivos** para o Departamento de Jornal Falado da Rádio Difusora de ALAGOAS, onde era então Diretor. Como orientador do Jornal Estudantil, do Colégio Estadual de MACEIÓ fez publicar uma edição em termos que, obrigaram o Diretor daquele Estabelecimento de Ensino a apreender toda a tiragem. Promoveu palestras no SINDICATO RURAL DO PILAR/AL, junto com elementos reconhecidamente **comunistas**, conforme apurado em IPM a que respondeu.

O uso dos termos “elementos esquerdistas”, “comunistas” e “elementos subversivos”, já apontado na análise semântica, remete à Doutrina (ou ideologia) de Segurança Nacional, produzida pela Escola Superior de Guerra no contexto internacional da Guerra Fria, que, preocupada com a “vulnerabilidade [do Brasil] ao comunismo, à luz

de supostas fragilidades internas (população “despreparada” e políticos “corruptíveis”)” (FICO, 2001, p. 40), defendia a elaboração de mecanismos de combate ao mesmo [entre outras estratégias]. Em que pese a necessária adaptação da doutrina ao contexto específico da ascensão dos militares ao poder, inclusive pela perda de importância da Escola Superior de Guerra – ESG, a escolha dos termos desvela o interdiscurso, “o já-dito que está na base do dizível”, conforme Orlandi (2009, p.31), que convoca à memória a “ameaça comunista” e dá permissão para que se ponha em dúvida o comportamento do, então, sacerdote.

A princípio, as atitudes do padre relacionadas ao operariado e aos problemas sociais, elencadas no dossiê, estavam perfeitamente alinhadas à orientação da Igreja Católica, ou, conforme suas próprias palavras, quando depôs no IPM mencionado, à

[...] doutrina social da Igreja, sobretudo da Encíclica “Mater et Magistra” do papa João XXIII, a qual encíclica é a expressão maior da doutrina social da Igreja, com a qual única e exclusivamente o depoente tem compromisso; perguntado ainda se a Igreja aqui em Alagoas pelo menos, não tem tido a iniciativa de organizar sindicatos rurais, responde que não somente em Alagoas como em todo o Brasil depois da mencionado encíclica de João XXIII e os pronunciamentos da conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Igreja tem orientado e estimulado a organização de sindicatos rurais, a qual organização é realizada por leigos, imbuídos dos princípios da doutrina social da Igreja [...] ³⁶².

E a Igreja Católica, num primeiro momento de forma bastante uníssona, apoiou a tomada de poder pelos militares, como bem exem-

362 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_79000033.



plifica sua participação na organização das “Marchas com Deus”, em março e abril de 1964. O próprio dossiê analisado, traz uma série de informações sobre atividades posteriores de Humberto Cavalcanti, em princípio, bastante neutras,

Como ex-Padre formou-se em Bacharel em Direito pela UFAL, em 1974; foi Assessor do Governador do Estado de ALAGOAS e Chefe de Gabinete do Reitor da UFAL, no período de 73 a 75. [...] foi Professor Auxiliar, durante um mês, na UFAL, no período de 73 a 75; Diretor Regional do SENAC; Diretor Técnico de Educação e Assessor de Documentação da ADESG em SET 72. Possui os seguintes cursos: Teologia e a UNIVERSIDADE GREGORIANA DE ROMA/ITÁLIA, Técnica de Ensino do CIAW, 1º Ciclo de Estudos de Segurança Nacional da ADESG e de Bacharel em Direito.

que poderiam atestar a favor de seu caráter e sua adesão social. Mas, como defende o historiador Carlos Fico,

“para um membro da comunidade de informações, nunca era surpreendente encontrar indícios desabonadores quando se investigava alguém. Supunha-se que uma conspiração insidiosa estava em curso (justamente a “escalada do movimento comunista internacional”) e que ela era capaz de envolver incautos considerados “inocentes úteis” (Fico, 2001, p. 100)

Como o conjunto dos documentos encontrados no SIAN corrobora, além de Humberto Cavalcanti, vários padres, e alguns bispos, foram tidos como partícipes de tal conspiração insidiosa.



Além dos sentidos convocados pela memória identificados no texto, é possível entrever, também, a estratégia do esquecimento em funcionamento. Por exemplo, quando são mencionadas as publicações “comunistas” que Humberto recebia, que poderiam, perfeitamente, fazer parte de um conjunto mais amplo de publicações que ele, enquanto sacerdote e professor, devia receber, mas que não são apontadas. E, de volta à questão do Concílio Vaticano II, o documento faz menção do envolvimento de Humberto com as questões operárias e sindicais, mas silencia completamente sobre a orientação da Igreja, presidida então pelo Papa João XXIII, e os esforços que vinham sendo feitos para a aproximação da Igreja dos problemas sociais dos fiéis, o que tornaria, pelo menos à princípio, o comportamento do padre mais normal do que anormal. Tais silêncios colaboram para a formação de uma “rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção” (Fico, 2001, p. 21). Segundo o historiador, para além de um complexo de coleta de informações, o SISNI e seus agentes formavam um sistema

de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção. [...] Deste modo, tomados inteiramente pela desconfiança sistemática, os agentes de informações desenvolveram algumas técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados (Fico, 2001, p. 100).

Dentre as técnicas de persuasão utilizadas pelo sistema para produzir tais culpados, o dossiê analisado, quando tomado no conjunto dos documentos encontrados, aponta claramente para o esforço de

“autoconvencimento por retroalimentação” (Fico, 2001, p. 100), representado pela reiteração constante das primeiras informações levantadas sobre ele, quando chamou a atenção da vigilância e foi indiciado, logo na instalação da Ditadura, as quais, eventualmente, são observados acréscimos relacionados aos cargos ocupados por ele, depois de deixar o sacerdócio e voltar à Maceió.

Segundo Carlos Fico,

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro - este último “tido como comunista” - era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional. Estas eram as informações comumente iniciadas pela expressão “consta que” e muito encontradas entre os papéis da comunidade (Fico, 2001, p. 101).

Percebe-se, assim, nos dossiês, o uso intensivo dos chamados processos parafrásticos, por Eni Orlandi, “[...] pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, que repetindo “diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado [...] está do lado da estabilização”, e nada dos processos polissêmicos, capazes de causar deslocamentos, rupturas de sentido, fazendo com que, naquele espaço em que a autora percebe a possibilidade de materialização da ideologia, em havendo apenas reiterações, o que se consolide sejam sempre as relações de poder estabelecidas (Orlandi, 2009). Trata-se da estratégia de



“Alimentar” permanentemente o sistema de informações com novos dados sobre velhos casos [...] forma de evidenciar a necessidade dos órgãos de informações, que assim mostravam-se atentos à evolução dos problemas. Longos e intermináveis processos eram constituídos, com o acúmulo de sucessivos anexos ou novos inquéritos. Com isso, os envolvidos eram lançados num clima permanente de incerteza e tinham a impressão de uma vigilância constante (Fico, 2001, p. 104)

O reduzido número de fatos relacionados sobre Humberto Cavalcanti³⁶³, que a princípio poderia empobrecer a pesquisa, neste item, demonstra bem o mecanismo em funcionamento. Os dados são repetidos, de tempos em tempos, mesmo não havendo nada de novo. O efeito da técnica é poderoso e pode ser percebido no próprio documento, que fecha com a síntese

[...] embora tendo prestígio com determinadas autoridades do Estado de Alagoas, ter mantido após 1964 uma conduta político-ideológica discreta e declarado, quando Chefe de Gabinete do Reitor da UFAL, estar integrado ao Movimento revolucionário de 1964; não possui idoneidade moral, não goza de bom conceito junto a ASI/UFAL e Comando do 59° BI/MACEIÓ/AL e não inspira confiança.

e confirmado pela observação do texto de capa do Informe 30/08/ARE/82, que anos mais tarde, em 1982, contém a “juntada” de

363 Por exemplo, se comparados a quantidade de informações que o sistema guarda sobre Hélder Câmara.

todas as referências biográficas de Humberto Cavalcanti, colecionadas pela vigilância ao longo dos anos. Trata-se de um parágrafo:

O nominado, ex-padre, favorável a implantação de frente única no Brasil, em suas preleções e conferências pregava a reforma de base, sindicalismo rural, etc., (sic) com conotação nitidamente esquerdista. Em 1979, compôs o 1º Escalão do Governo Estadual de Alagoas³⁶⁴.

Nele se pode perceber, pela capacidade de síntese e economia de termos, a evolução e consolidação das ideias que se vinha construindo a respeito de Humberto Cavalcanti. Aparentemente a técnica venceu: virou verdade. Pode-se perceber, ainda no mesmo trecho, outro recurso usado para a persuasão e a construção da imagem desejada: o ataque moral, que segundo Fico, era uma “forma corriqueira de incriminar alguém [...] acrescer às supostas acusações de “subversivo” a pecha de imoral” (Fico, 2001, p. 101).

Ainda como Padre foi flagrado em “crime de adultério” com a Senhora IVONE BARBOSA, no dia 04 JUL 61, pelo próprio esposo da mesma, Senhor DÉCIO BARBOSA, tendo este, naquela ocasião morto sua mulher.

Como indica o autor em seu livro, o fato “ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos”, no caso, a vida privada de Humberto Cavalcanti. (FICO, 2001, p. 76) De

364 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003806.

fato, como apontado em nota na biografia na análise de conteúdo, um recorte de notícia do Diário de Alagoas³⁶⁵, de 30 de janeiro de 1961, encontrado no acervo da Cúria Metropolitana sugere o envolvimento de Humberto, ainda padre, com um crime passionai ocorrido em Maceió, em função de sua presença, e de Dom Adelmo, durante o depoimento do suposto assassino. Confirmado ou não, tal incidente não tem relação com o comportamento político do sacerdote, que devesse interessar o Sistema de Informações.

A partir das observações feitas sobre o trecho analisado até aqui, agora observando o conjunto dos documentos encontrados, chamam atenção questões relacionadas à sua forma de organização.

A fim de autorizar-se como os “produtores especializados do discurso que sustentou tanto suas próprias ações (espionagem, violência), quanto a conduta omissa dos moderados que os toleravam” (Fico, 2001, p. 21), os agentes do sistema, pelo que uma análise conjunta dos documentos aponta, desenvolveram esforços de sistematização e padronização.

A maior parte das páginas, da maioria dos documentos traz carimbos como “Secreto” e “Confidencial”. A observação dos documentos em ordem cronológica de produção aponta para o empenho em padronizar tanto a forma de nomeá-los e numerá-los, quanto os cabeçalhos, ou capas, detalhando as informações necessárias para a pronta identificação do conteúdo.

O documento, datado de 24 de maio de 1979, que contém o Informe 0027/115/ARE/79, com os componentes do 1º escalão dos governos estaduais na área de jurisdição da ARE/SNI, serve de exemplo. Além de todas as páginas conterem o carimbo “Confidencial”, seu cabeçalho já demonstra um estágio avançado de padronização.

365 ACMM, Armário 2, Caixa 13, Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 6 – Recortes de Jornais.

Figura 1

Cabeçalho do Informe 0027/115/ARE/79

INFORME Nº <u>0027</u> / 115 / ARE / 79		0276779
DATA:	24 MAI 79	
ASSUNTO:	COMPONENTES DO 1º ESCALÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA ARE/SNI.	
ORIGEM:	AC/SNI	
REFERÊNCIA:	TLX CIRC Nº 030/15/AC/79, DE 24 ABR (PRG Nº 01749/ARE/79)	
AVALIAÇÃO:	A-1	
DIFUSÃO ANTERIOR:	-	
DIFUSÃO:	AC/SNI	
ANEXO:	-	

Fonte

Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações.

Nele podem ser observadas marcações à lápis antes e depois dos nomes relacionados, indicando repetidos esforços de conferência e ajuste dos dados, o que também fica evidenciado no conjunto das informações 1464/116/ARE/80³⁶⁶, 215/116/ARE/82³⁶⁷ e 310/16/ARE/82³⁶⁸, que tem como assunto a infiltração comunista nos diversos setores de atividade, e apresentam longas listas de nomes, divididas por áreas de atuação, com muitas palavras em destaque e anexos contendo fichas individuais de várias pessoas citadas.

O primeiro informe traz uma lista corrida de nomes, contendo detalhes específicos que variam aleatoriamente, dependendo de cada pessoa listada. O segundo Informe já traz uma relação nominal, organizada em uma tabela com quatro colunas: número de ordem, nome, órgão infiltrado e observações. A tabela do terceiro Informe indica conter uma consolidação³⁶⁹. Como apontado na descrição do documento, as marcações à lápis, indicam repetidos esforços de conferência e os nomes sinalizados com um traço à régua, indicam sua exclusão da lista.

Ainda sob o aspecto da padronização, a ficha de distribuição e processamento, inserida no documento³⁷⁰, produzido em 1980, que trata da visita do Presidente da República à Alagoas, também indica um esforço de uniformização na organização dos documentos. Como

366 ARQUIVO NACIONAL. Documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000979 - 30/04/1980.

367 ARQUIVO NACIONAL. Documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003569 - 14/09/1982.

368 ARQUIVO NACIONAL. Documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003940 - 15/12/1982.

369 Não há como saber se houve outras listas, nem quantas formam exatamente, mas as referências que aparecem nos cabeçalhos destes Informes dão a entender que sim.

370 ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012422.

apontado, as capas dos memorandos também são padronizadas e contêm a expressão “Confidencial”.

Finalmente, a observação dos documentos em que Humberto Cavalcanti aparece, chama a atenção para dados que, embora não relacionados diretamente com ele, indicam aspectos do comportamento de outras pessoas que podem iluminar as razões por que ele interessou à vigilância. Por exemplo, na Informação 1464/116/ARE/80³⁷¹, no rol de atividades subversivas exercidas pela primeira pessoa relacionada (João Roberto Costa Nascimento), lê-se, no último item: “Ligações com grupos e/ou elemento subversivos – Com militantes da CON-VENGÊNCIA SOCIALISTA (CS) e AÇXO CATÓLICA OPERÁRIA (Aoo)”. Embora não haja sinais de relacionamento entre João Roberto Costa Nascimento, cujas informações são todas relacionadas à sua atuação em Pernambuco, e Humberto Cavalcanti, sabe-se da atuação do último nas atividades da Ação Católica em Maceió.

Já o “esboço da atuação do clero em todo Território Nacional” objeto de pedido de arquivamento pelo encaminhamento 028/116/ARJ/81³⁷², contém inúmeros indícios. Como visto na descrição do documento, o relatório já começa afirmando que “A infiltração do credo comunista no meio religioso é hoje fato consumado” e relaciona, estado por estado, as atividades dos padres relacionadas à Ação Popular, à Juventude Operária Católica, às Ligas Camponesas e a estações de rádios. Outro indício que o documento contém é a declaração de que “Em Pernambuco, D. Helder é considerado “o agitador mor da jurisdição””, que aponta para o fortalecimento das suspeitas relacionadas aos

371 ARQUIVO NACIONAL. Documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000979 – 30/04/1980 (infiltração comunista nos diversos setores de atividade).

372 ARQUIVO NACIONAL. Documentos BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005349 – 9/11/1981.

sacerdotes alagoanos como um todo e, em especial, aqueles que, como Humberto Cavalcanti, tinham comportamentos considerados suspeitos, simplesmente devido ao relacionamento amistoso que o Arcebispo de Pernambuco tinha com a Igreja em Alagoas³⁷³. Como visto, embora o “esboço” indique que a situação política do clero em Alagoas apresentava uma “linha de equilíbrio”, apontava para as “tendências esquerdistas” de Humberto Cavalcanti, Hildebrando Veríssimo Guimarães, Luiz de Oliveira Santos e Theofanes Augusto de Barros.

Na segunda versão da lista de elementos esquerdistas infiltrados³⁷⁴, nas páginas de “infiltrados nos meios e movimentos religiosos, particularmente católicos”, aparecem os nomes de duas pessoas ligadas a Ação Católica Operária: Maria Lorena de Araújo (ACO/PE) e Romain Zufferey (Padre – Coordenador da ACO para o Norte e Nordeste). Já na terceira versão encontrada da lista, a consolidação de dezembro de 1982³⁷⁵, chama a atenção o aumento de integrantes relacionados à Igreja Católica e o aparecimento de mais três nomes atuantes na ACO.

O último documento estudado, de acordo com a ordem cronológica de produção, que traz o dossiê consolidado em 1982, além de trazer na capa o parágrafo analisado a pouco, que apresenta uma síntese de todo exercício de construção de sentido em torno do comportamento de Humberto Cavalcanti, mostra como o dossiê foi gra-

373 Que pode ser percebido, por exemplo, na Informação 252-S2/74, produzida pelo Ministério do Exército, que faz parte do documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000812, sobre a posse de Miguel Fenelon Câmara Filho, como novo Bispo Coadjuutor da Arquidiocese de Maceió, em 26 de maio de 1974, que aponta para a presença de Dom Hélder nos eventos, sendo bem recebido pelas autoridades civis e eclesásticas presentes, no entanto dando causa, inclusive, a saída do Comandante da guarnição do Exército da solenidade.

374 ARQUIVO NACIONAL. Documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003569 – 14/09/1982.

375 ARQUIVO NACIONAL. Documento BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_82003940 – 15/12/1982.



dativamente alimentado ao longo dos anos, indicando que, além do envolvimento de Humberto em IPM em 1964, conhecido através dos documentos mencionados anteriormente, a leitura das primeiras anotações do “prontuário do nominado”, anexado ao documento, traz indicações de comportamentos seus que causavam desconfiança.

Sua participação como conferencista em seminários que reuniam camponeses e estudantes, das quais se depreendia que fosse favorável à Frente Única; as palestras proferidas em sindicatos frequentados por pessoas consideradas “elementos comunistas”; o fato de receber publicações provenientes de países considerados “comunistas”; sua influência religiosa entre a juventude, junto a qual, dizia-se, defendia ideias tidas como revolucionárias, como a reforma de base, o sindicalismo rural e relações com todos os países; sua amizade com pessoas suspeitas como Muniz Falcão, o deputado Abrahão Moura, os “irmãos Miranda”, o casal Paula e Henrique Oeste. A observação “Ideologia, subversivo” parece colocada ali como conclusão, síntese elementar, categórica, de anos de observação e vigilância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eleito como Menocchio, Humberto Cavalcanti não deixou a desejar quanto aos indícios e pistas que se esperava descobrir a partir de sua trajetória. A análise dos documentos encontrados sobre ele, a medida em que mostra sua rotina ao longo dos anos, aponta detalhes do contexto que se pretende conhecer melhor, confirma teses apresentadas por outros historiadores e, principalmente, indica outros personagens cuja história de vida, que também pode ser encontrada nas fontes estudadas, tem potencial para fazer avançarem as pesquisas.



A reconstituição de sua biografia mostra, por exemplo, o papel que desempenhava as vésperas do Golpe Militar, integrando o clero alagoano, em seu esforço para realizar os ditames de Roma e do Concílio Vaticano, no contexto social e econômico do Estado. Pode-se perceber que, assim como o clima político se aqueceu nos meses anteriores ao Golpe, também as atividades que a Igreja desenvolvia junto à comunidade, principalmente rural, se intensificaram. E que, assim como atores políticos reacionários diziam temer a crescente influência do comunismo, a Igreja também atuava intensamente para não perder sua posição junto ao povo para o “partido”.

As análises discursivas desenvolvidas corroboram amplamente as teses defendidas por autores cujos estudos serviram como referência. Entre eles, o historiador Carlos Fico. Muito de seus apontamentos saltam aos olhos durante a leitura orgânica dos documentos encontrados. Tanto que parecem terem sido criados de acordo com suas teses, e não, como é óbvio, ao contrário. Também o papel desempenhado pela atuação da Ação Católica como fundamento das desconfianças do Sistema de Informações, já apontado por autores como Fernando Medeiros, ganha contornos mais claros.

Nomes encontrados na pesquisa, como Salomão e Theóphanes Barros, José Santos e Hildebrando Guimarães podem ajudar a constituir a teia sugerida por Ginsburg e enriquecer o conhecimento sobre o que se passou com o tecido social Alagoano na época da Ditadura.

As fontes tão pouco decepcionaram. Além de se comprovarem ricos em informações, os arquivos do SNI e da Cúria, quando trabalhados em conjunto, ofereceram dados cuja complementariedade ajudaram a iluminar o contexto. No caso específico de Humberto Cavalcante, devido a sua atuação eclética, para além da clerical, é provável que a incursão a outras fontes, como os arquivos do Estado de Alagoas, de



Jornais e estabelecimentos de ensino onde atuou, se houver, seja capaz de enriquecer ainda mais o estudo.

Logo no início se falou em “busca de entrelaçamento e completude”. O caminho percorrido foi, certamente, rico em entrelaçamento. Mas também destacou a ingenuidade envolvida na expectativa de completude. Bem ao contrário, confirmou o estágio preambular das pesquisas na área em Alagoas e apontou para possibilidades de novas trilhas a seguir, confirmando o interesse nos Fundos do SNI, abrigadas no Arquivo Nacional.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 1, Caixa 07 – Processos de Ordenação (1942 a 1953), Pasta 19 – Processo de Ordenação de Humberto Cavalcanti, Certidão de nascimento. ACMM, 1955.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 1, Caixa 07 – Processos de Ordenação (1942 a 1953), Pasta 19 – Processo de Ordenação de Humberto Cavalcanti, Certidão de Crisma – 20 de maio de 1946. ACMM, 1942-1953.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 1, Caixa 07 – Processos de Ordenação (1942 a 1953), Pasta 19 – Processo de Ordenação de Humberto Cavalcanti, Carta para Dom Adelmo em 30 de maio de 1947. ACMM, 1942-1953.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Carta de Humberto para Arcebispo em 17 de novembro de 1950. ACMM, 1950.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Carta de Humberto para Arcebispo em 20 de julho de 1951. ACMM, 1951.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 12 – Arcebispos, Pasta 9 – Correspondências de Dom Ranulfo, Folheto do I Congresso Arquidiocesano de Vocações Sacerdotais 7 a 12 setembro 1960. ACMM, 1960.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 13, Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 6 – Recortes de Jornais. ACMM, 1940-1960.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 14 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 2 - Incardinações e Excardinações, Carta de Humberto para Dom Adelmo em 14 maio de 1968. ACMM, 1968.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 14 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 2 - Incardinações e Excardinações, Carta de Dom Adelmo para Humberto em 17 maio de 1968. ACMM, 1968.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 2, Caixa 14 – Sacerdotes e Seminaristas, Pasta 2 - Incardinações e Excardinações, Carta de Humberto para Dom Adelmo em 11 de junho de 1968. ACMM, 1968.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de D. Ranulpho Farias e D. Adelmo Machado: Caderno 1 – Episcopado de D. Ranulfo: Informes, Resenha, Relação, Resumo. ACMM, 1957.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de Dom Ranulfo e Dom Adelmo Machado: Ação Católica. ACMM, 1940-1960.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 8, Caixa 76 – Cadernos de Dom Ranulfo: Ação Católica. ACMM, 1940-1959.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 2 (1918-1952). ACMM, 1918-1952.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 30, Caixa 04, Livro de provisões 3 (1953-1977). ACMM, 1953-1977.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 31, Livro de Tombo de Fernão Velho. ACMM, 1947-1999.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 31, Livro do Tombo nº 12. ACMM, 1951-1953.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Armário 31, Livro do Tombo, nº 13. ACMM, 1953-1955.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Edusc, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Autores alagoanos, item 795, CAVALCANTI, Humberto Araújo (Pe).

Presença do transcendente em Jorge de Lima. Maceió: Imprensa Oficial, 1958.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Autores alagoanos, item 1413. CAVALCANTE, Humberto (Padre). **O valor social da Educação.** Maceió: Secretaria da Educação e Cultura, 1963. (Conferência pronunciada na reunião do Rotary Club de Santana do Ipanema, por ocasião da transferência do Governo Luiz Cavalcante para aquela cidade, no dia 28 de agosto de 1963.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Autores alagoanos, item. 2402 CAVALCANTI, Humberto Araújo (Pe.). **Jorge de Lima, poeta modernista e cristão.** Maceió: Imprensa Oficial, 1958.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas:** dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Verbete CAVALCANTI, Humberto de Araújo. Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>. Acesso em: 20 set. 2023

BARROS, José d'Assunção. **O campo da História:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2013.



BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XVIII a João Paulo II, de Medelín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 5.584 de 18 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033 – Neise Annibal Cavalcanti – Dossiê. 30/1/1979.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000812 - Dom Miguel Fenelon Câmara. - Dossiê. 1980.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000979 - Infiltração comunista nos diversos setores de atividade 3.3 - Dossiê. 1980.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81005349 - Atividade política do clero no Brasil - Dossiê.1981.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003569 - Infiltração comunista nos diversos setores de atividade. - Dossiê. 1982.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003806 - Humberto de Araújo Cavalcanti - Dossiê. 1982.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003940 - Infiltração comunista nos diversos setores de atividade. - Dossiê. 1982.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR RJANRIO TT.o.MPC, PRO,146 - Processo SECOM n° 58.668 - Dossiê.

COUTROT, Aline. Religião e política. *In* RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FARIAS, Damião Duque de. **As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil**: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo. In: *Anais ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Londrina, 2005 *apud* SANTOS, 2022, nota de rodapé 341, p. 205)

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2022.

FLORENCIO, Ana Maria Gama *et al.* **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 2009.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In. GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**, p. 169-178, 1989.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. Niterói: Eduff, 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Padres agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). In: **Dinâmicas religiosas na História**: perspectivas socioculturais e políticas em debate.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos; VASCONCELLOS, Pedro Lima (org.). Col. Histórias PPGH-Ufal. Curitiba: CRV, 2022.

SURUAGY, Divaldo. *Humberto Cavalcanti*. Tribuna do Sertão. Artigos. 8 de outubro de 2014. Disponível em: <https://tribunadosertao.com.br/2014/10/humberto-cavalcanti-2/>. Último acesso em 29 de maio de 2021.

TICIANELI, Viçosa, a Atenas de Alagoas. In: **Memória, História de Alagoas**. 16 de março de 2016. Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/vicosa-a-atenas-de-alagoas.html>. Acesso em: 09 out. 2023.

VATICANO. **Carta Encíclica *Pacem in Terris* do Papa João XXIII**: a paz de todos os povos na verdade, justiça, caridade e liberdade. 11 de abril de 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 31 jul. 2023.

VATICANO. **Carta Encíclica *Mater et Magister* do Papa João XXIII sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã**. 15 de maio de 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 31 jul. 2023.

VATICANO. **Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris* do Papa Leão XIII**. 28 de dezembro de 1878. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html. Acesso em: 31 jul. 2023.

VATICANO. **Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII: sobre a condição dos operários**. 28 de dezembro de 1878. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 31 jul. 2023.



SER FREIRA EM ALAGOAS
DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR: O CASO DAS IRMÃS
MISSIONÁRIAS FRANCISCANAS
DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
(1966-1980)

Derllânio Telecio da Silva

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica é uma instituição religiosa detentora de considerável influência social e, por isso, responsável por estabelecer relações de poder dentro e fora do âmbito católico (Balandier, 1969)³⁷⁶. No que se refere ao Brasil, pode-se afirmar que é uma das instituições mais influentes da história do país, organizada historicamente, por dominações e discursos masculinos. Logo, pode-se falar sobre o caráter androcêntrico da Igreja.

Existe uma cultura patriarcal entranhada à história e ofício da Igreja Católica. A hierarquia da instituição privilegia os religiosos masculinos. Dentro e fora da Igreja, as mulheres foram silenciadas, excluídas e depreciadas. Será que até hoje essas mulheres carregam a “culpa” de Eva?

Com a consolidação do capitalismo, certo determinismo biológico foi um dos responsáveis por reforçar a divisão das esferas públicas e privadas (Souza, 2007, p. 167). Os homens, considerados úteis, inteligentes e responsáveis, foram associados à esfera pública, atuando assim na administração, política e economia. Já as mulheres, induzidas à esfera privada, estariam condicionadas a serem dóceis, domesticadas para o lar e matrimônio (Bellotti, 2007, p. 1). O caráter conservador da Igreja Católica tem reforçado ainda mais a desigualdade de gênero, reafirmando o determinismo biológico. Sabe-se que no interior da Igreja Católica, o feminino é visto como coadjuvante das relações sociais. Para as mulheres, foi destinado um lugar de subserviência.

As disparidades de gênero dentro e fora da Igreja Católica por muito tempo estiveram em evidência. Assim, essas disputas, violên-

376 Para Balandier, o sagrado é uma das dimensões do campo político, uma vez que a religião pode ser usada como um instrumento de poder.

cias, conchavos, imposições, hierarquias e heterogeneidades continuaram a resistir na segunda metade do século XX. Neste período, especificamente entre 1964 e 1985, o Brasil vivia a ditadura civil-militar³⁷⁷, um período de intensas tensões, torturas, repressões e de conflitos políticos e ideológicos.

Para o historiador Daniel Aarão (2000) o termo “Ditadura Militar” é um equívoco, pois parte considerável da sociedade civil, empresarial e eclesiástica foi conivente com o regime ditatorial que se instaurou no país, em 1964, com a queda de João Goulart. Assim,

As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional estatista que encarnavam (Aarão Reis, 2000, p. 29).

O anticomunismo se consolidou, afirmando combater o “perigo vermelho”, que segundo as direitas brasileiras iriam destruir o Brasil. A propaganda anticomunista solidificou-se no Brasil a partir

377 Carlos Fico alega que o Golpe de 1964 passou a ser visto por parte do povo brasileiro como uma “efeméride”, pois na década de 1970 tornou-se comemoração em diversas partes do país. Todavia, o revisionismo feito por alguns historiadores passou a refutar narrativas falaciosas e golpistas. A primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica que “romantiza” o Golpe de 1964 foi imposta a partir de uma perspectiva memorialística patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel. Durante o seu governo, entre 1974 e 1979, Geisel buscava atrelar a imagem de João Goulart a um governo de descontinuidades que deixou o Brasil em ruínas. É importante lembrar que livros sob autoria de Luís Viana Filho (chefe da Casa Civil de Castelo Branco) e Daniel Krieger (líder do governo no Senado) buscaram construir uma visão de Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro general-presidente, como um homem “moderado” e “legalista”. À vista disso, a produção historiográfica frente ao Golpe de 1964 é tida como recente. De acordo com o Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000, 214 dissertações de mestrado e teses do doutorado sobre a Ditadura Militar foram produzidas no Brasil (Fico, 2004, p. 29-41).

do Estado Novo, diante da articulação das elites sociais políticas e burocráticas (Motta, 2007, p. 230). A Igreja, parte da imprensa, alguns empresários e membros da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) declararam apoio ao Golpe.

Entre os dias 17 e 29 de maio de 1964 a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)³⁷⁸ apresentou uma declaração, assinada por 26 bispos, que apontou a Igreja como adepta a intervenção militar, com o argumento de que as Forças Armadas salvaram o Brasil do comunismo (Cancian, 2017, p. 109). Logo, manifestações políticas católicas buscavam combater o anticomunismo e enfraquecer os grupos políticos de esquerda do Brasil. Podemos citar as “Marchas do Rosário”, que tiveram início no fim de 1963 e que se fortaleceram em 1964, o qual levou para as ruas de São Paulo meio milhão de pessoas em 19 de março, dia de São José, considerado o patrono da família (Codato, 2004, p. 273).

Segundo Renato Cancian, após 1964, através de uma determinação da Santa Sé, a CNBB passou por uma nova reforma institucional. Ampliando o número de bispos para 37, descentralizou as atividades através da criação de 13 regionais (Cancian, 2017, p. 109-110). Adeptos ao primeiro presidente militar, Humberto Castelo Branco (1897-1967), membros influentes do clero católico acreditavam que as ameaças ao catolicismo haviam sido exterminadas após a queda de

378 A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é uma instituição católica permanente fundada em 1952 constituída de bispos. Entre suas funções estão a promoção da comunhão entre os bispos, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a orientação pastoral para as diversas realidades brasileiras. A CNBB também é responsável por coordenar diversas pastorais, comissões e setores que atuam em áreas como educação, saúde, ecumenismo, comunicação social, entre outras. Apontada como uma inovação para o catolicismo no país, foi resultado de uma conscientização do episcopado nacional em busca de uma melhor organicidade das missões evangelizadoras e atividades pastorais. Em suma, a CNBB desempenha um papel significativo na vida religiosa, social e política do Brasil, representando a voz da hierarquia católica no país (Cancian, 2017, p. 107).



João Goulart. Todavia, existia um conflito Igreja-Estado por parte de alguns religiosos que, ancorados por uma ideologia “progressista” e por estarem inseridos em ações voltadas para as camadas populares da sociedade, se recusavam a assumir uma postura conivente aos governos dos militares.

O interesse por questões sociopolíticas por parte de religiosos católicos brasileiros fez a Igreja Popular popularizar-se no país. Uma nova geração de bispos, clérigos e leigos buscaram se inserir em trabalhos voltados para o combate das injustiças sociais, originado assim uma militância católica (Cancian, 2017, p. 111). A Igreja Popular se envolveu nas lutas sociais das classes populares, o que, inevitavelmente, causaria conflitos com os governos militares.

As políticas desenvolvimentistas dos governos militares idealizaram projetos agrícolas e de agroindústria que beneficiavam apenas os latifundiários, excluindo o campesinato, comunidades indígenas e populações locais (Cancian, 2017, p. 111-112). Em contrapartida, algumas dioceses nordestinas realizaram trabalhos pastorais voltados a classe trabalhadora. Assim, a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, auxiliaram na criação de sindicatos, núcleos de formação de lideranças comunitárias e programas de alfabetização.

A classe trabalhadora brasileira ocupou um importante papel de resistência frente a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil. É importante lembrar que a classe trabalhadora brasileira nunca foi homogênea, pois não é proveniente exclusivamente do seguimento das indústrias, nem também da oposição do trabalho escravo e livre (Batalha, 2018, p. 167-168). Ao se debruçar sobre a classe operária sob uma ótica heterogênea, E. P. Thompson buscou entender o seu “fazer-se”. Para ele, a classe operária é entendida como um fenômeno histórico. Logo, “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”

(Thompson, 1987, p. 17-18). Levando em consideração a heterogeneidade da classe operária, torna-se necessário indicar que existiam mulheres operárias que resistiram e foram contra o Golpe. Elas lideravam alguns movimentos sindicais e mobilizações sociais (Dellamore, 2019, p. 24).

Em meio ao “carnaval das direitas” (Napolitano, 2014, p. 67)³⁷⁹, havia alguns grupos de religiosas em movimentos de oposição à Ditadura Civil-Militar no Brasil. Ancoradas pelo ideal progressista e pelos desdobramentos da Teologia Feminista, algumas freiras lutaram e resistiram à conjuntura política daquele período.

A VIDA RELIGIOSA FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Durante a segunda metade do século XX, freiras passaram a se envolver com as práticas de caridade. Através do trabalho filantrópico, essas mulheres católicas passaram a ganhar notoriedade nos espaços públicos. Michelle Perrot afirma que as mulheres caridosas são “mulheres mais independentes, frequentemente celibatárias, ou viúvas, indignadas com a miséria física e moral e animadas por um espírito missionário” (Perrot, 1994, p. 504-505). Desta forma, isso significa “sair” para fora do seu lar em favor dos pobres, doentes e/ou abandonados. Todavia, mesmo que reconhecidas, ainda estavam mediadas por homens religiosos ou por homens “respeitáveis”, como médicos, advogados e escritores (Martins, 2015, p. 20). O papel secundário dentro da Igreja fez com que congregações de freiras se afastassem dos trabalhos administrativos das catedrais e igrejas e fossem realizar um

379 Termo usado por Marcos Napolitano (2014, p. 67) para se referir ao entusiasmo da comemoração do golpe de 1964, que resultou na deposição de João Goulart.



trabalho campal. Mobilizadas por um discurso laico reformista, essas mulheres religiosas identificaram que o seu lugar no mundo poderia ser ampliado. Elas não buscaram somente *status* de classe, mas também a inserção em outros espaços públicos como escolas, hospitais e instituições de cunho social.

As congregações religiosas femininas, no Brasil, se destacaram através de seus trabalhos de campo, principalmente no que se refere à assistência a enfermos e auxílio a populações com alto grau de vulnerabilidade social. O século XX, se configurou como o ápice do crescimento das missões religiosas femininas em decorrência de redirecionamentos estruturais dentro da própria Igreja (Azzi, 1983, p. 21). Foram as congregações femininas que assumiram a vanguarda no movimento de renovação pastoral. Essas mulheres buscaram mudanças na sua vida religiosa, e novos enfoques.

Maria José Rosado Nunes (1985), afirma que as mudanças ocorridas na vida religiosa feminina, no século XX, fizeram parte de uma “renovação adaptativa”, ocorrida entre o Concílio Vaticano II até a década de 1970, e de uma “inovação criativa”, a partir da década de 1970, até os anos 2000. Essas duas fases descritas por Rosado Nunes (1985) foram marcadas pela modernização das estruturas conventuais. Diante disso, algumas mudanças do ofício pastoral ocorreram, como: a descentralização do poder, uma vez que, outrora, as ordens religiosas tinham o poder concentrado nos seus superiores; as freiras passaram a ser mais assistidas na sua individualidade; assim, a psicologia passou a fazer parte da vida religiosa; a liberdade foi atribuída às missionárias, sendo permitida a saída das casas conventuais sem horários preestabelecidos e independência financeira.

Diante do exposto, a partir dessas renovações, muitas freiras passaram a frequentar cursos técnicos e superiores. Assim, parte significativa dessas mulheres realizaram cursos relacionados à saúde, as-



sistência social e educação (Martins, 2015, p. 26). Logo, as formações dessas freiras determinavam o tipo de missão que iriam desempenhar. Assim, as freiras saíram dos interiores das casas conventuais e passaram desenvolver obras de caráter social. As religiosas foram convidadas para realizar uma experiência inédita no país: substituir, parcialmente, os vigários, em paróquias de pequenas cidades do interior.

A partir da renovação da vida religiosa feminina, essas mulheres passaram a realizar missões em capelas, igrejas, hospitais, creches, escolas e comunidades. Desse modo, os aspectos interioranos das missões intensificam-se. Em se tratando do aspecto político das congregações, houve alterações nas tomadas de decisões. Brito e Aras (2017) elucidam que o poder de escolha, que era destinado apenas aos superiores, passou a ser mais democrático, concedendo às freiras o poder do voto. Além disso, em alguns casos, termos foram substituídos, como por exemplo o título de “superiora” que passou a ser “coordenadora” ou “animadora”. Na década de 1970, novas mudanças na vida feminina católica ocorreram no Brasil. A Teologia da Libertação (TL ou TdL) reforçou a preocupação da Igreja Católica com as classes subalternizadas da sociedade. Desta forma, as congregações religiosas passaram a ser preocupar mais com as regiões marginalizadas, criando missões em espaços antes não atendidos. Passaram a realizar missões em comunidades, regiões tidas como periféricas, vilas operárias e zonas rurais.

Essas missões afastadas de grandes núcleos urbanos assumiram um aspecto mais “progressista”, afeitas aos movimentos populares. Assim, muitas freiras tornaram-se parceiras de organizações não governamentais (ONGs) e institutos nacionais e internacionais para dar assistência as comunidades vulneráveis brasileiras. Podemos citar aqui a Cruz Vermelha, Visão Mundial e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que já realizaram parceria com congregações religiosas, com intuito de prestar serviços

assistenciais para as camadas mais pobres e marginalizadas da sociedade (Nunes, 1985, p. 131).

Visto que essas religiosas estariam mais articuladas aos trabalhos sociais, muitas delas tiveram intensos problemas com período da Ditadura civil-militar brasileira. Caroline Cubas (2018), afirma que missionárias católicas estiveram presentes em muitas passeatas e manifestações populares contra o regime militar. Rosado Nunes (2012) também constata que muitas freiras, arraigadas e aliadas pelos ideais da Teologia da Libertação, fizeram oposição ao governo instalado pelos militares no Brasil. As alterações sofridas pela vida religiosa feminina, nas décadas de 1960 e 1970, seguiram então de perto, em certo sentido, o que se passou na Igreja na mesma época.

A década de 1970 marcou significativamente parte da Igreja Católica no Brasil. Politicamente, após um primeiro momento de entusiasmo com a instalação dos militares no poder, alguns religiosos passaram a integrar um movimento civil de resistência ao regime ditatorial militar³⁸⁰. Por essa época, surgiu um novo pensamento teológico, que procurava fundamentar-se numa análise sociológica da realidade e era respaldado pelo patrimônio ideológico do catolicismo, com seu ideal de aproximação dos pobres. Trata-se da Teologia da Libertação. A expressão pastoral desse discurso teológico foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Organizadas no contexto das paróquias tradicionais, desenvolveram-se, sobretudo, nas áreas rurais e na periferia das grandes cidades, entre as camadas pobres da população (Nunes, 1985, p. 503-504). Dessa forma, muitas missionárias católicas passaram a se preocupar cada vez mais com as relações políticas e sociais. A partir daí, considerável parte das freiras inseriram-se com expressividade dos meios populares.

380 Vale lembrar que existiam religiosos, tidos como conservadores, que não apoiaram a Teologia da Libertação. Muitos deles foram favoráveis ou aliados à Ditadura.

Ancoradas pelas renovações concebidas pela Teologia da Libertação, muitas religiosas passaram a viver pelos pobres, no território dos pobres e partilhando experiências com eles. Essa mudança se deu porque em poucas décadas, a VR [vida religiosa] feminina no Brasil passou de um estilo de vida arcaico e fortemente institucionalizado para um processo de renovação, moderno, canalizado, principalmente, pelo discurso e prática da opção pelos pobres em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Com a mudança da conjuntura social e eclesial, a vida religiosa feminina volta a confrontar-se consigo mesma (Garcia, 2006, p. 11).

Sabe-se que a Teologia Feminista³⁸¹ tem buscado evidenciar o papel feminino na Igreja Católica, mas, mesmo assim, essas mulheres ainda são pouco evidenciadas. Para Rogers (2014), as relações de gênero na Igreja sempre foram problemáticas. Muitas freiras escolhiam realizar missões longínquas de clérigos masculinos para se afastar desses religiosos. Havia religiosas que não queriam ser submissas de religiosos masculinos. Devido a isso, aproveitaram os redirecionamentos estruturais da Igreja para aportar em novas terras. Diante das diversas tensões frentes ao tratamento do feminino na Igreja Católica, muitas religiosas passaram a buscar novos espaços. E, a filantropia foi a saída para muitas moças católicas.

Diante do exposto, a Igreja passou a caracterizar esse trabalho filantrópico feminino como a prática de “sair” de fora do seu lar para ajudar aos mais necessitados sob uma perspectiva social como pobres, doentes e abandonados pela sorte (Perrot, 1994, p. 36). Essas mulheres vinham cada vez mais ganhando o seu espaço em todos os âmbitos sociais.

381 A teologia feminista surgiu através do esforço de mulheres pesquisadoras em religião à procura de um trabalho de desconstrução da teologia patriarcal em suas distintas nuances. Trata-se de uma reconstrução, urgente e necessária, do espaço da mulher na religião (Gebra, 1997, p. 31).

Contudo, as freiras que viviam ancoradas a ideais progressistas e adeptas a Teologia da Libertação e a Teologia Feminista foram perseguidas, violentadas e/ou torturadas durante o período da Ditadura civil-militar.

ANTICOMUNISMO, DITADURA E IGREJA EM ALAGOAS

Em 1945, após a queda de Getúlio Vargas, a esquerda vinha se situando no cenário político nacional. Assim, líderes sindicais, sapateiros, operários estavam pleiteando cargos em todas as esferas políticas. Todavia, em Alagoas, a esquerda se mostrava dividida e tímida (Tenório, 2013, p. 82). Após uma década, a existência de fábricas, indústrias têxteis, vilas operárias fizeram com que a esquerda emergisse no território alagoano, uma vez que a luta operária se intensificou. Foi com o apoio das classes subalternizadas, como a classe operária que, em 1955, Muniz Falcão (1915-1966), líder populista pelo Partido Social Progressista (PSP), se elegeu como governador do estado de Alagoas com 53.086 votos (Tenório, 2013, p. 86).

Com a vitória de Muniz Falcão, a elite alagoana se mostrou insatisfeita e não aceitou o resultado da eleição. Em 1957 foi iniciado um processo de *impeachment*, que fez com que o seu vice, Dr. Sizenando Nabuco, assumisse o cargo de governador do estado. Para a direita ultraconservadora alagoana Muniz Falcão não era digno para tal pleito. Um dos motivos para cassação do seu mandato se justificava por ele não ser alagoano – pois nasceu em Araripina, Pernambuco – e por não possuir parentesco com as famílias tradicionais do estado. Desta forma, tornou-se inimigo da elite alagoana (Moura, 2012, p. 72).

Partindo para a conjuntura política nacional, em 1961, João Goulart assumiu a presidência do Brasil. Apesar de legal e legítima, a posse de Jango não foi pacífica. A oposição, com o espírito reacionário

enraizado e com ideologias pró-imperialistas já sinalizavam o interesse por um Golpe. Em contrapartida, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e União Nacional dos Estudantes (UNE) se articulavam contra a extrema direita brasileira.

Ideologicamente, João Goulart se situava na ala progressista, o que desagradou as bases políticas da extrema direita. Frente a isto, o discurso anticomunista se mostrava muito forte e em 1964 o Golpe se efetivou. Assim, o Brasil passou a viver um intenso período de autoritarismo. O Golpe foi resultado de uma união entre os militares e de parte da sociedade civil, como empresários, Igreja, comerciários, entre outros.

Antes ainda da Ditadura civil-militar, a Arquidiocese de Alagoas já adotava uma postura anticomunista. Dom Adelmo Machado (1905-1983)³⁸², liderança religiosa influente neste período, deu continuidade a esse discurso contra o comunismo no território alagoano. É importante ressaltar que, a Igreja em Alagoas possui um periódico intitulado “O Semeador”³⁸³. Esse jornal católico, por diversas vezes, se posicionou contra uma possível revolução comunista no Brasil, como mostra a figura 1.

382 Dom Adelmo Cavalcante Machado, nascido em 5 de março de 1905 na cidade de Penedo, integrou ao Seminário Arquidiocesano de Maceió em 1918. Posteriormente, em 1927, tornou-se vice-reitor do Seminário, continuando nessa função até 1942, quando passa a ser reitor dessa instituição religiosa. Além disso, ministrou aulas de Ação Católica, Exegese Bíblica, Francês, Grego, Português, Literatura Portuguesa, Teologia Dogmática e Teologia Pastoral. Atuou em conjunto com movimentos como Juventude Feminina Católica, Juventude Operária Católica, Pastoral das Religiosas e Movimento de Educação de Base. Em 25 de novembro de 1955 assumiu o cargo de arcebispo, permanecendo até 1976, quando decidiu renunciar por limitações frente a sua idade. Disponível em: <https://www.historia-dealagoas.com.br/d-adelmo-machado.html>.

383 O Semeador é um jornal fundado em 2 de março de 1913 pelos padres Antônio José de Cerqueira Valente, Luiz Carlos de Oliveira Barbosa e Franklin Casado de Lima. Inicialmente, era publicado semanalmente. A partir de 1982, passou a ser veiculado quinzenalmente, seguindo esta organização até hoje. Este é o jornal impresso mais antigo em circulação em Alagoas. Disponível em: <https://www.centenarioarqmaceio.com.br/o-semeador/>.

Figura 1

O Semeador de 23 de janeiro de 1964

**Fonte**

Acervo ACMM. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

Na capa do jornal, a manchete intitulada “O leader udenista Bilac Pinto atende ao pedido do Sr. João Goulart de dar provas de que S. Excia. Prepara uma guerra revolucionária no Brasil para destruição das instituições democráticas e implantação do comunismo”, mostra que o periódico adotava uma postura conservadora e situada ideologicamente à direita³⁸⁴. O *Semeador* era entendido como um instrumento importante para se combater a vida profana, o ateísmo e a imoralidade no território alagoano (Medeiros, 2007, p. 116).

A elite alagoana se fortaleceu através da ideia de salvar o povo do comunismo. Assim, a Igreja reafirmava esse discurso político. Desta forma, em Alagoas, no período da Ditadura Civil-Militar, houve perseguições, opressões, desaparecimentos, mortes e prisões com aqueles que se rebelaram contra o Golpe (Almeida, 2006, p. 129).

Frente as tensões políticas ocorridas durante a Ditadura Civil-Militar em Alagoas, torna-se necessário entender como se dava a vida religiosa feminina durante esse período. As Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua, oriundas da Holanda, aportaram no Brasil para missões religiosas justamente durante o período em que o Brasil passava por esses desdobramentos políticos. Logo, serão analisadas as ligações e/ou disparidades entre essas freiras e a Ditadura Civil-Militar.

“FREIRAS SUBVERSIVAS”? O CASO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Em 1921, na Província de Brabante do Norte, especificamente na cidade de Asten, nos Países Baixos foi fundada a Congregação das Irmãs Mis-

384 Para os conversadores alagoanos, a Igreja era uma aliada. Os estudiosos que se situavam à direita e a Igreja iniciaram um projeto de doutrinação, em que o patronovismo e o integralismo era perpetuado por eles. Assim, a elite alagoana passou a ficar vigilante frente aos comunistas (Almeida, 2006, p. 129).

sionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua pelo padre Gerardus Wilhelms Van Schijndel (1850-1923)³⁸⁵. Essa congregação religiosa ganhou notoriedade por enviar freiras para missões em países como Aruba (1954), Brasil (1961-2018), Congo (1926-1964), Noruega (1924-2002), Indonésia (1931).

Em 20 de setembro de 1960, o jornal holandês *Nieuwe Haarlemsche courant* noticiou as dificuldades das Irmãs de Santo Antônio no Congo, frente as tensões políticas do período com o título “Dias difíceis para Irmãs de Asten no Congo”. No corpo da reportagem diz: “O trabalho missionário florescente agora está parado”. Ademais, ainda fala “As Irmãs Missionárias de Santo Antônio de Pádua estão fazendo hora extra, estão aflitas, trêmulas”. As jovens freiras já não queriam ficar mais no Congo e precisaram de ajuda da congregação, como mostra na Figura 2. Essas tensões aconteceram em decorrência das mudanças políticas e sociais que ocorreram na atual República Democrática do Congo. De acordo com Honorato (2019), durante o seu processo de desagregação com a Bélgica, o Congo sofreu um intenso processo migratório, diante da violência que se estabelecia no seu território.

Estavam no Congo as irmãs Clementina, Odiliana e Quínera. Após esse período de tensões, a Casa Mãe da congregação, em Asten, decidiu que as freiras iriam retornar para a Holanda, tendo em vista que foram depostas do Congo.

385 Gerardus Wilhelms Van Schijndel foi o fundador da Congregação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua. O início dos seus trabalhos pastorais foi na Argélia, em 1981. Foi membro também da Sociedade dos Missionários da África. Em 17 de fevereiro de 1913 o Papa Pio X juntamente com o cardeal Rossum autorizaram a criação de uma congregação religiosa por Gerardus. Em 1921 é oficializada a criação da Congregação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua, na pequena cidade de Asten (Poels, 2005, p. 286).

Figura 2
Irmãs de Santo Antônio de Pádua sendo pauta no *Nieuwe Haarlemsche courant*

Benauwde dagen voor Astense missiezusters in Congo

Bloeiend missiewerk ligt nu stil

(Van onze verslaggever)

ASTEN, 20 juli — In het moederhuis van de missiezusters van de H. Antonius van Padua worden overuren gemaakt. De voorraadkamers waren n.l. niet berekend op de terugkeer van 27 zusters ineens en het gevolg is, dat de evacué's uit Congo, in plaats van hun normale Nederlandse habijt, bruine vesten dragen over hun nooduitrusting. „Normaal hangt er wel kleding klaar als de zusters terugkomen. Maar wie had dit kunnen verwachten?” zegt zuster Hermenegilde. Een goede week geleden gaf ze nog ongestoord haar handwerklessen in Djolu. Nu loopt ze, nog onwennig en rillerig, door de kille gangen van het Astense klooster. Daartussen ligt een reeks van schokkende ervaringen.

Slechts één wens: terug

Zuster Bepilain bij het ziekenhuis in Bejaie, dat nu zonder arts en zonder zusters is.



Fonte
Nieuwe Haarlemsche courant (1960)



No Brasil, as Irmãs Missionárias de Santo Antônio de Pádua chegaram em 1961, especificamente na região Nordeste. O primeiro estado de atuação desta congregação foi a Paraíba, nos municípios de João Pessoa e Campina Grande. No ano seguinte, em 1962, inauguram uma missão no município de Esperança. As freiras que atuaram na Paraíba foram: Irmãs Bernadete, Irmã Carmela, Irmã Everdina, Irmã Lúcia, Irmã Redempta, Irmã Marlene e Irmã Tonnie Van Han. Fundaram no território paraibano: uma Casa da Saúde, a Maternidade São Francisco de Assis e o Colégio Ginásio Diocesano.

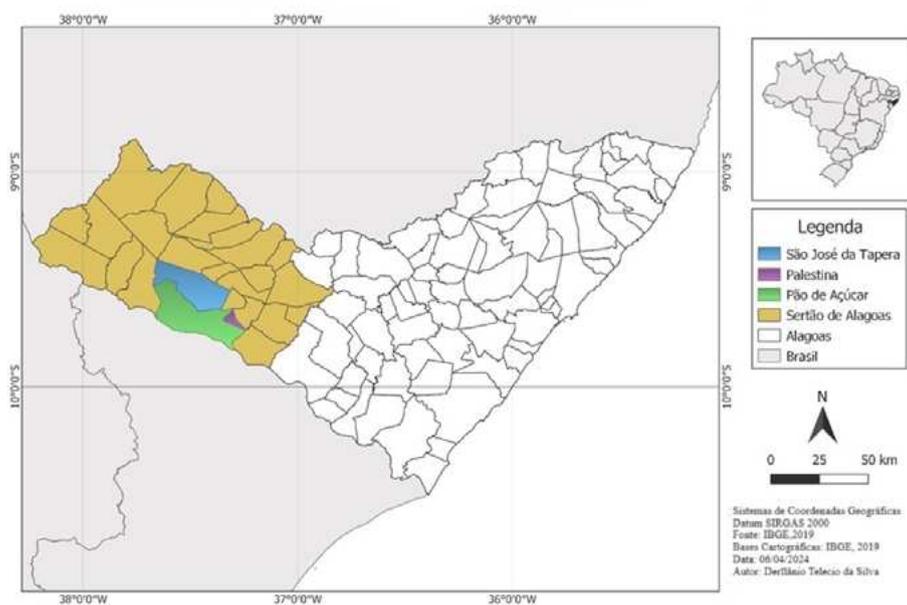
Em Alagoas, as Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua aportaram em em 22 de agosto de 1966 na cidade de Pão de Açúcar. Dom Otávio Aguiar (1913-2004)³⁸⁶, da diocese de Palmeira dos Índios foi o responsável pelo feito, pois relatou a Heliomar Quieroz Mafra, pároco de Pão de Açúcar, que haviam freiras holandesas expulsas do Congo interessadas em inaugurar missões religiosas no interior de Alagoas. Sendo assim, houve um sinalização positiva por parte do pároco e as freiras foram enviadas para o Médio Sertão de Alagoas (Correia, 2012, p. 6). Os municípios que passaram a ser assistidos pelos trabalhos missionários dessas religiosas foram: Palestina, Pão de Açúcar e São José da tapera, como mostra no Mapa 1.

As freiras que atuaram no Médio Sertão de Alagoas foram: Irmã Clementina Wouters (1920-2012), Irmã Odiliana Smits (1923-2019), Irmã Patrícia Berkhout (1926-2011), Irmã Redempta (1931-2018) e Irmã Johannes (1928-2002). Essas religiosas chegaram em

386 Dom Otávio Barbosa Aguiar nasceu em Orobó, Pernambuco, no dia 22 de abril de 1913. Teve a sua ordenação em 28 de abril de 1935 na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Nazaré da Mata- PE. Logo mais, em 19 de maio de 1956, foi transferido para a diocese de Campina Grande, Paraíba. Foi em 19 de agosto de 1962 que chega à Palmeira dos Índios, tornando-se Bispo. Ver mais em: https://diocesedepalmeiradosindios.blogspot.com/p/bispos-anteriores_16.html.

Mapa 1

Municípios de Atuação Missionária no Médio Sertão de Alagoas



Fonte
Autor

Alagoas em um período que esta unidade da federação passava por tensões sociais e políticas a Ditadura civil-militar que havia se instaurado no Brasil.

Em 1966, Lamenha Filho (1919-1997)³⁸⁷, do Arena, era o atual governador do estado de Alagoas. No município de Pão de Açúcar, Elísio da Silva Maia (1914-2001) era a figura política tida como a mais emblemática deste período. Conhecido como “Coronel Elísio” possuiu fortes vinculações com o Golpe de 1964 (Barros, 2019, p. 55). Diante da conjuntura política local, as freiras de Santo Antônio de Pádua buscavam distanciar-se dos sujeitos políticos deste período.

De acordo com a SAEPPA (Sociedade Assistencial e Educacional da Paróquia de Pão de Açúcar)³⁸⁸, a Irmã Clementina e Irmã Odiliana ficavam responsáveis pelas atividades educacionais da Escola Paroquial³⁸⁹. Irmã Patrícia e Johannes, participavam e organizavam procissões, festas de padroeiros e novenas junto com rezadeiras e benzedadeiras³⁹⁰. Já a Irmã Redempta, a única que possuía carteira de habilitação para dirigir no Brasil, ficou responsável por entregar alimentos, cuidar de enfermos e crianças das zonas rurais. Em Palestina, os sítios e povoados assistidos foram: Vila Santo Antônio, Machado, Santa Filomena, Santo Antônio, Rua Nova, Lagoa de Pedra e Quibanzé. No município de Pão de Açúcar: Ilha do ferro, Santiago, Jacarezinho, Impueiras de Cima, Impueiras de Baixo, Imburana D’água, Ponta da

387 Conhecido popularmente por “Major Toinho”, Lamenha Filho foi um dos líderes políticos adeptos ao Golpe de 1964. Foi um político representante das oligarquias alagoanas que tinha apoio de lideranças latifundiárias do agreste e sertão do estado (Miranda, 2004, p. 12).

388 A SAEPPA (Sociedade Assistencial e Educacional da Paróquia de Pão de Açúcar) foi criada em 20 de janeiro de 1953 pela Paróquia Sagrado Coração de Jesus, em Pão de Açúcar. Foi registrada em Cartório do 2º Ofício, livro 03, G, folhas de n.º 54, sob registro n.º 4.739.

389 Posteriormente passou a se chamar Colégio São Vicente.

390 São nessas celebrações que, diferente da elite católica, o catolicismo popular vai abrir espaços para as mulheres (Queiroz, 2010, p. 75).

Serra, Meirus e Emendadas. Já em São José da Tapera, considerado o município com o pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, deram assistência aos interiores conhecidos como: Antas, Aurora, Bananeira, Brejinho, Buqueirão, Candunda, Canoa, Pilões, Xitroá, Salgadinho, Torrões, Baixa Grande, Olho D'água do Padre, Caboclo, Cajueiro, Cachoeirinha, Macena, Medeiros, Espírito Santo, São Vicente, Tanque Velho, Lagoa da Cobra, Rua Nova, Sucupira, Lajinha, Passagem e Serra do Tinguí.

Na década de 1960, as freiras holandesas conseguiram parceria com a Cruz Vermelha Internacional³⁹¹. Assim, passaram a distribuir nos sítios e povoados aqui já mencionados cestas básicas e produtos de higiene pessoal. As doações eram disponibilizadas pela Cruz Vermelha, mas quem realizava os trâmites para a entrega à população sertaneja eram as freiras. As religiosas buscaram parcerias com comerciantes locais e caminhoneiros, para que fossem feitas as distribuições.

Os caminhões com os mantimentos chegavam, primeiramente, às zonas urbanas para atender as pessoas vulneráveis dessa localidade. Posteriormente, atendiam sítios e povoados de Palestina Pão de Açúcar e São José da Tapera, como mostra na Figura 3 e Figura 4. Torna-se importante salientar que houve ocasiões que as entregas também aconteciam nos municípios sertanejos de Carneiros, Olivença, Olho D'água das Flores, Santana do Ipanema, Senador Rui Palmeira, Jacaré dos Homens e Monteirópolis.

391 O Movimento Internacional da Cruz Vermelha é uma das maiores redes humanitárias do mundo que busca atender a populações com alto grau de vulnerabilidade social. Logo, combate à seca, miséria, catástrofes ambientais, além de outros problemas sociais. Esse movimento se firmou no Brasil como um elemento externo de pressão política (Ribeiro, 2018, p. 1).

Figura 3

Entrega de alimentos da Cruz Vermelha na zona urbana na zona urbana



Fonte

SAEPPA (Sociedade Assistencial e Educacional da Paróquia de Pão de Açúcar)

Figura 4
Distribuição de mantimentos da Cruz
Vermelha na zona rural



Fonte
SAEPPA (Sociedade Assistencial e
Educativa da Paróquia de Pão de Açúcar)

As religiosas alegavam que os políticos locais, estaduais e federais não estavam preocupados com a realidade do povo sertanejo. Para elas, as entidades internacionais, como a Cruz Vermelha, estavam mais preocupadas com os alagoanos do que classe política (Correia, 2012, p. 8). Em 1976, em comemoração aos dez anos de congregação em Alagoas, Irmã Odiliana redige uma carta aberta agradecendo a representantes religiosos, autoridades locais e ao povo de Pão de Açúcar e região, como pode ser visto na figura 5.

Algumas contradições podem ser percebidas levando em consideração os sujeitos citados no documento. O Pe. Teófanés (1912-2001), citado na carta, era conhecido como um religioso ultraconservador (Satírio, 2009, p. 97), alinhado as elites de direita e a classe política alagoana que as freiras alegavam não simpatizar.

As Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua criaram dez creches. Sendo seis na zona rural de Pão de Açúcar e três na zona urbana. Já Palestina foi contemplada com uma creche na zona urbana. Essas creches atenderam mais de 800 crianças entre três meses a seis anos. Além disso na Casa Paroquial de Pão de Açúcar e São José da Tapera, ofertavam cursos para mulheres de Artesanato, Corte e Costura, Culinária, Enfermagem e Formação de Professoras. Em 1977, fundaram o Colégio Cenecista São José em São José da Tapera. A escola iniciou com três turmas de 5ª série e quatro turmas de 6ª série. Mais tarde, em 1983, passa a ter turmas da 1ª a 8ª série e Ensino Médio (Correia, 2012, p. 9). Financeiramente, a escola dependia de doações e de ajudas de famílias da Holanda e Bélgica. Destacam-se as famílias Aktievoor Brasil Op Weg, Corry, Roermond e Homond.

Em 1980, as freiras estavam com dificuldades financeiras para a manutenção das creches, escolas e obras religiosas. A partir disso, redigiram um documento datilografado pedindo apoio a classe política. Elas escreveram:

Figura 5
Carta Aberta ao povo de Pão de Açúcar
(1976)

Exmo. e Revmo. Senhores, autoridades aqui presentes,
Prezados estudantes do Colégio Guido,
Queridos alunos do nosso Colégio São Vicente
e das escolas da cidade de Pão de Açúcar,
Irmãs colegas, zeladoras do Colégio,
Agnegados professores do nosso Colégio, e das escolas de Pão de
Pão de Açúcar,
Estimados Pais dos nossos alunos
Senhores e Senhoras.

Depois de tantas palavras bonitas eu não preciso dizer muita coisa. Somente quero agradecer o Pe. Teófanos de Barros e os estudantes do Colégio Guido para abrilhantar, aqui em Pão de Açúcar o dia dos 10 anos de existência do Colégio São Vicente e da nossa chegada na cidade de Pão de Açúcar.

Agradeço ao Conselho Estadual de Educação, à Secretaria / de educação e Cultura, a Prefeitura de Pão de Açúcar, as coordenadoras do 8º Núcleo de Ensino, pela disponibilidade, cortesia / e confiança que nos deram, nestes 10 anos em Pão de Açúcar.

A nossa gratidão especialmente aos nossos vigários Pe. José de Nascimento e Pe. Patrúcio Bezerra de Oliveira e não menos à Diretoria da Sociedade Educacional e Assistencial da Paróquia de Pão de Açúcar: o Prof. José de Brito, Pedro Vieira dos Anjos e os membros consultativos.

O nosso reconhecimento particular à todos os professores e zeladores que colaboraram conosco nestes 10 anos de Educação, de serviço social, enfermagem ou qualquer esforço para o bem do povo de Pão de Açúcar, dos municípios vizinhos e dos povoados / do interior da Paróquia de Pão de Açúcar.

Somos Franciscanas, filhas de São Francisco de Assis, e / não temos costume de fazer festas como hoje. Chegamos há poucos dias, da Holanda e tudo já estava sendo com a colaboração de todos os Pão de Açucarenses e até gente de fora. A todos e nossa eterna gratidão.

A nossa mentalidade holandesa, mais fria, um pouco diferente do brasileiros, as vezes choca aos nossos colegas, alunos e pais. Perdoo-nos as nossas faltas destes 10 anos passados. Somos Holandesas, mas asseguro-lhes que de coração somos Pão de Açucarenses com o povo de Pão de Açúcar, alagoanas com o povo de Alagoas, brasileiras com o povo do Brasil.

A todos o nosso muito obrigado.

Fonte

SAEPPA (Sociedade Assistencial e Educacional da Paróquia de Pão de Açúcar)

Os poderes públicos “Estadual, Municipal” e comunidade beneficiada, devem olhar com mais interesse e bons olhos para o Colégio São Vicente, não querendo ficar alheios e bem longe de empreendimentos desenvolvimentistas que nossa cidade recebe e que precisa desenvolver muito mais³⁹².

As freiras de Santo Antônio de Pádua evitavam aparições públicas com a classe política local, principalmente no Sertão de Alagoas, lugar de muitos “coroneis”, como Elísio Maia. Esse sujeito político ficou marcado por usar a violência como mecanismo chave para a manutenção do poder no Sertão de Alagoas (Barros, 2019, p. 22).

Em Alagoas, diante dos relatos apresentados, as Irmãs de Santo Antônio de Pádua aparentavam se privar das dinâmicas e acontecimentos políticos. Já na Paraíba, as freiras da mesma congregação se mostravam mais insatisfeitas com a conjuntura política do período. No dia 20 de fevereiro de 1981, o jornal holandês *De Volkskrant* noticiou “Irmãs Missionárias acusadas de sedição”. E, completam, “O serviço de segurança do estado da Paraíba, no Nordeste no Brasil, pediu para que a polícia nacional punisse duas religiosas holandesas. Elas são acusadas de mobilizar agricultores a atacarem uma cooperativa agrícola em Alagamar”³⁹³. As freiras sobre as quais a matéria do jornal se refere são Irmã Marlene e Irmã Tonnie Van Han, como ilustra a figura 6.

392 Carta escrita por Irmã Odiliana em 1980. Arquivo do SAEPPA (Sociedade Assistencial e Educacional da Paróquia de Pão de Açúcar).

393 A partir da década de 1970, o governo militar, através da lei de nº 5.764 definiu a lei de Política Nacional de Cooperativismo e instituiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A partir dessa lei, através de uma ótica racionalista, situava o cooperativismo a esfera empresarial, partindo para uma lógica capitalista do campo (Boas, 2021, p. 5).

Figura 6
Irmãs de Santo Antônio de Pádua
acusadas de sedição (1981)³⁹⁴



Fonte
De Volkskrant.

394 Com o título “Irmãs Missionárias acusadas de sedição”, o jornal De Volkskrant noticia: “JOÃO PESSOA (AFP) O Serviço de Segurança do estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil, pediu à polícia nacional que processasse duas religiosas holandesas, Tony Van Haan e Marleen Burgers. Elas são acusadas de incitar agricultores a atacarem uma cooperativa agrícola em Alagamar. A mesma acusação foi feita contra um advogado brasileiro que atuou como presidente da Comissão de Direitos Humanos de João Pessoa. O serviço de segurança solicitou a aplicação da lei de segurança nacional ao advogado e as duas irmãs holandesas.

Neste período, o secretário de Segurança Pública da Paraíba, Geraldo Navarro, e o então governador do estado da Paraíba, Wilson Braga (1931-2020) foram informados sobre a tentativa das freiras de criar uma cooperativa agrícola que divergia do ideais do governo vigente. Dias depois, em 13 de março de 1981, o jornal holandês *Amigoe*, publicou na coluna “Igreja e Mundo” a notícia “Duas religiosas holandesas teriam incitado trabalhadores agrícolas à luta armada”. Além disso, o jornal acusava as freiras de queimarem plantações e conspiração em relação ao ataque de um prédio cooperativo do governo³⁹⁵. Torna-se importante ressaltar que essas religiosas faziam parte da CPT (Comissão Pastoral da Terra)³⁹⁶.

Em face do exposto, podemos perceber que mesmo fazendo parte da mesma congregação religiosa, as freiras poderiam adotar posturas e práticas missionárias diferentes a depender dos contextos e articulações locais. Isso mostra que a vida religiosa feminina não é homogênea, nem mesmo dentro de uma mesma congregação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi apresentado, muitas foram as implicações políticas, sociais e institucionais ligadas ao ofício de freiras durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. É possível afirmar que parte da Igreja Católica assumiu uma postura favorável aos governos dos militares. Aos religiosos que se opuseram ao Golpe de 1964, se aproximando

395 *Amigoe*. Disponível em: <https://www.delpher.nl/nl/kranten/view?coll=ddd&identifier=ddd:010640454:mpeg21:p012>. Acesso em: 04 mar. 2024.

396 A CPT (Comissão Pastoral pela Terra) busca trazer aportes para os trabalhadores rurais em relação a garantia a terra e a permanência dela de forma sustentável. Para mais informações, ver em: <https://www.cptnacional.org.br/>.



das classes marginalizadas e operárias, foram atribuídos termos como “subversivos”, “insurgentes” e/ou até mesmo “terroristas”.

Este texto busca contrinuir com os estudos da vida religiosa feminina no Brasil. A historiografia sobre práticas pastorais femininas durante a Ditadura Civil-Militar precisa ganhar cada vez mais espaço, pois é um debate importante, e sobretudo necessário. Como aponta Ivone Gebara: “o que fala mais alto é o sentimento de muitos (as) de que há retificações, há novas informações que precisam ser dadas para sairmos de algumas armadilhas nas quais nossa história coletiva dos tempos da ditadura militar o Brasil caiu”.

Essa análise frente ao Ditadura Civil-Militar no Brasil é relevante, pois nos mostra quantos são os resquícios do Golpe de 1964 que ainda se estendem até os dias atuais, reforçando e encorpando o modo de produção capitalista. Essa “reciclagem” do capitalismo faz com que a superexploração do trabalho ecloda no Brasil. Foram quase duas décadas de descontinuidades e de políticas de violência e violação dos direitos do povo brasileiro. Logo, devemos continuar estudando, refutando, pesquisando e desmistificando questões atreladas a este trágico evento histórico.

REFERÊNCIAS

- AARÃO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ACMM. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.
- ALMEIDA, L. S. **Notas sobre o poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: Eudfal, 2006.
- AMIGOE. Disponível em: <https://www.amigoe.com/>. Acesso em: 15/08/2023.
- AZZI, Riolando (org.). **A Vida Religiosa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro e Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- BARROS, Taynnan Robert de Oliveira. **Política republicana, raízes coloniais: um estudo sobre o coronelismo de Elísio Maia em Pão de Açúcar - AL (1953-1994)**. Orientador: Pedro Abelardo de Santana. 2019. 111f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Curso de Graduação em Licenciatura em História, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. Gênero e Religião. In: SOUZA, Sandra Duarte de. (org) **Gênero e Religião no Brasil: Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Editora da Umesp, 2007.
- BOAS, Lucas Guedes Vilas. Breve histórico acerca das cooperativas agropecuárias no Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiânia*, v.10, n.1, e1012113, jan./jun. 2021.

BRITO, Leandro N.; ARAS, Lina M. B. **Aspectos históricos da vida consagrada feminina no Brasil: ser freira antes e depois do Concílio Vaticano II**. Seminário Internacional Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en-wc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499444781_ARQUIVO_AspectoshistoricosdaVidaConsagradaafeminina-noBrasilSerFreiraantesedepoisdoConcilioVaticanoII.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CANCIAN, Renato. Relações Igreja-Estado no Brasil no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos e enfoques analíticos. **Revista *Angelus Novus***, vol. 11, p. 95-116, 2017.

CODATO, Adriano Nervo. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.

CORREIA, José Cícero. **Irmã Redempta**: 50 anos de dedicação e trabalho pelos mais necessitados. São José da Tapera, Alagoas, 2012.

CUBAS, Caroline Jaques. Religiosidade, resistência e ditadura em Maurina Borges da Silveira. **XXIX Simpósio Nacional de História**, p. 1-7, 2017.

DE VOLKSKRANT. Disponível em: <https://www.volkskrant.nl/?referrer=https://www.google.com/>. Acesso em: 13/05/2023.

DELLAMORE, Batista Scarpelli, Carolina. **Forjando lideranças**: comportamentos políticos e atuação no sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985). Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. 2019. 438f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.

GARCIA, Martina Maria Eudósia. **Recomposição da Vida Religiosa**: Estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregações femininas. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

HONORATO, Felipe Antonio. **República Democrática do Congo**: um histórico migratório. Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho de 2019.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A Feminilização da Filantropia*. Gênero, Niterói, vol. 15, n. 2, setembro de 2015.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MIRANDA, Anivaldo de. **Alagoas e o Golpe de 1964**. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto SÁ. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e A URSS. Locust: **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964, História do regime militar**. São Paulo: Contexto, 2014.

NIEUWE HAARLEMSCHE COURANT. Disponível em: <https://nha.courant.nu/periodicals/NHC>. Acesso em: 14/04/2023.

NUNES, Maria José F. Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

PERROT, Michelle. Sair. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, M. (orgs.). **A história das mulheres no Ocidente**: o século XX. Tradução de M. H. da C. Coelho, I. M. Vaquinhas, L. Ventura e G. Mota. Porto: Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.

POELS, Vefie. **Een Roomse Droom: Nederlandse katholieken en de Noorse missie 1920-1975**. Uitgeverij Valkhof Pers. 2005.

QUEIROZ, Álvaro. Batismo e liderança religiosa feminina nas Alagoas. **Revista Incelências**, v. 1 n. 1, 2010. pp. 72-83

SAEPPA. Sociedade Assistencial e Educacional da Paróquia de Pão de Açúcar. SAEPPA: Pão de Açúcar, s/d.

SATÍRIO, Patrícia Borsato. **O Ideário Educacional Católico do Século XX na Produção Bibliográfica do Padre Teófanos (1930 -1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2009.

SOUZA, Sandra Duarte de. (org.) **Gênero e Religião no Brasil**: Ensaio Feministas. São Bernardo do Campo: Editora da Umesp, 2007.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Edufal, 2013.

THOMPSON, Edward. P. A formação da classe operária inglesa. v. 1: **A árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.



SOBRE OS AUTORES

Anderson da Silva Almeida

É doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2014) onde também fez seu Mestrado (2008-2010) e especializou-se em História Contemporânea (2006-2008). Entre 2002 e 2006 cursou Licenciatura em História pela Universidade Católica do Salvador. Desenvolve pesquisas com foco no período da ditadura civil-militar (1964-1985) com uma abordagem voltada para a História Política e a História do Tempo Presente, como também as relações entre Memória, História Oral, Censura, Música, Folhetos de Cordel e Biografias. No segundo semestre de 2012 realizou estágio de doutorado (Bolsa CAPES) como pesquisador visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ ICS-UL. Entre 2014 e 2018 atuou como membro da Comissão do Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas atuando na Graduação e Pós-Graduação.

Derllânio Telecio da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialização em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade da Região Serrana (FARESE), além de ser especialista em Docência Para Educação Profissional e Tecnológica (DOCENTEPT) pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Atualmente, é mestrando em História pela PPGH (UFAL) e membro do Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER). Tem experiência nas áreas de História das Religiões e pesquisa especificamente temas referentes a organizações católicas no sertão de Alagoas.

Diego Omar da Silveira

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro

Preto (Ufop). É professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Presidiu a Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), entre 2019 e 2021, e coordenou a Regional Norte dessa mesma Associação, entre 2016 e 2018. Atualmente, é presidente da Seção Amazonas da Associação Nacional de História (ANPUH) no biênio 2022-2024. É membro da Rede de Pesquisa: História e Catolicismo no mundo contemporâneo, do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES) e do Laboratório de Estudos Panamazônico – Práticas de Pesquisa e Intervenção Social (LEPAPIS).

Gizele Zanotto

Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestra e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 e 2007) e pós-doutora pela Universidad de Buenos Aires (2014). É professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UPF (2021-) e do curso de especialização em História e Gestão de Acervos na mesma instituição. É ainda coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC-PPGH), da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC) e do Arquivo Histórico Regional (AHR). Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Foi vice presidente da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020). Membro fundador da Rede de Pesquisa “História e Catolicismos no Mundo Contemporâneo” e investigadora associada da “Red Historia del Catolicismo en América Latina siglo XX”, da Rede de Pesquisa “Direitas, História e Memória” (<http://direitashistoria.net/>). Membro cooperador de Civitas - Forum of Archives and Research on Christian Democracy (<https://civitas-farcd.eu>). Associada a ANPUH, ABHR, ACSRM, ABEC.

Irinéia Maria Franco dos Santos

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em 2012. Professora nos Cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Líder do LHiER - Laboratório de História e Estudo das Religiões, ICHCA-UFAL; pesquisadora associada à Rede História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo e à Associação Brasileira de História das Religiões. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018. Autora dos livros: *O Axé Nunca se quebra: transformações históricas em religiões afro-brasileiras*, São Paulo e Maceió (1970-2000), Edufal, 2014, 2 edição, 2023; *A Caverna do Diabo e outras histórias: ensaios de história social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX)*, Edufal, 2016; *Imprensa Católica na Primeira República: uma história social do hebdomadário A Fé Christã (Penedo, Alagoas)*, Edufal, 2019 e “(Re)Encontro com as lutas e perspectivas da Teologia da Libertação em tempos de autoritarismo e pandemia”, Olyver, 2021. Organizou junto com o prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos a coletânea “Dinâmicas religiosas na História: perspectivas socioculturais e políticas em debate”, CRV, 2022. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: história social das religiões, religiões afro-brasileiras, cultura afro-brasileira, catolicismo, teoria e metodologia de História.

Jessie Jane Vieira de Sousa

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1986), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1992), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e pós-doutorado pelo Instituto de Desarrollo Económico y Social (2008). Atualmente é Permanente da Universi-

dade Federal do Rio de Janeiro, Membro de corpo editorial da Revista *Ágora*, Membro de corpo editorial da Revista da Anistia Política no Brasil, Membro de corpo editorial da *Passagens- Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* e Membro de corpo editorial da Revista *Perspectiva Histórica*. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Atuando principalmente nos seguintes temas: estado, Igreja Católica, catolicismo social, religião, sindicatos e trabalho.

Matheus Nunes Mathias

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e graduado (licenciatura) em História, pela mesma instituição. É vinculado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF) e ao EUROPA: Núcleo de Estudos em História Moderna e Contemporânea. Tem experiência de pesquisa em estudos sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira, memória, direitas e Igreja Católica.

Paulo César Gomes

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de estágio *no Institut des hautes études de l'Amérique latine* (IHEAL/Universidade Paris 3). É autor dos livros “Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem” e “Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês”. É fundador e coordenador do site de divulgação científica História da Ditadura (www.historiadaditadura.com.br).

Séfora Junqueira dos Santos

Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais (1988), em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió, Alagoas (2003) e em História pela Universidade Federal de Alagoas (2023). É Especialista em Redes e Bancos de Dados pela Universidade Federal da Paraíba (1998), Gestão Empresarial com ênfase em Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (2006) e Direito Público pela Universidade Anhanguera-UNIDERP (2016). É Mestra em Modelagem Computacional de Conhecimento pelo Departamento de Computação da Universidade Federal de Alagoas, com pesquisas nas áreas de Apoio à Tomada de Decisão e Inteligência Artificial e Direito (2008) Foi engenheira do Colégio Santa Úrsula (1995 a 2015), Juiz Vogal da Junta Comercial do Estado de Alagoas (2007 a 2014), professora das disciplinas Métodos Adequados de Resolução de Conflitos, Direito Constitucional, História do Direito Brasileiro, Direito de Empresa, Ciência Política, Sociologia Jurídica, Economia Política, Ética Jurídica e Profissional (Deontologia) do Curso de Direito e das disciplinas Engenharia Sustentável e Bases Matemáticas para Engenharia do Curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Alagoas (2005 a 2020) e professora local da disciplina de Liderança e Inovação no curso de Pós-graduação em Administração da FGV/FAN (2010). Foi professora convidada de Mediação e Arbitragem da Escola Superior de Magistratura de Alagoas. Foi Multiplicadora do Programa de Mediação e Arbitragem do Programa BIRD/CACB/SEBRAE. Foi Diretora Jurídica e Superintendente da Câmara de Mediação e Arbitragem de Alagoas. Faz parte do corpo de Especialistas em Mediação e Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem de Alagoas desde a instalação da Câmara. Tem experiência nas áreas de Engenharia, Computação, Direito Empresarial e Constitucional e Métodos Adequados de Resolução de Conflitos (mediação e arbitragem).

Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos

Possui graduação (1987-1992) e mestrado (1992-1995) em História pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor (2015) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é docente do Departamento de História da UPIS - Faculdades Integradas (DF) ministrando as disciplinas “Introdução aos Estudos Históricos” e “História do Brasil Contemporâneo”. Dirige uma Micro Empresa chamada “Kairós: serviços em História Pública”. Kairós é uma empresa engajada em tornar o conhecimento histórico acessível e envolvendo o público no processo social de “fazer-história”. Kairós quer buscar, criar e sustentar uma cultura histórica, como também fomentar práticas sociais compromissadas com a preservação da memória. É também docente no Curso de Teologia do Instituto São Boaventura (ISB) dos Franciscanos Conventuais de Brasília, ministrando as disciplinas de História da Igreja. Foi docente-substituto no Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), ministrando as disciplinas “História Social e Política do Brasil”, “Cultura Brasileira”, “Introdução aos Estudos Históricos” e “Prática de Pesquisa em História”. Foi docente no Curso de Serviço Social do Centro Universitário IESB (DF) ministrando disciplinas da área de História: “Formação Política e Econômica do Brasil”, “Classes e Movimentos Sociais no Brasil” e “Estudos de Territórios Urbanos e Rurais no Brasil” (2011-2020). Foi assessor na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (2005-2014). Foi pesquisador e coordenador do Centro “Memória e Caminhada das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil” na Universidade Católica de Brasília (UCB) e docente ministrando as disciplinas de “Ciência da Religião” e “Antropologia da Religião” (2000-2009). Foi docente do Departamento de História do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) ministrando as disciplinas de “História do Brasil 3”, “História da América 3” e de

“História Contemporânea 3” (1996-1999). Tem experiência também na área de Teologia, com ênfase em História do Cristianismo, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Igreja no Brasil contemporâneo, Concílio Vaticano II e Comunidades Eclesiais de Base. Foi presidente do Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil) (gestão 2010-2015).

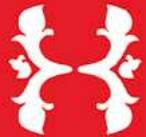
Wellington da Silva Medeiros

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPHR/UFRJ. Atualmente, é professor na Secretaria de Estado da Educação de Alagoas e membro do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP/UFRRJ) e do LHiER - Laboratório de História e Estudo das Religiões, ICHCA-Ufal.

Ythalo do Amaral Medeiros Lisboa

Graduação em andamento no curso História Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna (NESEM), atuando como bolsista no Projeto de Iniciação a Pesquisa (PIBIC) “Controle, Polícia e Gente Negra na Alagoas Oitocentista”. Voluntário do projeto de pesquisa “Agentes e movimentos católicos alagoanos nos arquivos de Serviço Nacional de Informação (SNI) 1964-1979” do Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER).

A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados
às revisões ortográficas e de normalização (ABNT).
Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.



Histórias

ISBN 978-65-5624-290-3



9

786556

242903